JOELMA ALVES DE OLIVEIRA

POLOP
AS ORIGENS, A COESÃO E A CISÃO DE UMA ORGANIZAÇÃO MARXISTA
(1961-1967)

ARARAQUARA
2007

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

JOELMA ALVES DE OLIVEIRA

POLOP
AS ORIGENS, A COESÃO E A CISÃO DE UMA ORGANIZAÇÃO MARXISTA
(1961-1967)

Texto apresentado junto ao Departamento de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Araraquara sob orientação da Profª. Drª. Maria Orlanda Pinassi.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação de mestrado em sociologia.

Banca Examinadora

Profª. Dr.ª Maria Orlanda Pinassi (FCL-UNESP/Araraquara) (Orientadora)

Profº. Dr.º Marcelo Siqueira Ridenti (IFCH - UNICAMP)

Profº. Dr.º Marcos Tadeu Del Roio (FFC- UNESP/Marília)

ARARAQUARA

2007

Dedico este trabalho àquele que está sempre ao meu lado

dando-me forças para cruzar os caminhos

mais difíceis, meu grande companheiro

Fábio Maia.

Agradecimentos

À minha mãe Raquel Alves de Oliveira que muito torceu pela realização deste trabalho e sempre incentivou para que eu fosse adiante.

Ao CNPQ pela bolsa concedida, cujo auxílio financeiro foi fundamental para a realização deste trabalho.

À pós-graduação da UNESP Campus - Araraquara pelo incentivo e apoio à pesquisa.

À minha orientadora Maria Orlanda Pinassi que acreditou neste trabalho, procurando sempre abrir novos horizontes, mais que orientadora desenvolve laços de amizade com seus orientandos, muito obrigada.

Ao meu companheiro e eterno amigo Fábio Maia, confesso que sem sua presença ao meu lado eu não teria ido tão longe, pelas importantes contribuições dadas à este trabalho, pelos anos de companheirismo e amizade, obrigada por você existir, este trabalho também é seu.

Ao professor Márcio Bilharinho Naves que ao me ver perdida num universo de temas que sobrevoavam minha cabeça, soube me conduzir, sanando minhas angústias, apontando novos caminhos para que eu seguisse, sinceramente, obrigada.

Aos professores Marcos Del Roio e Marcelo Ridenti por aceitaram fazer parte desta banca examinadora e desde a elaboração do projeto de mestrado, passando pela qualificação, muitas contribuições ofereceram para a realização deste trabalho e com certeza valerão para uma vida inteira.

Aos meus professores da Fundação Santo André, com vocês eu consolidei minhas referências teóricas e tornei-me outra pessoa, obrigada pelo compromisso, pela dedicação e pela base marxista com a qual fui formada.

Aos meus amigos Bruno Durães, Antonio Pádua, Tatiana Fonseca, Helson Sobrinho, que desde a elaboração do projeto de mestrado, fizeram revisões, argumentaram e apontaram caminhos.

À minha amiga Rossana Mendoza pela tradução dos trechos em espanhol, por auxiliar-me na difícil tarefa de entender o mundo da informática, mas especialmente por nossa amizade, valeu.

Aos meus amigos Ana Rosa e Marcelo Felice que fizeram a revisão ortográfica deste trabalho, muito obrigada, tê-los como amigos é um prêmio.

As minhas amigas de república Adriana, Vanessa, Roberta e Taysa que aturaram minhas neuras de mestrado, obrigada meninas.

Aos meus amigos Carolina, Renata, Francine, Rogério (Motoca) o apoio que me deram em Araraquara foi importante para o “andar da carruagem”, muito obrigada pela amizade.

Aos trabalhadores do Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP, especialmente ao Mário, sempre dedicados em oferecer os subsídios para uma boa pesquisa.

Aos trabalhadores do CEDEM da UNESP, especialmente ao Luis, que destinou horas de seu trabalho em auxilio à minha pesquisa.

Ao professor Antônio Ozaí da Silva que me indicou o professor Nixon Vieira Malvieira com o qual estabeleci ótimos contatos. Ao professor Nixon, por sua vez, por ter me apresentado outros militantes da POLOP.

Ao professor Luiz Alberto de Moniz Bandeira, por ter dedicado dias em entrevistas, horas lendo o trabalho, oferecendo sugestões, meu sincero agradecimento.

Ao Ernesto Germano Pares pela ótima conversa que tivemos e por ter me oferecido um maravilhoso material da POLOP de seu acervo pessoal, obrigada.

À todos os entrevistados, antigos militantes da POLOP, que abriram suas casas, suas vidas, suas lembranças e ofereceram-me um material tão rico que é a própria história do passado recente deste país, não tenho palavras para agradecer.

Enfim, à todos os meus amigos que são pessoas fundamentais em minha vida, obrigada.

"Porque o importante é você saber a verdade. Até saber, até realmente compreender, só pode demonstrá-la em coisas menores, com a ajuda externa, de máquinas e pessoas e pássaros. Mas deve se lembrar sempre que não saber não impede a verdade de ser verdadeira". [1]

1 BACH Richard, *Longe é um lugar que não existe*.

Resumo

O presente estudo tem como objetivo apontar alguns elementos sobre as especificidades teórico-práticas da *Organização Revolucionária Marxista - Política Operária-* (ORM-POLOP) movimento com caráter revolucionário do período de 1958-1967. Valemos-nos do recurso de parte da historiografia sobre os movimentos revolucionários da década de 1960, sobre os debates ocorridos no interior do *Partido Comunista Brasileiro* (PCB) naquele período, bem como de um grande material de pesquisa composto por jornais e revistas da POLOP e entrevistas com antigos militantes da organização. O problema que norteia a investigação é entender como e porque surgiu a POLOP no conjunto do que ficou denominado "Nova Esquerda", quais foram as confluências de fatores que resultaram no surgimento desta organização, quais foram os problemas por ela detectados e diante destes que soluções foram propostas ao longo do seu percurso, na tentativa de organizar a classe operária e ver seu maior objetivo realizar-se: a revolução socialista.

Palavras chaves: Revolução Socialista. Esquerda. Organização. Classe Operária.

Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo señalar algunos elementos sobre las especificidades teórico-prácticas de la Organización Revolucionaria Marxista-Política Trabajadora - (ORM-POLOP) movimiento con carácter revolucionario del periodo de 1958-1967. Nos valemos del recurso de parte de la historiografia sobre los movimientos revolucionarios de la década de 1960, sobre los debates realizados en el interior del Partido Comunista Brasileño (PCB) en aquel periodo, así como de un gran material de investigación compuesto por periódicos y revistas de la POLOP y entrevistas con antiguos militantes de la organización. El problema que orienta la investigación es entender como y por qué surgió la POLOP en el conjunto de lo que se denominó "Nueva Izquierda", cuales fueron las confluencias de factores que resultaron en el surgimiento de esta organización, cuales fueron los problemas detectados y las soluciones que fueron propuestas a lo largo de su recorrido en la intención de organizar la clase trabajadora y ver realizarse su mayor objetivo: la revolución socialista.

Palabras claves: Revolución Socialista. Izquierda. Organización. Clase Trabajadora.

Entrevistas concedidas pelos antigos membros da POLOP à autora

(E1) **Arnaldo Mourthé**. Entrevista realizada na cidade do Rio de Janeiro em 26 de dezembro de 2006.

(E2) **Benvindo Siqueira**. Entrevista realizada na cidade do Rio de Janeiro em 27 de dezembro de 2006.

(E3) **Ceici Kameyama**. Entrevista realizada na cidade de São Paulo nos dias 12 de junho e 27 de julho de 2006.

(E4) **Eliza Tieko.** Entrevista realizada na cidade de São Bernardo do Campo em 6 de março de 2006.

(E5) **Emir Sader**. Entrevista realizada na cidade do Rio de Janeiro em 18 de maio de 2006.

(E6) **Ernesto Germano Pares**. Entrevista realizada na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 18 à 23 de maio de 2006.

(E7) **Gabriel Conh**. Entrevista realizada na cidade de São Paulo em 01 de agosto de 2006.

(E8) **Gilson Aquino**. Entrevista realizada na cidade do Rio de Janeiro dia 19 de maio de 2006.

(E9) **Jary Cardoso**. Entrevista realizada por email entre os dias 08 de junho e 23 de julho de 2006.

(E10) **Luiz Alberto Moniz Bandeira**. Entrevista realizada na cidade do Rio de Janeiro nos dias 13 e 14 de julho de 2006.

(E11) **Maria do Carmo Brito.** Entrevista realizada por email no dia 29 de dezembro de 2006.

(E12) **Michael Löwy.** Entrevista realizada por email no dia 22 de maio de 2006.

(E13) **Nixon Vieira Malvieira.** Entrevista realizada por email entre os dias 03 de janeiro à 6 de junho de 2006.

(E14) **Orlando Miranda.** Entrevista realizada por email entre os dias 28 de julho a 7 de novembro de 2006.

(E15) **Paul Singer.** Entrevista realizada por email no dia 22 de maio de 2006.

(E16) **Pery Falcón.** Entrevista realizada por email entre os dias 28 de junho a 9 de dezembro de 2006.

(E17) **Sergio Antão Paiva.** Entrevista realizada na cidade do Rio de Janeiro no dia 22 de maio de 2006.
(E18) **Sérgio Ricardo**. Entrevista realizada na cidade do Rio de Janeiro no dia 29 de novembro de 2006.
(E19) **Theotônio dos Santos**. Entrevista realizada na cidade do Rio de Janeiro no dia 22 de maio de 2006.
(E20) **Vânia Bambirra**. Entrevista realizada na cidade do Rio de Janeiro no dia 22 de maio de 2006.

Arquivos e Acervos Pesquisados

Arquivo Edgar Leuenroth da UNICAMP, Acervo Brasil Nunca Mais (BNM).
Arquivo do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.
Acervo Pessoal de Ernesto Germano Pares no Rio de Janeiro.
Acervo Pessoal de Sergio Antão Paiva no Rio de Janeiro.
Acervo Pessoal de Eliza Tieko em Salvador.
Acervo Pessoal de Ceici Kameyama em São Paulo.
Acervo Pessoal de Orlando Miranda em Salvador.
Acervo Pessoal de Eduardo Stotz no Rio de Janeiro.
Acervo Pessoal de Moniz Bandeira no Rio de Janeiro.
Acervo Pessoal de Nixon Vieira Malvieira no Paraná.
Acervo Pessoal de Pery Falcón em Salvador.

Sumário

Apresentação.....12

Introdução.....15

Capítulo 1 - As esquerdas latino-americanas, as alternativas revolucionárias e as origens da POLOP.....19

1.1- O imperialismo norte-americano e a América latina.....19

1.2 - As Alternativas na América Latina 25

1.3 - O Partido Comunista Brasileiro (PCB), os debates internos e a nova política nacional.....29

1.4 - As origens da POLOP: a Liga Socialista Independente (LSI), a Juventude Socialista e a Mocidade Trabalhista.....39

Capítulo 2 - POLOP - Da formação ao Golpe Militar.....52

2.1 - A Construção de uma alternativa.....52

2.2 - O desenvolvimento capitalista no Brasil, segundo a POLOP.....57

2.3 - Os trabalhadores da Cidade e do Campo e a construção do partido revolucionário.....66

2.4 - A POLOP e as Ligas Camponesas.....71

2.5 - A Revolução Cubana, teoria do foco e luta armada.....75

2.6 - A atividade política da POLOP – (1961-1962).....77

2.7- O II Congresso em 1963 e a mudança de estratégia.....83

2.8 - A atuação política em 1963.....101

2.9 - O jornal: a tentativa de orientar o movimento operário.....105

Capitulo 3 - Do Golpe à Consolidação de dois projetos para o Brasil.....111

3.1 - O III Congresso da POLOP – dias antes do golpe.....111

3.2 - As primeiras considerações pós-golpe.....114

3.3 - A Guerrilha de Copacabana.....116

3.4 - As formas de luta diante da ditadura militar.....118
3.5 - O significado da Ditadura Militar no Brasil e o papel dos trabalhadores.....124
3.6 - Debates Internos.....127
3.7 - Decisões da POLOP.....141
3.8 - 1967: o ápice das discussões internas.....149

Considerações Finais.....166

Bibliografia.....169

Sites pesquisados.....175

Documentos da ORM-POLOP.....176

Curso Básico da POLOP.....191

Periódicos da POLOP.....192

Documentos da Revista Movimento Socialista.....193

Documentos da Liga Socialista Internacionalista.....193

Apresentação

Esta pesquisa tem sua origem no ano de 2004 quando elaborei um projeto de mestrado, entendendo que seria importante um trabalho que tratasse das tentativas da esquerda na construção de uma alternativa socialista. E, conforme o meu próprio entendimento da questão, a importância de tal tema advém de duas dimensões simultaneamente: a primeira se justifica diante do reduzido interesse e pouco ou nenhum conhecimento pelas gerações mais novas dessa página tão importante e tão recente da história brasileira. A segunda é ainda mais importante porque atualiza a temática da transição socialista num momento em que parece ser muito comum abandonar qualquer perspectiva que aponte para uma alternativa crítica à sociedade capitalista.

Nessa medida, a coleção *História do Marxismo no Brasil,* publicada pela Editora da UNICAMP, foi particularmente importante para os destinos deste estudo porque foi em suas páginas que, pela primeira vez, entrava em contato com a *Organização Revolucionária Marxista - Política Operária* (ORM-POLOP). Desde a sua fundação em 1961 esta organização ressaltava a importância de um movimento operário independente e autônomo e que para tanto seria necessário: 1) libertar os sindicatos do poder do Estado a fim de que tomasse a forma de uma livre associação dos trabalhadores; 2) construir um partido oriundo da própria classe operária capaz de representá-la de fato e o único com possibilidade real de fomentar uma revolução socialista. A despeito de todas as argumentações em contrário, consideramos que todas estas questões ainda hoje carregam uma fundamental importância, principalmente se observarmos que nenhuma destas expectativas logrou êxito.

Nas entrevistas que realizei, para bem materializar a expectativa desta pesquisa, me deram a oportunidade de transportar-me para um momento histórico que não vivenciei, mas que ganhava vida à medida que as vozes – contundentes, apaixonadas, emocionadas - relatavam suas experiências. Nelas compreendi que, ao contrário de hoje, o otimismo era grande quanto a um horizonte socialista.

A razão desta perspectiva estava calcada na efervescência daquele momento histórico. As forças populares eram fortemente combativas, motivo para que profundos debates surgissem na esquerda. O momento era de questionamentos, de

lutas, através dos quais os processos revolucionários surgiram. Estes foram os casos chinês, cubano, argelino, da reação vietnamita aos Estados Unidos, da tentativa de Ernesto 'Che' Guevara de insuflar uma insurreição na Bolívia, de movimentos revolucionários alternativos e de contestação ao stalinismo e ao trotskismo e que davam novos fôlegos às esquerdas mundiais. No Brasil não fora diferente.

No entanto, a certeza da revolução se volatilizou. "Socialismo ou barbárie? Barbárie se tivermos sorte" [2], já nos disse o filósofo húngaro István Mészáros. É com esta prerrogativa que iniciamos este novo século. Outras vozes declararam o fim das utopias, o fim do socialismo, o fim do trabalho, o fim da luta de classes e estes *fins* todos tanto podem ser sinais de um infundado otimismo em relação ao mundo existente como de um catastrofismo igualmente infundado se pensarmos que não vivemos o fim da história.

Num momento de retrocesso dos movimentos socialistas, em que a barbárie salta aos olhos, torna-se compreensível que retornemos ao passado, recente por sinal, e desloquemos nossas preocupações para compreender o percurso, as argumentações e os caminhos propostos por aqueles que se dispuseram a enfrentar os dilemas de sua época.

Entre 1961 e 1964 a POLOP conseguiu organizar-se na legalidade. Foi o período em que a organização proporcionou frutíferos debates no campo da esquerda.

Com a repressão aos estudantes, às organizações de esquerda, aos partidos, às associações, aos sindicatos, aos movimentos operários em geral através do Golpe Militar de 1964, diferentes desafios colocaram-se aos movimentos sociais. A todo tempo outras estratégias foram sendo gestadas para manterem-se ativos nas lutas; com a POLOP não fora diferente. Ela procurou formas clandestinas de se organizar frente às dificuldades apresentadas pela coerção dos militares.

Por ser a POLOP um núcleo de debates, idéias foram sendo formuladas em seu interior, que somadas às dificuldades em se organizar, justificava a tomada desta ou daquela posição, motivo pela qual uma cisão construiu-se em seu interior.

No IV Congresso da POLOP no final de 1967 esta cisão se efetiva. Dentre os vários motivos da dissensão, a vertente que rompe com a POLOP lança um

2 *O século XXI Socialismo ou Barbárie?*, p.108.

documento propugnando pelas ações de guerrilhas urbanas, enquanto a POLOP defende o *Programa Socialista para o Brasil* propondo a construção de um partido da classe operária.

Aquela vertente dividiu-se basicamente em duas dissidências criando o *Comando de Libertação Nacional* (COLINA) – dissidência mineira- e a *Vanguarda Popular Revolucionária* (VPR) – dissidência paulista em conjunto com militares de baixa batente que se rebelaram. Por outro lado aqueles que permaneceram na POLOP uniram-se à *Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul*, de origem pecebista, formando mais tarde o *Partido Operário Comunista* (POC), contando com nomes como Flávio Koutzii, Marco Aurélio Garcia entre outros. Em 1970 o POC passa por uma nova dissensão e junto com alguns militantes que retornaram da luta armada formaram a *Organização de Combate Marxista Leninista – Política Operária* (OCML-POLOP), que, segundo aqueles poucos militantes que continuaram na organização, teria mantido as linhas mestras da antiga POLOP, assumido o *Programa Socialista para o Brasil* como um dos documentos base e mantendo-se enquanto organização até 1984, ao menos enquanto estrutura.

Nesta pesquisa investigamos a organização até o ano de 1967 que foi marcado pelo *IV Congresso*, no qual as divergências que vinham, desde 1965, alcançaram seu auge e levaram às dissensões.

Nossa tentativa ao pesquisar a POLOP é, além de trazer à baila um conjunto de debates riquíssimos, fazer alguns apontamentos e trazer alguma contribuição para o entendimento das problemáticas que cercavam o tema. Observar quais eram os dilemas e para estes as respostas que foram dadas pode contribuir elucidando os problemas ainda presentes. O interessante da observação do passado está na possibilidade de ampliarmos a nossa visão da condição presente, compreendendo como os setores organizados trilharam seus caminhos e quais respostas deram frente aos problemas que identificaram. Impõe-se como tarefa a todos aqueles que se posicionam contrários ao capital ter, entre outras coisas, clareza dos dilemas atuais para, conjuntamente, elaborarem saídas do ponto de vista das classes trabalhadoras. Identificar as questões que preocupavam nossos antecessores só pode ser importante à medida que nos serve de referência para entender o presente.

E assim, se as convicções revolucionárias do passado não se concretizaram, as certezas barbarescas do presente podem não se efetivar. Isso dependerá necessariamente da capacidade de enfrentarmos a luta entre capital e trabalho e

também da disposição da esquerda em aprender com os erros e os acertos do passado para que de fato possamos ‘pôr-nos sobre os ombros’ de nossos antecessores.

Introdução

Nesta pesquisa temos como objeto de estudo a *Organização Revolucionária Marxista – Política Operária*, POLOP ou simplesmente PO como era chamada carinhosamente pelos antigos militantes. Desde 1961 até 1967 a organização procurou aglutinar os insatisfeitos com a orientação do *Partido Comunista Brasileiro* e propugnar a revolução socialista.

No primeiro capítulo procuramos apresentar o rico caldo cultural da época através das respostas revolucionárias apresentadas por países latino-americanos, mais especificamente Bolívia e Guatemala que tiveram seu processo inacabado e rechaçado por aquele considerado o grande problema da época: o imperialismo norte-americano. Apresentamos também o processo revolucionário cubano, um dos maiores e mais importantes acontecimentos; episódio que fortaleceu um conjunto de outras esquerdas dos países latino-americanos, em especial a ‘*Nova Esquerda’,* que propunha uma leitura socialista da revolução latino-americana e que se apresentava como uma alternativa ao outubro bolchevique. Procuramos destacar direta ou indiretamente como isso influenciou a formação da POLOP.

Destacamos também os profundos debates ocorridos no interior do *Partido Comunista Brasileiro* (PCB) diante do *XX Congresso da União Soviética* e a nova política daí surgida. E assim o surgimento de agrupamentos trotskistas, luxemburguistas e socialistas descontentes com os rumos da esquerda brasileira procuraram se organizar tendo como elo o profundo embate com as teses do “Partidão”. E assim encerramos este capítulo com o surgimento da POLOP, que se originou através do debate estabelecido entre estes setores da esquerda e que possuíam como objetivo a revolução socialista.

No segundo capítulo procuramos apresentar, num plano bem geral, algumas das posições, trajetórias e soluções mais características de uma organização política de esquerda no Brasil que nascia no início da década de 1960 procurando comprometer-se com a luta e os interesses da classe operária.

Iniciamos pela formação da organização que se deu por iniciativa de alguns militantes da esquerda, críticos das orientações do *Partido Comunista Brasileiro* (PCB). Aliás, estes foram os principais pontos de convergência entre os seus integrantes que, desde a sua fundação, defendiam que a revolução no Brasil deveria ser imediatamente socialista. Na trajetória desta organização destacamos a importância que teve um de seus principais fundadores, de origem austríaca, Eric Sachs, conhecido por Ernesto Martins, que trazia consigo as experiências das lutas sociais européias.

Procuramos apontar alguns aspectos, à luz da compreensão da POLOP, da consolidação do capitalismo no Brasil no século XX e o conseqüente desenvolvimento das lutas operárias e das formas pelas quais elas se organizaram ao longo deste período, bem como do amadurecimento das exigências dos trabalhadores do campo. Outros aspectos que trabalhamos, de forma bastante sucinta, foram a imbricada disputa política que permeava o início dos “anos rebeldes”, o agravamento da situação econômica no país devido ao refluxo econômico do período pós-JK e também a crise ocasionada pela renúncia de Jânio Quadros, o estabelecimento do parlamentarismo, o retorno do presidencialismo, assim como o adensamento da crise no governo João Goulart que culmina com o Golpe Militar em 1º de Abril de 1964. Paralelo a isso, procuramos expor as mudanças ocorridas no interior da organização, em especial com a elaboração do II Congresso em janeiro de 1963, no qual entenderam que, perante as condições sócio-econômico-política do país e também diante do desenvolvimento de novas organizações e partidos na esquerda brasileira, deveriam oferecer uma nova estratégia na luta revolucionária. Optamos por esta caracterização, qual seja, da ótica da POLOP, para bem exemplificar que as propostas apresentadas pelo conjunto da organização estão intrinsecamente relacionadas aos problemas por eles identificados.

Destacamos também o entendimento da organização sobre a burguesia brasileira e o posicionamento desta frente a burguesia internacional. A principal tese defendida pela organização a este respeito foi que a burguesia brasileira aceitou ser a sócia menor do capital imperialista dos países centrais. Além disso, pontuamos o que a POLOP concebia como prioridades no movimento operário nacional, apresentando, como saída necessária a independência da classe trabalhadora e o total rompimento da sua vinculação com as ideologias burguesas. Segue-se o texto

com a ácida crítica feita às posições políticas e as análises que o PCB possuía àquela época. Esta é afinal uma das originalidades desta organização.

Destacamos que para a POLOP o desenvolvimento do processo revolucionário se daria à medida que as questões subjetivas e objetivas fossem desenvolvidas. Para tal intento propunha a transformação do operariado 'de classe em si numa classe para si', o que desenvolveria a consciência do papel histórico dos trabalhadores do campo e da cidade. A questão da consciência foi um ponto discutido em nosso texto devido a sua particular importância para a organização. Afinal este era um ponto nodal para que a classe se tornasse combativa e, assim, se constituísse em vanguarda do movimento revolucionário.

Para a construção destas bases revolucionárias procuramos discutir a importância, atribuída pela POLOP, da atuação dos revolucionários como fomentadores da transformação social. A estes era atribuído o papel de propagandistas no meio operário para desenvolver as condições de um processo revolucionário.

Destacamos a atenção despendida pela organização na formação de uma frente ampla de classe composta pelos operários e por seus aliados - os trabalhadores do campo - e por isso apoiaram as *Ligas Camponesas*.

Outra das principais teses defendidas pela POLOP foi a construção do partido da classe operária e que pudesse de fato representá-la, portanto, em contraposição ao PCB. Este partido surgiria da união dos trabalhadores do campo e da cidade devido as similitudes de interesses destas classes. O partido seria formado por quadros procedentes da classe operária, através da atuação dos revolucionários, do conteúdo teórico-crítico oferecido pela organização e pelas experiências adquiridas pela classe diante dos embates na luta política e econômica.

Discutimos também o entendimento da organização sobre as experiências de guerra de guerrilhas ocorridas ao longo da década de 1950 e 1960. A POLOP traduziu e editou o livro de Régis Debray *Revolução na Revolução* fazendo uma avaliação crítica a respeito desta alternativa revolucionária. Reconheceram a importância desta tese, bem como as proposituras guevaristas e castristas, pois entendiam que o processo revolucionário cubano era um exemplo do despertar das massas. No entanto, a guerrilha complementaria o processo de transformação e jamais poderia vir desvinculada da luta dos operários, esta com capacidade de aglutinar o movimento revolucionário.

No terceiro e último capítulo apresentamos os novos dilemas que o Golpe Militar em 1º de Abril de 1964 impôs à POLOP. Se antes a guerrilha não era defendida, a partir deste evento passou a ser cogitada como uma forma de resistência em conjunto com os militares de esquerda rebelados das Forças Armadas.

Trabalhamos também com as resoluções do III Congresso da POLOP, realizado em março de 1964, ao que nos parece ter ocorrido dias antes do golpe, cujo documento, além de refletir a ansiedade do momento histórico, evidenciava a necessidade de um *Programa Socialista para o Brasil.*

Ressaltamos que com os novos dilemas impostos, construíram-se teses divergentes dentro do grupo que tinham o caráter da revolução como fundamento dos debates. Procuramos compreender os motivos desta dissensão coletiva, os argumentos de ambas as cisões, assim como as crises internas. Por certo ao longo de sua existência pessoas entraram e saíram da organização, mas somente em 1967, correntes divergentes, que vinham sendo construídas ao longo desses anos, entraram em choque e as dissensões levaram-nas a caminhos distintos. E, por último, fechamos com o IV Congresso e a dissensão no interior da POLOP com a defesa de dois projetos de revolução que tinham: o *Programa Socialista para o Brasil* pela revolução de caráter socialista e a *Revolução de Libertação Nacional*, que propunha o apoio da pequena burguesia, pelas liberdades democráticas e pela luta armada, defendida pelo grupo que rompe com as teses da POLOP.

Ressaltamos que o nosso trabalho visa levantar os problemas postos e a partir deles construir algumas hipóteses sobre uma organização que tinha um processo revolucionário como objetivo. Nosso principal foco foi procurar entender como e porque surgiu a POLOP no conjunto do que ficou denominado “Nova Esquerda”, as confluências de fatores que resultaram no surgimento desta organização, os problemas por ela detectados e diante destes as soluções propostas ao longo do seu percurso.

Neste sentido o limite deste trabalho está em procurar identificar o entendimento e as práxis políticas da POLOP sem fazer um confronto com aquela realidade nacional avaliando se, de fato, a POLOP fazia uma análise correta da situação. No entanto esse mesmo elemento carrega a potencialidade deste trabalho, pois compreender a realidade nacional e latino-americana, bem como os caminhos possíveis dentro daquela realidade à luz da organização é a base que nos pode

permitir ou a outros que tiverem acesso a esta pesquisa, a fazer este confronto para que tal lacuna possa ser preenchida e assim compreendermos quais os limites e potencialidades daquela experiência para a luta da classe operária.

Capítulo 1 – As esquerdas latino-americanas, as alternativas revolucionárias e as origens da POLOP.

1.1 – O imperialismo norte-americano e a América Latina.

Na década de 1950 houve profundos debates na esquerda latino-americana. O fundamento das divergências estava nas relações que seriam estabelecidas entre os países imperialistas, industrializados do Norte, fundamentalmente os EUA, com os países subdesenvolvidos, agrários do Sul. Tanto comunistas quanto socialistas identificavam no imperialismo alguma espécie de impedimento. Para uns existiam conflitos, mas não necessariamente contradições de interesses; para outros, barreira ao desenvolvimento da economia nacional. Em torno disso todas as classes e suas frações apontaram os problemas, suas prováveis soluções, definiram estratégias, fizeram alianças, disputaram politicamente, enfim, atuaram no sentido de garantir seus interesses.

A origem do parco desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no continente latino-americano tinha causas externas e remontava a histórica relação de subordinação dos países subdesenvolvidos com os países imperialistas. A princípio a dominação era européia tendo Portugal, Espanha, Holanda, França e Inglaterra como referências. No século XX ascende os EUA como a principal potência capitalista.

Estes países imperialistas estabeleciam uma política externa na qual os países latino-americanos, suas colônias, eram fontes ricas de insumos e gêneros alimentícios, sustentando o acelerado processo de industrialização do Norte. Além de fontes seguras de produtos primários, constituíam importantes mercados importadores e consumidores dos produtos transformados naquelas potências.

Permitir um processo de desenvolvimento industrial dos países abaixo da linha do equador significava perder tal fonte. Deste modo, os países latino-

americanos em geral identificavam no imperialismo a principal causa do atraso econômico.

Após o término da *II Guerra Mundial* a questão internacional concentrou-se na bipolaridade entre EUA e URSS – *a Guerra Fria*. O peso deste último no cenário mundial, conjuntamente com as lutas sociais e as ideologias das classes operárias, eram tão fortes que era comum identificar no discurso de todos os setores uma ideologia comunista. Enquanto para a esquerda o caminho para o comunismo seria o desfecho certo das lutas sociais, para as classes dominantes, era certo o seu avanço, porém não necessariamente a sua vitória.

O leque de alianças externas dos países latino-americanos envolvia aqueles dois países – então as duas maiores potências mundiais - e consistia em ponto crucial para os rumos que iria se seguir. Ou posicionava-se no raio de ação dos norte-americanos ou dos soviéticos. As tentativas de criar um setor neutro não frutificaram.[3]

A relação que os países latino-americanos estabeleciam com os países imperialistas e a condição interna do desenvolvimento capitalista de cada um foi conflituosa, em alguns casos, chegaram a picos de radicalidade que desembocaram em revoluções de caráter popular. Foi frente à política-econômica imperialista e o jugo que impunha às nações do Sul que permitiram o desenvolvimento de uma variada gama de ideologias nacionalistas.

As classes sociais dos países "subdesenvolvidos" não se posicionaram de modo homogêneo em relação aos capitais internacionais, mas ora apoiando, ora confrontando-se com a ação "alienígena". Entre estas classes e suas frações estavam presentes setores mais moderados e outros mais radicalizados. Algumas experiências revolucionárias tiveram neste bojo forte influência de modo diferenciado sobre setores à esquerda e à direita.

As políticas empreendidas pelo estado norte-americano desde o início do século XX nos indicam a sua profunda e, em muitos casos, decisiva participação militar, política e econômica em todos os países da América Latina.[4] Esta política[5]

---

3 Esta neutralidade referia-se à uma outra via propugnada por Ernesto 'Che' Guevara em que não houvesse aliança com os dois blocos em disputa: União Soviética e EUA.

4 Na verdade podemos perceber desde o início de século XIX, na política externa norte-americana, o delineamento da estratégia de dominação do continente americano. Quando o secretário de Estado americano, John Quincy, no início daquele século manifestara a intenção de anexar Cuba por considerá-la parte do continente e a 'fronteira natural' dos EUA, constitui um dos indícios da formação da política imperialista e da conseqüente dominação do Hemisfério.BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Marti a Fidel. A Revolução Cubana e a América Latina*, p. 14.

estava condicionada à condição dos países latinos estruturalmente dependentes dos países mais ricos, todos basicamente possuíam economias assentadas na exportação de produtos primários, exportadores de minérios ou produtos agrários e importadores de bens industriais. A prática de empréstimos de capitais americanos e mais tarde a falta de pagamento deles por parte dos países endividados é exemplar.

A importância da política externa norte-americana passa a estabelecer vínculos mais próximos com grupos, sujeitos, agentes políticos, civis, militares internos das nações, cujos interesses corroboram e coincidem com as expectativas norte-americanas. As intervenções foram muitas vezes explícitas com a ocupação de soldados americanos.

Esta relação suscitou outras orientações das correntes de esquerda, comunistas, socialistas, anarquistas entre outras. A resposta formulada pelos setores sociais organizados fora construída neste caldo cultural.

Três casos revolucionários exemplificam claramente esta questão e apontam a importância naquele momento das relações internacionais que os países estabeleciam: Guatemala, Bolívia e Cuba. Este último em especial porque com a Revolução Cubana cai o monopólio de representação que até então os partidos comunistas possuíam o que a tornara uma referência para toda a América Latina.

Em 9 de abril de 1952 na Bolívia setores da população se insurgiram. As lideranças sindicais e dirigentes trotskistas teriam sido responsáveis pela insurreição. Sob este comando,

> [...] demandaram um conjunto de medidas radicais, como a nacionalização das minas, sem indenização, a liquidação do Exército e sua substituição por milícias populares, bem como ampla reforma agrária, com extinção do latifúndio e de todas as formas de servidão rural.[6]

---

5 Em busca de razões intrínsecas que expliquem o comportamento político e econômico dos Estados Unidos da América para com a América Latina, convém tentarmos acompanhar o aparecimento do movimento imperialista americano como que ao nascer. Esse momento se deu quando no interior do país se formavam grandes trustes e corporações de tendências intrinsecamente monopolistas e expansionista. O Estado ultra liberal americano foi o instrumento indispensável, a serviço dos grandes capitães de indústria de então, àquela formação imperialista. Se a vitória do Norte sobre o Sul foi a liberdade total do capitalismo para apoderar-se de todo o território nacional, sem peias nem freios; se para fins do século passado e começos desse a descoberta do petróleo, os progressos da grande indústria pesada e a invenção revolucionária do automóvel levaram os capitalistas americanos a expandir-se além fronteiras, primeiramente na região das Caraíbas, transformada em terreno de caça deles; a Primeira Grande Guerra levou aos primeiros ensaios sistemáticos de conquista do mundo. Foi então que, graças à ação do Estado, os órgãos e instrumentos políticos e econômicos indispensáveis à ação imperialista foram criados. PEDROSA, Mario. *A Opção Imperialista*, p.34.

6 BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Marti a Fidel. A Revolução Cubana e a América Latina*, p. 106.

A Bolívia dependia da exportação de estanho para obter divisas fundamentais para o abastecimento do país. Daí as reformas promovidas pelo governo Paz Estenssoro esbarrarem nos limites da economia e dependerem da política externa das nações importadoras. A nacionalização das empresas de estanho sem indenização, como desejavam as organizações de esquerda, colocavam o presidente frente às nações imperialistas. O governo americano exercia pressões condicionando qualquer compra de estanho às indenizações dos acionistas americanos. Carregamentos de estanho estavam parados nos portos do Pacífico deixando a Bolívia desprovida de divisas. E sendo frustrados os planos bolivianos em obter, mediante convênio, alguns gêneros alimentícios da Argentina, e tampouco encontrando guarida nos países do Leste Europeu, o governo de Estenssoro cedeu às pressões norte-americanas e assumiu o compromisso de efetuar os pagamentos devidos. [7]

A conjuntura política também era delicada para as estratégias estadunidense que diante do ascenso das lutas sociais, principalmente na Guatemala, e por outro lado a força popular apoiada por setores da esquerda boliviana, bloqueavam para os norte-americanos a possibilidade, naquele momento, de articular um golpe contra Estenssoro. Mediante concessão de substancial ajuda econômica e financeira os EUA neutralizara qualquer tentativa de se estabelecer um regime comunista na Bolívia.[8]

Já na Guatemala, os programas de reformas afetavam diretamente os interesses da *United Fruit Company,* uma empresa estadunidense que adquirira enorme poderio econômico no país e que exercia toda a sua pressão monopolista. Qualquer programa de reformas populares atingiria necessariamente esta Companhia. De um lado estava o povo guatemalteca e de outro os interesses americanos.[9] Esta reforma agrária atingia somente as terras não cultivadas e ainda previa indenização aos seus antigos proprietários, mas apesar desta característica “moderada” várias medidas restritivas ao país foram desencadeadas pelo governo norte-americano, como a recusa ao governo Arbenz de material bélico, controle das exportações ao país e não permissão de vôo para os EUA por parte de uma Companhia guatemalteca. As restrições tinham como argumento a infiltração

7 Idem, p.118.

8 Idem, p.117 e 118.

9 Idem, p.120 e 121.

comunista e sua influência perigosa no governo Arbenz.[10] Este, na verdade, nacionalista,

> [...] mas um nacionalismo que foi sendo radicalizado à medida que ia sofrendo as pressões americanas, motivadas pela *United Fruit Company*, e que, os partidos que o apoiavam fragmentaram-se dando espaço ao PGT (*Partido Guatemalteco del Trabajo*), nome do partido comunista na Guatemala, e a representantes da Confederação Geral dos Trabalhadores da Guatemala.[11]

Ainda no ano de 1953 a situação agravara-se e a intenção de depor o governo Arbenz manifestara-se na administração Eisenhower na posição do ex-embaixador americano na Argentina, Spruille Braden, que "[...] defendeu publicamente, a necessidade de intervenção armada na Guatemala, com o argumento de que o combate ao comunismo não constituía intromissão nos assuntos internos de outro estado." [12]

Uma dupla ação americana desenrolou-se neste sentido; por um lado a *CIA* (*Central Intelligence Agency,* que significa *Agência Central de Inteligência ou Serviço Central de Informações),* foi autorizada a preparar secretamente a *Operation PBSUCCESS* no intuito de formar e treinar uma força rebelde para invadir a Guatemala e, por outro lado, articulava para conseguir o apoio dos países latinos na *X Conferência Interamericana* que iria se realizar em 1º de março de 1954. E foi em maio deste ano que o governo americano encontrou o pretexto para atacar a Guatemala quando o país recebeu material bélico de origem polonesa. Após muitas articulações, justificativas, e uma série de ações, finalmente em 25 de junho de 1954, através da Força Aérea da Nicarágua, bombardearam a capital da Guatemala.[13] Sem apoio das Forças Armadas, Arbenz ocupou os microfones das emissoras locais para anunciar sua renúncia à presidência, entregando o poder ao coronel Carlos Enrique Dias, chefe das Forças Armadas. [14]

Conjuntamente à estes processos revolucionários latino-americanos que tinham o imperialismo norte-americano como inimigo principal ocorre a Revolução Cubana, um fenômeno de grande impacto, um processo que levou o movimento liderado por Fidel Castro à construção de um novo poder político. Esta vitória

---

10 Idem.

11 Idem.

12 Idem, p.128.

13 Idem, p.136.

exerceu um papel paradigmático sobre as decisões políticas, seja dos movimentos e partidos revolucionários, como também constituiu uma lição histórica para as forças conservadoras.

A proposta dos principais dirigentes da revolução era construir uma alternativa frente à disputa entre as duas potências envolvidas na Guerra Fria. Como estratégia, lutaram pela expansão do processo revolucionário cubano espraiando-a para os demais países vizinhos construindo uma saída latino-americana.

O referencial dos revolucionários cubanos estava calcado nas experiências latino-americanas. Cuba tinha um histórico de enfrentamentos com os EUA que vinha do final do século XIX com a experiência revolucionária de Martí. No período mais recente serviram aos revolucionários de *Sierra Maestra* os exemplos da Bolívia, com sua distribuição de armas ao povo, como a Guatemala, que quase sem resistência entregara o poder político aos norte-americanos e seus aliados no interior do país.

O caminho que seguiu o movimento revolucionário cubano foi completamente diferente daquele preconizado pelos partidos comunistas. Não surgiu de um partido denominado operário, seguindo as diretrizes do centralismo-democrático e muito menos adotando o rótulo de comunista. Diante da radicalização do povo cubano o que poderia ser mais uma experiência nacionalista, fica evidenciado o caráter socialista da Revolução Cubana com a declaração de Fidel Castro em 1961. O caminho adotado, a guerrilha, realizada pelo *Movimento 26 de Julho*, composta por elementos das classes médias no curso dos embates agregou camponeses e trabalhadores. Prática e teoricamente, o monopólio dos partidos comunistas na condução revolucionária estava contraposto; a via pacífica adotada pelo PCUS *(Partido Comunista da União Soviética)* fora contestada pela solução guerrilheira.

Outro ponto importante foi o leque de alianças que esta alternativa revolucionária estabeleceu, fundamentalmente com os trabalhadores rurais prescindindo da necessidade de estabelecer alianças com as classes burguesas nacionais. Mesmo se a burguesia cubana estivesse em contradição com o imperialismo, sua posição não a levaria a aliar-se aos trabalhadores, pois temia uma revolução social. De outro lado, tanto Castro quanto Guevara não se opunham às tendências políticas de esquerda que se dispusessem à insurreição para derrubar o

---

14 Idem, p 127 à 134.

status quo, o que os diferenciavam dos comunistas obedientes às diretrizes de Moscou.

Se por um lado havia pão sem democracia e por outro, democracia sem pão, a Revolução Cubana procurou dar uma terceira alternativa no continente latino-americano para além deste bloco de um lado os EUA e por outro a URSS. As revoluções cubana e latino-americanas deveriam possuir as duas coisas e colocar-se à frente das duas posições vigentes até então. Se não foram felizes nessas propostas e na condução de sua concretização, o espraiamento revolucionário sobre os demais países da América Latina, ao menos a sua posição internacionalista no início de seu processo de transformações, ficara como uma alternativa e exerceu sobre a esquerda, principalmente as que estavam fora dos partidos comunistas, como os socialistas, nacional-populistas e social-democratas, grande influência. Não fora casual que estes setores à esquerda prezaram por uma via revolucionária que trouxesse os benefícios materiais sem suprimir as liberdades.

1.2 – As Alternativas na América Latina.

Na década de 1950 novas organizações surgiram na tentativa de trazer alternativas revolucionárias na esquerda latino-americana. Isso não aconteceu ao acaso, correspondeu a uma tendência que se acentuara em vários países latino-americanos.

Em decorrência do XX Congresso do *Partido Comunista da União Soviética* (PCUS), do relatório dos crimes de Stálin e dos processos de desestalinização, sai fortalecida a proposta destes grupos que defendiam uma outra leitura sobre o desenvolvimento capitalista na América Latina e a revolução socialista. Acirraram-se, assim, as críticas às orientações dos Partidos Comunistas.

No entanto, estas leituras alternativas também se opuseram ao que se qualificava como dogmatismo e sectarismo das organizações trotskistas.

Houve, por exemplo, na Argentina, uma personagem muito importante e que de certa forma teria influenciado estas organizações revolucionárias que surgiram na América do Sul na década de 1950 e começo de 1960. Trata-se de Sílvio Frondizi, irmão do ex-presidente argentino Arturo Frondizi, que muitas vezes percebido como

trotskista, devido à sua aproximação com a teoria da *Revolução Permanente,* trazia influências de Marx, Engels, Lênin, Trotsky, mas em especial inspirado em Rosa Luxemburgo. Foi fundador da organização *Praxis y Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR-Praxis). Quando,

> [...] da sua viagem a Cuba e suas entrevistas com Che Guevara, surgiu a idéia de levar a estrutura organizativa e programática que ele tinha desenhado no MIR para outros paises do continente. Foi assim, que o Silvio Frondizi adquiriu naqueles anos a projeção continental como fundador do primeiro MIR latino-americano, e sua obra transpassou as fronteiras, como afirma Michael Löwy – respeito do impacto na esquerda brasileira - no prólogo do livro de Horacio Tarcus.[15]

Moniz Bandeira[16] nos contou sobre Silvio Frondizi que teria influenciado,

> [...] na formação do MIR na Venezuela, a partir de uma cisão da Acción Democrática, de Rômulo Bitencourt, e esteve no Congresso de Jundiaí [quando da formação da POLOP], juntamente com Marcos Kaplan, que não sei se continua como professor na Universidade do México. Estive a última vez com Sílvio Frondizi, em 1964, no Uruguai, quando eu lá estava asilado. Nos anos 70, ele se vinculou ao Partido Revolucionário dos Trabalhadores (uma das facções trotskistas) que promoveu guerrilhas na Argentina e foi assassinado em 1974 pela Triple A (Alianza Anticomunista Argentina). Posteriormente surgiram outros MIR, no Peru e no Chile.

Neste sentido, Silvio Frondizi foi um dos teóricos que deu origem ao que ficou conhecido por “Nova Esquerda” e suas raízes teóricas

> [...] se fundam nos debates do marxismo das décadas anteriores. O papel de Silvio Frondizi, no entanto, foi mais de parteiro que de guia teórico. Sua principal contribuição foi a criação, em meados da década de cinqüenta, do primeiro grupo de esquerda que não reconhecia seus antecedentes no Partido Comunista (PC) nem em setor algum do trotskismo, o Movimento Esquerda Revolucionaria (MIR) Práxis.[17]

Outra característica que de certa maneira possibilitou a insurgência destes grupos revolucionários foi em

---

15 MORENO, Sylvia Ruiz, Silvio Frondizi ante la condición humana, http://www.ensayistas.org /critica/generales /C-H/argentina/silvio.htm . Tradução e Grifos nossos.

16 (E 10).

17 AMARAL Samuel, Silvio Frondizi y el surgimiento de la nueva izquierda. www.ucema.edu.ar/ publicaciones/documentos. Tradução nossa..

> [...] conseqüência da ruptura da hegemonia no campo comunista ao se fazer publico o conflito chinês-soviético, e da aparição dos movimentos de libertação nacional na África e na Ásia, e, especialmente, da Revolução Cubana, as raízes teóricas da nova esquerda se fundam nos debates do marxismo das décadas anteriores.[18]

Uma pequena exposição do pensamento de Frondizi demonstra que suas idéias eram oriundas de um momento histórico que convergia para uma crítica às analises do Partido Comunista, procurando apontar uma alternativa revolucionária socialista na América Latina sem a etapa da revolução burguesa como preconizada pelo referido partido. Em sua *Teoria da Integração,* Frondizi analisa o peronismo dizendo que

> [...] a economia mundial tinha-se unificado sob o predomínio do imperialismo norte-americano, pelas quais as condições objetivas da revolução estavam presentes na Argentina e América Latina. Essa revolução não podia ser outra que a revolução socialista, por que a burguesia nacional tinha fracassado, pelo menos na Argentina, na sua ultima tentativa de revolução democrática burguesa, como tinha sido o peronismo. Caracterizou o peronismo como demagogismo e ditadura policial (mas não classista), percebeu que tinha aspectos positivos e negativos. Os aspectos positivos foram a integração da massa à vida política e o desenvolvimento da consciência de classe. O aspecto negativo foi que o peronismo após seu fracasso em concretizar a revolução democrática burguesa estava sendo abandonado pela classe operária e após ganhar o apoio da pequena burguesia deslizar-se-ia ao fascismo clerical ou falangismo. A solução a isto era a revolução socialista.[19]

Vale notar a ênfase dada por Frondizi sobre a necessidade da revolução socialista como solução para os problemas que afligiam os latino-americanos.

A concepção da revolução socialista se torna hegemônica no conjunto das idéias da *Nova Esquerda* e será esta a principal defesa de todas organizações que surgiram. Segundo a bibliografia consultada, a principal obra do autor *La Realidad Argentina* foi

> [...] o principal esforço analítico levado a cabo por um marxista argentino e que, pela falta de afiliação de Frondizi com as correntes políticas marxistas mais ou menos institucionalizadas, jogaram um papel chave na sustentação teórica de uma nova esquerda, que junto com ele e seu grupo começou a surgir na margem do stalinismo ainda dominante e do trotskismo que o desafiava, mas partilhava boa parte dos principais supostos. Por isto, quanto Frondizi diz sobre o

18 Idem.

19 Idem.

> peronismo e sobre a revolução socialista têm uma relevância muito maior que aquela que sua pouca experiência na prática política permite supor. Mas, como nesse aspecto ainda o mais sucedido dos seus concorrentes, o PC, também não podia mostrar realizações espetaculares, é preciso considerar o aporte de Frondizi por quanto adiciona à difícil tarefa de explicar o peronismo à partir de uma perspectiva marxista. [20]

Frondizi foi árduo crítico do Partido Comunista. Para ele o PC Soviético rechaçou a T*eoria da Revolução Permanente* porque teria assumido, especialmente depois da morte de Lênin, uma posição defensiva frente ao cerco capitalista, transformando também a *III Internacional* em um instrumento de sua política internacional. Para ele o Partido Comunista teria abandonado a prática revolucionária assumindo a *Teoria do Socialismo em um só país,* a convivência pacífica entre países capitalistas e socialistas e entre classes mediante métodos reformistas. Para Frondizi,

> [...] o PC sustentava, em conseqüência, a necessidade de completar a revolução democrática burguesa antes de passar à revolução socialista. Frondizi, pelo contrário, acreditava que as possibilidades da revolução socialista em um país semi-colonial deviam avaliar-se partindo da situação política mundial. Ela tinha mudado com a Segunda Guerra Mundial, que havia tido duas conseqüências principais: no mundo capitalista, a hegemonia total dos Estados Unidos; e no mundo socialista, a revolução chinesa, que tinha quebrado a hegemonia da URSS, marcando o fim da era stalinista, caracterizada pela subordinação dos partidos comunistas aos interesses da URSS.[21]

No entanto o trotskismo, por sua vez,

> [...] era a antítese do stalinismo, mas não uma síntese superadora. O sectarismo, que era um dos seus principais vícios, fazia que se opusesse à 'grande ascensão revolucionária das massas mundiais, que estão universalizando seu alcance e sua ação'. Com ou sem ascensão revolucionaria das massas na Argentina, também nela estava presente o sectarismo.[22]

Frondizi discordava teoricamente tanto da visão dos stalinistas quanto dos trotskistas. Isso porque em sua teoria havia uma "ausência do partido revolucionário,

---

20 Idem.

21 Idem.

22 Idem.

mas não crê tampouco que só a ação espontânea das massas poderia realizá-la".[23] Os revolucionários formando quadros capacitados para a revolução socialista seriam de suma importância, pois,

> [...] a revolução podia se dar em qualquer parte, já que ela dependia das condições subjetivas, em definitivo dependia da ação das massas e do trabalho preparatório que os revolucionários tivessem feito para não deixar escapar a oportunidade quando se produzisse o que ele chamava de 'a ascensão revolucionaria'. [24]

A atividade política era, para ele, "[...] uma tarefa de formação de quadros a espera do ascenso revolucionário das massas [que] convocará, em um momento impreciso, à ação." [25]

Acreditamos que estes trechos possam ao menos ilustrar que aquele era um momento em que surgiam nas esquerdas latino-americanas críticas às posições dos Partidos Comunistas e também do trotskismo, ao mesmo tempo em que se apresentavam novas alternativas.

1.3 – O Partido Comunista Brasileiro (PCB), os debates internos e a nova política nacional.

Trabalhamos com resoluções tomadas pelo *Partido Comunista Brasileiro* (PCB) diante dos embates ocorridos no interior do Partido depois do *XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética*. Nossas análises procuram tão somente apontar algumas avaliações sobre o PCB, fundamentalmente após 1956 quando se inicia um processo de mudança de orientação política no interior do partido e foi frente à elas que as organizações e partidos que surgiram na esquerda na década de 1960 tinham-nas, em geral, como referência até para ser negada. Justifica-se tal análise tendo em vista que o PCB representava, àquela época, a principal força de esquerda de inspiração marxista, e, mesmo estando a maior parte de sua existência na ilegalidade, teve significativa radicação no movimento operário, conquistou sindicatos e teve forte ramificação no movimento camponês.

---

23 Idem.

24 Idem.

25 Idem.

O PCB apoiou, em 1955, Juscelino Kubitschek para presidente da república. Tal endosso provinha do entendimento de que este era um governo de composição heterogênea aliando nacionalismo e entreguismo aos capitais internacionais. A tática era apoiar o nacionalismo e criticar o entreguismo.[26]

Em fevereiro de 1956 vem à tona o informe confidencial de Khruschev ao *XX Congresso Comunista da URSS* sobre os crimes de Stálin, fato que provocou um impacto sentido em todos os movimentos comunistas do mundo. [27] Esse ano parece ter sido decisivo na mudança dos rumos políticos tomados pelo Partido Comunista. Segundo Del Roio,

> [...] a ascensão ao governo de JK, consolidando a coalizão PSD-PTB, com apoio do PCB e as grandes mudanças no movimento comunista, decorrentes do XX Congresso do PCUS, da insurreição de Budapest e da guerra do Suez, promoveram uma redefinição tática e estratégica de profundidade na política pecebista. [28]

Uma breve e acirrada disputa[29] marcou os dois anos e um mês entre o impacto do XX Congresso do *Partido Comunista da União Soviética* (PCUS) – fevereiro de 1956 - e a elaboração do documento denominado *Declaração Política de Março* de 1958. Estes conflitos internos promoveram rachas e o resultado desse processo viria trazer novas fissuras no partido na década seguinte. [30] Casual não foi a aproximação de setores dissidentes do PCB com pessoas que mais à frente comporiam a POLOP, entre outras coisas, nisto está guardada a importância desse relato sobre a trajetória da construção do novo programa político dos comunistas.

---

26 GORENDER. Jacob, *Combate nas Trevas*.

27 "para complicar, no mesmo ano do relatório Kruschev, a tentativa de revolução na Hungria foi sufocada pela invasão soviética, demonstrando que era preciso fina sensibilidade para se alinhar às novas diretrizes. No PCB, o debate sobre 'desestalinização' não transcorreu de maneira democrática e, com o argumento de que não podia resvalar em anti-sovietismo, foi abrupta e autoritariamente declarado concluído". ALMEIDA, Lucio Flávio de. Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-1964. In *Corações Vermelhos. Os comunistas brasileiros no século XX*. (orgs) MAZZEO, Antônio Carlos. e LAGOA, Maria Izabel., p. 105.

28 DEL ROIO, Marcos. De um século à outro: Trajetória e atualidades da questão comunista no Brasil. In *Corações Vermelhos. Os comunistas brasileiros no século XX*. (orgs) MAZZEO, Antônio Carlos. e LAGOA, Maria Izabel. p. 287.

29"No plano interno, viu-se em uma situação paradoxal. Apoiou, em nome da democracia, um governo que começou, transcorreu e findou no interior de um regime que interditava o voto do analfabeto, o que significava excluir do jogo eleitoral a imensa maioria dos dominados, especialmente as massas rurais. Um governo que nada fez para democratizar a estrutura sindical herdada do Estado Novo; que promoveu um intenso desenvolvimento capitalista industrial apelando, com sucesso, para uma extraordinária (e bem subsidiada) participação do capital imperialista oriundo de diversos países, dos Estados Unidos ao Japão, passando pela Europa Ocidental; um governo cujo presidente, ao receber, ainda quando candidato, o apoio dos comunistas, deixou claro que jamais proporia a legalização do PCB; um governo, enfim, que não moveria uma palha em favor da reforma agrária"} Ronald Chilcote nos apresenta também uma dubiedade no referido governo combinando ações anticomunistas como a "repressão aos estivadores do Rio controlados pelos comunistas e a dissolução da organização feminina Liga de Emancipação Nacional,[ao mesmo tempo que] tolerava a aprovação de lei permitindo que líderes comunistas eleitos assumissem seus cargos sem a aprovação do Ministério do Trabalho, como era exigido anteriormente". ALMEIDA, Lucio Flávio de. Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-1964. In: *Corações Vermelhos. Os comunistas brasileiros no século XX*. (orgs) MAZZEO, Antônio Carlos. e LAGOA, Maria Izabel., p. 105 e 106.

As estruturas do PCB foram abaladas. Tantos anos tendo como referência o *Partido Comunista da União Soviética* a reação não poderia ter sido outra. A esse respeito Segatto relatou que

> [...] durante sete meses, o PCB se manteve num aturdido e obstinado silêncio. Numa época em que a autenticidade do texto de 'informe secreto' de Khruschev já era reconhecida pelos principais partidos comunistas ocidentais, os militantes do PCB ainda o consideravam uma falsificação do serviço secreto norte-americano. [31]

Já para Chilcote o tratamento despendido pelo PCB quanto às denúncias foi vago e incerto, refreando o debate aberto e só depois retomando a discussão em outubro de 1956 reconhecendo tal omissão e propondo a democratização do Partido.[32] Ainda para este autor foi nos debates internos que se definiram as divisões dentro do Partido em três grupos. O primeiro grupo formado foi o núcleo dirigente ou círculo interno da velha guarda do partido conhecido como *fechadistas ou conservadores,* nome dado devido a oposição que faziam a uma discussão pública das questões internas do partido.[33] Em oposição estariam os *abridistas ou renovadores* que pretendiam um debate aberto.[34] A terceira vertente denominava-se o *Pântano* ou *"Grupo Baiano",* a maioria dos membros que o compunham era natural da Bahia, daí o nome. A tática do *Pântano* foi apoiar

> [...] os conservadores para derrotar os renovadores, com o objetivo final de destruir os conservadores e conquistar o controle do partido. Isso foi conseguido numa reunião do Comitê Central em agosto de 1957, quando o Presidium e o Secretariado foram alterados para dar o controle ao *Pântano* [35].

Entre outubro de 1956 e abril de 1957 esse debate

> [...] foi desenvolvido através de cartas diárias impressas em *Voz Operária* e na *Imprensa Popular*, que publicava também um

30 DEL ROIO, Marcos. De um século à outro: Trajetória e atualidades da questão comunista no Brasil. In *Corações Vermelhos. Os comunistas brasileiros no século XX.* (orgs) MAZZEO, Antônio Carlos. e LAGOA, Maria Izabel., p. 288.

31 Segatto Apud KONDER, p.87.

32 CHILCOTE. Ronald. *Partido Comunista Brasileiro Conflito e Integração – 1922-1972* – , p.118.

33 Compunham esta cisão Luiz Carlos Prestes, João Amazonas, Maurício Grabóis, Pedro Pomar, Carlos Marighela, Diógenes Arruda Câmara e Jover Telles. Idem.

34 Formaram-se em torno da cisão provocada por Agildo Barata, mas também contavam com "Batim" e André Vitor, um grupo de intelectuais e jornalistas conhecido por Sinédrio que tinham nomes como Antônio Resende (Líder da União da Juventude Comunista – UJC), Armando Lopes da Cunha (Membro da Comissão de Agitação e Propaganda do Comitê Central), Aydano do Couto Ferraz (editor de Voz Operária e antigo editor de Tribuna Popular), entre outros. Idem.

35 Idem, p.119.

> suplemento semanal de quatro páginas de debate, o *Boletim de Debate*. O diálogo aberto possibilitou aos críticos comunistas do PCB a oportunidade de atacar a União Soviética também por sua repressão às tendências liberais na Hungria e na Polônia. [...] Em outra reunião realizada no meio do mês, o Comitê Central aprovou as 'diretrizes' de Prestes para o debate. Prestes apoiava o debate aberto mas insistia em que não houvesse críticas à União Soviética e ao Partido Comunista Soviético. O debate prosseguiu até fins de abril, quando o Comitê Central resolveu encerrar as discussões e conclamou à unidade do partido, declarando 'inadmissível' qualquer crítica aos princípios marxistas-leninistas e proclamando o partido como vanguarda do povo e defensor dos princípios do centralismo democrático e da liderança coletiva. [36]

Na avaliação de Gorender, um dos membros do denominado "Grupo Baiano", em *Combate nas Trevas* relatou que embora tenha regressado ao Brasil em abril de 1957, pois estava na União Soviética, e, portanto, alcançando o fim das discussões, condenou a cisão aberta por Agildo Barata[37], pois para ele, Barata nunca teria chegado a ser propriamente um marxista e sim um pequeno burguês radical; apontou também que a história do *"Grupo Baiano"* não teria passado de pura ficção.[38]

No desenrolar do debate as tensões agudizaram-se, e, segundo Chilcote, o grupo dos *renovadores* sofreu muitas críticas dos *conservadores*, motivo pelo qual inevitavelmente, em maio de 1957, Agildo Barata, seguido de outros *renovadores,* sai do partido.[39] Após o rompimento, tal grupo[40] teria ficado conhecido por *Corrente Renovadora do Movimento Marxista Brasileiro*, embrião do *Partido Comunista Nacional*, tendo publicado o semanário *O Nacional.* [41]

É interessante notar alguns detalhes do caminho e o modo como foi formulado a *Declaração Política de Março* de 1958. Podemos com isto ter mais um

---

36 Idem, p.119 e 120.

37 "em grande medida, a resolução do Comitê Central era uma resposta à crítica severa de Agildo Barata que, em 15 de março, [1957] condenara a hierarquia do partido por omissão nos debates. Ele defendia uma orientação independente para os partidos comunistas (inclusive o PCB), cujo marxismo, dizia ele, devia ser coerente com a 'realidade concreta de cada país'. De acordo com isso, o PCB deveria elaborar um novo programa que refletisse a participação coletiva da liderança e as bases partidárias; deveria haver uma democratização do partido na prática assim como na teoria e a eliminação do 'centralismo ditatorial'; uma 'linha de massas' semelhante à da China deveria ser buscada, junto com a descentralização da organização partidária; o sectarismo e a burocratização deveriam ser combatidos, as eleições do partido deveriam refletir os interesses das bases e a censura deveria se limitar às questões de segurança" Idem, p. 120.

38 GORENDER Jacob, *Combate nas Trevas*.

39 Idem, p.121.

40 Moniz Bandeira e Eric Sachs contribuíram no jornal deste grupo. Ambos tinham contato muito próximo com comunistas e trotsquistas o que lhes permitiam se posicionar com muita clareza frente a esses dois grupos.

41 Suas propostas centravam numa Frente Única Nacionalista orientada pela defesa da Petrobrás, uma política operária para garantir um salário mínimo, rever o sistema de previdência social, e a defesa da indústria nacional. Porém por volta de 1958 teriam abandonado os planos de criação do partido e teriam tido pouca expressão na história política posterior.

elemento, de como se construíam as diretrizes políticas do PCB e, a partir destas práticas e de suas conclusões, entender aqueles que a elas se opuseram.

Juntamente com Mário Alves, Gorender, assim que retornou ao Brasil, chegou a conclusão da necessidade de profundas mudanças na direção do PCB. Uma vez que

> [...] a cisão liberal-nacionalista de Agildo provocou a reanimação dos expoentes do stalinismo dentro do PCB. Se dependesse deles, bastava vestir a camisa-de-força do imobilismo político. Da nossa parte, Mário e eu estávamos convencidos de que já era inadmissível prosseguir com o Programa do Quarto Congresso. Ao invés de remendos e adaptações episódicos, fazia-se urgente a elaboração de uma linha política nova nos aspectos essenciais. [42]

Prestes também estava convencido da necessidade de introduzir modificações na Comissão Executiva e alterar a linha política até então adotada. Por intermédio de Giocondo Dias, homem de sua confiança, procurou Gorender e Mário Alves, e numa noite em julho de 1957 numa casa do subúrbio carioca reencontraram-se.[43] O passo seguinte seria dado em agosto com a presença de Prestes na reunião plenária do Comitê Central após dez anos de ausência. Nela foram aprovadas as modificações. Arruda, Amazonas e Grabóis saíram da Executiva e assumiram Giocondo Dias e Mário Alves, do ponto de vista político estavam incumbidos de elaborar propostas a cerca das contendas do Partido. Mas passados os dias, segundo Gorender

> [...] a comissão eleita no pleno (reunião plenária) de agosto não produziria um trabalho satisfatório. A saída do impasse seria possível se Prestes apresentasse um documento alternativo, que **receberia a preferência da discussão**. Com aprovação do secretário-geral, os companheiros ali presentes eram convidados a elaborar e redigir o documento alternativo. Tratava-se de formar uma comissão ultra-secreta, desconhecida para o Comitê Central e mesmo para a Comissão Executiva. Todos os presentes, aceitamos a proposta. Em numerosas reuniões, sob as altas temperaturas do verão carioca, de dezembro de 1957 a fevereiro de 1958, debatemos os diversos temas e chegamos à redação final do que tomou a denominação de *Declaração Política de Março de 1958*. Porque aprovada neste mês no pleno do Comitê Central, com ligeiras modificações e com o voto contrário de Amazonas e Grabóis [44]

---

42 GORENDER Jacob, *Combate nas Trevas*, p.26.

43 Gorender "não o via desde final de 1947". Ainda, segundo Gorender, "No dia seguinte, Mário e eu ficamos entregues à redação do documento, a respeito do qual ouvimos observações menores". Idem.

44 Idem.

Do ponto de vista da organização partidária a forma centralizada e hierárquica com que se estruturava o PCB não revela nenhuma novidade. Nem tampouco a forte influência que sobre ele era exercida por parte do PCUS[45]. O que nos parece sustentável defender até aqui, é que a partir daqueles debates tornou-se necessária à **formulação de uma nova política**, uma reavaliação dos caminhos até então seguidos, bem como os rumos que deveriam tomar. Essa necessidade foi marcada fundamentalmente por duas questões: a primeira foi pelo impacto do *XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética* e com ele a necessidade de um processo de *desestalinização* do Partido frente as denúncias dos crimes de Stálin, isto do ponto de vista externo. Já no interior do país, foi o processo de desenvolvimento capitalista promovido pelo governo JK que, no entendimento do Partidão, demandou uma nova avaliação. [46] A respeito das mudanças ocorridas no PCB neste período a *Declaração sobre a Política do Partido Comunista Brasileiro de Março de 1958,* parece haver consenso entre aqueles, de que o *V Congresso do PCB* realizado em 1960 aprofunda as idéias discutidas em tal declaração[47] e por isso nela nos apoiaremos.[48]

Na primeira avaliação sobre as heranças que marcaram o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, havia uma

---

45 Desde os anos 1930, o Partido Comunista Brasileiro foi fortemente marcado pela cultura stalinista que se espraiou, em maior ou menor escala, por todas as organizações ligadas à Terceira Internacional (para nos restringirmos a este caso). Acrescente-se a esta influência mais geral o impacto produzido no interior do partido pelo ingresso de amplos contingentes oriundos do tenentismo de esquerda, a começar pelo próprio Luís Carlos Prestes. Embora exista inegável relação entre o centralismo burocrático-autoritário do partido e as elaborações programáticas feitas em determinadas conjunturas, ela não é direta. Programas partidários mais 'reboquistas' ou mais 'esquerdistas' não expressaram necessariamente maior democracia seja internamente ao partido, seja nas suas relações com as classes populares" ALMEIDA, Lucio Flávio de. apud CARONE. Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-1964. In: *Corações Vermelhos. Os comunistas brasileiros no século XX*. (orgs) MAZZEO, Antônio Carlos. e LAGOA, Maria Izabel., p. 87 e 88.

46 Nesta partem da constatação de que o partido desde o fim do período da legalidade (1945-1947) e o início da 'guerra fria', deixara de compreender corretamente a situação nacional e internacional e, por isso, adotara uma 'concepção falsa, de caráter esquerdista, sobre a revolução brasileira' e 'uma política profundamente sectária', insurrecional e golpista – cuja expressão maior foi o famoso Manifesto de Agosto, de 1950. Daí a necessidade de uma autocrítica, capaz de sintonizar o Partido com o novo contexto internacional, de responder com maior correção às transformações econômico-sociais provocadas pelo desenvolvimento capitalista nacional e de retirar os comunistas do isolamento, eliminando o sectarismo e o dogmatismo predominantes até pouco depois do IV Congresso (1954). NOGUEIRA, Marco Aurélio, à PCB: vinte anos de política 1958-1979 documentos - Apresentação, p. IX, 1980, grifos nossos.

47 Sobre esta afirmação ver também (GORENDER, pág. 30,1987), (CHILCOTE, 1982), (NOGUEIRA, 1980).

48 "Nos dois congressos subseqüentes do PCB, realizados respectivamente em 1960 e 1967, reafirmou-se a análise e estratégia contidas na Declaração de Março de 1958, que seriam mantidas, de acordo com declarações recentes do PCB, por um prazo de pelo menos 20 anos (de 1958 a 1978), com uma única modificação de relevo referente à nova atuação do imperialismo no interior da economia brasileira". Acrescentou-se a declaração de março nestes novos congressos apenas o fato de que em certos setores passou-se a existir a associação de capitais estrangeiros e capitais nacionais e que portanto haveria no país o surgimento de uma " 'burguesia entreguista' ", ou " 'uma minoria entreguista' " que retardava o desenvolvimento nacional uma vez que esses capitais estrangeiros tornaram-se um veículo de evasão de "nossas riquezas e receitas de importações com suas remessas de lucros" MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira.* p.167 e 168.

> [...] agricultura baseada no latifúndio e nas relações précapitalistas de trabalho, predomínio maciço da produção agropecuária no conjunto da produção, exportação de produtos agrícolas como eixo de toda a vida econômica, dependência da economia nacional em relação ao estrangeiro, através do comercio exterior e da penetração do capital monopolista nos pontos-chaves da produção e da circulação.[49]

Neste sentido "a Declaração de Março reconheceu o desenvolvimento capitalista já em efetivação, o que até então o PCB se obstinava em negar".[50]

Embora tenha proporcionado um avanço nas forças produtivas surgindo relações de produção mais avançadas, o desenvolvimento capitalista não eliminou a estrutura de relações atrasadas do campo[51], segundo a avaliação pecebista. Na agricultura combinavam-se métodos capitalistas para a conservação do monopólio da terra com velhas relações semifeudais elevando o grau de exploração dos trabalhadores do campo. Estas relações **obstaculizavam o progresso** da agricultura, mantinham um baixo nível de vida das massas camponesas e **restringiam as possibilidades de expansão do mercado interno**. Tais "[...] sobrevivências feudais são um dos fatores que acentuam a extrema desigualdade de desenvolvimento das diferentes regiões do país, especialmente entre o sul e a parte do leste, que se industrializam, e o resto do país, quase inteiramente agrário".[52]

O país seria uma amálgama de atraso e modernidade, cujo atrasado dificultava o processo de desenvolvimento do que estava modernizado.[53] A revolução burguesa estava incompleta ou mesmo "[...] o desenvolvimento capitalista ainda não se completara, nem amadurecera para a revolução socialista". [54]

Através deste desenvolvimento nacional teria surgido e fortalecido "cada vez mais uma burguesia interessada no **desenvolvimento independente** e progressista da economia do país". [55] Concomitantemente aumentou o número de parlamentares nacionalistas e democráticos de vários partidos, o que indicaria um aumento da

---

49 Declaração sobre a Política do Partido Comunista Brasileiro de Março de 1958 *In: PCB: vinte anos de política 1958-1979* p. 4.

50 GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*, p.30.

51 O PCB defendia a reforma agrária como meio de colocar fim as relações pré-capitalistas ainda existentes, e, como meio de acelerar a expansão industrial, ampliando o mercado consumidor. Sobre este problema, segundo Guido Mantega, para os industriais a alternativa para a expansão não estava no campo, mas no próprio processo de industrialização. Para este setor da sociedade, o entrave encontrava-se, portanto, na questão de financiamento. MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira.* p.187, 191 e 192.

52 Declaração sobre a Política do Partido Comunista Brasileiro de Março de 1958 *In: PCB: vinte anos de política 1958-1979* p. 5.

53 A separação entre o sul e o restante do país significava que uma parcela da população já estava sendo beneficiada com as vantagens da industrialização enquanto a maioria do país sofria com as relações arcaicas do campo.

54 GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*, p.30.

55 Declaração sobre a Política do Partido Comunista Brasileiro de Março de 1958 *In: PCB: vinte anos de política 1958-1979* p. 5.

influência da burguesia nesses partidos bem como a utilização do voto por setores das massas, particularmente do proletariado, para apoiar uma política democrática e nacionalista.[56]

Essa relação do **processo de desenvolvimento capitalista** e a participação da burguesia no poder do Estado estavam presentes na composição do governo JK, pensava o PCB. Porém, uma vez **apoiado nas massas**, na *Frente Parlamentar Nacionalista*, no setor nacionalista das Forças Armadas e no capitalismo de Estado que vem sendo um elemento progressista e antiimperialista da política econômica, o setor nacionalista do governo teria influído para importantes avanços.

Por outro lado tinha-se a dependência do país ao imperialismo norte-americano dominando posições chaves em setores fundamentais, especialmente a partir da II Guerra Mundial. Uma alternativa para o desenvolvimento capitalista nacional passava pela independência política e uma proteção do capital nacional contra o monopólio estrangeiro. O objetivo era juntar as forças progressistas nacionais consolidando o regime de legalidade constitucional e democrático.[57]

Outra característica que havia sido um avanço foi a política conseqüente da coexistência pacífica entre a URSS e os EUA que significava os esforços de ambos os lados em evitar o conflito militar, mantendo apenas um confronto ideológico e tecnológico. Com esta política havia a possibilidade de uma transição pacífica ao socialismo em vários países. [58]

Porém algumas contradições precisariam ser resolvidas para a vitória da revolução brasileira,

> [...] a primeira é a contradição entre nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção

---

56 Almeida em sua tese de doutoramento defende a idéia de que a instalação da indústria automobilística causou atritos com capitais imperialistas, mas não antagonismo e houve uma redefinição da dependência e que os industriais eram favoráveis a participação do capital estrangeiro no país. Guido Mantega defende que os capitalistas apoiavam a participação do capital estrangeiro desde 1945.

57 "Com a Declaração de Março de 1958, o PCB passou a admitir o caminho pacífico para a revolução brasileira por meio da defesa da legalidade democrática, da combinação da ação parlamentar com a extraparlamentar, e da ampliação e fortalecimento do movimento nacionalista". (Madureira, Maria da Annunciação, A problemática dos modos de produção na obra de Nelson Werneck Sodré: seu lastro filosófico. Cunha, Paulo e Cabral, Fátima in Nelson Werneck Sodré Entre o Sabre e a Pena, p. 239. Para Mantega foram três as principais inovações da Declaração de Março de 1958 em relação as posições anteriores do PCB, são elas: primeira, o reconhecimento de um desenvolvimento capitalista local e baseado na industrialização, com o fortalecimento da burguesia nacional e a necessidade de sua inclusão na frente revolucionária com papel de destaque; segunda, o apoio à ala nacionalista do governo Kubitschek, que estaria representando os interesses progressistas do país; e terceiro, a substituição da luta armada pela via pacífica para o socialismo, com a atuação preferencialmente dentro da legalidade democrática e constitucional. MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*, p. 164 à 167.

58 O ascenso do socialismo, da causa da paz e do movimento de libertação nacional no mundo inteiro influi de modo positivo no crescimento das forças políticas antiimperialsitas e democráticas no Brasil. Declaração sobre a Política do Partido Comunista Brasileiro de Março de 1958 *In: PCB: vinte anos de política 1958-1979* p. 11 e 12.

> semifeudais na agricultura. O desenvolvimento econômico e social do Brasil torna necessária a solução dessas duas contradições fundamentais. A sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas da luta de classes entre operários e capitalistas. **Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual**. [59] Nas condições presentes do nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo. [60]

A idéia de que a revolução seguirá etapas está expressa pelo próprio partido. Não se tratava de transpor mecanicamente as etapas vividas pelos países europeus, feudalismo-capitalismo-socialismo, já que o PCB compreendia que no Brasil conviviam desenvolvimento capitalista e atrasos feudais, numa condição especifica latino-americana, um capitalismo sob o jugo imperialista. A etapa que se colocava é a de uma revolução democrático-burguesa para superar tanto as regiões atrasadas como tornar-se independente política e economicamente do imperialismo. A noção de etapa foi reconfigurada, ganhou novas cores, tornou-se uma resposta a situação concreta, ao menos a realidade que prevalecia na compreensão do PCB. E assim "a primeira etapa em curso seria a da revolução nacional e democrática, de conteúdo antiimperialista e antifeudal. Após a vitória dela é que se passaria à segunda etapa – a da revolução socialista". [61] [62]

O trecho abaixo não poderia ser mais sintético e claro sobre o caráter da revolução brasileira que

> [..] **não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática.** A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política de dependência para o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e

---

59 O inimigo principal não eram as classes exploradoras do proletariado, mas os setores e passavam a ser o imperialismo, e seus aliados internos, os setores mercantil-financeiros, que teriam interesses em impedir o desenvolvimento da industrialização juntamente com os setores agroexportadores. Atacava-se o inimigo principal e fazia-se uma aliança com a burguesia, tal era a "tática" do partidão para pavimentar o caminho rumo a revolução socialista no Brasil. Os interesses da burguesia industrial, na posição do PCB, opostos aos do setor agroexportador, teriam que contar com "a mobilização nacional e a aliança com os setores populares da sociedade brasileira", para derrotarem seus inimigos. MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira.* p, 166 e 167.

60 Declaração sobre a Política do Partido Comunista Brasileiro de Março de 1958 *In PCB: vinte anos de política 1958-1979* p. 13, grifos nossos.

61 GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. p.30

62 Gorender diz que a nova política partiu da mesma premissa do Programa do Quarto Congresso, ou seja, a da revolução em duas etapas. Posição essa que vem do Sexto Congresso da Internacional Comunista realizado em 1928. GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas. p.30. Na posição de Madureira "o procedimento do qual derivou esse esquema teórico e o conseqüente caráter democrático-burguês da teoria da revolução brasileira fundava-se na universalização do processo de transição para o capitalismo que se desenvolveu em algumas formações sociais européias, notadamente na Inglaterra e na França, para as demais formações sociais, transformando-o em trajetória obrigatória, em modelo universal." Ainda para a respectiva autora, "por não distinguir, por não particularizar as diferentes formas de objetivação do capitalismo, o esquema teórico apresentado no VI Congresso da III Internacional Comunista e adotado pelo PCB considerava que todas as formações sociais deveriam passar por etapas ou estágios históricos sucessivos – pelo feudalismo e pelo capitalismo -, até atingir o socialismo" Madureira, Maria da Annunciação, A problemática dos modos de produção na obra de Nelson Werneck Sodré: seu lastro filosófico. Cunha, Paulo e Cabral, Fátima *In Nelson Werneck Sodré Entre o Sabre e a Pena*, p. 217 e 219.

> das relações pré-capitalistas de trabalho; ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democracia radical da vida política. Essas transformações **removerão as causas profundas do atraso de nosso povo** e criarão, com um poder das forças antiimperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado, as condições para a transição ao socialismo, objetivo não imediato, mas final, da classe operária brasileira.[63]

Portanto

> [...] a tarefa dos comunistas devia ser a de lutar pelas reformas de estrutura a fim de que o desenvolvimento capitalista viesse a tomar um curso que o aproximaria da revolução nacional e democrática. [64]

Escolheu-se a tática da frente única. Concretizar-se-ia a união do "[...] movimento nacionalista, a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia e os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano". [65]

O desenvolvimento antiimperialista e democrático defenderia interesses específicos na luta pelas liberdades democráticas, assegurando ao proletariado independência ideológica, política e organizativa dentro da frente única. Esta política não implicaria em "[...] isolar a burguesia nem romper a aliança com ela, mas visa a defender os interesses específicos do proletariado e das vastas massas, simultaneamente ganhando a própria burguesia e as demais forças para aumentar a coesão da frente única". [66] Ou seja, as divergências deveriam ser abordadas, mas sem provocar um rompimento da unidade da frente que seria assegurada pela atuação dos comunistas.

Dentro deste processo de correlação de forças favoráveis e com uma crescente democratização da vida política o caminho pacífico para a revolução passou a ser possível, na ótica do PCB. [67] E assim, o Partido deveria ser a

---

63 PRESTES, Luiz Carlos, São indispensáveis a crítica e a autocrítica de nossa atividade para compreender e aplicar uma nova política *In PCB: vinte anos de política 1958-1979-* p. 34.

64 GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. p. 30.

65 Declaração sobre a Política do Partido Comunista Brasileiro de Março de 1958 *In: PCB: vinte anos de política 1958-1979* p.15.

66 Idem, p.17.

67 O caminho pacífico significava a atuação de todas as correntes antiimperialistas dentro da legalidade democrática e constitucional, com a utilização de formas legais de luta e de organização de massas. Deste modo "o povo brasileiro pode resolver pacificamente os seus problemas básicos com a acumulação, gradual, mas incessante, de reformas profundas e conseqüentes na estrutura econômica e nas instituições políticas, chegando-se até à realização completa das transformações radicais colocadas na ordem do dia pelo próprio desenvolvimento econômico do país." Idem, p . 22.

verdadeira vanguarda da classe, através dos princípios universais do marxismo-leninismo aplicados de acordo com a particularidade histórica nacional.[68]

1.4 – As origens da POLOP: a Liga Socialista Independente (LSI), a Juventude Socialista e a Mocidade Trabalhista.

Embora a ORM-POLOP (*Organização Revolucionária Marxista – Política Operária*) não tenha sido uma organização trotskista a sua gênese remonta à história da *IV Internacional* no Brasil. Isso porque a *Liga Socialista Independente* (LSI), um dos pilares da formação da POLOP, incorporou em seus quadros ex-militantes trotskistas.

Segundo nos contou Moniz Bandeira[69]

> [...] o PC sempre deteve a hegemonia do movimento de esquerda. A *IV Internacional* (trotskista) não tinha maior peso e gravitação. Nos anos 30, havia o *Partido Socialista Revolucionário* (trotskista), do qual surgiu o *Partido Operário Leninista* (POL). Mas um grupo de trotskistas passou a divergir de Trotsky e a considerar a URSS não um Estado operário degenerado, mas um capitalismo de Estado. No Brasil, em 1945, ao lado do Partido Socialista Revolucionário, que editava Orientação Socialista, havia a *União Socialista Popular* (USP), que se opunha à URSS, por considerá-la um capitalismo de Estado. Esta organização, da qual emergiu a *Esquerda Democrática*, desintegrou-se e muitos dos seus membros foram para o PSB, de João Mangabeira.

A IV Internacional criada por Trotsky em 1938 enfrenta uma profunda crise em 1953 quando um de seus principais dirigentes Michael Pablo passa a defender que

> [...] a construção de partidos trotskystas ligados a internacional não estava mais na ordem do dia, pois os chamados Estados Operários burocratizados (URSS e Leste Europeu, etc) e o stalinismo iriam 'inevitávelmente' à uma guerra contra o imperialismo norte-americano, retomando assim o caráter revolucionário que haviam perdido à partir da política do 'socialismo num só país'.[70]

---

68 Segundo Gorender definiram-se no Comitê Central [do PCB] interpretações distintas da linha política. Já recuperado do trauma de 1956-1957, Prestes se identificou com a nova linha política e concentrou na sua aplicação a grande capacidade de trabalho de que dispõe. A aliança com a burguesia tornou-se para ele, tanto para [Giocondo] Dias, a pedra de toque da orientação tática. Em oposição à maioria do Comitê Central, que acompanhava Prestes e Dias, uns poucos dirigentes salientaram o caráter dúplice e conciliador da burguesia nacional e deram ênfase à prioridade da aliança com as forças populares. A atuação do PCB, no período do Governo Goulart, receberá a marca de ambas as tendências, porém a posição majoritária de Prestes e Dias terá o peso de diretriz dominante. GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*, p.32, 1987.

69 (E10).

70 http://pt.wikipedia.org/wiki/Quarta_Internacional.

Nesta crise a cisão fora inevitável, pois

> [...] várias de suas seções, entre elas a seção argentina (PST, que depois se tornaria o MAS), a seção francesa Partido Comunista Internacionalista - PCI e a seção norte-americana (SWP), negaram-se a adotar a política de Michel Pablo que conduzia as seções da Internacional a diluirem-se nos partidos comunistas ou movimentos nacionalistas dos diversos países, naquilo que foi chamado de política do *Entrismo sui generis*. [71]

E, assim, no III Congresso Mundial da IV Internacional, "adotou-se a linha 'pablista' de apoio crítico à burocracia soviética e de 'entrismo sui-generis' nos partidos comunistas." [72]

O *Partido Operário Revolucionário,* fundado em 1953, adotou o *trotskismo pablista.* O POR era o grupo brasileiro do *Burô Latino-Americano da IV Internacional* liderado por J. Posadas (codinome do argentino Homero Cristalli). Segundo Coggiola

> [...] de fato, o Brasil foi um dos principais terrenos de ação do BLA (Burô Latino-Americano da IV Internacional), dirigido por Posadas, que depois conformaria 'sua' IV Internacional, a 'IV Internacional Posadista', cuja seção mais importante, a da Argentina, teve bastante força entre meados das décadas de 1950 e 1960. No Brasil, o POR (Partido Operário Revolucionário) incorporara em 1956 uma fração dissidente do PCB, encabeçada pelo deputado José Maria Crispim.[73]

Foi somente na década de 1960 que houve uma reunificação da IV Internacional

> [...] na esteira da grande comoção mundial gerada pela Revolução Cubana em torno ao acordo de que ali surgira um novo Estado Operário. Cria-se o chamado Secretariado Unificado (SU) da IV internacional que teria como principais quadros os dirigentes das seções que se negaram a aplicar a política do 'entrismo sui generis', Nahuel Moreno (do PST argentino) e James P. Cannon (do SWP norte-americano), além do belga Ernest Mandel.[74]

---

71 Idem.

72 Depoimento de BARROS, Alberto Luiz da Rocha à COGGIOLA Oswaldo, O Trotskismo no Brasil (1928-64) In: *Corações Vermelhos. Os comunistas brasileiros no século XX.* (orgs) MAZZEO, Antônio Carlos. e LAGOA, Maria Izabel., p.263.

73 COGGIOLA Oswaldo, O Trotskismo no Brasil (1928-64) *In: Corações Vermelhos. Os comunistas brasileiros no século XX.* (orgs) MAZZEO, Antônio Carlos. e LAGOA, Maria Izabel., p.267.

74 http://pt.wikipedia.org/wiki/Quarta_Internacional..

Com a política “pablista” e “posadista” da *IV Internacional* na década de 1950 o movimento trotskista no Brasil sofre significativas mudanças e rompimentos.

Hermínio Saccheta até então a principal liderança da seção brasileira da IV Internacional representada pelo *Partido Socialista Revolucionário* (PSR) desfiliou-se da seção e dissolveu o Partido por discordar desta nova política. Segundo Moniz Bandeira

> [...] a IV Internacional, fundada em 1938, praticamente desapareceu quando, por volta de 1952, Sacchetta rompeu com Pablo, sendo um dos motivos da divergência a política do ‘entrismo’, e evoluiu para a tese de que a URSS era um capitalismo de estado. Aliás, ele passou a ver no bolchevismo e a responsabilizá-lo as origens do stalinismo. Por volta de 1953/1954, havendo a IV Internacional praticamente desaparecido no Brasil, o BLA (Bureau Latino-Americano) mandou gente tratar de reorganizá-la, o que foi feito com José Maria Crispim, que promovera uma dissidência no PCB, do qual fora expulso, creio que em 1951/52. Ai foi organizado o POR e em começo de 1955 estava no Brasil *Manuel* (esse era seu codinome e creio que ele era argentino),[75] como representante do BLA. No início de 1956, foram presos no Rio, Leôncio Martins Rodrigues, Marimbondo (esqueço o primeiro nome), José Barroso e León (um operário, remanescente do PSR, de Sachetta). O fato foi noticiado por *O Globo*. Nessa época, Manuel procurou Edmundo Moniz, em cujo apartamento eu morava, eu vim com ele a São Paulo, onde então me reuni com Crispim, os irmãos Fausto (Boris, Rui e um outro). Mas nem eu nem Saccheta nem Alberto Luiz [da Rocha Barros] aceitávamos a conceituação da URSS como estado operário degenerado, nem as posições que considerávamos muito sectárias dessa pessoa. E por isso decidimos criar a Liga Socialista Independente. (eu escrevi o programa e Alberto Luiz os estatutos). [76]

Com o rompimento de Saccheta com a *IV internacional* e sua decepção com o trotskismo ele se aproxima das teses luxemburguistas e a convite de Luiz Alberto Moniz Bandeira e Alberto Luiz da Rocha Barros criam a *Liga Socialista Independente* (LSI).

Segundo Bandeira [77] “[...] nós três [Saccheta, Moniz Bandeira e Rocha Barros] procuramos alguns trotskistas para formar a LSI porque ainda havia aqueles velhos trotskistas que tinham rompido com a IV [Internacional] e que eram revolucionários”. Michael Löwy, Gabriel Cohn, os irmãos Eder e Emir Sader também

---

75 Segundo Coggiola, “trata-se, seguramente, de Guillermo Almeyra, militante trotskista “posadista”, que depois trabalharia para a FAO, em Roma”, COGGIOLA Oswaldo, O Trotskismo no Brasil (1928-64) *In: Corações Vermelhos. Os comunistas brasileiros no século XX.* (orgs) MAZZEO, Antônio Carlos. e LAGOA, Maria Izabel., p.266.

76 Depoimento de BANDEIRA Luiz Alberto Moniz, à COGGIOLA Osvaldo. COGGIOLA Oswaldo, O Trotskismo no Brasil (1928-64) *In: Corações Vermelhos. Os comunistas brasileiros no século XX.* (orgs) MAZZEO, Antônio Carlos. e LAGOA, Maria Izabel., p.266.

fizeram parte do grupo. “Mauricio Tragtemberg e Paul Singer também estiveram na Liga, mas logo se afastaram, pois adotaram uma posição mais moderada” [78].

Moniz Bandeira[79] nos contou também que

> [...] essa Liga Socialista que nós fundamos era mais luxemburguista, considerava a União Soviética um capitalismo de Estado, que era a tese que eu defendia, não Estado Operário, nunca acreditei nisso e sim uma tese de que na Rússia era capitalismo de Estado, claro que era idéia de uma facção trotskista que rompeu com a IV, já no tempo de Trotski. Mario Pedrosa começou a defender esta tese e foi expulso da *IV Internacional*.

A LSI defendeu a independência de classe se contrapondo a orientação do Partidão. Segundo Coggiola, “[...] enquanto o POR chamava o PCB a fazer a revolução, tendo chegado a apoiar (chamou a votar) Jânio Quadros [...] pelo seu programa nacionalista (esmiuçado por Sacchetta, no artigo ‘Nem Lott, nem Jânio, por uma política de classe’)”. [80]

A *Liga* criticava a revolução por etapas e o apoio à burguesia progressista propugnada pelo PCB. A revolução socialista era o principal objetivo da Liga e viam na sujeição ao imperialismo e no problema agrário os primeiros e importantes obstáculos a serem ultrapassados cuja solução passava pela libertação de todos os produtores diretos com a instauração de um governo operário e camponês.

Segundo a *Declaração dos Princípios da Liga* vivia-se um momento em que predominava o Capitalismo de Estado[81] cuja maior conseqüência seria o processo de fortalecimento do Estado como centralizador e controlador da economia e da sociedade. Esta relação se traduzia “[...] nas relações internacionais, como um esforço das burguesias nacionais para sua conservação como classe premida duramente pelo movimento operário, particularmente o de libertação nacional” [82]. Diante de tais circunstâncias colocavam-se duas alternativas históricas: “[...] totalitarismo ou socialismo”. [83]

---

77 (E10).

78 Idem.

79 Idem.

80 COGGIOLA Oswaldo, O Trotskismo no Brasil (1928-64) *In: Corações Vermelhos. Os comunistas brasileiros no século XX.* (orgs) MAZZEO, Antônio Carlos. e LAGOA, Maria Izabel., p.264.

81 *Declaração de Princípios da Liga Socialista Independente*, p. 7.

82 Idem.

83 Idem.

Um dos problemas tido como evidente naquele momento histórico, que carecia de urgente solução, consistia na ausência de conhecimento pelo conjunto dos trabalhadores de sua condição de classe social alienada. O papel da vanguarda socialista era esclarecer "produtores diretos espoliados" sua condição de explorado, uma vez que tal vanguarda "[...] formulou as teorias fundamentais de alienação do homem no regime burguês". [84] Ou seja, o papel dos revolucionários seria levar a consciência revolucionária para o conjunto dos trabalhadores.

E assim,

> [...] transformando o Estado no explorador capitalista coletivo, o capitalismo de Estado cria as condições para a organização coletiva e unificada de todos os produtores diretos espoliados em uma classe que dentro dos limites de uma sociedade nacional se sinta alienada por um inimigo comum e facilmente reconhecível. **A partir da consciência desta alienação que lhe será demonstrada ainda mais claramente pela ação libertadora do socialismo militante a classe operária e todos os espoliados por força de sua invencível ânsia de democracia efetiva e profunda eliminarão o Estado como dominação sobre os homens para substituí-lo pela simples administração das coisas.** [85]

Faz-se importante observar a importância e a necessidade salientada pela *LSI* da conscientização da classe operária. Esse era o principal problema identificado por estas novas organizações.

A Liga desenvolveu um conjunto de propostas que visavam a eliminação "[...] das alienações e contradições básicas da estrutura capitalista da sociedade e do Estado", todavia seria "[...] mediante a aplicação integral de seu programa" que o socialismo seria alcançado. Por acreditarem que ainda não seria possível, "[...] como governo, realizar esta plataforma socialista de libertação do trabalhador e do desenvolvimento nacional" [86] uma proposta mais imediata foi desenvolvida. Ou seja, existia uma luta em longo prazo que teria como objetivo a revolução socialista e outra em curto prazo que levaria em conta as possibilidades reais de mudanças para se chegar à transformação. Baseando e inspirando-se no *Manifesto do Partido Comunista*, a LSI procurava se caracterizar "[...] como a vanguarda dos trabalhadores" procurando manter-se "[...] no espírito de solidariedade aos

84 Idem. p. 4.

85 Idem, p. 9, grifos nossos.

86 Idem, p.18.

trabalhadores de todo o mundo." [87] Para isso sua estrutura interna deveria se assentar nos princípios da democracia interna através de uma disciplina consciente, cujo grupo se empenharia no cumprimento do Estatuto da *Liga*.

Segundo Moniz Bandeira[88] em um determinado momento ele entendeu

> [...] que o caminho não deveria ser uma *Liga Socialista*, mas sim estar dentro do *Partido Socialista*. E em fim de 1956 conheci Eric Sachs um austríaco que dizia haver pertencido à corrente de Heinrich Brandler (ex-dirigente do PC alemão) chamada na Alemanha Arbeitpolitik (Política Operária) que era uma fração rotulada como *III ½ (Terceira e meia),* devido ao fato de ter abandonado a III Internacional e não haver aderido IV. Eu era do *Partido Socialista*, achei melhor criar dentro do Partido Socialista a *Esquerda* Socialista e criei aqui no Rio de Janeiro juntamente com Eric Sachs a *Esquerda Socialista*, que lançou um jornal (dois números) chamado *Esquerda Socialista*[89] e panfletou no Rio no 1° de maio de 1957, incorporando elementos da dissidência do PC isso em 1957. Eric Sachs e eu estabelecemos contacto com o grupo dissidente, liderado por Agildo Barata, e alguns que saíram da UJC [*União da Juventude Comunista*] juntaram-se a nós na *Juventude Socialista.* Estou falando nós, porque fomos nós que dirigimos, tínhamos uma idéia, uma formação melhor e um interesse em criar algo, foi isso que aconteceu, porque realmente a iniciativa partiu de mim e de Eric. Foi um grande período de efervescência ideológica, de debates, em que todas as tendências, inclusive os trotskistas, se reuniam para debater.

Alguns militantes desta *Esquerda Socialista* conhecida por *Juventude Socialista* também compuseram a POLOP.

Poucas informações obtivemos a respeito da misteriosa figura de Eric Sachs, mas acreditamos que o suficiente para compreender que para o movimento de esquerda daquele período histórico, Sachs ofereceu uma significativa contribuição.

Ernesto Martins, carinhosamente chamado pelos militantes de "O Velho", "nome de guerra" de Eric Czaczkes Sachs foi naturalizado como Eric Sachs e em alguns de seus textos também utilizava o codinome de Eurico Mendes ou Eurico Linhares. Sachs teria origem austríaca, membro de uma família judia e comunista, exilou-se na antiga União Soviética. Seus contatos teriam se estabelecido com círculos da oposição interna do *Partido Bolchevique* e suas atividades anti-stalinistas lhe valeram a expulsão do país trazendo-o ao Brasil por volta de 1938 ou 1939. Seu

87 Idem, p.21.

88 E(10).

89 Em nossa pesquisa infelizmente não conseguimos encontrar exemplares deste jornal, pesquisamos nos arquivos em São Paulo e no Rio de Janeiro.

contato até então no Brasil era através de uma família de parentesco distante cujo primo seria o cantor Jurandyr C. Chaves, conhecido por Juca Chaves. [90]

Em uma entrevista concedida à revista *Teoria e Debate,* Antônio Candido, revelando suas experiências políticas no *Partido Socialista* narrou seu contato com Eric Sachs. Disse o professor, que em fins de 1942, Paulo Emílio Salles Gomes[91] aglutinou um grupo que ficou conhecido por *Grupo Radical de Ação Popular* (GRAP), que fazia oposição à ditadura de Getúlio Vargas, do qual Eric Sachs fazia parte. Sachs era "[...] litógrafo austríaco e trabalhava numa livraria [...] era marxista estrito e nos iniciava em teóricos desconhecidos, como Talheimer e Brandler".[92] E continua o professor dizendo que o grupo poderia

> [...] se caracterizar do seguinte modo: 'Somos socialistas, somos contra o stalinismo, mas não somos contra o comunismo'. Acho que fomos o primeiro grupo de esquerda em São Paulo que afirmou uma posição socialista independente: nem stalinista, nem trotskista, democrática, mas revolucionária. [93]

Formaram a *União Democrática Socialista* (UDS), porém, "[...] Eric não entrou, ficou sapeando. Ele era leninista, revolucionário mesmo!" [94] Ao se afastar da recém criada *Esquerda Democrática* (ED), Antônio Candido relata sua participação com Eric Sachs na organização de um grupo de operários gráficos socialistas

---

90 Tentamos entrar em contato com o cantor Juca Chaves para conhecer melhor a história de Eric Sachs, mas não obtivemos sucesso, não houve retorno.

91 Historiador e crítico de cinema brasileiro Paulo Emilio Salles Gomes, o maior crítico de cinema brasileiro, cuja trajetória intelectual é uma das mais respeitadas do país. Adulto nas atividades políticas e intelectuais,cujas atividades o levou à prisão e, dela, para um auto-exílio na França. Com o início da II Guerra Mundial, retornou ao país, fazendo parte da geração que em 1941 ao lado de jovens intelectuais como Décio de Almeida Prado e Antonio Candido. A partir de 1946, passou dez anos na Europa, sobretudo na França, ligando-se a intelectuais de esquerda, aprofundando seus estudos de cinema e tornando-se a ponte entre uma cultura cinematográfica nacional em formação e as fontes européias. Em 1956, volta ao Brasil consciente de que a presença de um arquivo de filmes era primordial para levar os estudos do cinema no Brasil a um novo patamar, viabilizando pesquisas e a constituição de uma memória nacional. Assim, juntamente com amigos militantes na crítica, como Almeida Salles e Antonio Candido, funda a Cinemateca Brasileira. Na mesma época, publica, ainda, um livro sobre Jean Vigo, fruto de suas pesquisas na Europa. Seu esforço para a valorização do cinema nacional se consolida definitivamente quando seu trabalho ganha lugar na universidade e com isso, o que se esboçara no Clube de Cinema se torna realidade. Em 1964 participa da criação do curso de cinema da Universidade de Brasília e em 1966, Antonio Candido o convida para orientar teses na USP, onde começa a lecionar história do cinema em 1968, demonstrando claro apoio aos diretores do Cinema Novo. A elevação do cinema a uma condição intelectual evidente nos ensaios publicados na época, primeiro em Clima, depois no jornal O Estado de São Paulo; a pesquisa sobre o cineasta francês Jean Vigo; a organização de manifestações cinematográficas e a sustentação da idéia da necessidade de conservação dos filmes pelos arquivos, trouxe um novo padrão de ação e pensamento, igualando o país ao que se fazia nos países ditos de primeiro mundo. Morreu em 1977, deixando uma obra central sobre o cinema brasileiro: Cinema: Trajetória no subdesenvolvimento, e um livro de ficção As três mulheres de três PPP's. Desde sempre, era evidente que sua perspicácia, sua visão totalizante que lhe permitiu pensar o cinema dentro da cultura e inserir a reflexão sobre a imagem nas questões maiores do século. A pesquisa cinematográfica no Brasil e o próprio cinema nacional devem muito a Paulo Emílio e ao seu conhecimento, sensibilidade política e rara personalidade, capazes de transformar sonhos em realidades. MELLO E SOUZA José Inácio de. Paulo Emílio no Paraíso in http:// 209.85.165.104/search?q=cache:yYzbiMkR8EoJ:www.novacultura.de/0210pauloemilio.html+ Paulo +emilio+sales+gomes&hl=pt- BR&ct=clnk&cd=2.

92 POMAR, Valter. Entrevista com Otavino Alves da Silva. *In: Revista Teoria e Debate nº24*.

93 Idem.

94 SADER. Emir e BUCCI, Eugênio. Entrevista de Antonio Candido *In: Revista Teoria e Debate nº 2*, março de 1988.

dizendo que eles lançaram "[...] um jornalzinho chamado *Política Operária*, e pelo nome já se vê a liderança do Eric. [...] A finalidade era agitar o Sindicato dos Gráficos por meio do jornalzinho" [95].

Segundo Moniz Bandeira[96]

> [...] Hermínio Sacchetta desconfiava que ele [Eric Sachs] fosse do KGB *[Komitet Gosudarstvenno Bezopasnosi,* em português, Comitê de Segurança do Estado, principal agência de informação e segurança de serviços secretos da antiga União Soviética]. Durante o regime militar, em 1969, foi que fugiu da prisão e saiu clandestinamente do Brasil para a Alemanha, estabelecendo residência em Heidelberg, onde foi leitor do Instituto de Intérpretes onde lecionou Língua Portuguesa.

Jary Cardoso[97] nos mandou um e-mail de Marie Christine Laznik, uma militante de sua célula na POLOP em meados de 1965, a respeito de Sachs ela relata que

> [...] Ernesto Martins era um jovem intelectual judeu alemão, ele se alistou para lutar na Espanha e foi membro do POUM. A história do POUM já deu ensejo a livros e filmes e corresponde à linha que defendíamos: a de uma oposição de esquerda ao stalinismo sem adesão à quarta internacional. O POUM aparece como a opção mais simpática da guerra da Espanha. [...] Era um erudito. Ele nunca se teria deixado tentar pela facilidade do foco.

Moniz Bandeira[98] nos relatou que conviveu

> [...] com Eric Sachs durante muitos anos e nunca soube que ele fosse membro do POUM. Isto não me consta. O que ele dizia era que fora da facção de Heinrich Brandler, que rompera com o Partido Comunista da Alemanha, mas não aderira ao trotskismo. A história que Eric contava era um tanto obscura, uma vez que ele dizia haver nascido em 1923 e chegado ao Brasil com 18 ou 19 anos.

As *Ligas Camponesas* lançaram um semanário, por intermédio de Francisco Julião, chamado *A Liga de 25 de dezembro de 1962,* acusando Eric Sachs de ser um espião a serviço da Alemanha Ocidental, um agente infiltrado no movimento de

95 Idem.

96 (E10).

97 (E9).

98 (E10).

esquerda, isso porque Sachs trabalhava como funcionário da Embaixada da Alemanha.

Podemos afirmar que Sachs foi uma personagem que causou grandes impactos naquele contexto por ser estrangeiro e ao contrário da grande maioria daqueles jovens militantes de espírito crítico, ele era mais velho e trazia consigo uma trajetória de luta e vivência européia. Esta experiência de combatente fazia de Sachs uma personalidade extremamente reservada, motivo pelo qual a desconfiança por parte de alguns militantes se fazia notável.

Gabriel Cohn[99] nos contou também a respeito dizendo que

> [...] Eric Sachs eu cheguei a conhecer, aquela figura severa, extremamente aplicado, nunca consegui descobrir qual era a do Eric, o que ele fazia na vida, conheci como 'o severo militante', uma figura muito importante, ajudou a galvanizar, foi uma conjugação de referência que permitiu trazer a tona coisas que o movimento de esquerda, digamos assim, convencional num país como o Brasil não traria.

Das confluências daquele momento histórico, completa Cohn[100], importante foi

> [...] a presença relativamente acidental de pelo menos duas figuras da grande tradição européia da luta revolucionária Eric Sachs e Sachetta, quer dizer bota um alemão e um italiano, cada um do seu jeito. Sacheta a imagem que eu tenho dele, não sei se correta é que ele era um jornalista e um homem de esquerda convicto, estou distinguindo um homem de estar à esquerda, do homem de partido, e o Eric me dava esta impressão de ser formado na mais dura escola da militância, inclusive da militância clandestina, **ele era a figura do clandestino, discreto, usava nome de guerra, isso era incomum aqui.** Você pega dois caras assim, heterodoxos e que conseguem juntar um agrupamento importante à esquerda é totalmente diferente, não só no Brasil, certamente na América Latina.

Moniz Bandeira nutria contatos com Sachetta e com toda a *Liga Socialista Independente* mantendo-se na Juventude Socialista juntamente com Eric Sachs. Procurando ampliar e desenvolver novos debates nos contou Bandeira[101] que na Bahia fundou

---

99 (E7).

100 Idem.

101 (E10).

> [...] a Juventude Socialista. A denúncia dos crimes de Stalin por Kruchev no XX Congresso do PCUS, com a denúncia, a cisão no PCB, a formação do *Movimento Socialista Renovador* liderado por Agildo Barata, todos esses acontecimentos criaram um clima que favoreciam as nossas idéias. Eric Sachs e eu nos aproximamos do grupo de Agildo Barata, em cujo jornal *O Nacional* passei a colaborar, bem como na revista *Novos Tempos* dirigida por Oswaldo Peralva. Eu, pessoalmente, mantinha contacto com José Maria Crispim e os trotskistas da IV Internacional, mas eles eram muito difíceis, sectários e dogmáticos e o que Eric Sachs e eu articulávamos no movimento em escala nacional era formar uma esquerda revolucionária, anti-stalinista, pois considerávamos que o Brasil já era um país capitalista maduro e não um semi-colonial conforme a tese do PCB. A Revolução Cubana teve forte impacto também.

A principal divergência na esquerda naquele momento era sobre o caráter da revolução, enquanto os grupos que se posicionavam como revolucionários diziam ser socialista, o Partido Comunista insistia na tese de que era democrático-burguesa, antifeudal e antiimperialista.

E nestes debates surgiu no cenário da esquerda a Revista *Movimento Socialista*. Moniz Bandeira então diretor do periódico recebeu a colaboração de Eric Sachs neste intento. Bandeira[102] nos revelou o surgimento do editorial dizendo que ele

> [...] colaborava com a Revista *Novos Tempos* que era da dissidência e lá eu assinava Luiz Alberto '*O caráter Socialista da Revolução no Brasil'* e no nº3 tem um artigo assinado Moniz Bandeira '*Sobre Trotski'*, aí foi que quando eu escrevi isso o Calvino que era o dono e o titulo da revista estava '*O Velho Stalinista'*, ele não quis que publicasse na capa, e aí a revista foi fechada. Daí que, juntamente com Isack Ackselrud, que estava mais à esquerda na cisão do Agildo Barata, criamos a revista *Movimento Socialista*, da qual fui diretor com o nome de Luiz Alberto Dias Lima (meu nome completo é Luiz Alberto Dias Lima de Vianna Moniz Bandeira). Saíram só dois números. Essa revista está na raiz do que foi a POLOP, ali você vê porque surgiu a POLOP. Então nós queríamos criar um partido de quadros que pudesse codificar esta orientação da política.

De fato, pudemos avaliar que muitas colocações da revista continham as preocupações que posteriormente foram apontadas pela POLOP. Isso porque já identificavam determinados problemas e para estes algumas ações práticas. Podemos destacar, por exemplo, a percepção da revista quanto à "[...] tarefa inadiável e intransferível de divulgar, debater e propagar a doutrina e os princípios

102 Idem.

do materialismo histórico e do socialismo científico", pois estavam convencidos de que faltava ao proletariado brasileiro "[...] um órgão que desenvolva e aprimore sua consciência de classe", sendo, portanto, essa a "missão que deve cumprir [a] *Movimento Socialista*".[103] E assim oferecer como tarefa imediata "[...] um instrumento de aproximação, de discussão e de debate, de intercâmbio e entendimento"[104] do materialismo dialético. Novamente identificamos a consciência revolucionária da classe operária como elemento de fundamental importância na transformação da sociedade.

Procurou-se através da revista promover um espaço de pluralidade e de democracia. Parece-nos que devido a *Novos Tempos* ter sido fechada justamente pela impossibilidade de debates, como denunciou Moniz Bandeira, e pela necessidade de amplas discussões que o momento exigia, a *Movimento Socialista* nasce com o intuito de ocupar este espaço dentro do campo marxista. E por buscar uma pluralidade a proposta do periódico não seria divulgar análises homogêneas ou mesmo herméticas. Afirmavam, ainda, que não eram "[...] pequenas as diferenças e controvérsias no seio de seu grupo fundador". No entanto haveria um ponto de convergência: tratava-se de uma "publicação de um órgão marxista".[105] Tudo isso demonstra que a tentativa era formar um grupo com ampla riqueza de debates e com um objetivo em comum: a construção de uma alternativa socialista.

No *Movimento Socialista* foram publicados textos de diversos autores com variados temas. Isso porque a preocupação era trazer outras leituras do pensamento marxista. Rosa Luxemburgo, Andrés Nin, Isaac Deutscher, Manuel Agustín Aguirre e August Talheimer faziam parte da discussão.

Nestes textos pudemos observar que a formação da classe operária, o conhecimento do materialismo histórico e dialético e a consciência revolucionária do proletariado eram abordados pelo grupo como elementos importantes para uma transformação social. A má formação política de quadros procedente da classe operária era atribuída ao *Partido Comunista Brasileiro*.

Estes grupos propuseram suprimir esta deficiência resgatando leituras clássicas marxistas procurando construir uma alternativa ao stalinismo.

---

103 Revista Movimento Socialista nº1, *As razões e a Missão do 'Movimento Socialista'* Ano I, 1º de julho de 1959, p.1, Rio de Janeiro.

104 Idem, p.4.

105 Idem, p.3.

Buscando insuflar discussões e, assim, construir uma alternativa revolucionária nos contou Moniz Bandeira[106] que

> [...] esse era o caldo cultural da época em 1960 quando nós começamos a conchavar. Eric estabeleceu contato com Aluízio Leite Filho estudante da Escola Brasileira de Administração Pública e, através dele, entramos em contacto com Ruy Mauro Marini. Theotônio do Santos que pertencia à Mocidade Trabalhista (do PTB) e outros como o Piragibe se juntaram a nós.

Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra vieram da *Mocidade do Partido Trabalhista* de Minas Gerais, que foi outro pilar da POLOP. Deste grupo, segundo Otavino Alves da Silva, faziam parte "[...] Simon Schwartzman, de origem judáica, sua namorada Suzana, Artur Mota, que hoje é advogado, [...] Betinho, Vinícius Caldeira Brant, Jair Ferreira de Sá, que depois foi da AP (Ação Popular), entre outros".[107]

O centro da discussão dentro da *Mocidade Trabalhista* era da possibilidade de "[...] uma intervenção no PTB e, ao mesmo tempo, um projeto político de combate ao reformismo".[108] A *Mocidade Trabalhista* de Minas Gerais, segundo Otavino, estava muito próxima de Leonel Brizola, inclusive este

> [...] bancou o Congresso da Mocidade Trabalhista no Rio Grande do Sul, [onde] foram quatro pessoas de Belo Horizonte: O Vinícius [Caldeira Brant], o Pedrinho, um menino da JOC (Juventude Operária Católica), ligado ao sindicato dos Têxteis, e eu. Quem bancou as passagens de avião foi o Santiago Dantas. Ali nasceu a futura chapa de direção da UNE, do Congresso que ia acontecer em Belo Horizonte. [109]

Estabeleceu-se acalorada discussão entre este grupo de Minas com a *Juventude Socialista* do Rio de Janeiro e São Paulo. Contou-nos Theotônio dos Santos[110] que seu "[...] grupo que era marxista dentro da *Mocidade Trabalhista* se aproximou da *Juventude Socialista* junto com outras correntes e outros grupos".

---

106 (E10).

107 POMAR, Valter. Entrevista com Otavino Alves da Silva. *In: Revista Teoria e Debate nº24*.

108 Idem.

109 Idem.

110 (E19).

Michael Löwy[111], então na *Liga Socialista Independente*, definiu os motivos pelos quais uma parte do grupo decidiu organizar-se na POLOP. Para ele,

> [...] a maioria da LSI não aderiu à POLOP, apenas eu, os irmãos Sader e mais algum que não me lembro. Nós achamos que era tempo de superar os pequenos grupos e unificar a esquerda marxista, em cima de uma estratégia socialista, do apoio à Revolução Cubana e da critica em relação ao stalinismo e o nacional-reformismo do PCB.

Mediante profundos debates, segundo Moniz Bandeira[112], "[...] cresceu a necessidade de fundar uma organização mais ampla, fundir os grupos de esquerda divergente do *PCB* considerado reformista," e decidem organizar a *ORM-POLOP*. Ainda segundo Bandeira[113], no Congresso de Fundação da organização em Jundiaí

> [...] compareceram a *Juventude Socialista*, a *Liga Socialista Independente* de São Paulo, e a *Mocidade Trabalhista*. A maior parte de *Liga Socialista Independente* e a *Mocidade Trabalhista* decidiram fundir-se com a *Juventude Socialista*, já fortalecida por muitos egressos da UJC, mas o POR não aceitou, o POR era extremamente sectário.

Bandeira[114] relatou também que a formação da POLOP teve intrínseca relação com outras organizações de esquerda latino-americanas, todas frutos de uma demanda histórica. Segundo ele,

> [...] apesar de que a convergência somente ocorresse em 1960, as duas tendências, a que gerou o MIR-Praxis, na Argentina, e a ORM-POLOP, no Brasil, coincidiam nos dois países como em outros países da América do Sul, como no Chile, onde se formou a Vanguarda Revolucionária Marxista, que depois deu origem ao MIR chileno. Da facção conhecida como APRA-REBELDE, à qual pertencia a primeira mulher de Guevara. Surgiu o MIR no Peru, sob a liderança de Luis de la Puente Uzeda e Guilhermo Lobatón, com os quais a POLOP, por meu intermédio, manteve bom relacionamento na primeira metade dos anos de 1960.

Portanto a ORM-POLOP não teria surgido ao acaso. Ela refletiu a problemática vivida em toda a América Latina e organizou-se procurando responder

---

111 (E12).

112 (E10).

113 Idem.

aos questionamentos da época, qual seja da posição do Brasil frente ao imperialismo norte-americano e do caráter da revolução brasileira. E, com esta perspectiva, o Congresso de Fundação da ORM-POLOP em 1961 marca o início desta jornada de debates na esquerda brasileira.

Capítulo 2 – POLOP: da formação ao Golpe Militar.

2.1 - A construção de uma alternativa

Em 1961 a *Organização Revolucionária Marxista – Política Operária* (ORM-POLOP) inicia sua atuação no cenário da esquerda brasileira, momento marcado pelas mais contundentes disputas políticas. Trazia consigo uma leitura diferenciada sobre as lutas de classes no Brasil e procurava apresentar novas propostas aos trabalhadores para que, na medida em que fossem orientados por estas teses, trilhassem um caminho revolucionário. A organização formulou suas propostas em contraposição ao que consideravam uma alternativa reformista contida no conjunto das concepções do *Partido Comunista Brasileiro* (PCB), principal representação comunista na época.

O *1º Congresso da POLOP* ocorreu na cidade de Jundiaí entre os dias 16 e 19 de janeiro de 1961 e marcou o início da organização[115]. Sua fundação foi iniciativa de um grupo do Rio de Janeiro que desde 1959 editava um boletim quinzenal chamado *Política Operária.*[116] Este grupo que costumava encontrar-se informalmente em um apartamento era formado desses participantes: Eric Sachs (Ernesto Martins), Aluízio Leite Filho, Piragibe de Castro e Luiz Alberto Moniz Bandeira. A partir deste núcleo foram convidados membros de várias correntes, insatisfeitos com o percurso da esquerda no Brasil, a formar uma organização de quadros.

Moniz Bandeira[117] afirmou que

---

114 Idem.

115"Não há protocolo, nem outro material escrito do Congresso de Fundação. O que se salvou foi a carta convocatória, que serviu como base de discussões." SACHS, Eric. *Introdução para os 20 anos da POLOP*, p.1.

116 Não encontramos, em nossa pesquisa, exemplares deste boletim que antecede a formação da POLOP.

117 (E10).

> [...] tais correntes eram: um grupo do Rio de Janeiro que se tinha originado da *Juventude do Partido Socialista*, tornando-se independente por não endossar a candidatura do Marechal Lott à presidência da República. Em São Paulo existia um grupo, que se considerava luxemburguista e em Minas Gerais uma *Juventude Trabalhista*. A Bahia participou com dois grupos, um de Ilhéus e outro de Salvador. Compareceram também o *Partido Operário Revolucionário Trotskista* (POR-T) e a *Liga Socialista Independente* (LSI). A ORM-POLOP não defendeu proposta no Congresso de fundação simplesmente porque foi daí que ela emergiu. Os que defenderam propostas foram as tendências e os grupos que participaram do acontecimento. Mas haviam princípios que foram estabelecidos. O elo de ligação entre as correntes era de que a revolução no Brasil teria que ser socialista. Esta foi a principal defesa no Congresso de Fundação da POLOP.

Neste encontro, continua Moniz Bandeira[118]

> [...] os trotskistas não aceitaram formar uma outra organização. A *Liga Socialista Independente* (LSI) dividiu-se, porém a maioria aderiu à idéia de uma organização que agrupasse todas aquelas tendências. Os militantes da LSI que aderiram foram os mais novos, como Eder e Emir Sader, Michael Löwy e outros. Hermínio Sacchetta e Alberto Luiz da Rocha Barros embora fizessem parte deste Congresso não aderiram à idéia. Outros nomes tais como Paul Singer, Gabriel Cohn participaram da fundação da POLOP colaborando nos primeiros números da revista. A *Mocidade Trabalhista*, tendo à frente Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, foram os pilares da POLOP em Minas Gerais, assim como Rui Mauro Marini, que era da *Escola Brasileira de Administração Pública* (EBAP), no Rio de Janeiro. Aluízio Leite Filho foi o principal articulador no meio estudantil, dando à POLOP importante papel na UNE.

Theotônio dos Santos[119] nos confirma que, de fato

> [...] a POLOP surgiu basicamente de uma iniciativa de um grupo do Rio de Janeiro. Eram membros da *Juventude Socialista* que criaram uma revista chamada *Movimento Socialista*, que chamou a necessidade de constituir uma alternativa marxista-socialista e contaram com vários grupos e um deles era o nosso grupo de Minas Gerais. Nós tínhamos um grupo de estudantes, basicamente, e tinham alguns operários também. Nós éramos membros da *Juventude Trabalhista* do *Partido Trabalhista* de Minas Gerais. Participaram também outras correntes como, por exemplo, o Betinho e o grupo dele que depois vai dar origem à *Ação Popular* (AP).

118 Idem.

119 (E19).

No intuito de construir uma alternativa, os contatos foram se estendendo e em pouco tempo houve um consenso quanto à necessidade de construir uma organização de caráter nacional. O *I Congresso da POLOP* foi o momento de aglutinação destes grupos descontentes e um primeiro resultado desses debates, inaugurando assim uma nova fase do processo já em nível diferente – o de uma organização. [120]

Do Congresso participaram Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Juarez Guimarães de Brito que vinham da *Mocidade Trabalhista* de Minas Gerais; Paul Singer, Piragibe de Castro, Luiz Alberto Moniz Bandeira e Eric Sachs conhecido como Ernesto Martins, que eram da *Juventude Socialista;* Ruy Mauro Marini, Aluízio Leite Filho, Simon Schwartzman que eram jovens estudantes da EBAP (Escola Brasileira de Administração Pública); Arnaldo Mourthé (estudante de engenharia em Minas Gerais) e da *Liga Socialista Independente* vieram Emir Sader, Eder Sader, Michael Löwy e Gabriel Cohn.

Otavino Alves da Silva nascido na Bahia, marceneiro de origem pecebista, também participou do Congresso de Fundação representando os marceneiros e tornou-se posteriormente uma das lideranças. Em 1956 cortara seus vínculos com o PCB após as disputas internas no partido. Em 1958 já em Minas Gerais como diretor do Sindicato dos Marceneiros aproximou-se da *Mocidade Trabalhista* de Belo Horizonte. [121] Segundo Moniz Bandeira[122] deste I Congresso "[...] compareceram também o Sílvio Frondizi [do MIR-PRAXIS] e Marcos Kaplan."

Houve também a participação de outros militantes baianos no Congresso de Fundação. Pery Falcón[123] comenta que "[...] eram dois grupos, um de Ilhéus e outro de Salvador - o de Ilhéus era coordenado pelo companheiro Hermano Peralva e o de Salvador, tinham várias lideranças, entre elas: [José Luiz] Pamponet; Raimundo Aras, Moniz Bandeira, Amílcar Baiardi e outros."

Segundo Otavino Alves da Silva "[...] aquele congresso foi só uma tomada de posição mais aberta, mas não se unificou." [124]

---

120 SACHS, Eric. Introdução para os 20 anos da POLOP. p.1.

121 POMAR, Valter. Entrevista com Otavino Alves da Silva. *In: Revista Teoria e Debate nº24*, 1994.

122 (E10).

123 (E16).

124 POMAR, Valter. Entrevista com Otavino Alves da Silva. *In: Revista Teoria e Debate nº24*, 1994.

Mesmo sendo a POLOP oriunda de distintas tendências, um ponto as unificaram: a insatisfação com o projeto e as práticas políticas do PCB. Segundo Theotônio dos Santos

> [...] o que unia a todos era a oposição à linha do PCB, adotada em 1958, segundo a qual era necessária uma aliança com a burguesia nacional para completar as tarefas democráticas burguesas no Brasil. Nós achávamos que as lutas contra os elementos pré-capitalistas da sociedade brasileira, como a estrutura agrária, contra o imperialismo e pela implantação da democracia não poderiam se realizar nos marcos de um capitalismo nacional democrático, tal como o Partido Comunista e o ISEB defendiam naquele momento. [125]

Michael Löwy[126] também confirma que "[...] o cimento comum da POLOP, desde a origem, foi a oposição ao nacional-desenvolvimentismo do PCB e sua teoria da revolução democrática anti-feudal, em aliança com a burguesia progressista."

Segundo Eric Sachs, outro elemento os unificava: "[...] o consenso de que 'qualquer futura revolução no Brasil será socialista ou não será revolução'." [127]

A POLOP se opunha ao chamado reformismo da esquerda brasileira, fosse ele do PCB, do PSB ou do PTB. No entanto sendo o PCB o partido de maior representação a ele era destinada grande parte das críticas. As teses da revolução burguesa para se alcançar o socialismo, a existência de restos feudais no Brasil e o apoio à burguesia nacional para completar seu processo de desenvolvimento eram severamente criticadas. Para a organização a burguesia era "[...] essencialmente cosmopolita e jamais se desvinculará de seu maior aliado – o imperialismo norte-americano". [128] Isto porque "o Brasil era uma sociedade capitalista industrial, cujo Estado era composto pela burguesia integrada ao capital internacional e internamente associada ao velho latifúndio". [129]

Teria havido uma inconseqüência por parte da esquerda, sob a hegemonia do PCB, na condução da luta antiimperialista. Em primeiro lugar, mediante uma análise equivocada das lutas de classe no Brasil teria defendido

---

125 MORAES, Denis de. *A Esquerda e o Golpe de 64*, p. 68.

126 (E12).

127 SACHS, Eric. *Introdução para os 20 anos da POLOP*. p.2.

128 O que é Política Operária (1694), novembro de 1963, p. 4.

129 MEYER Victor. *Frágua Inovadora: o tormentoso percurso da POLOP*, www.jornaluniciativa.hpg.ig. com.br consultado em 11/04/2006, p.3.

> [...] uma frente única com a burguesia nacional, deixando de ser uma luta popular liderada pela classe operária e pelo campesinato. Tal concepção tem como conseqüência o reboquismo à burguesia o que transfere para esta o controle do movimento. [...] Em segundo lugar, na medida em que se luta por um governo nacionalista e democrático e não por um regime socialista, a tendência natural é a de se subestimar as tarefas de organização da luta, a politização e a participação das massas. Os métodos adotados resumem-se então nos conchavos e nos acordos de cúpula.[130]

E assim,

> [...] podemos mesmo concluir que o caráter dessa luta entra em choque com a luta pela aliança operário-estudantil-camponesa. Esta só será efetivada realmente quando as lideranças atuais do movimento de esquerda se convencerem de que estão erradas ou quando surgir uma nova vanguarda capaz de conduzir as grandes massas para o único caminho: o da luta pelo socialismo.[131]

Esta política do PCB teria causado um obscurecimento da consciência de classe dos operários, pois à medida que seus anseios estavam atrelados ao projeto burguês, por mais desenvolvidas que estivessem suas reivindicações materiais, havia limites objetivos na luta revolucionária. Deste modo, compreenderam que

> [...] a tarefa de transformação do proletariado brasileiro de 'classe em si' em 'classe para si' ainda representa o problema cardeal para o movimento marxista. [...] Como marxistas, o nosso futuro está evidentemente ligado à classe operária. Ela sempre será a nossa 'tarefa fundamental' e se não conseguimos ligar-nos organicamente a ela, as nossas análises revolucionárias e profissões de fé se tornarão meros chavões e, nesse caso seria melhor mudarmos de ocupação, como outros fizeram antes de nós. [132]

Concluem que

> [...] o projeto da classe operária jamais poderia estar vinculado à burguesia nacional porque há antagônicos interesses de classes envolvidos. É justamente porque existem essas razões objetivas que podemos renunciar à ficção das Frentes, que só serviram para diluir a consciência de classe do proletariado e atrasar a sua formação política. Se pretendemos realmente dedicar-nos a desenvolver os fatores revolucionários do país, então só podemos contar com o proletariado e seus aliados no campo. [133]

---

130 BAMBIRRA, Vânia. *Novo Impulso para o Movimento Estudantil.* In: Revista Política Operária nº4, outubro de 1962, p.13.

131 Idem.

132 MARTINS, Ernesto, *Luiz Carlos Prestes e seus aliados* In: Andar com os próprios pés, 1994, p.66.

133 *Frente Única – Frente de Classe*. In: Jornal Política Operária nº2, abril de 1962, p.10.

Enfim, no entendimento do PCB a proposta se coloca no âmbito da frente única com a burguesia nacional e na ótica da POLOP a frente deveria conter um caráter de classe, formada pelos trabalhadores da cidade e do campo, porque considerava que diante das condições em que se encontrava a sociedade brasileira a revolução teria um caráter socialista.

2.2 - O desenvolvimento capitalista no Brasil, segundo a POLOP

O grau de desenvolvimento do capitalismo brasileiro justificava, para a POLOP, a afirmação do caráter socialista da revolução. Esse processo desenhado especialmente a partir dos anos de 1930 com a industrialização transformou o Brasil em uma das maiores economias da América Latina.

Segundo Bandeira, foi o colapso econômico e político dos proprietários rurais ocasionado pelo *crash* de 1929, e conseqüentemente a crise do café que motivou a chamada *Revolução de 1930*, na qual as classes médias teriam aberto a possibilidade para que a burguesia industrial pudesse ter maior campo de atuação no bloco das classes dominantes, cujo poder hegemonicamente pertencia aos latifundiários de São Paulo. [134]

A origem da crise agrária remontava o século XIX. Enquanto a produção astronômica do café gerava aos latifundiários altas taxas de lucros através dos mercados internacionais, não teria havido interesse em industrializar o país. No entanto com a recessão mundial de 1929, inúmeros latifundiários foram à bancarrota e com eles os governos das oligarquias latifundiárias. É neste momento, e por este motivo, que a burguesia voltou suas atenções para o processo de industrialização e a subida de Getúlio Vargas ao poder em 1930 teria sido a comprovação de tais interesses.

Em 1935 já era notável o avanço industrial no Brasil. Um importante motivo para que a burguesia nacional se industrializasse foi o restrito mercado do café e a falta de elasticidade de sua procura.[135]

Com o golpe em 1937, Vargas ofereceu um grande auxílio nos primeiros passos para o fortalecimento da burguesia industrial. Concedeu alguns benefícios ao

134 BANDEIRA, Moniz. O Caminho da Revolução Brasileira, In: A Renúncia de Jânio Quadros e a Crise Pré 64, p.75.

proletariado com a *Legislação Trabalhista,* mas paradoxalmente "[...] reprimia o movimento operário, esmagava a sua vanguarda e estrangulava o processo democrático." [136]

A industrialização no Brasil nasceu sustentada pelo latifúndio e, portanto dele inseparada. O café era a fonte de bons lucros que financiavam a industrialização, mesmo sofrendo no mercado internacional.[137] Esta cultura recebia todo o auxílio do governo em detrimento das outras que sem despertar quaisquer atrativos, não recebiam nenhum apoio governamental.[138]

O surto de desenvolvimento econômico visto a partir de 1930 foi algo surpreendente e tomava uma esfera nacional. Houve um aumento das rodovias e das estradas de ferro. E assim o Brasil passa a se integrar na esfera do capitalismo mundial e, através da burguesia, os diversos setores econômicos que dividiam o país passam a ser por ela unificados economicamente mediante compromisso com o latifúndio.[139]

No poder, a burguesia precisou ajustar-se a uma situação que era candente: a perspectiva de uma guerra mundial e com ela a necessidade de produzir para o mercado nacional. Essa situação acentuava ainda mais esta tendência da industrialização nacional.

No plano internacional a POLOP entendia que o mundo capitalista, na sua fase imperialista, se dividia em dois momentos: antes e depois da II Guerra Mundial. As contradições interimperialistas deram o tom das relações internacionais na I Guerra Mundial. Estas tinham como motivação a divisão do mundo e a dominação das colônias pelas potências imperialistas. Com a libertação das colônias o imperialismo europeu associou-se ao império norte-americano e começava-se a fase de exploração de todos os países subdesenvolvidos. Com o fim da II Guerra Mundial, o capital imperialista teria seguido outros rumos. Um novo monopólio

---

135 "ao registrar-se, em 1938, nova queda no preço do café, [a burguesia] estabeleceu o controle cambial, para, apropriando-se de uma parte da renda da agricultura, promover a sua expansão e a substituição das importações. E, a partir da construção da Siderúrgica de Volta Redonda, a burguesia industrial encontrou ponto de apoio para prosseguir o seu caminho." Idem, p. 143.

136 Idem, p.76.

137 Na tentativa de sanar o problema e não permitir um colapso do café, "o Governo, por isso, passou a ampará-la, a financiá-la, comprando milhares e milhares de sacas que, anualmente, aumentavam os estoques e não encontravam escoamento. Esse fato manteve o atrativo para os capitais na plantação do café, em detrimento dos demais setores da agricultura, e, ao mesmo tempo, institucionalizou uma crise permanente de superprodução". Idem, p. 143.

138 O Governo instituído em outubro de 1930, orientou-se no sentido de destruir os excedentes da produção. Milhares e milhares de sacas de café serviam como aterro, lançadas ao mar. O capitalismo, baseado na anarquia da produção e na caça ao lucro, termina por arruinar a própria riqueza, criada pelas massas. A produção do café estava erguida sobre o trabalho assalariado, sobre os métodos capitalistas de produção." Idem, p.144.

139 Idem, p.138.

assentava-se em esfera global tendo os Estados Unidos como poder hegemônico. Esse processo era facilmente verificado uma vez que as

> [...] nações do Eixo – Alemanha, Itália e Japão –, a Inglaterra e a França saíram da guerra totalmente depauperadas. A derrota militar das potências imperialistas do Eixo completou-se com o debilitamento econômico do imperialismo anglo-francês. Os Estados Unidos, no entanto, sofrendo menos as conseqüências do conflito, no qual entraram com o mercado interno em relativo equilíbrio, firmaram a sua preponderância no mundo capitalista e colonial. [140]

Enquanto os Estados Unidos através de seu poderio capitalista subjugavam outras potências, inclusive as européias, novos processos revolucionários entravam em cena sob a liderança da União Soviética. Tal advento fez

> [...] o imperialismo perder a euforia da vitória, levando os Estados Unidos, para evitar a revolução proletária, a financiar, através do Plano Marshal, o soerguimento do capitalismo europeu, que, agora volta a criar-lhe problemas com o surgimento do Mercado Comum. [141]

Estes novos traços desenhados após o fim da II Guerra Mundial mostravam

> [...] que as grandes potências ocidentais não precisam mais e (nem podiam mais) solucionar as suas contradições por meio de guerras interimperialistas. Tampouco dependia agora a existência do imperialismo do exercício de um domínio colonial direto. Tratava-se de dois axiomas de qualquer análise do imperialismo de antes da guerra. Quem nos ajudou a interpretar esse novo aspecto do desenvolvimento do imperialismo foram os trabalhos de August Talheimer, que antes da sua morte no seu exílio em Cuba, já constatara que o mundo imperialista entrara, com o desfecho da Segunda Guerra Mundial, numa fase de 'cooperação antagônica' – com todas suas conseqüências econômicas, políticas e militares – face à expansão do campo socialista e ao processo revolucionário mundial. [142]

Predominava nesta fase imperialista do capitalismo a exportação de capitais. Pois

> [...] devido a formação de grandes monopólios e ao desenvolvimento desigual dos distintos setores da produção nos países imperialistas se produz a acumulação de um 'excesso' de capital que não encontra ocupação lucrativa no mercado interno. Este 'excesso' de capital é exportado aos países atrasados, onde os salários baixos e os preços relativamente baixos da terra asseguram grandes benefícios que

140 Idem, p.154.

141 Idem.

142 SACHS, Eric. *Introdução para os 20 anos da POLOP*, p.4.

> compensam a tendência decrescente dos mesmos na metrópole. Ademais atrás da exportação de capitais escondem-se a exportação de mercadorias já que as empresas instaladas de propriedade dos monopólios trabalham com maquinarias, matérias primas e combustíveis que importam do país de origem. Assim mesmo, através de vinculações econômicas e políticas, os monopólios controlam o comércio interior e exterior. [143]

Outra forma de exploração dava-se pelo comércio internacional. Este "[...] caracteriza-se por depender da venda de matérias primas de produtos alimentícios a um número reduzido de países imperialistas que dominam o mercado. Por sua vez, compram a estes países produtos manufaturados e maquinarias".[144] Essa dependência econômica gerava graves conseqüências ao país. Verificava-se que uma contração no mercado dos Estados Unidos provocava uma diminuição nas importações gerando prejuízos aos países que dependiam deste mercado. E assim, "[...] a exploração dos países atrasados pelas metrópoles, mediante as inversões e o comércio internacional, mantém e recria continuamente o atraso dos ditos países".[145]

É por isso que, para a POLOP, a burguesia brasileira chegando tarde ao cenário nacional e internacional, encontrava um primeiro obstáculo no imperialismo em decadência e em competição com o bloco de países socialistas, pois este freava o seu desenvolvimento. Outro obstáculo era a classe operária numericamente desenvolvida que procurava derrubar o capitalismo em escala mundial.

Todo o progresso econômico do país havia sido feito à custa de inversões imperialistas e empréstimos que provocaram uma dependência econômica, sangria de capitais e inflações, cujo sacrifício da industrialização recaiu aos assalariados.

Foi na década de 1950 que houve o maior desenvolvimento da indústria de base e uma alta taxa de crescimento econômico, especialmente quando entra em cena Juscelino Kubitschek e sua política-econômica que prometia desenvolver o país num projeto que ficou conhecido por *'50 anos em 5'.*

E foi assim que

> [...] o processo econômico de desenvolvimento industrial determinou outro processo correlato, o do crescimento da faixa do poder político da burguesia. As forças de produção abalaram o velho arcabouço, as

143 Jornal POLOP nº1, janeiro de 1962, p.2.

144 Idem.

145 Idem.

> superestruturas políticas e jurídicas. A industrialização, nos termos capitalistas, chegara ao clímax no Governo Juscelino Kubitscheck.[146]

A burguesia industrial

> [...] passou para o primeiro plano na coligação das classes dominantes, assegurando-se do poder político. Estimulou-se a entrada de novos capitais, que, atrelavam o Brasil ainda mais ao carro do imperialismo, aprofundavam, na medida em que o industrializavam, as contradições internas e externas do país. [147]

Já 1960 inicia-se com o refluxo do crescimento em comparação ao êxito alcançado na década anterior. Houve uma diminuição nos investimentos em setores de base como cimento, aço e petróleo, e isso foi se espalhando pelo conjunto da economia. A queda da produção global do país, o produto interno bruto, teria sido o exemplo claro deste problema. A retração dos investimentos atingia setores mais frágeis da economia e a crise ia afetando toda a sociedade.

A burguesia industrial detinha significativa parcela do poder econômico, equiparando-se à posição sustentada por outros setores como o latifúndio e o comércio internacional, no entanto, este último dirigia a coligação das classes dominantes.[148]

Com o descenso da fase desenvolvimentista

> [...] novos problemas saltaram na ordem do dia: a reforma agrária, a conquista de novos mercados no exterior, o controle da remessa de lucros para o estrangeiro e a reforma cambial. Esses pontos traçam o perfil da crise das classes dominantes, do capitalismo ascensional, revelando suas profundas necessidades e contradições.[149]

Esta nova fase espelhava a crise vivenciada pelo capitalismo no Brasil e com ela o impasse das classes dominantes, pois carecia assim

> [...] de levar adiante a industrialização do país e, ao mesmo tempo, de sua incapacidade para fazê-lo. A burguesia, se precisa, por um lado, ampliar o mercado consumidor, realizando a reforma agrária, teme, por outro, tocar frontalmente no estatuto da propriedade privada da terra, abrindo o precedente para que venham a colocar na ordem do dia a revisão do direito de propriedade das fábricas. O poderio

146 BANDEIRA, Moniz. *O Caminho da Revolução Brasileira*, *In: A Renúncia de Jânio Quadros e a Crise Pré 64*, p.79.

147 Idem, p.78.

148 Idem, p.74.

149 Idem, p.85.

> econômico e político de que dispõe também não lhe dá forças bastante para subjugar os setores ligados ao latifúndio. [150]

Buscando uma solução, a alternativa encontrada pela burguesia expressou-se na figura de Jânio Quadros, que se apresentou "[...] como o único homem capaz de promover as reformas necessárias e de conter as massas, mistificando-as."[151] Sua política desonerava as funções do Estado e ao mercado era destinado o controle dos mecanismos econômicos. Este governo ficou marcado pelo aumento do custo de vida da população e pela aceleração do processo inflacionário. De grande aposta da burguesia, cuja prioridade era o fortalecimento da posição desta classe "[...] no campo interno, diante do proletariado e possíveis convulsões sociais, no campo externo com sua posição de barganha diante do capital internacional" [152], a renúncia de Jânio acobertou a tentativa de um golpe de caráter bonapartista e agudizou ainda mais a situação.[153]

A renúncia de Quadros e a instauração do parlamentarismo geraram uma crise sem precedentes. Porém, para a organização, ambos os acontecimentos tiraram o foco principal da discussão, pois não era a "[...] forma de sistema político que importa, mas a classe a cujo serviço este sistema se encontra. Num estado burguês como o Brasil, todas as formas de governo não são senão variedades do estado burguês, isto é da ditadura da burguesia". [154]

O regime parlamentar representava os distintos interesses burgueses que estavam em voga naquele momento e que dividiam as classes dominantes. Todavia, a burguesia industrial se colocou à frente e propôs a instauração do presidencialismo o que lhe garantiria representar melhor seus interesses, avançando o capitalismo no Brasil, propondo como soluções para o impasse as chamadas reformas estruturais.

---

150 Idem, p.74.

151 *As eleições em São Paulo*. In: Jornal Política Operária nº4, outubro de 1962, p.2.

152 Os 204 dias de Jânio Quadros. In Jornal Política Operária nº1, p.8.

153 Jânio Quadros, num gesto inesperado até para assessores mais próximos, renunciou ao cargo presidencial. A renunciar pensava poder voltar nos braços do povo, aclamado e, então, com força para fechar o Congresso Nacional. No entanto o povo, eleitor de Jânio, viu na renúncia do líder um gesto de covardia e fraqueza. Foi às ruas para garantir a posse do vice, João Goulart, o Jango, e esqueceu a grotesca figura que foi Jânio Quadros. ANTUNES. Ricardo, As crises da República. In Jornal do Brasil de 30/03/2006. www.jbonline.terra.com.br/jb/papel/opiniao/2006/03/29/joropi20060329001.html - Consultado em 20/07/2006.

154 Jornal Política Operária nº1, janeiro de 1962, p.3.

No entanto, o conflito entre as frações burguesas progrediu à medida que João Goulart (eleito vice-presidente de Jânio Quadros),[155] lutando para aumentar sua influência, fez diminuir o poder da burguesia ao mesmo tempo em que abriu as comportas para a radicalização das massas, uma vez que as Reformas de Base tinham um forte apelo popular.

As manifestações de direita se aguçaram na tentativa de conter o avanço popular. E assim

> [...] para consolidar as posições conquistadas, a burguesia ver-se-á então forçada a estreitar sua aliança com um dos principais suportes de seu poder – o imperialismo americano [...] A realidade brasileira e continental está, assim, mostrando a impraticabilidade do chamado 'governo nacionalista e democrático' e coloca, antes, como alternativa provável, o estreitamento da aliança entre a burguesia nacional, e o imperialismo, assim como o agravamento da dominação interna e da pressão sobre as massas.[156]

Na leitura da POLOP essa era a situação econômica brasileira no começo da década de 1960. Não haveria alternativas para o Estado brasileiro diante do poderio do capital financeiro internacional. Isso por que

> [...] a inflação, que forçava a acumulação pela baixa do salário real e pela alta dos níveis gerais dos preços, fez sobrevir a reação do consumo, terminando por negar essa forma de capitalização. A situação do comércio exterior, baseado, fundamentalmente, na exportação do café, e do balanço de pagamentos acentuava ainda mais a dependência externa do Brasil. E no tempo em que a entrada de capitais estrangeiros contribuía para a ampliação do parque industrial, essa vinculação mais estreita com o imperialismo se tornava um obstáculo à sua evolução. A importação de capitais pelos países mais atrasados, como, no caso, o Brasil, representa uma das características da economia mundial na fase do imperialismo. Esses capitais, se dão alento, por um lado, à industrialização, vêm a constituir-se, por outro, um entrave ao seu próprio desenvolvimento, pois, reproduzindo-se levam, como bomba de sucção, a grande parte da mais valia extraída do proletariado, para as suas matrizes no exterior. [157]

155 Vale ressaltar que naquela época as eleições para presidente da república e vice eram separadas, embora houvesse uma chapa de coligação. Nesta eleição, por exemplo, Jânio Quadros pertencia à uma chapa e João Goulart à outra, por serem eleições separadas essa composição foi possível.

156 *A Crise Brasileira.* In: Revista Política Operária nº4. Outubro de 1962, p.1.

157 BANDEIRA, Moniz. O Caminho da Revolução Brasileira, In: *A Renúncia de Jânio Quadros e a Crise Pré 64*, p.79.

Ainda neste entendimento o Estado era levado a comprometer-se com os grandes bancos particulares dos Estados Unidos, e tornava-se cada vez mais dependente do imperialismo. Assim, tal situação mostrava

> [...] a inviabilidade de libertar o país do imperialismo sem quebrar a máquina do Estado e romper a estrutura do capitalismo. Ilusão é querer antepor o capitalismo brasileiro ao imperialismo, como se não compusessem o mesmo processo da economia mundial, com todas as suas contradições. Já não se trata mais, porém, da submissão de empresas particulares aos grandes trustes internacionais, mas, sim, do próprio Estado nacional aos interesses do capital financeiro. **Que condições teria um governo burguês de enfrentar o imperialismo, promover a emancipação nacional, quando o próprio Estado está nas mãos dos bancos particulares dos Estados Unidos, França, Inglaterra, Suécia, Suíça, Alemanha e Itália, pedindo moratória? Romper esses compromissos representaria um golpe de morte nas próprias bases econômicas e nas relações jurídicas do capitalismo nacional. E a burguesia não o fará.** [158]

Existiriam, porém, causas econômicas que levariam a burguesia nacional a fazer frente aos imperialistas norte-americanos segundo a POLOP. Tais conflitos pairavam somente no campo da competição de mercado porque os preços de seus produtos se chocavam com os das empresas de capitais imperialistas. Embora a burguesia nacional possuísse reivindicações próprias, seu objetivo principal seria melhorar a sua posição econômica dentro do sistema de colaboração com o imperialismo norte-americano.

Nesta análise realizada pela organização, o fato de haver atritos entre a política norte-americana e setores da burguesia nacional não justificava uma possível aliança do proletariado com esta classe como era a proposta do PCB.

Embora com contradições internas, havia no Brasil uma aliança entre o capital industrial, bancário e latifundiário com o imperialismo, na qual predominava o interesse comum: a defesa da ordem existente.

Nesta linha, a burguesia teria realizado a sua revolução industrial no período de 1930 a 1960, dentro das possibilidades que tinha, levando ao máximo possível o desenvolvimento do capitalismo.

Mesmo havendo relações pré-capitalistas no campo, a burguesia não mais teria condições de transformá-la, pois para isso teria que permitir uma reforma agrária o que poria em *xeque* a propriedade privada. Acrescia-se a isso a sua total

158 Idem,p. 81 e 82.

subordinação ao imperialismo norte-americano. Portanto, entende a POLOP, atrelar o projeto da classe operária à suposta burguesia progressista estaria totalmente equivocado.

Com o intuito de construir uma alternativa revolucionária a POLOP cria um jornal em janeiro de 1962, na tentativa de construir um veículo de divulgação do marxismo e um arejamento da esquerda no Brasil.

Surgiram assim as perguntas: Por que Política Operária? O que significa essa *Política Operária*? É em torno delas que acontece a 1ª edição do periódico chamado *Política Operária* com o texto de Eric Sachs *O nome e um Programa*. A resposta confirmava a tentativa de promover uma renovação da esquerda no país, cujo processo "[...] só se poderá dar quando for apoiada conscientemente na classe operária".[159] Entendiam que qualquer esquerda que tivesse este objetivo não poderia estar à margem de um contingente de três milhões de trabalhadores na cidade, cuja classe poderia arregimentar os trabalhadores do campo que vinham avançando em suas reivindicações.

Foi nesta tentativa que convocaram uma *Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo*, pois compreendiam que a única alternativa que se colocava seria socialista. Propuseram

> [...] uma unidade de ação das forças de esquerda pela formação de uma Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo [...] uma frente de classe nas bases que una e mobilize o proletariado urbano, para que possa jogar o seu peso na luta de classes e na luta antiimperialista, para que coordene o seu movimento político e social e para que venha de fato a desempenhar o seu papel de dirigente das forças populares na luta contra a reação que se está preparando para um choque decisivo.[160]

O que seriam essas 'forças de esquerda'?

> [...] em primeiro lugar os partidos tradicionais: o Partido Comunista, a esquerda do PTB, o Partido Socialista. São também organizações políticas mais novas como a Ação de Esquerda em São Paulo, e outros núcleos que estão ganhando importância local, mas fazem igualmente parte delas embora não se caracterizem como agremiações políticas, os sindicatos e as ligas camponesas. [161]

159 SACHS, Eric. *O nome e um Programa.* In: Jornal Política Operária nº1, janeiro de 1962, p.1.

160 *Frente Única-Frente de Classe* In: Jornal Política Operária nº2 abril de 1962, p.2.

Segundo Ceici Kameyama[162], tal frente fundamentava-se em uma análise de

> [...] que a composição das classes aqui no Brasil era diferente de vários outros países que o capitalismo não estava desenvolvido. No campo nós não tínhamos o camponês médio, tínhamos o latifúndio, o pequeno camponês e o proletariado. E o camponês médio que servia de base na reação no campo lá na União Soviética não existia aqui. O que se dizia é que o corte de classes aqui no país deixaria de um lado a classe operária, os trabalhadores do campo e assalariados, boa parte dos não-assalariados, parte dos pequenos proprietários e parte da classe média da cidade e uma parte da pequena burguesia, uma parte iria pra reação, a esse conjunto se deu o nome de trabalhadores da cidade e do campo.

E assim, a histórica luta dos trabalhadores no Brasil servia como o pano de fundo das análises da POLOP. Compreendiam que tal história seria combustível nas próximas lutas entre capital e trabalho.

2.3 - Os trabalhadores da cidade e do campo e a construção do partido revolucionário.

A organização entendeu que houve três estágios de desenvolvimento do proletariado no Brasil.

A primeira fase situa-se entre o final do século XIX até 1930 com Getúlio Vargas. Neste período como as relações sociais eram basicamente com o latifúndio era ínfimo o desenvolvimento operário. Mesmo numericamente pequeno, ele tinha suas organizações sindicais de intenções revolucionárias. A greve geral em São Paulo em 1917 foi um grande exemplo deste poder do sindicalismo de contestação. Foi a princípio comandado pelos anarquistas e depois pelos comunistas. Por estar desatrelado do Estado e com uma militância voluntária, tais sindicatos, frequentemente, sofriam repressões policiais. Assim “[...] como explicar que numa sociedade que ainda não atingira um grau razoável de desenvolvimento capitalista industrial florescesse um sindicalismo revolucionário?” [163] Isso teria ocorrido porque os latifundiários, o Estado ou mesmo os dirigentes industriais não possuíam

161 *Por uma Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo*. In: Jornal Política Operária nº1 janeiro de 1962, p.1.

162 (E3).

163 SADER, Eder. Proletariado e Desenvolvimento Econômico. In: Revista Política Operária nº4, outubro de 1962, p.4.

qualquer experiência de relações com os trabalhadores. Por outro lado as lideranças da classe operária eram imigrantes de origem européia que traziam consigo as experiências das lutas do *Velho Mundo*. Deste modo

> [...] se por um lado não tínhamos as premissas econômicas amadurecidas, por outro a inadequação do aparelho político faz dessa fase uma arena combatível na qual o operariado obrigou as classes dominantes a dar-lhe um lugar no quadro das instituições publicas e a ceder ante suas principais reivindicações.[164]

Getúlio Vargas ascende ao poder na tentativa de sanar duas ausências, segundo a POLOP: a de capitais para industrialização e a de um aparelho que resolvesse, com poucos atritos, a questão operária. A *Legislação Trabalhista* afirmada neste governo legalizou as principais reivindicações dos trabalhadores: tais como oito horas de trabalho, regularização do trabalho das mulheres, estabilidade no emprego etc. Assim

> [...] o sindicalismo criado pela Legislação Trabalhista vai amortecer as lutas operárias e fazer com que não tivéssemos, de 37 até por volta de 50, qualquer movimento trabalhista. Pois o governo esmaga a antiga liderança operária, substituindo-a pelos seus homens de confiança. O operariado que começa a crescer com o desenvolvimento industrial, vem em sua grande maioria do campo, o que facilita sua adaptação ao aparelho sindical paternalista. [165]

Diferente do período de acumulação capitalista nos países centrais[166], no Brasil, a classe operária pôde contar com políticas sociais. A burguesia só teve como opção a inflação para desvalorizar a força de trabalho, restringir o consumo e incrementar a acumulação do capital e a industrialização.[167]

O primeiro momento do desenvolvimento do proletariado no Brasil encontrou o Estado despreparado para as lutas operárias. Num segundo momento tais lutas

---

164 Idem, p.5.

165 Idem.

166 Quando a Inglaterra, os Estados Unidos e a França atravessaram o período de acumulação primitiva, a burguesia tinha condições de aumentar, como quisesse, a jornada de trabalho, a fim de obter os lucros extraordinários, ou reduzir os salários, à sua vontade. Àquela época, nos fins do século 18 e durante quase toda a metade do século 19, os operários trabalhavam quinze ou dezesseis horas por dia. E, só após intensas lutas, conseguiram a redução da jornada para 14, 12, 10 e, finalmente, 8 horas. BANDEIRA, Moniz. O Caminho da Revolução Brasileira, In: *A Renúncia de Jânio Quadros e a Crise Pré 64.* p. 113.

167 Cerca de 80% da carga tributária, através dos impostos indiretos, recaem sobre as camadas de menor poder aquisitivo. Mais de 60% do imposto de renda, pago pelas pessoas físicas, isto é, parte dos 20% que compreendem os impostos diretos, saem dos que vivem de salários e vencimentos. Isto quer dizer que as classes médias e as massas trabalhadoras financiam 90% das despesas do Estado, ou seja, da máquina de dominação dos capitalistas e dos latifundiários. Idem.

passaram a ser institucionalizadas, e o último momento refletia a fase de grande surto industrial vivido de 1950 a 1958. Cresceu o efetivo da classe trabalhadora, no entanto, o proletariado industrial ainda não havia feito sentir seu peso real nas lutas políticas e sociais.[168]

A década de 1960 trouxe consigo picos de inflação o que desvalorizava os salários dos trabalhadores. Deste modo, pensava a POLOP, como os ajustes salariais deveriam ser mais constantes desenvolveriam "[...] ondas sucessivas de reivindicações [que] tende a se tornar em breve em grave ponto de atrito na política nacional, mobilizando capital e trabalho".[169]

Para uma efetiva transformação social, os trabalhadores da cidade precisariam contar com o apoio dos trabalhadores do campo. Estes ainda mais explorados, só poderiam ver na união com a classe operária industrial a saída para os seus problemas.

No campo havia, fundamentalmente, dois tipos de relações de produção: uma pré-capitalista e outra capitalista.

O posseiro ocupava terras que, em geral, seu 'legítimo' dono não explorava e faz uso da terra para o seu próprio sustento. Em geral sua relação com o mercado é de troca ou vende mercadorias para adquirir outras, muitas vezes industrializadas, para sua subsistência. Sua relação com o mercado é bastante limitada.

Numa sociedade capitalista, a propriedade particular da terra gera o que se chama de renda. Neste momento surge a figura do 'grileiro' que forja títulos de propriedade, suborna cartório e juízes, utiliza-se de 'capangas' e, com a ajuda do Estado, expulsa das terras os antigos posseiros e assume a propriedade da terra. Esta luta entre posseiros e grileiros, que muitas vezes chega à resistência armada, chegou ao ápice nas décadas de 1950 e 1960 e decorriam "[...] do avanço da 'fronteira' da agricultura comercial por áreas que eram exploradas apenas em economia de subsistência." [170]

Outra forma de relação pré-capitalista no campo é a 'parceria'. Caracteriza-se pelo empréstimo da terra pelo proprietário ao trabalhador (o parceiro) sob o 'contrato' de entrega de parte do produto colhido ao dono da terra. Muitas vezes este valor representava um quarto da colheita (chamada a 'quarta') ou um terço (a

168 SACHS, Eric. *Introdução para os 20 anos da POLOP*, p.2.

169 *Por uma Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo*. In: Jornal Política Operária nº1 janeiro de 1962, p.1.

170 SINGER, Paul. *A luta dos camponeses no Brasil*. In: Revista Política Operária nº4, outubro de 1962, p.8.

‘terça’), ou mesmo a atingir 50% da colheita (a ‘meia’). Fazia-se necessário “[...] considerar que este pagamento ao proprietário consitui não apenas renda da terra, mas também lucro sobre o capital – a cultura – que o proprietário entregou ao parceiro.” [171]

Havia também o colonato que seria

> [...] em essência, um regime de trabalho assalariado, em que uma parte do salário é paga em dinheiro e outra em bens de consumo: casa, uso de uma pequena área para cultura ou criação do colono, etc. Em muitos casos o pagamento em dinheiro é apenas nominal; os colonos são obrigados a fazer suas compras no ‘armazém’ da fazenda e no fim do mês resgatam apenas os vales, ficando geralmente endividados, o que os impede de deixar a fazenda se o quiserem.[172]

Ao lado destas formas, existiriam aquelas caracteristicamente capitalistas mediante assalariamento. Nas grandes fazendas, os trabalhadores são ‘livres’ para vender sua força de trabalho, no entanto, despojados dos meios de produção. Deste modo,

> [...] sua situação, no fundo, é idêntica à do trabalhador da indústria e sua luta é, em seus aspectos básicos, semelhante à do proletariado urbano, objetivando à curto prazo, melhorar sua condição de trabalho e obter melhor remuneração pela sua força de trabalho e a longo prazo obter o controle coletivo dos meios de produção, o que equivale dizer as atuais relações de produção capitalistas, por outras do tipo socialista.[173]

A agricultura brasileira, segundo a organização, fundamentava-se nestas formas pré-capitalistas de produção desde o fim da escravidão. Com a inserção do capitalismo no campo vinham dissolvendo-se estas antigas relações, criando novas contradições num ambiente de aparente imunidade a estas mudanças sociais.[174]

O problema observado pela organização estava em identificar a estrutura pré-capitalista,

---

171 Idem, p.9.

172 Idem.

173 Idem.

174 No nordeste “há um excedente de população oriunda das zonas secas, o que agrava o problema. Nesta zona, predominam os latifúndios, pois o coco e o caju, principais produtos do litoral, exigem plantações extensivas. Nos vales úmidos, predomina o cultivo da cana de açúcar e a criação de gado. São as terras mais férteis do nordeste e todas dominadas pelo latifúndio. O latifúndio costuma ceder a terra a um meeiro, expulsando-o das terras, quando chega a época da colheita, para se apropriar do produto. Quando não o faz, rouba na quantidade colhida, entregando muito menos da metade ao plantador-meeiro,

> [...] **erroneamente como o sistema feudal**, que vigorou na Europa durante a Idade Média, **na medida em que no sistema feudal apenas uma parcela mínima da produção se destinava à troca, ao passo que na economia colonial** (que subsiste, mesmo depois que o país deixou de ser colônia, até nossos dias) **a parte 'principal' da produção se destina ao mercado. Principal não porque fosse a maior parte, mas porque era a produção que conduzia o empreendimento e condicionava sua vida.** Uma fazenda de café podia produzir leite e queijo, frutas e cereais; se o café não dava bem, ela tinha que ser abandonada. A cultura comercial é a cultura 'nobre', as restantes meios de produzir a primeira. A cultura comercial dá ao mais-produto extraído do trabalho camponês a possibilidade de se transformar em equivalente geral, em dinheiro, dando a riqueza do seu dono o caráter móvel de 'capital'. [175]

Segundo a POLOP, a estrutura agrária brasileira se fundamentou na economia de exportação. No entanto, através do desenvolvimento industrial ampliaram-se os mercados urbanos e a agricultura passou a trazer insumos para o mercado interno. Com isso a velha estrutura agrária precisava se modernizar e se adaptar às novas demandas. Se mercadoria era apenas a cultura de exportação, com o processo de desenvolvimento industrial, toda cultura se torna potencialmente mercadoria, porque pode ser vendida no mercado interno. Aquele fazendeiro que se adaptou às novas exigências tornou-se bilionário, os que não se adaptaram arruinaram-se. Sabendo que a agricultura subsidiou o desenvolvimento industrial, quando foi necessário, o capital industrial arcou com a baixa produtividade agrícola e a carência de mercado. Assim a burguesia industrial teria pressionado os latifundiários a se modernizarem racionalizando a produção, com isso a exploração dos trabalhadores do campo foi imensamente maior. Essa situação transformou

> [...] o sistema de exploração do camponês, e fazer explodir a velha estrutura colonial da agricultura. O parceiro será expulso da terra e substituído pelo arrendatário capitalista, que transforma as lavouras em pastagens e emprega assalariados. O colono receberá cada vez menos terra para seu próprio sustento, devendo comprar as coisas com seu minguado salário no armazém. Os contratos, de parceria – onde subsistem – se fazem cada vez mais estritos: o parceiro não pode mais plantar entre os pés de café, tem que seguir à risca o plano de produção do proprietário. A máquina substitui o braço humano, criando o desemprego rural, até o ponto em que os salários estão tão aviltados em que é mais barato empregar uma família de 'volantes' que uma ceifadeira. Acima de tudo, o trabalhador agrícola perde a

---

não permitindo também que o meeiro crie seus próprios animais." Idem,p.12. "Quando o camponês é pequeno proprietário [...] precisa de crédito, porque seu produto à época da venda alcança um preço menor que à época da colheita." Idem, p.9.

175 Idem, p.10. grifos nossos.

> estabilidade na fazenda e os laços que o prendem à terra: ele é reduzido à uma maquina produtora de mais valia. Neste momento a opressão do sistema antigo se soma a do novo sistema de exploração: o trabalhador agrícola é reduzido à mesma condição do operário industrial, sem mesmo ter os míseros direitos que a legislação trabalhista assegura a este, sem ter um sindicato que o defenda, sem ter a independência política e social que lhe permita fazer valer seus direitos. E neste ponto ela se revolta.[176]

Como o desenvolvimento industrial do país teria ocorrido

> [...] às custas de galopante inflação e carestia e penetração do capital imperialista [isso] tornou mais aguda a situação agrária no Brasil e a miséria das massas camponesas. De um lado a grande produção de máquinas e artigos de consumo; de outro, a incapacidade relativa de consumo. O Brasil produz, assim, riquezas e produz uma população miserável sem possibilidade de aproveitá-las. Daí os desníveis regionais, a superprodução, a impossibilidade de continuidade no desenvolvimento industrial. [177]

Somava-se à isso o coronelismo e o "voto de cabresto". Tais formas legitimavam a manutenção do poder econômico nas mãos dos grandes latifundiários mantendo na miséria os trabalhadores do campo.[178]

No campo era baixíssimo o preço da mão de obra, a exploração era brutal e as condições de vida eram subumanas, motivos que inviabilizavam a sobrevivência destes trabalhadores. Estes migravam para as zonas urbanizadas no anseio de condições melhores de sobrevivência. Porém, na cidade, as indústrias monopólicas introduziam maquinarias e técnicas cada vez mais desenvolvidas que os levavam ao desemprego.

2.4 - A POLOP e as Ligas Camponesas

Foi neste ambiente que surgiram as *Ligas Camponesas* como um instrumento de aglutinação política das massas campesinas.

---

176 Idem, p.10 e 11.

177 *As Esquerdas e As Eleições*. In: Jornal Política Operária nº3, maio de 1962, p.11.

178 Os dados demonstravam que "... mais de 60% da população rural é constituída de analfabetos. De cada 100 crianças que nascem no nordeste, pouco mais de 30 chegam à idade de um ano. A esperança média de vida não ultrapassa ali 29 anos". Reforma Agrária ou Revolução no Congresso dos Camponeses. In: Jornal Política Operária nº1, janeiro de 1962, p.6. "Dos 200 milhões de hectares que compunham em 1950 a área destinada à agricultura, mais de 60% encontrava-se nas mãos de 3% dos proprietários. O total dos proprietários não somava, entretanto, mais do que 20% da população rural – o que imporia em dizer que 80% dessa população não possuía terra e 20% restante, a quase totalidade se distribuía por uma fração equivalente a um quarto da terra cultivável." Idem.

O *I Congresso Nacional de Lavradores* ocorrido em Belo Horizonte entre os dias 15 e 17 de novembro de 1961 foi um evento que chamou a atenção pela capacidade de organização dos camponeses e pelo grau de consciência dos problemas e das soluções que desejavam. Os gritos de “reforma agrária radical”, “reforma ou revolução”, “na lei ou na marra” e “terra ou morte” fizeram, em coro, parte do Congresso.[179]

Mesmo sendo um importante instrumento de luta as Ligas Camponesas tinham algumas deficiências, do ponto de vista da POLOP. Haveria uma imprecisão quanto ao verdadeiro inimigo dos camponeses. Somente definindo o latifúndio como obstáculo haveria reforma agrária radical. E assim, “[...] Essa imprecisão não foi, todavia acidental: resultou das divergências internas do movimento camponês, quanto aos métodos e objetivos da luta pela reforma agrária.” [180]

Apesar desta ausência o Congresso teria deixado claro que uma nova força de esquerda surgia no cenário brasileiro: o camponês.

A POLOP aproximou-se das Ligas Camponesas considerando as posições revolucionárias dos camponeses organizados, isso porque elas propuseram a “[...] substituição da propriedade monopolista da terra pela propriedade camponesa e estatal e recomendou a desapropriação das terras improdutivas de propriedade com área superior a 500 hectares”,[181] o que representaria uma reforma agrária radical com a expansão capitalista no campo e criaria um mercado de consumo.

Mesmo percebendo a importância, havia, no entendimento da POLOP, problemas na forma de organização das Ligas. Um deles era a dificuldade em eliminar o caráter individualista do camponês. Como a relação social estabelecida entre latifundiários e camponeses era em geral pautada por relações pessoais, os últimos viam nos primeiros não um inimigo de classe, mas um inimigo pessoal.

Em contrapartida, “[...] como a acumulação de capital no nordeste é insignificante para permitir à classe dominante melhorar os métodos de produção, a exploração sobre o camponês se faz sentir de forma sempre mais pesada.” [182]

---

179 *Reforma Agrária ou Revolução no Congresso dos Camponeses*. In: Jornal Política Operária nº1,janeiro de 1962, p.6.

180 Idem.

181 Idem, p.6.

182 *Problemas do movimento camponês no nordeste*. In: Jornal Política Operária nº2, abril de 1962, p.12.

Outro grave problema, detectado pela POLOP, foi o baixo nível de escolaridade dos camponeses, sendo a grande maioria analfabeta. E assim, um militante vindo da cidade encontrava dificuldades em travar uma discussão. Estes problemas tinham duas origens: a carência teórica das Ligas e o uso de palavras de ordem que não galvanizavam o conjunto dos camponeses. Isso ocorreu porque faltava aos lideres o necessário

> [...] treinamento para o desempenho de suas tarefas; mostram-se frequentemente incapazes de falar com propriedade ao homem do campo e realizam uma pregação que permanece em sua maior parte fora do alcance da sua compreensão. 'Imperialismo', 'nacionalismo', 'exploração capitalista' e outros termos dessa natureza nada mais representam, com efeito, do que abstrações cuja vinculação com sua realidade existencial o camponês não é ainda capaz de estabelecer.[183]

Faltava ainda, às Ligas, segundo a POLOP, um melhor desenvolvimento

> [...] de quadros próprios, qualificados, conhecedores e estudiosos do marxismo, estruturados em núcleos cuja formação profissional lhes capacite dar ao camponês assistência jurídica, médica, dentária, educacional, social, assim como utilizar os instrumentos do crédito oficial para lançar no campo as sementes do cooperativismo politizando simultaneamente a massa camponesa, recrutando quadros especialmente destinados a se convertem em dirigentes locais.[184]

Em contrapartida, entenderam que a assistência oferecida pelas Ligas desenvolvia o espírito associativo do camponês esgotando as possibilidades institucionais. Este trabalho amadurecia o camponês para uma luta revolucionária.

Diante da radicalidade da situação e da resposta dada pelos trabalhadores do campo a identidade de interesses entre os trabalhadores do campo e da cidade eram assim reafirmadas porque,

> [...] ao lado desse proletariado urbano existia a imensa reserva dos trabalhadores do campo. Trata-se das classes economicamente exploradas, que criavam as riquezas da nação e que sustentavam a sociedade toda. A frente única desses trabalhadores da cidade e do campo é a premissa para um desafio à ordem e à sociedade existentes. [185]

---

183 Idem.

184 Idem.

185 SACHS, Eric. *Introdução para os 20 anos da POLOP*, p.2 e 3.

Qualquer transformação revolucionária carecia, portanto, de uma união dos trabalhadores da cidade e do campo que contivesse uma ideologia e uma ação política própria que levasse à revolução socialista.

No entendimento da organização, faltava um partido revolucionário que se formasse a partir das lutas das classes trabalhadoras e que fosse capaz de representá-las dando-lhes consciência de seu papel histórico e desenvolvendo sua consciência de classe.

Na *Convocatória para o 1º Congresso da POLOP*, Ernesto Martins (Eric Sachs) expressou como seria a construção deste partido. Para ele

> [...] um partido é um organismo vivo, com problemas mais complexos. Ele consiste não somente de nome, estatutos e de um programa adotado. Ele existe na medida em que disponha de órgãos de bases, que levem a luta para adiante, e essas bases são compostas de quadros. E já que pretendemos romper com a tradição de um partido burocrático, constituído de cima para baixo, dividido numa direção que pensa (ou recebe ordens de fora) e uma base que executa, devemos colocar a premissa da existência de um mínimo de quadros com experiência revolucionária, para que o novo partido possa funcionar democraticamente e para que a base possa de fato determinar a 'linha'. Pressupõe isso ainda que esses quadros falem uma linguagem comum, que encarem os fenômenos da luta de classes sob um ângulo comum e que tenham pelo menos tanto em comum, para que a maioria, sem que isso se choque com as suas concepções revolucionárias de princípio. [186]

O partido revolucionário, tendo a classe operária como vanguarda, traria vez e voz aos trabalhadores do campo que, embora apresentavam suas reivindicações e um avanço na luta, ainda careciam de amadurecimento político. Também traria consigo uma parcela da pequena burguesia que, com o acirramento da crise devido à industrialização, poderia radicalizar e aproximar-se do movimento da classe operária. Os quadros deste partido surgiriam da própria classe operária; seriam operários que ao tomar consciência de seu papel histórico construiriam o processo revolucionário, propagando as idéias do socialismo. Esta consciência

186 *Andar com os próprios pés*, 1994, p.73.

> [...] só se adquire antes da luta decisiva. É resultado de um trabalho político, de uma educação revolucionária que deve ser adquirida no decorrer de muitas lutas parciais. A experiência mostra que se a classe operária não estiver preparada antes de eclodir a crise, também não poderá estar à altura de suas tarefas na hora decisiva. [187]

São com estas bandeiras que a POLOP procura atuar politicamente no cenário da esquerda brasileira, procurando inserir-se entre os trabalhadores do campo e da cidade, bem como no conjunto do movimento estudantil.

2.5- A Revolução Cubana, teoria do foco e a luta armada.

A Revolução Cubana foi sem dúvida, uma fonte de inspiração para toda a esquerda revolucionária latino-americana. Quando Fidel Castro proclamou em 1961 que a Revolução Cubana era socialista fortaleceu os princípios políticos defendidos pela POLOP. Vânia Bambirra[188] nos contou que a

> [...] Revolução Cubana não era socialista, não tinha uma concepção socialista era uma visão democrática, ela triunfou em 1959, **nós fomos muito inspirados nela**, e só em 61 se declara a Revolução Cubana como socialista marxista e leninista, é um documento lindíssimo e nesse documento inclusive, Fidel fala "quando a consciência política já está enraizada no seio das massas, então agora nós nos declaramos socialistas e somos marxistas-leninistas porque o povo cubano é socialista marxista-leninista.

A propaganda de Cuba favoreceria significativamente a ação das esquerdas latino-americanas em sua tarefa de politização e criação das condições subjetivas para a revolução. Reconheciam a importância da Revolução Cubana porque compreendiam que seu exemplo era um apelo ao despertar da consciência das massas, mesmo porque,

> [...] a revolução latino-americana depois da vitória do socialismo em Cuba já é um dado concreto, cuja efetivação definitiva pode ser retardada ou apressada (e reside aí todo o papel das esquerdas), mas já não oferece mais condições para ser evitada[189].

187 Jornal Política Operária nº2 abril de 1962, p.11.

188 (E20).

Guevara em seu livro *Guerra de Guerrilhas,* obra de significativa repercussão nas esquerdas latino-americanas, considerava que as maiores contribuições da Revolução Cubana foram comprovar que

> 1- As forças populares podem ganhar uma guerra, contra o exército regular.
> 2- Nem sempre se faz necessário esperar que se dêem todas as condições para a revolução; o foco insurrecional pode criá-las.
> 3- Na América subdesenvolvida, o terreno da luta armada deve ser fundamentalmente o campo. [190]

Tais teses, argumentava a POLOP, deveriam ser analisadas com bastante cuidado para que não fossem transportadas mecanicamente a todos os países, ou mesmo que a esquerdas inspirada em tais propostas não fizesse dos seus desejos subjetivos uma imposição categórica da revolução. Isso porque Cuba, na época da insurreição, não havia iniciado seu processo de industrialização. Era um país predominantemente agrário, dependente basicamente do açúcar que sustentava a maioria dos setores das classes dominantes. Possuía um pequeno proletariado urbano e a maioria dos trabalhadores era de origem rural. Assim, "[...] o incipiente desenvolvimento da economia cubana, a monocultura, permitiu assim, aos revolucionários encontrar o ponto fraco da organização social". [191]

Fazia-se necessário uma leitura que compreendesse que as palavras de Guevara 'nem sempre é preciso esperar que se dêem todas as condições para a revolução', não pressupunham as condições específicas de cada país.

Em países mais industrializados como o Brasil, a Argentina e o Chile que possuíam uma economia mais forte, um desenvolvimento industrial e um proletariado urbano mais consistente e a classe dominante não era mais liderada pelos latifundiários, mas sim pela burguesia industrial. Esta, por sua vez, ao tornar-se mais forte resolvia os problemas oriundos do campo eliminando inclusive os focos insurrecionais com mais facilidade. Portanto, um foco guerrilheiro nestes países não teria a mesma importância que teve em Cuba ou mesmo para países não desenvolvidos industrialmente a guerrilha não poderia

---

189 *A Propósito da Guerra de Guerrilhas*, Jornal Política Operária nº2, abril de 1962, p.11.

190 Idem.

191 Idem.

> [...] ter a mesma importância em tais circunstâncias, porque nos países mais industrializados não se pode cogitar de ganhar uma luta de tal envergadura com um punhado de homens armados (em Cuba variados de 12 a 1000 no auge da luta) à margem das grandes massas. [192]

Moniz Bandeira[193] referiu-se a Cuba dizendo que

> [...] o que diferenciava a POLOP dos cubanos era a questão da luta armada, da guerrilha rural. A POLOP, embora não rejeitasse a luta armada, a tentativa de captura do poder pela força, entendia que isto não era possível no Brasil sem a organização do proletariado e das massas urbanas, pois a força motriz da economia brasileira não era a agricultura, mas a indústria, principalmente concentrada em S. Paulo.

Assim, embora a POLOP reconhecesse a importância da luta armada, a revolução não 'brotaria' das massas simplesmente pelas ações de guerrilhas, mas pelo movimento contraditório da sociedade de classes. Isso significava que as condições da luta concreta dos trabalhadores pela opressão burguesa tornar-se-iam materialmente necessárias à ação armada, mas ela seria um importante reforço na luta dos trabalhadores e não independentemente dela.

2.6 - A atividade política da POLOP (1961-1962)

A POLOP iniciou a publicação de seu jornal um ano após o seu Congresso de Fundação. Parece-nos que uma atuação mais coletiva passa a ocorrer somente depois de 1962. E foi neste ano que a organização identificou na candidatura de Cid Franco para o Estado de São Paulo um primeiro passo rumo à Frente dos Trabalhadores. Este candidato do PSB teria recebido apoio de amplas alas mais progressistas da esquerda e representava uma possibilidade real de mobilização das massas operárias da cidade e do campo contra as candidaturas burguesas e latifundiárias. Todavia, mantinham-se bastantes críticos quanto a tal possibilidade uma vez que

192 Idem.

193 (E10).

> [...] essa mobilização só será possível se a campanha se transformar num veículo de politização e esclarecimento das massas e em um instrumento de desmascaramento do próprio processo eleitoral burguês. Ao contrário das candidaturas burguesas achamos que uma candidatura que pretenda servir de veículo para o amadurecimento das massas não pode consistir em um simples desenrolar de promessas eleitorais e de apresentação de soluções de cima para abaixo, mas sim na apresentação de um programa de reivindicações e de ação das próprias massas.[194] Para a Esquerda Revolucionária não se trata de transformar o regime através do processo eleitoral. Fazendo a crítica global ao sistema, os socialistas revolucionários vêem as eleições como um momento da mobilização popular no caminho da subversão das estruturas e tomada do poder pelos trabalhadores. [195]

Embora entendessem que o Parlamento não seria o campo das transformações, defenderam as eleições desde que elas estivessem subordinadas as tarefas transformadoras. Para a organização

> [...] o que distinguirá uma política operária de uma política burguesa não serão as idéias 'mais avançadas' dos portadores daquela. O que distinguirá uma política operária de uma política burguesa será a maneira mesma de utilizar as eleições. Não diremos ao povo o que faremos 'se formos eleitos'. Diremos o que é preciso que o próprio povo faça. É preciso mostrar claramente um programa socialista e mobilizar o povo transcendendo o episódio eleitoral. [196]

Defenderam que as esquerdas revolucionárias deveriam se posicionar diante das eleições. Quando uma candidatura apresentasse claramente uma proposta mais avançada, o voto em branco, nestes casos, representaria

> [...] palavras de ordem 'revolucionárias', intransigentes, etc., que não levam em conta as situações concretas em que nos encontramos e que se contentam em repetir as fórmulas puras do marxismo enlatado e acabado, não atingem o povo e tem a mesma eficácia que as pregações anarquistas ou moralistas. [197]

E, nesse mesmo sentido,

---

194 *As Esquerdas e as Eleições* In: Jornal Política Operária nº3, maio de 1962, p.2.

195 Idem, p.11.

196 Idem.

197 *As Esquerdas e as Eleições* In: Jornal Política Operária nº3, maio de 1962, p.11.

> [...] se nós quisermos ser militantes marxistas com um mínimo de seriedade precisamos partir da realidade para saber como mudá-la, e não idealizar o que deveria ser. Nós conseguiremos fazer com que o povo não participe do processo eleitoral quando oferecermos outra opção, pois não se pode dar uma palavra de ordem puramente negativa desacompanhada de uma positiva.[198]

A tarefa que se colocava às massas "[...] e especificamente à sua vanguarda que é a classe operária, consiste em impedir que a burguesia realize seu intento e a forçá-la a fazer concessões efetivas de que não seja ela a primeira beneficiária". [199] Portanto, as eleições, desde que houvesse candidaturas mais progressistas, poderiam ser um instrumento neste intento.

Carece esclarecer que o objetivo da organização, neste momento, era influenciar a esquerda brasileira com suas idéias arregimentando os grupos para uma ação conjunta através da *Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo* e a partir daí atuar politicamente na formação do partido da classe operária. Se estes eram os objetivos, outros passos também haviam sido dados. Isso porque os Deputados Almino Afonso e Sérgio Magalhães, ambos representantes da esquerda do trabalhismo, haviam sinalizado em prol do chamado da *Política Operária* como demonstrado no 2º número do periódico, três meses após o primeiro.

Segundo Sérgio Magalhães, dentre outras coisas,

> [...] torna-se inadiável a formação de uma frente única de todas as forças de esquerda para fazer frente à atual crise que atravessa o país. [...] Essa frente única, esse pacto de ação das forças populares se faz ainda mais necessário, sobretudo diante da ofensiva das forças reacionárias que ameaçavam desencadear o terror e a violência, tomando a iniciativa de tentar destruir o próprio regime democrático.[200]

Completa, ainda, Almino Afonso, que tal frente era uma

> [...] necessidade, dentro do regime democrático, de modo a que o povo não se limite a opções meramente de nome, mas ao invés, se defina em termos de programa que melhor expresse as suas reivindicações. [...] Louvo, pois a iniciativa do grupo de 'Política Operária' e faço votos para que realmente se venha a verificar a união das forças de esquerda, sobretudo diante da ameaça da reação, cada vez mais agressiva contra o povo.[201]

---

198 Idem.

199 Jornal Política Operária nº1, janeiro de 1962, p.3.

200 *Frente Única – Frente de Classe*. In: Jornal Política Operaria nº2, abril de 1962, p.2.

201 Idem.

Luiz Alberto Moniz Bandeira era o principal elo entre os trabalhistas de esquerda e a organização, uma vez que era assessor político do Deputado Sérgio Magalhães, vice-presidente da Câmara dos Deputados e presidente da Frente Parlamentar Nacionalista. Neste momento houve uma aproximação da POLOP com os trabalhistas de esquerda.

Outras atividades práticas da organização se deram no meio estudantil. Este movimento poderia contribuir no avanço do processo revolucionário se houvesse uma aproximação com as lutas dos trabalhadores do campo e da cidade. A personagem de destaque da POLOP no movimento estudantil foi Aluísio Leite Filho, articulando a organização com o estudantado. Ainda que muito esparsa, a organização teve, através de Aluísio, talvez o que podemos chamar de melhor inserção da organização nos anos de 1961 e 1962. Sobre isso nos contou Ceici Kameyama[202] que

> [...] a POLOP disputou a presidência da UNE coligado com a AP, contra o Partidão e essa coligação venceu se não me engano, o presidente eleito foi o Aldo Arantes que depois foi para o PC do B, mas na época era da AP e a POLOP teve um dirigente que fez parte da diretoria. Aqui em São Paulo a POLOP era muito estudantil tinha uma base forte na Filosofia da USP, tinha gente na Economia, na Filosofia e na Politécnica.

Emir Sader[203] confirma tal inserção dizendo que a POLOP conquistou "[...] durante muitos anos o grêmio da Faculdade de Filosofia da USP". Theotônio dos Santos[204] também referiu-se à isso dizendo que a organização conseguiu

> [...] não a presidência, pois ela foi para a Ação Popular (AP) que nós apoiamos naquela época, para que ela se integrasse no grupo da esquerda dentro do movimento estudantil e apoiamos a passagem da direção política para a *Ação Popular* do movimento estudantil. Isso o Partido estava muito contra, pois ele queria manter lideranças menos definidas, a AP se definiu por uma linha socialista, levantava a questão do socialismo tanto que o PC não queria colocar como um tema central. Também aí nós conseguimos um espaço bastante importante para a colocação das discussões nos congressos estudantis. Só tínhamos a vice-presidência, nunca tivemos a presidência da UNE, mas tínhamos um peso dentro da UNE, menor porque o PC era muito forte, a AP vinha crescendo e trazendo gente que vinha da direita se radicalizando com uma posição de esquerda e isso permitiu formar uma nova maioria na UNE muito importante para o peso que a UNE

202 (E3).

203 (E5).

204 (E19).

> teve. **Se bem que do ponto de vista prático nós não tínhamos força**, **vamos dizer pra colocar assim em confrontação aberta com os comunistas**, mas através destas alianças a gente conseguiu construir um movimento bastante mais radical do que o Partido gostaria, muito mais à esquerda.

Ainda não haviam colhido grandes frutos com a aproximação junto às Ligas Camponesas. Sobre esta inserção Vânia Bambirra[205], uma das principais militantes neste trabalho, nos contou que quando

> [...] surgiu a figura de Francisco Julião e as Ligas Camponesas, a gente achava que era necessário uma aliança operária camponesa, então achamos que era muito conveniente nos aproximar de Francisco Julião que era um líder muito autêntico. As Ligas Camponesas surgiram no Nordeste, depois se espalharam pelo Brasil; nos propusemos a organizar as Ligas Camponesas de MG, e eu era quem coordenava as Ligas Camponesas junto com dois advogados fantásticos: Welington Romanelli, se não me falha a memória, e o Lins, eu não me lembro o primeiro nome dele; eles eram os advogados das Ligas, porque as Ligas eram assim: surgia uma questão de terra, um posseiro queria ficar na terra, vinha um fazendeiro para expulsar, então a figura dos advogados eram chaves nas Ligas Camponesas, eles entravam com uma ação judicial para garantir que eles ficassem na terra até que o processo corria, o que demorava anos. Assim nós formamos as Ligas Camponesas.

Arnaldo Mourthé[206], outro importante militante nestes trabalhos junto às *Ligas Camponesas* confirmou que a POLOP dava

> [...] apoio a Julião e seus companheiros em MG, inclusive com assistência jurídica, feita por nosso companheiro Romanelli, depois exilado no Chile, e tínhamos nosso próprio trabalho de apoio a camponeses, poderíamos dizer hoje, sem-terra, na defesa de suas posses. Esse trabalho durou de 1961 a 1964, quando veio o golpe.

Theotônio dos Santos[207] contou-nos que

> [...] no plano camponês nós tínhamos uma relação muito forte com as *Ligas Camponesas*, com o Julião e organizamos *Ligas Camponesas* em várias partes, em Minas, em Goiás, em Brasília, aqui no Rio inclusive tivemos uma participação também, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, então dentro das *Ligas Camponesas* nós formamos uma ala dentro do movimento camponês, quando se realizou o I

205 (E20).

206 (E1).

207 (E19).

> Congresso Camponês em Minas, o *Partido Comunista* defendia uma tese, era de reforma agrária mais limitada, o Julião defendeu uma reforma agrária mais radical e uma exigência muito grande à Jango neste sentido. E de fato as palavras de ordem nossa predominaram durante o Congresso, a massa camponesa era grande e bastante vinculada as nossas palavras de ordem.

Otavino Alves da Silva relatou que um trabalho junto aos operários era feito por Eric Sachs que "[...] dava assistência aos têxteis do Rio, e o Eder [Sader] aos gráficos de São Paulo. No sindicato dos marceneiros [em Minas Gerais], tínhamos O Serrote, um boletim que tratava dos problemas da categoria." [208]

Segundo Theotônio dos Santos[209], a POLOP chegou

> [...] a ter influências em alguns sindicatos, tivemos, por exemplo, uma participação no primeiro encontro sindical nacional que foi feito em 61 que deu origem a CGT (*Comando Geral dos Trabalhadores*), que foi reconhecido depois pelo Almino Afonso como uma confederação dos trabalhadores, neste congresso que foi feito aqui no Rio, nós formávamos um grupo de oposição dentro do Congresso muito ativo, não tinha controle do Congresso, mas tinha a presença forte levantando bandeiras que assustavam muito a direção comunista e a direção pelega, sobretudo pelo *Partido Trabalhista*, às vezes outros partidos que formava aquela direção sem visão ideológica maior e foi justamente este grupo e essa pressão que levou ao rompimento entre o *Partido Comunista* e essa corrente, pra poder ficar bem diante de uma massa que estava pressionando por posições mais avançadas do Partido, ele acabou rompendo com eles e se criou aí o *Comando Geral dos Trabalhadores* sob direção comunista e de um setor trabalhista com a qual a gente tinha muito boa relação em Minas e os outros setores era um pouco anarquistas de modo que era um pouco difícil entrar numa direção política, foi feito uma composição bastante progressista.

Como se pôde perceber, a POLOP teve uma inserção muito pequena neste período nos movimentos dos camponeses, dos estudantes e dos operários, provavelmente pelo ínfimo número de militantes e pela força que ainda possuía o Partido Comunista Brasileiro no conjunto das classes trabalhadoras comandando suas agremiações. Houve participações da POLOP, porém, elas atingiram categorias bastante periféricas que não abalavam o nervo central do capitalismo. Um trecho da entrevista com Vânia Bambirra[210] parece expressar esta dificuldade da organização. Segundo ela a POLOP

---

208 POMAR, Valter. Entrevista com Otavino Alves da Silva. In: *Revista Teoria e Debate nº24*, 1994.

209 (E19).

210 (E20).

> [...] ia para favelas dar cursos, nos sindicatos, era muito difícil ir aos sindicatos, eles eram muito controlados pelo PC, era muito difícil no campo também, existia a CONTAG [Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura], existia também outras organizações que não eram revolucionárias e a gente tinha que disputar 'palmo a palmo', mas no sindicado era muito difícil entrar então tentávamos e conseguíamos entrar em alguns, eu me lembro que em B.H. penetramos em sindicatos periféricos como o sindicato dos marceneiros, a liderança dos sindicatos dos marceneiros era da POLOP, mas era muito difícil uma disputa muito grande.

Sobre a inserção da organização neste período nos contou Moniz Bandeira[211] que a POLOP

> [...] até 1963, não era mais que um grupo de intelectuais, que lutavam pelo arejamento do marxismo, contra o dogmatismo dos stalinistas e trotskistas; até então a POLOP só tinha uma pequena penetração no meio estudantil, assim mesmo praticamente limitada à cúpula da UNE, porque se fazia um conchavão. A POLOP começou a crescer mais a partir de 63, antes era basicamente estudantil com a UNE e a força do Aluísio participávamos do Congresso da UNE e essa era a nossa maior força até 63. Não tinha operários na época, só o Otavino.

Ceici Kameyama[212] confirmou esta maior inserção da POLOP a partir dessa data, segundo ele "[...] acho que em 63 a POLOP resolveu intervir de forma mais intensa nos acontecimentos políticos porque a crise estava se agravando".

É preciso salientar que, a nosso ver, parece que o principal intuito da POLOP nestes dois primeiros anos de sua existência foi buscar, **através de suas idéias**, influenciar a esquerda brasileira e construir uma alternativa socialista**, portanto era essa a sua principal prática política.** Era um grupo diminuto, incapacitado de fazer atuações de grande porte.

2.7 – O 2º Congresso em 1963 e a mudança de estratégia

O ano de 1963 inicia-se com João Goulart[213] no poder. Seu governo procurava uma solução para a estagnação do processo industrial do capitalismo brasileiro.

---

211 (E10).

212 (E3).

213 Goulart estava na China quando Jânio renuncia e uma aliança tenta impedi-lo de assumir a presidência. Um arranjo político é instaurado com um sistema parlamentarista no qual o presidente "reinava, mas não governava". Mas vendo-se obrigados a cumprir a constituição, devido à ameaça de Leonel

Na tentativa de sanar a crise, Goulart lançou a bandeira das Reformas de Base.[214] Foi um projeto que possuía um forte apelo popular e contava com o apoio do *Partido Comunista Brasileiro* (PCB). A *POLOP* entendia que estas propostas faziam parte de um programa reformista que, por vias institucionais, procuravam aprimorar o sistema capitalista resolvendo os percalços instaurados. Entendiam que era um plano de contenção das

> [...] crescentes condições revolucionárias do país, através da estabilização monetária, aumento da produtividade agrícola, satisfação de algumas reivindicações de caráter capitalista dos camponeses, etc., além do indispensável fortalecimento do aparelho político estatal para evitar novas crises e ganhar a confiança do imperialismo. [215]

Para a POLOP diante de uma crise estrutural as classes dominantes insistiam no reaparelhamento do regime, evitando os atritos sociais e permitindo assim o avanço das forças produtivas.[216] As reformas, portanto, seriam fundamentais para o contínuo desenvolvimento capitalista no Brasil. Justamente por isso as esquerdas precisariam fortalecer a classe operária para que esta participasse efetivamente da elaboração das reformas e usá-las a seu favor construindo seu projeto. [217]

Brizola de armar o povo conjuntamente com a articulação política de Goulart, realiza-se um plebiscito em 6 de janeiro de 1963, no qual por larga margem de votos o povo escolheu a volta do presidencialismo e Goulart assume a presidência em 1963.

214 No discurso de João Goulart refere-se às reformas, "A 7 de setembro de 1961 assumi a Presidência da República [ainda que sob vias parlamentaristas], consciente das sérias ameaças que pairavam sobre a continuidade do desenvolvimento econômico, compreendido como o processo de libertação da nossa economia e incorporação crescente das massas populares à comunidade nacional. O ritmo das emissões de papel-moeda agravava os penosos efeitos do processo inflacionário, cuja contenção se achava extremamente dificultada, em virtude das contradições da estrutura econômica e financeira do país. Investido das responsabilidades da Chefia do governo pela emancipação do plebiscito de janeiro, minha primeira preocupação foi a de enfrentar, energicamente, as graves dificuldades do país. Não hesitei, inclusive, em adotar medidas drásticas para combater as distorções que vinham agravando a situação econômica e reduzindo o poder aquisitivo de nosso povo. Empreendemos o combate à inflação, que já estava atingindo índices insuportáveis. Medidas corajosas, como o corte de subsídios cambiais e tarifários, foram adotadas pelo governo, no esforço de deter a constante deterioração dos valores do trabalho, em face da elevação indiscriminada dos preços, que atingia, sobretudo as camadas humildes e médias da população. Para pôr ordem na marcha de nosso processo de desenvolvimento foi elaborado o Plano Trienal, primeira tentativa séria destinada a enfrentar nossas dificuldades por meio de uma coordenação global das atividades econômico-financeiras do país, tanto no setor público como no setor privado. Em mensagem que enviei ao Congresso Nacional, como em repetidos pronunciamentos públicos, deixei sempre claramente expresso que o Plano Trienal só teria plena validade prática e atingiria os resultados previstos se fosse complementado pelas reformas reclamadas pelo desenvolvimento do país, especialmente a reforma bancária, a reforma tributária e a reforma eleitoral. CASTELLO BRANCO, Carlos. Introdução a Revolução de 1964. Tomo 2. A queda de João Goulart. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/documentos/26.pdf. Consultado em 09/12/2006.

215 XAVIER, J. Pedro. *O Plebiscito: Um não às Esquerdas,* In: Revista Política Operária nº5, 1963, p.12.

216 *Teses adotadas pela 'Política Operária' de São Paulo*, In Jornal Política Operária nº3, maio de 1962, p.11.

217 XAVIER, J. Pedro. *O Plebiscito: Um não às Esquerdas*, In: Revista Política Operária nº5, 1963, p.13.

As forças direitistas estavam avançando,[218] motivo suficiente para que a esquerda tomasse uma posição independente, se fortalecesse organicamente, preparasse as massas para investidas reacionárias e denunciasse as expressões liberais deste governo, exigindo deste uma política conseqüente diante de tais provocações. E assim, pensava a POLOP que

> [...] ao fortalecer João Goulart na luta contra o grupo direitista a esquerda reformista comete dois erros fundamentais. Em primeiro lugar deixa intacta a força do grupo direitista, pois o centro só pretende derrotá-lo e não destruí-lo como é de interesse do proletariado, com o objetivo de enquadrá-lo no seu esquema. Em segundo lugar a eterna concepção reboquista de fortalecer um grupo para derrotar outro sempre leva ao próprio enfraquecimento. [219]

A leitura feita pela POLOP era que a esquerda equivocava-se ao oferecer seu apoio às Reformas de Base. Isso por que

> [...] em primeiro lugar, não elaborando planos operários não se canaliza todo o potencial político do operariado, só plenamente aproveitável para suas próprias reivindicações. Em segundo lugar, aceitando a liderança da burguesia, aceita-se antecipadamente os limites burgueses das reformas. O papel que aí aos revolucionários é, por um lado acusar em toda a agudeza os problemas fundamentais a que a própria burguesia já é obrigada a se referir; por outro lado, desmistificar os planos e a liderança e forjar, no processo de luta, a vanguarda e o programa revolucionários. [220]

Percebendo as inquietações que o momento proporcionava, a POLOP enviou um documento para o Partido Comunista do Brasil (PC do B)[221] e para o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)[222] intitulado *Pela União dos Marxistas Revolucionários.*

---

218 Neste discurso de João Goulart parece ficar claro estas ondas golpistas "Bastou, porém, que o governo afirmasse à Nação que sem essas reformas seria impossível alcançar a melhoria das condições de vida da grande maioria do povo brasileiro, bastou que revelasse a inabalável, patriótica e democrática disposição de comandar e obter as reformas democráticas, para que conhecidas correntes políticas e econômicas, obscurantistas e retrógradas, redobrassem sua resistência contra este objetivo e esta atitude, os únicos que permitem solução cristã e democrática para a crise, que haveremos de vencer, a fim de que o Brasil possa prosseguir em sua marcha para o progresso econômico e social. Não se voltaram apenas contra mim e contra o meu governo, mas foram ao extremo de levar para o exterior os seis propósitos impatrióticos de sabotagem ao esforço de recuperação nacional. Sei dos objetivos dessa campanha; conheço a sua finalidade, na tentativa de enfraquecer e solapar a ação do meu governo, visando a que se impeça a conquista das reformas que libertarão, definitivamente, o Brasil da penúria e do atraso, eliminando os pontos de estrangulamento do nosso desenvolvimento econômico e social. CASTELLO BRANCO, Carlos. Introdução a Revolução de 1964. Tomo 2. A queda de João Goulart. Rio de Janeiro: Artenova, 1975,.http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/documentos/26.pdf. Consultado em 09/12/2006.

219 *Novo Plano Cohen?* In Revista Política Operária nº5, 1963, p.8.

220 XAVIER, J. Pedro. *O Plebiscito: Um não às Esquerdas*, In: Revista Política Operária nº5, 1963, p. 13 e 14.

221 O PC do B foi formado em 1962. Este grupo cindiu com o PCB diante das divergências quanto ao V Congresso de 1960 e da Resolução Política de 1958, cisão que nos referimos no capítulo anterior.

222 O MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes) foi um grupo formado pelas Ligas Camponesas liderada por Francisco Julião.

O objetivo era estreitar os contatos e propor uma colaboração prática, teórica e organizativa conjunta. O que motivou tal aproximação foi,

> [...] em primeiro lugar, pela composição dos seus quadros na maioria operários, camponeses, estudantes e intelectuais. Em segundo lugar, por uma unidade de concepção sobre o caráter da revolução brasileira. Em terceiro, pela aceitação, por parte dos três grupos, do instrumento teórico fundamental para essa revolução, que é o marxismo-leninismo. [223]

O agravamento da situação econômica, a queda do processo de acumulação de capital e dos índices de desenvolvimento e as crises políticas provocadas pelas lutas de facções da classe dominante, não estavam, segundo a POLOP, sendo aproveitadas pela esquerda brasileira. Por isso a organização chamou uma *Frente da Esquerda Revolucionária* (FER) com o objetivo de construir uma alternativa à frente única com a burguesia propugnada pelo PCB. A FER convocava as esquerdas revolucionárias a "levar até o fim o método leninista" e efetivar a aliança operário-camponesa.

Segundo a organização fazia-se necessário uma "[...] análise científica da realidade brasileira e do desenvolvimento da luta de classes no plano nacional e internacional" e "[...] somente o marxismo-leninismo possibilita essa análise, através da aplicação criadora do método materialista dialético" [224] o que "[...] exige a formação de quadros de elevado nível teórico, capazes de compreender e aplicar a linha política correta e de desempenhar um papel ativo junto às massas." [225]

Na medida em que a FER progredisse através da união dos três grupos leninistas, a formação de um partido revolucionário, em longo prazo, se efetivaria. Ambos os objetivos tanto da formação do partido quanto da luta da massa eram aspectos do embate que deveriam ser encarados simultaneamente, e assim

> [...] sem a coordenação dos três principais grupos existentes em torno de objetivos definidos, não haverá grandes possibilidades de se mobilizarem setores decisivos do proletariado. Isoladamente, nenhum dos três organismos está em condições para isso. Sem a luta viva e a mobilização de massas, os organismos existentes não superarão suas divergências e não surgirá o Partido necessário. [226]

---

223 *Pela união dos Marxistas Revolucionários*. In: Revista Política Operária nº5, 1963, p. 51.

224 Idem, p. 50.

225 Idem, p. 51.

226 Idem, p. 52.

Na tentativa de fazer uma análise sobre as novas conjunturas estabelecidas no Brasil e o seu papel enquanto organização no conjunto da esquerda revolucionária, em janeiro de 1963 a POLOP resolveu realizar o seu II Congresso.

Citaremos algumas teses apresentadas nesse Congresso para que possamos compreender as decisões tomadas pela organização. Faremos isso porque identificamos significativas mudanças que, de alguma maneira, delinearam os objetivos da organização. Procuraremos também trazer as várias interpretações contidas no conjunto das entrevistas, especialmente se comparadas com os documentos daquele período.

Nas discussões realizadas concluíram que a organização representou uma necessidade histórica na luta pela revolução socialista e pela formação de um Partido Revolucionário. Isso se expressava na "[...] frase, então corrente, de que o valor da POLOP estava nas posições que defendia". Esta valorização, segundo a organização, se dava porque ela era "[...] a única organização que abria para a esquerda uma perspectiva revolucionária."[227] No entanto tal frase expunha um problema candente, qual seja,

> [...] sua fraqueza numérica e organizativa. Grupo novo, dispondo de quadros e recursos em escala limitadíssima e de nenhuma influência no movimento de massas, além de lutar ainda por sua própria consolidação, a POLOP enfrentava sérias dificuldades para atuar praticamente. [228]

Analisando profundamente esta ausência, concluíram que o problema estava na forma de organização do grupo, porque "[...] o caráter excessivamente flexível da organização interna da POLOP levou-a a apresentar aspectos amadorísticos de sua atuação" somados à "[...] diversidade de origem do nível ideológico dos grupos que a compunha, favoreceu a manifestação de alguns desvios de alguns de seus fatores."[229]

Fizeram-se dois questionamentos: o primeiro era se a POLOP correspondia "[...] a uma necessidade histórica objetiva no momento de sua constituição?" e o segundo se "[...] a evolução posterior justifica que se continue, hoje, a obra

227 *As tarefas da Política Operária.* Teses aprovadas no 2º Congresso da Política Operária – Janeiro de 1963. p.1.

228 Idem.

229 Idem, grifos nossos.

iniciada?" [230] Para ambas, as respostas seriam afirmativas desde que formulassem e pusessem em prática algumas medidas que **fortalecessem a organização**.

Uma necessidade observada era reorganizar-se internamente, introduzindo "[...] o princípio da especialização no Comitê Nacional; crie coordenações nacionais para os principais setores do trabalho de massa; e **reforce a disciplina da organização**, **dentro do centralismo democrático**."[231] Outras propostas foram a da criação de uma literatura própria propagando as discussões realizadas em Congresso e a ampliação das formações de bases para o movimento com uma política de conquista de posições no movimento de massas movendo uma "[...] guerra sem tréguas que esses desvios exigem e difundir o marxismo-leninismo".[232] E concluíram que a organização carecia de uma "intensificação e padronização do programa de formação [e] profissionalização de quadros sob responsabilidade direta e exclusiva do Comitê Nacional." [233]

A FER atrairia "às nossas posições, os setores da esquerda que hesitam ou se equivocam em sua ação política." [234] E, assim,

> [...] na medida em que a POLOP quem mais se bate pelo partido, fortalecê-la e dar-lhes melhores meios para construí-lo; enquanto tivermos de tratar com outros grupos revolucionários de organização para organização, **nossa voz se fará ouvir tanto mais fortemente quanto mais poderoso for o aparelho de que dispusermos.** [235]

Teriam como primeira ação uma presença constante

> [...] no seio de todas as formações de que participarem, grupos ou organizações de esquerda, onde deveremos intensificar o debate ideológico, difundir nossas teses e análises, exercer o proselitismo direto; a segunda é a ação prática junto às massas, com o objetivo de: a) orientar as massas para a consciência de seus interesses e b) demonstrar aos setores hesitantes ou equivocados da esquerda que a atuação revolucionária não isola, não sectariza, e, antes, constitui o único caminho real para mobilizar os trabalhadores. [236]

A etapa inicial da formação e consolidação do grupo havia sido superada. Os problemas que se colocavam, naquele momento, eram que

---

230 *As tarefas da Política Operária*. Teses aprovadas no 2º Congresso da Política Operária – Janeiro de 1963. p.1.

231 Idem, p.2 e 3, grifos nossos.

232 Idem, p.3.

233 Idem.

234 *O caminho da crise brasileira*. In: Revista Política Operária nº.6 (data provável:1º semestre de 1963), p. 3.

235 *As tarefas da Política Operária. Teses aprovadas no 2º Congresso da Política Operária* – Janeiro de 1963, p.3, grifos nossos.

> [...] sem quadros bem preparados, sem profissionais capazes, sem recursos materiais suficientes, **sem uma consciente disciplina interna**, **sem vencermos os aspectos amadorísticos que marcaram a primeira fase de nossa atuação – arriscamo-nos a comprometer a vitória de nossas teses, tais como as formulamos.** Por defendermos aquelas concepções que nos parecem mais justas sobre o caráter da luta revolucionaria que engendrará o Brasil Socialista, **a manutenção e o fortalecimento de nossa Organização é o melhor serviço que poderemos, neste momento, prestar à causa da Revolução Brasileira.** [237]

Percebemos claramente a necessidade e a preocupação, apresentada nos documentos do grupo, de fortalecer a organização e centralizar as decisões. Essa é uma característica bastante diferente da primeira fase do grupo. Conceitos e noções como 'centralismo democrático', 'disciplina interna', 'marxismo-leninismo', aparecem, a nosso ver, **pela primeira vez no conjunto das literaturas da POLOP**. Em nossas entrevistas detectamos algumas contradições a esse respeito, mesmo entre aqueles que militaram em um mesmo período histórico.

Vânia Bambirra[238] por exemplo, quando interpelada a respeito da organização interna do grupo ela nos explica que utilizavam o

> [...] centralismo democrático, nós aplicávamos isso, tínhamos regências, discutíamos e depois de exaurida a discussão voltava-se e aí quem perdeu tinha que acatar, isso é o centralismo democrático, você discorda anteriormente defende sua posição, uma vez que a maioria aprovou a posição, todo mundo têm que seguir essa é a concepção do centralismo democrático marxista-leninista que nós adotávamos.

Já Theotônio dos Santos[239], não coloca a questão de forma tão centralista[240], para ele

> [...] centralismo democrático? Pretendíamos, mas na prática era bem mais complexo, não havia maturidade suficiente da relação deste grupo de pessoas com o processo político brasileiro. Eram relações muito eventuais, muito por setor ou outro. Nós não queríamos uma postura de cima pra baixo, nem havia força para isso, apesar do prestígio pessoal do Eric de ter sido militante antigo, essa coisa mítica da Revolução Russa e dos anos 20 essa coisa e tal, mas não era suficiente para impor. Na verdade a discussão era muito ampla e muito aberta com soluções muito em torno de maioria e grupos que se

236 *O caminho da crise brasileira*. In: Revista Política Operária nº.6 (data provável: 1º semestre de 1963), p. 3.

237 As tarefas da Política Operária. Teses aprovadas no 2º Congresso da Política Operária – Janeiro de 1963. p .3 e 4, grifos nossos.

238 (E20).

239 (E19).

240 É peculiar que Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos possuíam laços matrimoniais e apresentam hoje percepções muito distintas sobre este tema.

> formavam em torno de congressos e reuniões [...] A tendência da POLOP era muito mais do tipo bolchevique, com debates fortes, duros e resolvidos por votação ou por consenso formado ali no momento.

Para Moniz Bandeira[241] a POLOP jamais fora centralista, leninista ou mesmo com severos regimentos internos. Segundo ele,

> [...] organização de forma bolchevique? **Não, tentaram isso justamente quando deu a cisão,** que eu me lembre nunca houve um regimento de organização da POLOP de forma bolchevique, eu não me lembro disso, aquele rigor, aquele centralismo, nós discutíamos nas células e decidíamos. Não, não era assim, neste sentido a POLOP foi muito avançada. A POLOP não era propriamente leninista, sua organização não era rígida. Eu mesmo, que era da direção da POLOP, gravitava em torno do PTB, como assessor político do deputado federal Sérgio Magalhães, presidente da Frente Parlamentar Nacionalista. A influência de Rosa Luxemburgo e de outros pensadores marxistas era muito forte. Não havia essa disciplina rígida, dogmática, stalinista-trotskista. **A POLOP, formada por diversas tendências, nunca foi nem pretendeu tornar-se um bloco monolítico, um partido político**. **Na PO havia ampla democracia, diversas tendências, diversos modos de ver e nunca foi leninista, embora alguns militantes, posteriormente, possam falar de marxismo-leninismo, sem se dar conta do seu significado e influenciados pelo jargão que se difundiu, sobretudo, com a Revolução Cubana, após a declaração de Fidel Castro**. Os principais fundadores da POLOP, como Gabriel Cohn e eu, tínhamos forte influência luxemburguista. Eric Sachs, como austríaco, também. Aliás, Eric e eu fomos os principais formuladores teóricos da POLOP, **na sua primeira fase**, e nossas posições eram discrepantes das posições de Theotônio e Rui Mauro, que também não eram propriamente leninistas. É preciso você considerar, basicamente, o seguinte: **a contribuição de Lênin e do bolchevismo foi exclusivamente quanto à organização do partido, como um exército, com centralismo-democrático. Não era o caso da POLOP, que não se propunha a ser um partido político monolítico nos moldes bolcheviques, como o PC do B e o PCB.**

É interessante notar as diversas leituras que os ex-militantes da POLOP possuem da própria organização. O que não podemos esquecer é que os documentos chamavam a atenção para uma necessária mudança quanto à sua forma de organizar.

241 (E10).

Outra questão importante foi o uso do termo marxismo-leninismo. Talvez aqui mais importante do que dissertar sobre a origem desta terminologia é colocar que a POLOP, mesmo fazendo uso desta expressão, amplamente utilizada pelo Partido Comunista, se posicionava justamente em oposição ao referido partido.

Para Gabriel Cohn[242] as influências da organização eram

> [...] inequivocamente marxista, não havia a menor dúvida sobre isso, sem muita conversa mole, a referência era Marx, **agora a referência política que se tinha pelo menos nesta fase de transição da Liga Socialista Independente para a POLOP era, pelo menos na minha lembrança, era a tradição da Rosa Luxemburgo, uma orientação marxista revolucionária com forte conotação democrática.** Pegando estas três coisas, não abria mão de nenhuma delas e às vezes no meio do debate político se fazia concessões de um lado ou de outro e a POLOP era muito severa, não fazia concessão a nenhum destes três pontos, esta talvez tenha sido a grande marca da POLOP. **Porque ela se preocupava com a organização da classe, mas não se colocava de antemão como a liderança, não tinha essa preocupação leninista e provavelmente se aproximava mais das preocupações de Rosa Luxemburgo** que na sua experiência histórica a própria classe encontraria meios de vários modos para se organizar, a organização estaria presente pra dinamizar isso, mas, não imporia uma forma de organização para um proletariado em expansão, e aí está o componente luxemburguista. **Decididamente não era uma organização de tipo leninista**, o problema de encontrar a forma mais eficaz de organização e implantar essa forma numa liderança não era o jeito da POLOP. Provavelmente com este **aspecto democrático** você não vai encontrar outra, com posições firmes em relação aos seus princípios mais não ficava cultivando ortodoxia, quando eu falo da referência em Rosa, mas ninguém ficava com a bandeirinha da Rosa.

Emir Sader[243] que, vale lembrar, tal como Gabriel Cohn militou na Liga Socialista Independente, nos contou como a POLOP se organizava e qual era o objetivo da organização. Segundo Sader,

> [...] nossa expectativa era que setores que fossem saindo do PCB desse um salto, constituíssem uma vanguarda e **constituíssemos um partido no sentido da idéia de Lênin, um partido de vanguarda, que tem um setor dedicado profissional** que está sempre na luta, mesmo com a correlação de forças está sempre firme. **Nós reivindicávamos um Lênin, coerente com a Rosa e coerente com Trotski.**

242 (E7).

243 (E5).

Ceici Kameyama[244] também comentou sobre o assunto e a posterior rigidez da organização. Para Kameyama[245] a POLOP utilizava-se de

> [...] um mecanismo tradicional do centralismo democrático, mas a democracia de verdade, não era um centralismo que era decidido fora do país. Toda decisão nacional passava pelas discussões nas células, por plenárias ou pela reunião regional depois pelo Congresso, isso era uma das questões fundamentais. Alguns critérios como a democracia mais ampla possível que pudesse ser, o centralismo na ação, este era um critério que a gente adotava. Como era uma organização pequena, na fase anterior ao golpe, embora houvesse alguma preocupação em formar células, grupos menores para atuar em cada local, ainda se realizavam plenárias gerais e em cada região. Agora depois do Golpe, a organização se tornou bem mais rígida.

Sem dúvida, é curiosa esta diversidade de opiniões dos entrevistados quanto à organização que militaram em um mesmo período histórico. As entrevistas, a nosso ver, mostram que várias idéias conviviam em uma mesma organização, que inclusive dificulta uma análise do seu percurso. Devemos sem dúvida, levar em consideração que todas as entrevistas foram realizadas mais de 40 anos depois dos episódios o que pode ter dificultado o relatar dos acontecimentos. Já os documentos, de certa maneira, mantiveram-se 'congelados' no tempo. A nossa hipótese é que embora fosse uma necessidade já apresentada no Congresso em 1963, a organização tornou-se mais rígida com os desdobramentos dos acontecimentos pós 1964 com o golpe militar. Entendemos que a organização até 1964, não teria consolidado este processo de centralização e de rigidez interna. Depois do Golpe Militar as idéias ganham formas mais precisas dentro do grupo. Mas nestes primeiros anos de formação a POLOP foi, a nosso ver, um espaço onde várias tendências encontraram um objetivo em comum: a oposição ao PCB. E por ter esta formação possibilitou esta pluralidade de idéias. Outro trecho da entrevista com Moniz Bandeira[246] ajuda neste sentido. Segundo ele,

> [...] **não existia a POLOP como um todo.** O que nos unia era a necessidade de dizer que a revolução era socialista e que não adiantava uma frente com a burguesia, mas isso não significava que tivéssemos as mesmas posições. A POLOP era e não era. Não era leninista, embora não rejeitasse Lênin, não era trotskista, embora não

244 (E3).

245 Ceici Kameyama embora não tenha participado do I Congresso da POLOP, entrou na organização em 1961 e se tornou um dos membros da direção.

246 (E10).

> rejeitasse Trotsky. Só não aceitava, sim, Stalin, mas havia diferentes tendências.

Acontece que a partir deste Congresso, conforme observamos nos documentos, este passado mais plural colocou-se como um problema.

Neste sentido não podemos desconsiderar as análises do conjunto da organização expostas nestes documentos, embora a nosso ver tal centralismo se realizasse efetivamente somente após 1964 com o Golpe Militar.

Para fortalecer a organização, a POLOP preocupou-se com a formação das suas bases. Esta teria a função de condicionar os militantes para um trabalho coletivo e adquirir novos hábitos de disciplina e solidariedade.[247]

O recrutamento das bases deveria evitar

> **[...] que nela ingressem indivíduos não qualificados para isso.** Torna-se então necessário um paciente trabalho de **proselitismo e doutrinamento**, à que se segue a designação do membro em vista para certas atividades estritamente supervisionadas pela base **e mais tarde a sua incorporação a esta a título experimental.** Somente depois de observadas estas três fases (doutrinamento, tarefas práticas e estágio experimental) é que a base deverá tomar a iniciativa de recrutá-lo em caráter definitivo, submetendo a sua filiação ao exame do Secretariado ou órgão imediatamente superior. [248]

Não bastaria o interesse em participar do grupo ou mesmo aceitar as suas posições. Para fazer parte do grupo exigia-se

> [...] firmeza de caráter e de convicções, equilíbrio emocional e capacidade de trabalho. Faltando uma dessas características será preferível que se dê ao indivíduo em questão o caráter de simpatizante que lhe permite receber alguns materiais, certa orientação política, pagar as contribuições, colaborar em determinados setores do trabalho de massa, sem lhes dar, porém direito de pertencer à base, votar e ser votado na Organização e assistir as Assembléias Gerais.[249]

Ceici Kameyama reafirmou[250] estas exigências da organização. Segundo ele a POLOP "[...] era uma organização de militantes, não entrava quem quisesse, tinha que comparecer nas reuniões, concordar, contribuir era uma exigência que era feita em todas as reuniões, não tinha uma disciplina frouxa".

---

247 Boletim nº4 Política Operária – *Como se Organizar uma Base* – abril de 1963 - p.1.

248 Idem p.1 e 2.

249 Boletim nº4 Política Operária – *Como se Organizar uma Base* – abril de 1963 - p.2.

250 (E3).

Houve, sem dúvida, uma mudança significativa do I para o II Congresso da POLOP. O I Congresso propunha unificar quadros descontentes com o percurso da esquerda, denunciar as práticas, tidas como equivocadas, do Partidão e com isso angariar quadros para uma proposta socialista, procurando canalizar suas energias para apresentar uma nova leitura das condições econômico-politico-sociais do Brasil. Aparentemente não havia, naquele momento, preocupação com a forma de se organizar. No II Congresso compreenderam que algumas de suas idéias já haviam provocado uma reação no conjunto da esquerda, pois as cisões que existiram no interior do PCB eram prova disso. E com o recrudescimento da situação econômica e política brasileira, passa para o rol de preocupações da organização a forma como deveria se organizar buscando fortalecer-se internamente, pois assim resolveria o problema da má inserção no movimento de massas.

Na Conferência de julho de 1963 várias resoluções do II Congresso foram reafirmadas. Compreenderam que no governo João Goulart, houve uma reconfiguração do problema agrário, através de medidas conciliatórias entre as burguesias, cujo resultado não libertaria os camponeses e aburguesaria o latifundiário.[251]

Nesta leitura, estariam cada vez mais amadurecidas as condições para um projeto independente da classe operária, por isso a esquerda revolucionária teria que trazer em suas lutas uma perspectiva operária. A esquerda revolucionária não poderia falhar neste intento, o que significaria deixar as massas à mercê de aventuras bonapartistas ou fascistas.[252]

Outra questão discutida nesta Conferência foi o posicionamento favorável ao Partido Comunista Chinês na conhecida divergência sino-soviética. Para a POLOP tratava-se da luta entre os marxistas revolucionários representados pelo PCC (Partido Comunista Chinês) e os revisionistas e reformistas do PCUS.[253]

---

251 *Declaração Política da II Conferencia Extraordinária*. São Paulo, julho de 1963. p.1.

252 Idem, p.2.

253 Em relação à linha do PCC a POLOP tinha a seguinte posição: a) que a linha do movimento comunista deve ter como base a teoria revolucionária marxista-leninista e dela não se deve afastar; b) que a passagem do capitalismo ao socialismo se fará através da revolução, com a implantação da ditadura do proletariado e liquidação dos aparelhos burocráticos e militar da burguesia; c) que a coexistência pacífica entre as nações independentes de sistemas sociais diferentes não pode ser aplicada nas relações entre nações oprimidas e exploradas e nações opressoras e exploradoras e muito menos estendida as relações entre as classes exploradas e exploradoras; d) que formas como 'Estado de todo povo', 'Partido de todo povo', 'coexistência pacífica', 'Reformas estruturais', obscurecem o caráter de classe do Estado, tese fundamental da teoria marxista sobre o Estado; e) que devemos lutar pela independência e igualdade dos partidos comunistas nacionais nas suas relações com outros partidos comunistas; f) que o único caminho na luta pela paz é através da luta de classes, e o perigo da guerra só desaparecerá com o fim do imperialismo. (Esta tese marxista-leninista sobre o problema da guerra e da paz, defendida pelo PCC está sendo armada pela imprensa burguesa e reformista). g) Que as discussões dos fundamentos das divergências levará todos os

Discutiram também a FER e compreenderam que a FMP (*Frente de Mobilização Popular*) poderia ser um reforço na luta pela frente, no entanto havia permanecido

> [...] como órgão de cúpula e não conseguiu vincular-se diretamente às massas; a linha política da FMP continua limitada às posições reformistas da burguesia; com referência a FMP, a tarefa da POLOP é impulsionar os setores radicais que a integram no sentido de uma política revolucionária de classe, com a aliança dos trabalhadores da cidade e do campo." [254]

Neste sentido a organização decidiu que

> [...] os militantes da POLOP que atuam de forma individual na FMP levantem o programa e as palavras de ordem da FER, procurando conquistar para essas posições os setores mais conseqüentes da FMP; [e] **a POLOP não participará da FMP enquanto organização;**[255]

Parece-nos que neste momento a POLOP começa a se afastar daquelas esquerdas com as quais contou a princípio, entendendo que estas não estavam contribuindo para o processo revolucionário e para a constituição de um movimento operário autônomo.

Diante do fracasso da FMP em ensejar a FER começa-se a discussão na POLOP sobre um Programa Socialista que colocasse a organização como vanguarda da luta revolucionária.

A princípio, a discussão era se o Programa deveria ser da POLOP ou do Brasil. Encontramos dificuldades em distinguir quem defendia uma posição ou outra. Em primeiro lugar porque não encontramos documentos daqueles que defenderam um Programa Socialista para o Brasil. Quanto àqueles que defenderam um Programa Socialista da POLOP temos três documentos que refletem esta posição. Como alguns documentos da organização não foram datados, a análise fica dificultada. Conseguimos situá-los quanto ao ano de sua elaboração, mas não em relação ao mês, portanto não podemos afirmar se um documento antecede a outro.

---

revolucionários a se aprofundar nos conhecimentos do marxismo e da experiência histórica da luta operária.Política Operária - *Resolução do Comitê Nacional* (395) - Belo Horizonte: agosto de 1963. p. 1 e 2.

254 Idem, p.5 e 6.

255 Idem.

O documento *A Propósito do Programa* chama para a necessidade da POLOP se impor como vanguarda na luta das massas e para isso a Organização precisava construir um programa revolucionário.[256] O papel da vanguarda consistiria em dar à classe operária consciência de sua missão histórica. Como a POLOP teria surgido em um momento em que o operariado ainda não era uma classe independente, não justificava um programa de ação da Política Operária. Portanto, o programa deveria dar "[...] uma resposta aos problemas do atual estado das lutas de classe (programa de transição). Aplicar o marxismo à realidade nacional." [257]

O texto *Teses sobre a questão do Programa* levanta que o II Congresso da POLOP teria demonstrado o amadurecimento do grupo, uma vez defendido a "[...] **necessidade de reforçar a estrutura partidária da Organização**." [258] E completam que

> [...] **a formação do Partido Revolucionário – que constitui a razão de ser da Política Operária** – só se pode dar de duas maneiras: pela fusão de dois ou mais grupos ou pela transformação de um grupo no Partido. **A POLOP só poderá participar**, portanto, desse processo **na medida em que se unir a outros grupos ou se transformar ela própria no Partido.** Na primeira hipótese, se a Organização pretender participar da direção ideológica e política do Partido, terá que ser suficientemente forte par impor-se aos demais grupos: no segundo, é evidente que só poderá tornar-se no Partido se tiver reforçado sua organização partidária. **As duas hipóteses apontam, pois à POLOP o reforçamento de sua estrutura partidária.**[259]

Nesse documento defenderam que apesar dos êxitos alcançados pela organização apresentando uma alternativa, divulgando um retorno às fontes do marxismo, a Organização não teria melhorado sua posição enquanto grupo ou avançado na construção do Partido Revolucionário. Deste modo a tendência era "[...] constituir-se em organização partidária, ao invés de, como se esperava, criarem-se as condições para sua dissolução em um organismo superior."[260] Deveriam reforçar

256 Este projeto teria que conter a) uma análise atual e uma perspectiva histórica do desenvolvimento capitalista do País, no quadro do presente estado do imperialismo e da revolução mundial; b)a meta do Brasil Socialista, como nossa contribuição prática à revolução mundial; c) os rumos da luta pela revolução socialista no Brasil. Isso inclui uma análise do papel das classes e um capítulo especial sobre a necessidade do partido.[...] Tem que defender claramente a necessidade dessa revolução [...] definir as possibilidades objetivas da revolução, tomando como ponto de partida a atual sociedade brasileira e comparar o seu grau de desenvolvimento com outras que já realizaram esta revolução. [este programa tem que provar que:] a) a POLOP é a única organização que tem uma concepção programática, tanto da realidade objetiva (nacional e internacional) quanto à necessidade da criação dos fatores revolucionários subjetivos. b) a divulgação dessa concepção é uma premissa para o crescimento da POLOP, de sua transformação em partido, ou da sua integração num partido revolucionário. *A Propósito do Programa.* Data provável 1963, p.1, grifos nossos.

257 Idem, p.1 e 2.

258 *Teses sobre a questão do Programa*. Brasília: 14 de Março de 1963. p.1, grifos nossos.

259 Idem, p.1, grifos nossos.

260 Idem.

a Organização para que ela pudesse constituir-se em partido, e, enquanto este não surgisse, a POLOP teria que preencher esta lacuna. "Tais conclusões resumem-se, em última análise, no reforçamento da estrutura partidária da POLOP." [261]

Nestas condições, conclui o documento,

> [...] **precisamos não é de um programa socialista para o Brasil, mas de um programa para a Política Operária, sobre quem repousa neste momento em caráter exclusivo a nossa esperança de virmos a ter o Partido.** [262]

O último trecho desse texto é bastante revelador quanto a idéia de que era provável que não havia uma unidade de idéias dentro da organização, porque,

> [...] **o que está em jogo, neste momento, é algo mais que a escolha entre dois tipos de programa: é a definição entre duas concepções de organização**. **Nosso ponto de vista é o de que não podemos ficar presos à idéia que formávamos do grupo, em sua primeira fase, e antes é** necessário que nos dediquemos a concretizar, a transportar para o plano da realidade o novo tipo de organização que o II Congresso deixou entrever – mais rígida, mais conseqüente, mais agressiva. **E é porque propomos que nos fixemos, em caráter prioritário, na elaboração do programa da Política Operária.** [263]

No documento *Partido Revolucionário e o Programa Socialista,* defende-se a idéia de que a o projeto inicial da organização era influenciar na construção do partido revolucionário e na luta pela Revolução Socialista. A organização propôs lançar um Programa Socialista para o Brasil no qual seriam lançadas as bases desse partido. No entanto o II Congresso representou um momento de amadurecimento do grupo. Entretanto alguns problemas persistiam. Para eles

> [...] **a POLOP surgiu de diversos grupos heterogêneos, de jovens vindos na maioria do nacionalismo, portanto sem formação marxista-leninista.** Contudo, teve a consciência crítica suficiente, para não se propor ser um partido revolucionário, mas em constituir-se como uma organização que lutaria para a formação desse partido. **Ora, uma organização que se propunha dissolver futuramente, restrita do ponto de vista numérico e, em formação, do ponto de vista teórico, tendo ainda como caracteres dominantes a flexibilidade, a falta de continuidade no trabalho, etc., como poderia julgar-se capaz de oferecer às esquerdas e às massas um**

261 Idem, p.1 e 2.

262 Idem, p.1 e 2, grifos nossos.

263 Idem, p.2.

> **Programa Socialista para o Brasil?** Estávamos diante de um paradoxo: por um lado, uma realista consciência de nossas limitações, por outro uma grande pretensão. Eis os motivos pelos quais esse programa até hoje não foi elaborado. [264]

Porém, diante do amadurecimento do grupo, analisam que naquele momento, tratava-se de "**um programa para a POLOP**." [265]

Avaliaram que não deveriam contar com o apoio do PC do B na formação de um Partido Revolucionário, pois o referido partido procurava apenas se fortalecer na medida em que já se consideravam o partido revolucionário. O PC do B somente mudaria suas convicções se uma alternativa superior fosse colocada. Isso poderia acontecer se a POLOP "[...] se impuser como uma força política organizada, e que demonstre, na prática que suas proposições são necessárias e realizáveis." Para isso precisariam se organizar "em moldes partidários, [pois], **dialeticamente precisamos ser um partido para nos prepararmos para deixar de sê-lo e voltar a sê-lo em nível superior**".[266]

E assim concluíram que um programa próprio para a POLOP intensificaria o debate ideológico no Brasil, destruiria as postulações reformistas que gravitavam na esquerda, apresentaria uma alternativa à elas, daria maior referência ao grupo que se consolidaria em torno de um programa definindo precisamente o caráter da organização. [267]

Neste último parágrafo do texto fica claro que havia divergências quanto ao caráter do Programa Socialista. Assim,

> [...] **alguns companheiros se apegam à idéia do programa socialista por considerarem que este não seria sectário, seria um programa oferecido às esquerdas e às massas. Nisso equivocam-se.** Tal programa socialista para o Brasil correria um risco bem maior de se apresentar como algo sectário. Isto porque seria fatalmente recebido como um programa da POLOP. Mas isso não é o fundamental. Quem sustentaria esse programa? Por certo podemos alimentar ilusões de que as esquerdas brasileiras teriam condições de encampá-lo? Parece-nos óbvio, portanto, que tal programa, jamais se desvincularia da POLOP e que só ela teria condições de sustentá-lo. Assim a medida da penetração deste programa nas massas – pois em última análise são elas que ele deve visar – só se daria na medida direta da penetração da própria POLOP nas massas. Um programa

264 *Partido Revolucionário e o Programa Socialista*. Data provável 1963. p.2.

265 Idem.

266 Idem, p.3.

267 Idem, p.4.

> revolucionário efetivo é o produto de uma organização revolucionária, o resultado de seu amadurecimento e de seu enraizamento nas massas. Qualquer programa que façamos terá forçosamente de refletir o nosso desenvolvimento e as nossas limitações, os nossos erros e os nossos acertos, o nosso estágio e as nossas pretensões. De qualquer forma será uma tentativa de nos afirmarmos e um balanço de nossas possibilidades. Se conseguirmos refletir nele as convicções que nos sustentam, seus resultados práticos darão a palavra final sobre o nosso destino. [268]

Parece-nos bastante claro que havia, naquele momento, um grupo dentro da organização em oposição àqueles que pensavam que a POLOP iria **ensejar** um partido, colocaram que a organização deveria **constituir-se** em partido.

Quanto ao debate dos programas nos contou Ceici Kameyama[269] que

> [...] o Programa Socialista para o Brasil passou por um longo processo de maturação, eu me lembro que no começo, por exemplo, houve uma discussão se o Programa Socialista deveria ser da POLOP ou para o Brasil, aí teve uma longa discussão, aí conseguimos mostrar que um Programa deste calibre tem que se basear nas questões objetivas do país, tem que se configurar na luta de classes no país e que era fundamental a força motriz e daí pra frente. E no primeiro debate teve este desfecho, ficou ***Programa Socialista para o Brasil***.

Nos documentos pareceu-nos claro que havia duas posições sendo gestadas no interior da POLOP à partir de 1963. Enquanto uns defendiam que a POLOP deveria ser um instrumento de fomentação de um Partido, existia claramente outra posição que defendia que a POLOP já atuava como um órgão partidário e, portanto, deveria transformar-se em Partido Revolucionário. Nas entrevistas que realizamos, todos defenderam que a POLOP nunca pretendeu ser um partido. Vale salientar que os documentos estão assinados pela organização e não fez referência a nenhuma 'tendência'.

Theotônio dos Santos[270] nos contou que

> [...] o projeto da POLOP passava por um certo realismo de que não seria a POLOP que faria a revolução, mas a POLOP tinha um papel de propagar, defender, refletir, pensar e mobilizar forças no sentido de criar esta Frente dos Trabalhadores, mas com a idéia de criar um grande partido dos trabalhadores no país e, portanto, a idéia era que isso não seria da POLOP.

---

268 Idem, p.4.

269 (E3).

270 (E19).

Para Moniz Bandeira[271] a POLOP

> [...] não era um partido, isso já era uma diferença para o bolchevismo, não sei se alguns da POLOP pensavam que a POLOP fosse um partido, não posso afirmar, de fato a POLOP não era monolítica, diversas idéias, pensamentos, **na verdade a POLOP foi uma produtora de pensamento, de intelectuais, Theotônio, Rui Mauro, eu, Gabriel Conh, Eder, enfim foram diversos segmentos. A ORM-POLOP não se propunha a constituir um partido**, **mas a influenciar politicamente e encorajar as tendências de esquerda nos partidos de vanguarda. Já nos debates que antecederam a formação da POLOP a questão da formação do partido independente e oposto aos vínculos burgueses, trabalhistas ou nacionalistas e que fosse oriundo da classe operária, se colocava como uma necessidade**.

Para Vânia Bambirra[272]

> [...] a POLOP tinha por meta criar as condições para o surgimento desse novo partido comunista e quando surgisse ela se dissolveria, ela era, portanto, uma organização provisória, o objetivo dela era criar as condições políticas para se criar esse partido. A idéia principal neste momento era apresentar uma alternativa, influir teoricamente nas bases dos partidos, e ser uma organização temporária. A POLOP achava que tinha primeiro que se criar condições políticas, fazer um partido político, formar quadros bem preparados e bem treinados dentro do espírito leninista.

Ceici Kameyama[273] relata que, na POLOP, a idéia era que

> [...] um partido deveria representar uma fase do desenvolvimento da classe operária, de transformação de classe em si para classe para si, a POLOP não se considerava um partido, ela achava que seria uma organização que contribuiria para formação do Partido, mas o Partido deveria ser resultado de amadurecimento da própria classe. A idéia era de que um partido se forma pela fusão de intelectuais e classe, a POLOP se dissolveria neste partido, num organismo superior. Para a POLOP teria que ser um partido de vanguarda encontrando formas de fazer trabalho de massas, tanto na luta econômica quanto na luta política institucional. Na verdade seria um partido de vanguarda com inserção na massa.

271 (E10).

272 (E20).

273 (E3).

No nosso entendimento, na concepção da POLOP a *centralidade* estava na organização e não nas classes trabalhadoras. Por mais que considerasse a classe operária como sujeito da história, ela era na realidade o predicado, porque o sujeito, na prática, era a organização.

Isso pode ser demonstrado através da concepção da organização de que a consciência de classe para si seria atribuída da organização à classe operária. Uma consciência vinda de fora para dentro.

Neste sentido a POLOP parece se aproximar mais das teses de Lênin do que de Rosa Luxemburgo.

2.8 – A Atuação política em 1963

Observamos em entrevistas que a POLOP teve, nesse ano, uma atuação mais agressiva junto aos movimentos das massas. Ainda segundo as entrevistas, as elaborações teóricas e as discussões travadas pela organização contribuíram para as cisões no interior do PCB. Segundo Theotônio dos Santos [274] a POLOP era

> [...] muito mais forte no campo teórico e muito débil no plano prático. Então realmente nós fomos muito mais efetivos na crítica teórica com efeitos muito sérios para o Partido Comunista que foi se debilitando e se dividindo em várias correntes. É claro que nessa divisão nosso pensamento teórico, o embate teórico que nós fizemos teve um peso muito grande.

Moniz Bandeira[275] nos contou que a força da organização estava nos debates teóricos. Segundo ele,

> [...] a POLOP praticamente se restringia ao Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e tinha uma pequena base no Rio Grande do Sul. Sua influência foi mais teórica e, aí sim, concorreu para a radicalização de uma parte do PCB, que foi resultar no PCBR.

A POLOP procurou estabelecer contatos com o PC do B no intuito de fomentar a FER, mas não obteve sucesso. Ceici Kameyama[276] nos contou que a POLOP

274 (E19).

> [...] procurou conversar com o PC do B, inclusive propusemos formar uma Frente de Esquerda Revolucionária, mas as conversas não prosperaram. Depois eu vi algumas referências que eles faziam da gente, nos chamavam de trotskistas, acharam um modo de se livrar da discussão.

Aparece de maneira bastante uniforme no conjunto das entrevistas e também nos documentos a importância da POLOP como força ideológica procurando influir no conjunto das esquerdas. Parece-nos ser esta a sua grande marca. Embora ela procurasse uma maior inserção, principalmente junto aos movimentos operários, manteve-se do ponto de vista prático, muito periférica. Perguntamos à Theotônio dos Santos[277] como era a atuação da organização neste movimento, sua resposta parece expressar esta nossa conclusão. Segundo ele,

> [...] disposição, vamos dizer assim, vontade havia, mas todas as intermediações que isso significava não estavam muito claras para um grupo de militantes que não tinha muita experiência numa luta operária mais séria, mais histórica. Então nós tínhamos certa dificuldade de transformar em prática certas concepções.

No movimento dos trabalhadores do campo a organização teve uma participação menos modesta especialmente a partir de 1963. Mantiveram um trabalho em Brasília e em Minas Gerais em apoio às Ligas Camponesas. Segundo Theotônio dos Santos[278] "[...] as Ligas Camponesas tinha vínculos com quase todos os movimentos de Ligas do país, mas tinham uma imagem muito superior ao seu poder real."

No movimento estudantil, teve uma significativa atuação e também a vice-presidência da UNE. No entanto, Moniz Bandeira[279] nos contou que

> [...] no movimento estudantil na composição da UNE, a POLOP tinha conchavos de cúpula. No movimento estudantil era um grupo mais de intelectuais que cresceu com a radicalização do país devido ao fato da influência da Revolução Cubana e a radicalização aqui dentro.

A grande novidade foi a aproximação da organização com os subalternos das Forças Armadas: sargentos e marinheiros rebelados. Em 1962 os marinheiros e os

---

275 (E10).

276 (E3).

277 (E19).

278 Idem.

fuzileiros navais criaram a sua Associação que contava com milhares de adeptos. Os sargentos se rebelaram exigindo alguns direitos, mas contavam com o desprezo e com a repressão da alta cúpula das Forças Armadas. Em 12 de setembro de 1963 os sargentos sublevaram e ocuparam a sede dos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica, a Base Aérea, o aeroporto e a Central Telefônica, mas acabaram presos.

No Rio de Janeiro três mil marinheiros se rebelaram reivindicando melhores salários e condições de trabalho e se instalaram no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio. Os fuzileiros navais que eram uma ala profissional foram mobilizados pela Marinha para cercar os marinheiros e prendê-los, mas os fuzileiros se solidarizaram e depuseram as armas.

Estes episódios mostravam que as Forças Armadas não tinham uma solidez, ao contrário estava cheia de fissuras. O corte deixava de um lado, oficiais de direita que deflagraram o episódio em Jacareacanga e Aragarças e, de outro, subalternos das Forças Armadas de caráter mais popular.

A POLOP se aproximou destes oficiais rebelados, marinheiros e sargentos, sobretudo através dos contatos de Moniz Bandeira e Eric Sachs pela *Frente de Mobilização Popular* (FMP). A compreensão da organização era de que um golpe estaria por vir, por via bonapartista ou fascista, portanto, os militares de baixa patente poderiam ser o braço armado de uma resistência.

Outra aproximação da POLOP através da FMP foi com a esquerda trabalhista, além de Almino Afonso e Sergio Magalhães manteve fortes contatos com Leonel Brizola do PTB, na época deputado federal pelo Estado da Guanabara e líder do *Grupo dos 11*.[280]

Moniz Bandeira[281] nos contou “[...] que a POLOP defendia a preparação para enfrentar o golpe de Estado, que considerava inevitável.” Portanto, o que restava à organização sendo numericamente pequena, mesmo forte teoricamente, foi aproximar-se dos setores mais progressistas da esquerda para ensejar uma resistência.

---

279 (E10).

280 A intenção do Grupo dos 11 era fazer resistência à um possível golpe militar.

281 (E10).

Emir Sader[282] descreveu a relação da POLOP com as alianças de esquerda e a aproximação com os militares subalternos. Segundo ele,

> [...] participávamos sempre na aliança com o brizolismo que era uma aliança de esquerda, uma política de esquerda ao PCB e ao Governo Jango, **nós sabíamos que era nacionalismo, mas sabíamos que era a única vertente que poderia resistir ao golpe.** Nós chegamos a começar um trabalho militar com o Rui Mauro que a gente chamou de foco propagandístico, não era um foco para dar luta, mas era um foco para usar os sargentos e os marinheiros para fazer uma propaganda da resistência popular, da luta classista e anti-capitalista.

Esta talvez seja a explicação para a aproximação da POLOP, um grupo de vertente socialista, com grupos aparentemente nacionalistas.

Ceici Kameyama[283] nos contou o episódio da rebelião dos marinheiros. Segundo ele esses militares

> [...] procuravam se aproximar dos trabalhadores, os marinheiros, por exemplo, eles ficaram em assembléia permanente, em rebelião no *Sindicato dos Metalúrgicos do Rio*. Aqui em São Paulo eles ficaram rebelados no Campo de Marte, o pessoal da Aeronáutica, teve adesão até do comandante. Mas o que eles perguntavam era 'escuta, mas cadê os metalúrgicos, onde estão? Nós estamos esperando aqui para sairmos juntos'. Mas os metalúrgicos eram dirigidos na época pelo PCB e pelo PSB. O PCB dizia que eram aventureiros era iniciar uma aventura, eram alimentados pela direita, pelos golpistas e se recusavam a dar apoio.

A POLOP cresceu com a aproximação dos sargentos e militares, justificada pela iminência de um golpe.

João Goulart mantinha o discurso das Reformas de Base. Já Carlos Lacerda, representando a ala conservadora, apontava para o perigo comunista, ainda mais diante dos processos revolucionários que ocorriam em toda América Latina. Havia forte pressão popular pelas reformas estruturais. Acrescia a isso o rebaixamento do custo de vida dos trabalhadores, a revolta dos camponeses e uma grave crise capitalista.

Diante destas condições a POLOP que tinha uma revista de proposta mais teórica, sentindo a necessidade que o momento trazia, decidiu em janeiro de 1964

---

282 (E5).

283 (E3).

retomar seu jornal na tentativa de obter uma maior inserção no conjunto dos trabalhadores e organizar uma resistência ao golpe, pois evitá-lo seria muito difícil.

2.9- O jornal: a tentativa de orientar o movimento operário.

Durante o período de 1962 a 1964 a organização utilizou como método de divulgação, em seus três primeiros números, o jornal *Política Operária.* A partir do quarto número optaram pela revista que tinha como objetivo travar um debate, retomar o marxismo e influenciar as esquerdas revolucionárias. Diante da grave situação nacional no início de 1964, a POLOP retomou o formato jornal no intuito de alcançar os movimentos organizados da classe e preparar uma resistência ao golpe. Contou-nos Ceici Kameyama[284] que [...] "é um jornal que serviu para ser distribuído de modo mais amplo [e] trazia já em formato jornalístico todas as análises."

O patrocínio dos jornais da POLOP, nos contou Moniz Bandeira[285], fora concedido por Brizola que "[...] autorizou a Gráfica Americana (americana só de nome) a imprimir os números do jornal *Política Operária* a partir de janeiro de 1964 até o golpe militar em abril."

Foi significativa a mudança do periódico e dos textos. Com um caráter denunciativo, o jornal procurou aproximar-se das reivindicações das classes trabalhadoras. Denunciavam as mazelas do mundo capitalista em formas menos rebuscadas de escrita. Analisavam o cotidiano dos trabalhadores e da vida política relacionando-os com as teorias da organização, mostrando que os fatos apenas justificavam tais análises.

Nestes jornais vários eventos foram analisados tais como as ameaças sofridas pelos camponeses denunciando prisões, as perseguições àqueles que procuravam se organizar, a reação dos estudantes contra o governador da Guanabara Carlos Lacerda, estudantes se mobilizando em apoio aos camponeses, apontavam o desenvolvimento dos movimentos dos sargentos e a repressão sofrida por eles, a luta dos pequenos sindicatos, chamavam para atos públicos contra Lacerda, contra o imperialismo e apoio a Cuba socialista. Abriram-se espaços para

284 Idem.

285 (E10).

representantes dos trabalhadores denunciarem as situações constrangedoras vividas dentro das fábricas.

No texto *O que é o jornal?,* avaliaram as mudanças trazidas neste novo formato de publicação. Assim,

> [...] o objetivo do jornal é contar com um órgão próprio de divulgação e também atingir todo um setor do movimento de massas, que não encontra na imprensa de esquerda eco e orientação para suas lutas: o movimento operário. Nosso jornal é, pois, basicamente um jornal operário, o que não quer dizer que seja um órgão sindical, visto que busca exprimir, o aspecto político da luta operária e trazer-lhe a informação precisa, mas orientada de tudo que lhe diz respeito na política nacional. [286]

O jornal pretendia alcançar a vanguarda da classe operária organizada em sindicatos. Seriam os quadros médios do movimento sindical, delegados sindicais, membros de conselhos operários, militantes anônimos que atuavam dentro das fábricas etc. Era "[...] essa vanguarda já politizada, mas não corrompida, que nós [nos] dirigimos. É ela que permanece sem qualquer recurso publicitário capaz de manifestar seus interesses e de elevar seu nível de consciência." [287] Não era um jornal de massa, mas dirigida aos melhores quadros da classe operária. Não se tratava mais "de idealizar simplesmente, mas de mostrar que, na prática diária, os fatos dão razão à nossa linha política e impõe ao proletariado a meta suprema da revolução" [288]

A iniciativa do jornal justificava-se devido

> [...] a ascensão do movimento grevista, a formação do CGT, as tomadas de terra e os choques armados no campo, a intervenção dos sargentos e soldados na vida política – estes elementos compõem um quadro bastante diferente do que conhecemos no passado e anunciam, para a luta revolucionária, combates decisivos. [289]

Denunciaram que para o Ministério das Reformas, João Goulart chamou integrantes do PSD, cujo partido era comprometido com os interesses latifundiários. O papel da organização neste momento era denunciar

286 *O que é o jornal?* – Data provável 1964 - p.1.

287 Idem.

288 Idem.

289 *Por um governo revolucionário dos trabalhadores da cidade e do campo*. In: Jornal Política Operária nº8, p.4.

> [...] a incapacidade do governo para resolver o problema agrário, bem como seu propósito de utilizar a miséria do campo como instrumento para seus planos golpistas. [290]

A *Frente de Mobilização Popular* poderia ser uma força significativa desde que se aproximasse das reivindicações da classe operária, se unisse internamente, tivesse bases populares organizadas e uma política independente do governo.[291]

A luta deveria ser por um governo dos trabalhadores da cidade e do campo e não por um Ministério de centro-esquerda. Mas se houvesse uma proposta mais progressista dentro do governo as medidas cabíveis seriam a luta contra a reação golpista, o imperialismo e o latifúndio, pela democracia operária, para que arme o povo na defesa das medidas de encampação, reforma agrária, sustentado por um poder popular.[292]

Os trabalhadores haviam demonstrado um aumento do senso de coletividade entrando em greve muitas vezes em solidariedade às repressões sofridas por outros companheiros. [293]

O aumento das reivindicações da classe operária trazia consigo a repressão da burguesia. Este problema era agravado porque, segundo a organização, os trabalhadores precisavam identificar suas lideranças reboquistas. O proletariado precisava

> [...] de uma direção política que saiba colher todos os frutos de sua luta. Só uma política operária própria lhe impedirá de ser mero reboque do governo. E ser reboque do governo hoje significa sofrer os prejuízos dele – a desmoralização por sua eterna vacilação e incompetência para realizar as reformas – sem poder captar os lucros – a boa vontade da burguesia e do imperialismo [294]

João Goulart, segundo a POLOP, procurou realizar as reformas através de uma frente ampla afastando os setores mais progressistas dentro do governo representadas principalmente pela FMP – os sargentos, os estudantes, os parlamentares liderados por Leonel Brizola – atraindo os setores mais moderados e

---

290 Jornal Política Operária nº8, 15 à 21 de Janeiro de 1964.

291 SANTOS Theotônio dos. *Porque fracassaria um ministério de centro esquerda?* In: Jornal Política Operária nº8, 15 a 21 de Janeiro de 1964, p.6

292 Idem.

293 Se formos aos motivos que deram causa aos conflitos trabalhistas verificaremos que a sua grande maioria teve origem nas reivindicações econômicas na luta para acompanhar a alta desenfreada do custo de vida. Assim, tivemos um grande número de greves, no início do ano principalmente, com a finalidade de obrigar as empresas a cumprir o pagamento do 13º salário. Tivemos também a grande greve por 100% de reajuste salarial em São Paulo que atingiu 18 categorias. *O movimento grevista de 1963: Unidade e Ação do Proletariado*. In: Jornal Política Operária nº8, 15 a 21 de Janeiro de 1964, p.8.

294 Idem, p.8.

a esquerda reformista. E assim "[...] o objetivo indisfarçável do Sr. Goulart era obter a base de massa que necessita para dar o seu golpe de Estado e instaurar o regime bonapartista a que aspira (dentro do qual lhe seria fácil desvencilhar-se dos aliados de esquerda da véspera)".[295]

Jango estaria confabulando para dar um golpe de Estado e reprimir a classe operária. Outra possibilidade aventada pela POLOP era um golpe da reação de Carlos Lacerda. Tais golpes somente seriam barrados com amplo apoio de massas. E assim "[...] para enfrentar [uma reação interna e externa que virá], há de estar apoiado diretamente no povo, e no povo em armas". [296]

A sublevação dos sargentos e dos marinheiros por sua vez, poderia ser o braço armado desta reação operária. Entendia-se que havia semelhanças entre os anseios dos subalternos das Forças Armadas e as classes operárias e camponesas. O corte de classe desta sociedade era cada vez mais delineado separando massas populares das cúpulas dominantes. A união entre o movimento operário e os militares de baixa patente poderia representar uma forte ameaça ao regime burguês. Percebendo esta potencialidade a burguesia não hesitou em reprimir o movimento.

Através da Frente de Mobilização Popular estes militares se aproximaram do movimento operário. Entretanto

> [...] esta integração está marcada, porém por uma ambigüidade, visto que confronta, neste momento as lideranças operárias predominantemente reformistas e uma liderança de sargentos muito mais radical e agressiva. Vale dizer que os sargentos tendem a se adiantar às lideranças sindicais, no processo de radicalização, mas dependem, para dar completo seguimento à sua ação de que a classe operária defina os objetivos da luta que eles se dispõem a travar.[297]

Foi significativa a aproximação da POLOP com estes setores militares, identificável tanto nas entrevistas quanto nos documentos. Inclusive o Sargento Márcio Peres (provavelmente um codinome para evitar retaliação por parte das Forças Armadas) escreveu vários artigos nos jornais da organização e contou os motivos da sublevação.

---

295 *Reformas só saíram com governo dos trabalhadores*. In: Jornal Política Operária nº 9, 22 a 28 de Janeiro de 1964, p.4.

296 Idem.

297 MARINI, Rui Mauro. *O Movimento dos Sargentos e o Avanço das Lutas de Classe*. In: Jornal Política Operária nº8, 15 à 21 de Janeiro de 1964, p.3.

Segundo Peres, as Forças Armadas eram chamadas a intervir: ora para 'proteger os próprios nacionais', ora para 'garantir a ordem e a lei', ora para 'assegurar a integridade física dos concidadãos'. Estes pequenos contatos já despertam uma aproximação com o trabalhador e uma identificação de interesses porque "[...] descobriram as injustificáveis diferenças e discriminações entre ciclos militares, o que vem corresponder às diferenças e discriminações entre as classes sociais." [298] Um soldado se conscientizaria à medida que se aproximasse do operário e percebesse que existiam "[...] as mesmas origens, os mesmos objetivos finais, dentro da dinâmica político-socio-econômica da sociedade – e não poderia ser de modo diferente." [299]

Havia uma discriminação dentro das Forças Armadas que faria despertar a consciência de classe destes militares levando-os às reivindicações. E assim

> [...] não há porque desvincular os trabalhadores das reivindicações dos sargentos, cabos, soldados e marinheiros, tornando-os apáticos e indiferentes; por outro lado não há porque afastar esses militares das reivindicações dos trabalhadores, uma vez que tantos as lutas reivindicatórias desses militares, como as lutas dos trabalhadores resumem as fases de um processo revolucionário que culminará, inevitavelmente, com a emancipação do povo pela revolução social. [300]

Várias manifestações ocorriam no Brasil naquele momento. No Rio de Janeiro um comício reuniu alas da esquerda favoráveis às Reformas de Base. Dias depois em São Paulo tem-se a reação com a *Marcha Com Deus e Pela Família* organizada pelas classes médias; ou seja, as forças conservadoras da sociedade que contavam com o apoio norte-americano articulando a mobilização contra os 'perigos' representados, sobretudo, pelo socialismo cubano.

A POLOP procurava a toda custo alertar para a insurgência do Golpe, denunciando Lacerda e Goulart, procurando inserção nos movimentos dos trabalhadores, encontrando nos sargentos e marinheiros uma possibilidade armada de resistência. Ínfima inclusão nos movimentos e limitada do ponto de vista numérico e observando o agravamento da situação, a POLOP planeja o seu III Congresso na tentativa de angariar novos quadros para a organização. No

298 Sargento Peres, Márcio. *As Lutas de Classe e as Forças Armadas* In: Jornal Política Operária nº 9, 22 a 28 de Janeiro de 1964, p.5.

299 Sargento Peres, Márcio. *As Lutas de Classe e as Forças Armadas* II. In: Jornal Política Operária nº 10, 29 de Janeiro à 4 de Fevereiro de 1964, p.6.

300 Idem, p.6.

documento que chama este Congresso evidenciava esta preocupação de ampliar seus quadros e sua força nos movimentos.[301]

A única alternativa aventada pela organização era reforçar-se internamente. Devia-se utilizar do proselitismo para angariar os melhores quadros. Quanto mais acirrava a situação, maiores eram as exigências internas. Segundo a organização ela possuía àquele momento

> [...] 80 militantes, no fim de janeiro teríamos 160; no fim de abril 320; no fim de julho 640; e no fim de outubro teríamos 1280 e assim por diante. Três meses é tempo suficiente para um trabalho sério de proselitismo. Se o militante não tem em vista ninguém para ser trabalhado é porque não tem se preocupado muito. [302]

Segundo Ceici Kameyama[303] a organização denunciava a tentativa

> [...] de golpe que o próprio Jango estava preparando. Porque a idéia dele era, como a crise estava se agravando, a de convocar uma Constituinte e fechar o Congresso. Só que ele recuou disso e não deu certo, aí partiu para a mobilização para efetivar as Reformas de Bases, procurando atrair o movimento sindical atrás de si

Temendo uma radicalização à esquerda, a burguesia nacional apoiou o Golpe Militar no Brasil em 01 de abril de 1964 com forte adesão das classes médias, tendo o imperialismo norte americano como aliado.

O Golpe Militar interrompeu um projeto da organização de construção de uma alternativa revolucionária, lançando-lhe novos desafios. O 1º de abril de 1964 marcou profundamente os rumos da esquerda no Brasil. A repressão aos estudantes, às organizações de esquerda, aos partidos, às associações, aos sindicatos, aos movimentos operários em geral, impuseram diferentes desafios à esquerda brasileira.

---

301 Proporam neste documento "que o setor operário desenvolva um plano sistemático de atuação tendo em vista: as categorias principais em que a organização deve centrar o trabalho; localizar estas categorias por área ou zona de atuação; concentrar esforços aí quer no trabalho de propaganda como no de agitação, visando criar focos de irradiação do trabalho da organização. que o setor estudantil (universitário e secundarista) desenvolva também um plano tendo em vista: quais as principais escolas; quais os grêmios, centrinhos, etc., que nos interessam prioritariamente atuar. quais os grupos estudantes que nos interessam recrutar. Bases mistas: quais os grupos e contatos nos interessam ganhar para a organização; quais os grupos e contatos nos interessam como simpatizantes e linha auxiliar; quais os setores de técnicos e intelectuais podemos atuar. Que toda célula e que todo militante seja obrigado a fazer pelo menos um recrutamento (dentro dos critérios definidos pela organização) de 3 em 3 meses, logo, uma base formaria uma nova base de 90 em 90 dias. *Proposta para o 3º Congresso – Sobre o Recrutamento* - p.4, grifos nossos.

302 Idem.

303 (E3).

Capitulo 3 – Do Golpe à consolidação de dois projetos para o Brasil

3.1 – O III Congresso – dias antes do golpe

O III Congresso estava sendo realizado no mês de março de 1964 quando fora interrompido pelo Golpe Militar. Segundo Otavino, ex-integrante da organização, em entrevista concedida a Valter Pomar publicada na *Revista Teoria e Debate* o Congresso

> [...] foi em frente à casa do Ademar de Barros, no cursinho da Faculdade de Filosofia. No domingo, ao meio-dia, em 30 de março, veio um companheiro e disse: **"o golpe está aí". E disse que não dava para continuar o Congresso** porque teve a marcha da Cruz lá no Viaduto do Chá. Nunca se viu tanta gente.[304]

Nos documentos da organização não encontramos referências desta interrupção, porém em outras entrevistas, antigos membros afirmaram que o Congresso fora realizado na ilegalidade. O documento *As resoluções do III Congresso* não esclarece a nossa dúvida. Temos a indicação de este tem em relação ao Golpe Militar dias de intervalo, motivo pelo qual era discutido o caráter do Golpe no Brasil e, diante deste, qual seria a posição da organização e seu papel junto a classe operária.

Os documentos evidenciavam os problemas que eram proeminentes e nos ajudam a compreender as diferentes propostas elaboradas pela organização após aquele trágico e decisivo capítulo da história brasileira.

No artigo *Proposta apresentada ao 3º Congresso* a derrota da esquerda, sobretudo do PCB, ocorreu por não desenvolver uma política ofensiva sobre as Reformas de Base e consequentemente não atender os anseios populares.

Ainda que muito juvenil, o *Grupo dos 11* de Brizola, com o qual a POLOP estabeleceu estreitos contatos, teria oferecido as melhores e mais radicais formulações às massas rebeladas. [305]

O grande problema avaliado era que, neste ínterim, a direita passou a se articular.[306] Milícias fascistas haviam se formado em todo o país, concomitantemente

---

304 POMAR, Valter. Entrevista com Otavino Alves da Silva. In: Revista Teoria e Debatenº24, 1994.

305 *Proposta apresentada ao 3º Congresso*, p.1

à uma propaganda anticomunista que se alastrava. A classe média, pressionada pelas condições econômicas, não sentindo uma reação à esquerda, ficou exposta a esta proposta reacionária e compôs a base de sustentação do Golpe no Brasil.

Do ponto de vista interno compreenderam que a partir do II Congresso a organização teve um saldo positivo sob vários aspectos. Teria havido

> [...] o crescimento da organização em militantes e bases regionais, a participação no movimento de massa, como no II Congresso dos Trabalhadores de Brasília, no Encontro Camponês de Goiânia, no Congresso da CUTAL, etc., a integração na Frente de Mobilização Popular, [e] o lançamento do jornal. [307]

Ainda assim a organização estaria demonstrando um ritmo de crescimento muito aquém do que se esperava de um grupo que pretendia intervir efetivamente nas lutas sociais e no processo político nacional. Entre as suas fragilidades, o recrutamento e formação de quadros, eram exemplos. A presença da organização nas manifestações de massa teria demonstrado "inexperiência, descoordenação e até mesmo oportunismo, que o jornal pôs a nu a **ausência de estrutura sólida, disciplina efetiva e vinculação real ao movimento de massa** de que sofre a Organização.[308]

Somava-se a isso o fracasso na aglutinação de uma frente de esquerda promovida pela organização, "[...] o sectarismo do PC do Brasil, a fluidez dos remanescentes do MRT, a incapacidade da oposição do PCB em se organizar, constituíram fatores ponderáveis para que a FER não pudesse ir adiante." [309]

Avaliaram como equivocada a tentativa de aproximação com o PC do B, pois não conseguiam capitalizar em proveito próprio remanescentes do PCB, devido às divergências que existiam entre estes dois partidos. Outro problema teria sido a ausência de um trabalho sistemático junto às bases do 'Partidão'.

Também considerava um problema a indefinição frente ao grupo de Leonel Brizola. Preferindo apoiar, muito esparsamente, mas não definir um compromisso efetivo, teria impedido que a organização tivesse uma ação mais concreta junto ao *Grupo dos 11*. Era evidente que Brizola representava naquele momento

---

306 "Os grandes proprietários rurais, os especuladores mercantis e financeiros, os industriais monopolistas, toda a oligarquia interessada no regime de exploração brutal a que se encontra submetida os trabalhadores brasileiros, mobilizou-se para reagir." Idem.

307 Idem, p.2.

308 Idem, p.3, grifos nossos.

309 Idem, p.1.

> [...] para as massas, a única saída revolucionária efetiva, e que, por isso mesmo, é o pólo de atração em torno do qual giram os descontentes do PCB. As discussões sobre a capacidade que o indivíduo Brizola teria para 'ir até o fim' ou 'ficar no caminho' não passam, evidentemente, de especulações subjetivas. O fato concreto é, não somente a significação revolucionária de que reveste Brizola para as massas, como, sobretudo a modificação qualitativa que se vem operando na base social do movimento brizolista e que se marca pela participação crescente de operários e camponeses.[310]

Uma conexão efetiva da organização com o movimento de massas significava um acerto da linha política com a realidade objetiva das lutas de classes. Esta vinculação não se efetivou, porque,

> [...] todo pequeno grupo, sobretudo com a predominância de quadros pequeno-burgueses que nos caracteriza, tende a se converter em seita. Essa tendência implica a sectarização de qualquer linha política, mesmo a mais justa. E isto por duas razões: primeiro, porque, desligados da massa, seus membros perdem a noção do real, deixam-se influenciar por seus desejos subjetivos, estimulados pela unanimidade de opinião que prevalece no pequeno circulo em que se movem; segundo, porque a palavra de ordem mais correta torna-se absurda se não é compreendida e aceita pela massa.[311]

E assim concluíram que deveriam intensificar o trabalho junto às bases do PCB, aproximar-se do movimento brizolista e assim vincular-se ao movimento das massas.[312] Este documento é do dia 22 de março de 1964, à menos de dez dias do Golpe Militar, indica-nos a interrupção deste processo de consolidação da organização e da prática de tais deliberações.

No documento *Resoluções do III Congresso*, discutiu-se qual seria o caráter do golpe que se iniciava: fascista ou bonapartista. Sendo fascista a organização optaria pela tática de resistência e, se bonapartista, a tática seria levar as massas à assumir posições radicais, armando os operários, desmantelando os órgãos repressivos, julgando os bonapartistas através de Assembléias Populares. Com o Golpe Militar a organização entendeu que um poder fascista havia se instaurado. A tática, portanto, seria de resistência.[313]

---

310 Idem, p.4.

311 Idem, p.4.

312 Idem, p.4.

3.2 – As Primeiras Considerações pós-golpe

O Golpe Militar surpreendeu significativa parte da esquerda, mas a POLOP não deveria ter sido surpreendida. Isso porque a organização, desde a sua fundação em 1961, já denunciava as medidas golpistas da burguesia brasileira e preparava-se estruturalmente com medidas de segurança para que pudesse preservar as vidas de seus militantes. Argumentaram também que as forças golpistas contariam ainda com a impossibilidade de uma reação da esquerda e dos movimentos operários.

Todavia, segundo os documentos, mantiveram-se embaraçados para tomar uma decisão mais enérgica frente ao Golpe Militar. O que, a nosso ver, expressa essa lentidão foi a escassez de documentos que encontramos deste período, o que nos indica, que a discussão não se revertia em ações concretas para enfrentar tal situação.

Sobre o ano de 1964 e 1965 não encontramos muitos documentos, o que nos revela as dificuldades pelas quais passou a organização depois da ditadura. Ao mesmo tempo, os raros documentos expressavam uma disposição em enfrentar o golpe.

Compreenderam que o Golpe Militar foi vitorioso por três razões básicas. Primeiro porque a política de colaboração de classe elaborada pelo PCB com o 'caminho pacífico', entregou o destino do movimento aos janguistas, impedindo assim, que as massas enfrentassem a reação. O problema não teria sido a derrota dos operários em campo aberto, mas o fato de não terem sido lançados à luta. Em segundo lugar, embora houvesse núcleos progressistas dentro das Forças Armadas, sozinhos, tais forças não conseguiriam mudar o instrumento opressor do estado burguês, a presença da classe operária nas ruas se faria elementar, mas isso não aconteceu. O terceiro elemento importante foi o apoio das classes médias urbanas ao golpe. Feridas pela crise econômica e vendo a adesão das esquerdas ao governo Goulart, tais classes teria se identificado com os setores mais a direita, único setor que poderia se oporia tanto as posições radicais contra a ordem, quanto ao 'terror' comunista sob o espectro de Cuba socialista e a possibilidade de tal regime se espalhar pela América Latina.[314]

---

313 *Resoluções do III Congresso*, p.1.

314 *Golpe Militar e as novas tarefas revolucionárias*, abril de 1964, p.1.

Segundo a organização, entre o imperialismo e o latifúndio, que dificultavam a expansão capitalista, e o operariado, que lutava para garantir seu nível de vida, a burguesia apontou suas baionetas contra o inimigo mais perigoso: a classe operária.[315] Por isso optou pela opressão às organizações operárias, pelo congelamento dos salários e pela adoção do plano econômico recomendado pelo FMI prezando pela estabilização econômica. A tendência das classes dominantes naquele momento era apoiar o governo autoritário. Houve a união entre as classes dominantes, basicamente burguesia e latifundiários apoiados pelos imperialistas que barraram a força dos trabalhadores atacando suas formas de organização.[316]

Porém, nesta leitura, a condição imposta aos trabalhadores de arrocho salarial iria obrigá-los à lutar. O caráter antidemocrático do regime levaria a população a colocar-se contra a classe média urbana e a reação do latifúndio empurraria a luta revolucionária do campesinato. Neste sentido o *status quo* anterior não poderia mais ser reestabelecido o que significava dizer que o proletariado não lutaria para repor a dominação democrático-burguesa, mas sim superar toda uma geração de lideranças nacionalistas e reformistas.

E assim, reafirmaram que só um governo revolucionário da classe operária da cidade com o apoio dos trabalhadores do campo poderia oferecer oposição ao regime. Este Governo Revolucionário dos Trabalhadores ainda não representava o Poder Socialista. Caracterizar-se-ia por um governo de transição com a missão de aprofundar a luta de classes. Esta ebulição se daria quando as massas adquirissem consciência – e adquiririam à medida que os revolucionários soubessem dar as massas uma ação revolucionária – de que a sociedade capitalista não poderia dar qualquer perspectiva de solução para os problemas do povo. [317]

O Golpe Militar trouxe um novo problema para a POLOP: a luta ilegal. Diante disso um governo dos trabalhadores só poderia ser vitorioso através de uma insurreição armada em escala nacional, arrastando as camadas mais radicais da classe média. Porém a insurreição não daria início ao processo, mas seria o desdobramento de uma série de lutas parciais. Também não teria somente um viés militar, mas pressuporia uma organização de luta política liderada pelos

315 O esquema intermediário entre Jango e Lacerda oscilava nas divisões internas das classes dominantes. No país duas forças básicas contrapunham-se: os trabalhadores que poderiam manifestar-se politicamente por uma frente de classe dirigida pelo proletariado industrial, e, as classes dominantes – burguesia e latifundiários – respaldados pela ditadura militar. Idem.

316 Idem, p, 5.

317 *Informe as Bases - A Organização e Suas Tarefas* – 7 de julho de 1964, p.1.

revolucionários para que os trabalhadores não se iludissem com as lideranças reformistas. [318]

O partido revolucionário seria o elemento aglutinador destas forças e coordenaria os diversos setores: operários, estudantes, camponeses, entre outros. Tal situação, avaliaram, imporia não um partido de massas, mas a formação de um partido completamente diferente. Uma coisa era formar um partido sob a vigência de um regime democrático-burguês, outra sob um regime ditatorial burguês. Na ilegalidade a formação do partido só poderia contar com quadros formados durante a luta, atingindo um grau de maturidade que permitiria decisões comuns. Somente um partido de quadros poderia ter estas características. A formação de uma frente de esquerda contribuiria na formação do Partido, especialmente no Brasil, pois consideravam um país estratégico para alterar a correlação de forças na América Latina em prol dos interesses dos trabalhadores. [319]

3.3 - A Guerrilha de Copacabana

Foi na tentativa de construir uma resistência ao Golpe Militar que a POLOP sofreu os primeiros sinais da repressão num episódio conhecido por *Guerrilha de Copacabana.*

Nos documentos da organização não encontramos nenhuma referencia ao ocorrido, mas em entrevistas conseguimos recuperar este acontecimento.

Segundo Moniz Bandeira[320] foi somente após o Golpe Militar que a POLOP colocou a luta armada como uma necessidade. Para ele,

> [...] com o golpe de 64 nós decidimos deflagrar a guerrilha de Caparaó para insuflar as Forças Armadas. Nós sabíamos que partes das Forças Armadas não aceitaram o Golpe, a idéia minha e de outros, do Eric, era de que o foco de resistência não era com o objetivo estratégico no caso a luta de guerrilha, como aconteceu no caso de Cuba.Há uma diferença entre guerrilha tática e guerrilha estratégica, uma guerrilha estratégica pensa que evoluir a guerra até acabar o exército e ganhar o poder, no caso nosso não era esse, **era fazer um foco de resistência para forçar as Forças Armadas, a parte que era contra o golpe a se insurgir contra e apoiar o foco a esquerda,**

318 *Golpe Militar e as novas tarefas revolucionárias*, abril de 1964, p.5.

319 *Informe as Bases - A Organização e Suas Tarefas* – 7 de julho de 1964, p.1 e 2.

320 (E10).

> **os sargentos e etc**. **A POLOP era a única organização naquela época que tinha aparelhos. Então a POLOP pode dar guarita a parte destes movimentos dos sargentos. Porque tinha esta perspectiva, que o golpe viria e que tinha que reagir.** Com o curso dos acontecimentos nós vimos que precisávamos nos precaver ao golpe e a reagir diante dele.

Segundo Otavino Alves da Silva, em entrevista para a *Revista Teoria e Debate*, em abril de 1964 o (*Centro de Informações da Marinha*) CENIMAR começou

> [...] a estourar os apartamentos, na chamada Guerrilha de Copacabana. Os marinheiros do porto alugavam os apartamentos de uma imobiliária, que alugava também para a própria polícia. O próprio marinheiro é uma pessoa estranha num apartamento de classe média, aqueles que a Polop alugava, no centro de Copacabana. O pessoal chamava a atenção dos porteiros e começou a cair. Aí o Guido Rocha e outro cara que eu não consigo lembrar foram presos. O Arnaldo, preso pelo Cenimar, na Guerrilha de Copacabana, foi quem fez a primeira denúncia de tortura. Mandou o esquema de como funcionava o sistema de repressão em um mapinha para o Carlos Heitor Cony, que o publicou no Correio da Manhã.[321]

Segundo Teotônio dos Santos[322] a POLOP

> [...] tentou resistir, mas sozinha era difícil. Nós tentamos resistir com o Brizola, no que fosse possível criar resistência, conseguimos com os militares um certo nível de conspiração relativamente importante, mas caíram todos no CENIMAR, o Rui Mauro [Marini] foi preso, o Arnaldo [Mourthé] , nós estávamos conspirando, **era uma resistência**.

Ceici Kameyama [323] também se refere a esta tentativa como uma resistência. Segundo ele no episódio da "Guerrilha de Copacabana"

> [...] alguns militantes nossos foram presos com os marinheiros, na verdade não era uma preparação de guerrilha. Era mais um refúgio, a gente estava guardando o pessoal, para não ser atingido pela repressão. Só que os marinheiros estavam infiltrados por este serviço secreto da marinha e aí caiu um monte e junto foi gente nossa, em 64, inclusive o Rui Mauro.

Pelo que podemos compreender a tentativa foi preservar um setor das Forças Armadas que poderiam ser o braço armado de uma resistência. Abrigaram os

---

321 POMAR, Valter. Entrevista com Otavino Alves da Silva. In: *Revista Teoria e Debate nº24*.

322 (E19).

323 (E7).

sublevados em apartamentos, mas logo foram reprimidos pelo CENIMAR. Houve a prisão de vários marinheiros e também dos militantes da POLOP: Arnaldo Mourthé, Rui Mauro Marini e Eric Sachs. O depoimento destes militantes no CENIMAR foi polêmico e motivou uma profunda desavença no interior da organização em 1966, fato que ainda discutiremos mais adiante.

3.4 – As formas de luta diante da Ditadura Militar

A partir de 1964 a organização fez um balanço de sua trajetória para que uma nova análise pudesse orientar os caminhos do grupo.

O III Congresso havia constatado que as metas traçadas nas conjunturas anteriores foram, de certa forma, realizadas, porém, como novas dinâmicas haviam sido postas, exigia-se o lançamento das bases do *Programa Socialista para o Brasil* que estabelecesse como objetivo imediato de luta, a formação de um Governo Revolucionário dos Trabalhadores da Cidade e do Campo.[324]

O país contava com um desenvolvimento industrial suficiente, bases econômicas satisfatórias e um proletariado amadurecido com os sucessivos fracassos históricos. Neste sentido estavam dadas as condições para a instalação do socialismo no Brasil. A Ditadura do Proletariado seria o caminho adequado frente à encarniçada luta que as classes dominantes lançariam contra o governo dos trabalhadores. [325]

Para uma acertada avaliação sobre o Golpe Militar, fazia-se necessário ter clareza sobre o caráter de revolução no Brasil. Haveria duas equivocadas concepções de revolução: o nacionalismo democrático; e a revolução agrária e a de libertação nacional, estas duas últimas, na maioria das vezes, nos países latino-americanos formavam uma só linha. No caso do nacionalismo democrático, defendida pelo PCB, e preponderante pela esquerda brasileira até 1964

> [...] **a contradição principal do país** é aquela entre a nação e o imperialismo. Somente após a sua superação se colocaria como principal as contradições de classes no interior do país. Dessa

324 *Teses Para Discussão: Por um Governo Revolucionário dos Trabalhadores* – Cadernos da Esquerda Revolucionária p.1.grifos nossos.

325 O socialismo teria como característica a propriedade coletiva sobre os recursos naturais do país, distribuição racional dos recursos humanos e dos meios de produção e a conseqüente eliminação do desemprego; distribuição da produção eliminando a miséria e as grandes desigualdades sociais; ainda caberia ao socialismo brasileiro levar a libertação dos povos explorados e esta presença do Brasil garantiria no plano internacional a almejada paz mundial. Idem.

> concepção decorre a necessidade de se constituir uma frente única contra o imperialismo, somente dentro da qual o proletariado disputaria a hegemonia, e que levaria o país dentro dos meios pacíficos, ao caminho progressivo do socialismo, através do desenvolvimento nacional e independente. Esta concepção ignora totalmente as **dificuldades técnicas, de capital e políticas que impossibilitam a burguesia nacional de seguir um caminho 'independente e nacional.'** Como vimos a economia capitalista no Brasil, pelo caráter de seu desenvolvimento, está profundamente mesclada com a antiga estrutura latifundiária-exportadora, de um lado, e, de outro, com o capital imperialista, constituindo-se assim uma burguesia monopolista e anti-desenvolvimentista no país. [326]

Já na revolução agrária e de libertação nacional haveria contradições entre o desenvolvimento urbano e a economia agrária pré-capitalista, entre nação e o imperialismo. Diferenciava-se da nacionalista e democrática pelo papel atribuído à luta armada de libertação nacional. Esta revolução seria inviável no Brasil. Ela seria apropriada em países cuja economia assentasse na "dominação imperialista e feudal-latifundiária" decorrendo daí a "unidade que engloba a luta contra a dominação estrangeira e a revolução agrária anti-latifundiária." [327] No Brasil a complexidade da dominação de classe apresentava outros matizes. Enquanto havia países cuja estrutura simples de dominação imperialista estava ligada a setores retrógrados, aqui os setores imperialistas estavam vinculados aos setores mais dinâmicos da economia, a burguesia industrial. Exemplos disto era a indústria automobilística e a farmacêutica.

Embora considerasse importante uma transformação nas relações agrárias do país, pois metade da força de trabalho concentrava-se no campo, tais setores retrógrados correspondiam, na década de 1960, apenas 23% do PIB. Isso levava-os a entender que uma revolução focada no campo não desestabilizaria a economia capitalista. Os setores do campo ligados ao mercado externo representavam apenas 6,9% do produto nacional interno, o que demonstrava também a impossibilidade de uma revolução nacional e agrária. Um país que possuía uma classe operária industrial de três milhões de indivíduos, só poderia realizar uma transformação radical com a direção do proletariado.[328]

A ditadura militar, nesta análise, exprimia a unidade contra-revolucionária da classe dominante e suas raízes estavam no atraso do campo, na exploração

326 Idem, p. 4 – grifos nossos.

327 Idem, p. 4 e 5.

328 Idem.

imperialista e na crise do capitalismo. Para derrubá-la, portanto, seria necessário combater o poder dos monopólios. E assim, entendiam que se configurava

> [...] extremamente perigoso que a burguesia empolgue novamente o movimento popular, amortecendo seu impacto contra a reação, como ocorreu em 1961. Para que isto não ocorra é preciso evitar que a ditadura seja entendida como inimigo principal. O inimigo principal é a reação – o latifúndio e o imperialismo e a burguesia sua aliada/.../. A ditadura é a forma atual da dominação reacionária, é o seu cão de guarda. Mas não basta matar o cão de guarda se há outras armadilhas como o fascismo, de um lado, e, de outro, o empolgamento da insurreição popular pela burguesia.[329]

O que se colocava naquele momento como tarefa era orientar à classe operária e seus aliados a "[...] liquidar violentamente com as ilusões suicidas nas formas de luta legais. Estas deverão ser usadas somente como meio de agitação e propaganda, mas as bases organizativas devem descansar nas formas clandestinas de luta".[330] Havia a necessidade da centralização e o partido precisava inevitavelmente ser ensejado, pois naquele momento nenhum movimento ou frente ampla poderia "[...] substituir um partido disciplinado e consciente, por menor que ele seja. Não podemos perder tempo com ilusões que substituem qualidade por quantidade. Nas condições de luta clandestina, a qualidade é o fator fundamental."[331]

Acreditava-se que o caráter contra-revolucionário da ditadura militar e o conseqüente acirramento das lutas levariam inevitavelmente uma guerra civil. A luta clandestina arregimentaria os setores populares e reorganizaria o movimento de massas no Brasil.[332] A frente ampla daria lugar a um partido disciplinado e consciente, por menor que fosse. As organizações clandestinas seriam basicamente formadas nas fábricas pelos comitês de empresa. A estes caberiam coordenar a ação e as reivindicações dos trabalhadores da empresa mostrando o caráter geral da luta contra a reação. Uma luta séria pelo sindicalismo independente contra o atrelamento ao Estado deveria ser travada, pois entendiam que a atuação nos sindicatos oficiais implicava em grandes limitações. Estas seriam, entre outras, as tarefas da Organização.

---

329 Idem, p. 8.

330 Idem, p. 8.

331 Idem, p 4 e 5.

332 Idem, p.9.

A necessidade da insurreição armada se colocava iminente, mas não garantiria a vitória das massas populares. Havia uma diferença muito clara, segundo a POLOP, entre insurreição e revolução, pois

> [...] a primeira derruba, através do uso das armas ou métodos violentos de luta, um determinado governo ou regime político, a segunda muda as relações de produção ou as posições das classes sociais em relação ao poder. A primeira pode levar ou não à segunda, a segunda pode se fazer ou não através da primeira, apesar de, na maioria das vezes dependerem-se mutuamente, como é o caso do Brasil. **A insurreição armada contra a ditadura será o ensaio geral da revolução social. Cabe-nos impedir que aquela fique na superfície, levando-a ao seu grau máximo de radicalidade**. [333]

A insurreição constituía-se num método violento de derrubar um governo, mas por si só não era suficiente para levar à uma revolução social. A insurreição seria apenas um primeiro passo à uma radicalização crescente que levaria à uma revolução social. A luta armada seria inicialmente construída através de um foco revolucionário que cumpriria três tarefas. Em primeiro lugar a de

> [...] esclarecer a luta, definir os campos e despertar a consciência das massas para o caráter da luta contra a ditadura, apressando a sua preparação. Em segundo lugar, o foco cumpriria a tarefa de aglutinar as forças da esquerda revolucionária em torno de um objetivo concreto, contribuindo para afastar desde logo os que acreditam ainda na volta à 'democracia', alianças com liberais, etc. a terceira e fundamental função do foco armado, seria a de preparar a insurreição no campo, colocando-a sob a direção da classe operária, impedindo, assim, definitivamente, o controle da situação pela burguesia e aprofundando violentamente as contradições sociais. [334]

A POLOP não se apresentaria como um partido, mas arregimentaria, coordenaria e organizaria todas estas forças.[335]

A constituição de um programa que contivesse a formação do partido e ao mesmo tempo não desprezasse a luta armada não seria contraditório. Ceici Kameyama[336] nos contou que isso era possível porque a POLOP

> [...] formulava como papel o foco revolucionário, que era uma formulação que o próprio Guevara já fazia, **que o foco revolucionário**

333 Idem, p. 11, grifos nossos.

334 Idem.

335 Idem, p.12.

336 (E3).

> **servia como um pequeno motor que movimentaria um grande motor foi uma insurreição**, o que a gente falava era exatamente isso que no Brasil com a quebra das regras democráticas do regime burguês e com a fraqueza das Forças Armadas, porque na época do Golpe as Forças Armadas não era essa potência que se dizia, depois eles foram se aperfeiçoando, mas as Forças Armadas eram muito divididas.

Como o Partido seria o centralizador das lutas legais e ilegais não haveria tal contradição.

Do ponto de vista interno da organização, podemos nos documentos, que pretendiam ter uma estrutura centralizada, na qual subordinariam estreitamente a atuação das bases à Direção. À Direção e à reunião dos Delegados de base caberia tomar as decisões e a base deveria acatar. As bases congregariam os militantes realizando um trabalho para superar a formação individualista inculcada pela educação burguesa, com o objetivo de guiá-los na atividade cotidiana, orientariam os militantes na atuação política elevando o seu nível teórico por meio da discussão sistemática à luz dos grandes pensadores marxistas, atentando para os problemas econômicos, sociais e políticos daquela época. Discutiriam também os documentos da organização e das demais formações de esquerda dando prioridade àqueles que fossem indicados pela Direção. Caberia ainda às bases recrutar e propor à Direção a admissão de novos membros, porém ter o cuidado para que não ingressassem na organização pessoas não qualificadas. Para isso seria necessário um “trabalho de proselitismo e doutrinamento” seguido de atividades supervisionadas, tarefas práticas e estágio experimental. Somente depois de cumpridas estas etapas a base poderia recrutá-lo em definitivo, mas somente à Direção caberia dar o aval para ratificar a entrada na organização. [337]

Nestes documentos previam que o funcionamento da Base deveria ser analisado sob três aspectos: do ponto de vista interno, do ponto de vista da organização e sob o aspecto das relações que seus membros mantinham com a base e com a organização. A Direção determinaria o critério de constituição e o número de membros que as integrariam e se responsabilizaria pela assessoria. À base deveria estabelecer o seu próprio dinamismo elegendo sua direção e cumprindo suas tarefas. O número de diretores de célula variava conforme a quantidade de integrantes, mas existiam três funções distintas, a de política e

337 *Circular nº3 - As Bases (Como Organizar)* – 28 de novembro de 1964, p.2.

coordenação geral; a de finanças; e a de agitação e propaganda. Qualquer militante teria o direito de eleger os seus dirigentes, seja na Base ou na Direção, assim como poderia ser eleito a qualquer cargo. Ao lado disso estavam os “deveres indeclináveis” do militante com a organização, são eles: os de aceitar a disciplina interna, pagar as contribuições, assistir às reuniões da base, contribuir para a elaboração da linha política da Organização e desempenhar as tarefas que lhe sejam cometidas pela Organização: isso supõe um decidido esforço para superar as falhas de sua formação individualista e para elevar progressivamente seu nível teórico e sua capacidade de trabalho. [338]

Jary Cardoso[339] nos contou como eram as exigências internas da organização no pós-golpe, segundo ele

> [...] durante a época em que militei predominava o leninismo o chamado centralismo democrático, na prática, o grupo era dirigido por uma cúpula autoritária, mas escolhida pelo voto, muitas vezes beirando o totalitarismo stalinista ao cobrar disciplina rígida e moralista dos militantes, sob a alegação de que só assim a organização poderia sobreviver sob violenta ditadura militar.

Segundo Ceici Kameyama[340] a POLOP se

> [...] organizava por células. Se procurou evitar qualquer conhecimento mútuo da vida legal e outros cuidados da clandestinidade, telefones, endereços, locais de trabalho, tudo isso não era...claro que com as heranças do passado sempre sobram alguma coisa, mas para quem entrava a coisa era mais rígida. Seguiam-se aquelas regras tradicionais das organizações clandestinas, isso se tem até literatura a respeito dela, Vitor Serge, ele tem, por exemplo, algumas regras de organização clandestina, o comportamento do militante frente à repressão, como se comportar, não dar absolutamente nenhuma informação importante ou mesmo que atinja a organização, o posicionamento em geral era esse, e neste sentido a gente até que resistiu razoavelmente.

Quanto à estrutura da Organização nos disse Ceici [341] que

> [...] existia um Comitê Nacional que era eleito em Congresso Nacional, esse Congresso era de delegados eleitos nos Congressos Regionais que elegia também a Direção Regional do Comitê Regional. E no nível

338 Idem, p.3

339 (E9).

340 (E3).

341 Idem.

> básico existiam as células, mas nas células só trabalhavam quem já era militante, e como se fazia o recrutamento, as pessoas que agiam na fábrica, ou nos bairros ou no movimento estudantil procuravam agir de acordo com as questões colocadas pelo movimento, por reivindicações salariais, ou luta por direitos, ou propostas para o movimento estudantil ou no movimento camponês.

Junto com esta formação de bases existiam as O*rganizações Para-Partidárias* (OPPs) que eram uma espécie de escola de formação de novos quadros, porém estes militantes não faziam parte da Organização. Eram trabalhadores e estudantes angariados que participavam do *Curso Básico* no qual, geralmente, havia um assessor da direção acompanhando e ministrando um conjunto de dez aulas.

Ceici[342] nos contou também como eram as OPPs, segundo ele na POLOP

> [...] começava a aparecer gente que tinham o perfil que poderia ser um militante e tinha seriedade no trabalho, procurava pensar nas intervenções e tinha preocupações com as questões mais gerais, se procurava organizar essas pessoas não em uma célula, mas em OPPs (*Organizações Para-Partidárias*), que já não eram um organismo de massa, eram algumas pessoas selecionadas, mas que não eram pessoas ainda da organização. As vezes estas pessoas nem sabiam que existia alguma organização, era um grupo que se organizava para discutir algumas diretrizes, combinar uma ação conjunta, e conforme a pessoa, conforme a prática e a evolução ideológica da pessoa, a célula que acompanhava estas discussões, considerava em abrir uma conversa com ele perguntar se queria ser um militante, mas isso depois de meses de trabalho prático e de debates. Entrando numa célula se ele resolve sair já é um problema não é? Porque pode expor todo um trabalho clandestino que era feito. Então era muito cuidadoso isso. É claro que esse cuidado variava de local para local, de época pra época, tinha gente que era mais relaxada e fazia de qualquer jeito, já outros eram mais cuidadosos.

3.5 - O significado da Ditadura Militar no Brasil e o papel dos trabalhadores

A ditadura militar, segundo a organização, possuía dois objetivos: reprimir o movimento de massas e imprimir uma política econômica anti-operária e pró-imperialista. A inflação teria servido de pretexto para reduzir o padrão de vida das massas populares no qual “[...] a contenção dos salários, a limitação do direito de

342 Idem.

greve, a majoração dos tributos, as restrições ao crédito colocaram os assalariados, assim como as classes médias, à mercê da exploração dos grandes capitalistas."[343] O governo militar voltou-se contra os movimentos de massas que vinham se aglutinando. Isso porque, a burguesia precisava de um governo autoritário, receptivo aos capitais imperialistas, mantenedor da tradicional política realizada no Brasil. A Ditadura Militar assegurava a aplicação de uma política adequada aos interesses daquela classe, impedindo as agitações políticas e de reivindicações sociais fazendo uso da repressão. Ela

> [...] não mostra, pois, somente o antagonismo existente entre as classes dominantes e as classes exploradas do país. Ela revela também a comunidade de interesses que solda a coligação das classes dominantes, reforçada ao menor sinal de avanço do movimento de massas. Denuncia, sobretudo, que a associação da burguesia brasileira ao imperialismo norte-americano – que se processou sem interrupção nos últimos vinte e cinco anos [portanto desde 1945] – atingiu aquele ponto em que o que serve aos monopólios estrangeiros (orientação do FMI) é o que serve, também, aos grupos monopolistas nacionais. Pela porta aberta da associação de capitais, os trustes estrangeiros compuseram-se, entrelaçaram-se, fundiram-se à burguesia industrial e financeira, estreitaram os laços que os uniam aos latifundiários, absolutizaram seu controle sobre o comércio exterior e invadiram a área do comércio interno. O imperialismo permeia assim toda a economia brasileira, é um dos seus elementos constitutivos, representa parte integrante da coligação dominante e, pelos recursos e que dispõe, a mais poderosa.[344]

Compreendem, portanto, que

> a luta de classes é, pois, necessariamente, entre nós, luta anti-imperialista. Mas a recíproca também é verdadeira: a luta antiimperialista, no Brasil, é, acima de tudo, luta de classes. [345]

A burguesia contava com o apoio e simpatia das classes médias que juntas, em torno das eleições e da anistia, se organizavam para incutir na classe operária a idéia de que qualquer radicalização encorajaria a reação de novas violências. Desta maneira, segundo esta leitura, a burguesia mostrava sua pretensão em manter-se comprometida com os militares. Uma das evidências seria o dispositivo militar que ao menor sinal de avanço dos movimentos de massas estavam prontos para contra-

343 *Manifesto Programa – Abaixo a Ditadura Militar! Pela Revolução dos Trabalhadores*!01 Abril de 1965, p.1.

344 *Circular nº3 - As Bases (Como Organizar)* – 28 de novembro de 1964, p.2

345 Idem.

atacar. Um agravante à esta situação seria a aglutinação direitista-fascista representada por Carlos Lacerda que montava esquemas de conspiração que poderia surpreender os trabalhadores com uma repressão muito maior do que aquela já vivenciada. [346]

Diante deste panorama a classe operária teria de derrubar a ditadura e implantar seu próprio governo utilizando-se do mesmo instrumento das classes dominantes: a violência. Deste modo,

> [...] **por se travar contra os militares, a luta contra a ditadura será, antes de mais nada, uma luta armada**. O golpe de abril mostrou como eram infundadas as esperanças de se dividir a oficialidade das Forças Armadas sem se levar em conta as suas vinculações de classe. Esperar que a libertação do país se dê através de uma cisão vertical do exército é ainda mais ilusório. **O que se pode fazer, e se terá que fazer, é miná-lo em suas bases através da propaganda revolucionária nos quartéis e nos navios e, principalmente, desmoralizá-la na ação, pelo desgaste constante da luta de guerrilhas**.[347]

Após o Golpe Militar a luta armada passa a ter para a POLOP uma importância fundamental. Era preciso prepará-la e conduzi-la como método revolucionário tanto na cidade quanto no campo de maneira vinculada com a luta das massas para combater e enfraquecer o poder militar das classes dominantes. E assim, "[...] em outras palavras, a luta armada será sempre um aspecto da luta política; mas no Brasil de hoje a luta política não terá sentido, para os trabalhadores, se não conduzir à luta armada." [348]

O partido, como um aglutinador das forças revolucionárias surgirá

> [...] **na medida em que a luta revolucionária cresce em suas várias frentes legal, clandestina e conspirativa [e] vai se tornando cada vez mais necessária a existência de uma organização política capaz de coordená-la em seu conjunto, um partido revolucionário dos trabalhadores brasileiros**. Tal partido não surgira simplesmente de uma união formal das várias forças políticas, mas se dará em decorrência da própria luta diária das massas, que forja na prática a unidade revolucionária da vanguarda. Um Partido Revolucionário dos Trabalhadores se constituirá e crescerá no processo dessa luta e das discussões dos grupos de vanguarda, que hoje procuram aplicar o marxismo-leninismo à realidade nacional e internacional. É a criação desse organismo revolucionário que permitirá ao proletariado brasileiro

346 *Resolução Política*, abril de 1966.

347 Idem, p.3 e 4.

348 Idem, p.5.

> desempenhar o seu papel no processo da revolução, liderando as massas exploradas ao assalto final da sociedade burguesa latifundiária e contra o domínio imperialista. [349]

Em fins de 1965 e início de 1966 a POLOP identificou que havia no interior das Forças Armadas uma 'linha dura' que conspirava contra o governo com o argumento de que era "[...] necessário mais poder para aumentar a repressão, e declaram-se contra a corrupção". Apresentavam-se como nacionalistas e contra o governo entreguista de Castelo Branco. Porém tal setor revelava uma falsidade, pois,

> [...] os IPMs estão abarrotados de inquéritos e condenações dos linhaduristas contra milhares de indivíduos por atividades ou simples manifestações contra o imperialismo norte-americano. Ao pregar a luta contra a 'subversão', contra os sindicatos, contra a livre organização dos soldados, cabos, marinheiros e sargentos, revelam o caráter fascista do seu patriotismo.[350]

Haveria, portanto, uma disputa interna entre os militares. Acrescia à isso a turbulência econômica pela qual o país passava, com altas taxas de juros, desvalorização cambial, falta de capital de giro, elevação de impostos e cargas tributárias etc. Empresas estavam pedindo concordatas e falências o que indicava que o arrocho salarial não salvava as pequenas indústrias da bancarrota.[351]

No entanto, na leitura da POLOP, mesmo diante desta situação os reformistas ainda insistiam em apoiar os partidos da burguesia utilizando-se do discurso do 'menos ruim' argumentando que com isso 'acirrarão as contradições' dentro das classes dominantes. Neste sentido não percebiam que a ausência de uma oposição revolucionária é que permitia esta eterna conciliação de classes. E acrescentavam que somente a construção de um programa com uma proposta socialista poderia extirpar estas posições reformistas no seio da classe operária. [352]

3.6- Debates internos

Diante dos acontecimentos do pós-golpe, da acirrada tensão entre luta legal e

349 Idem, p.5, grifos nossos.

350 Informe Nacional nº. 8, *Os planos da ditadura*. 25 de dezembro de 1965, p. 2.

351 Informe Nacional nº. 10. *O candidato e seu jogo*, p. 1.

352 Idem, p. 2.

luta ilegal e dos caminhos para a revolução socialista detectamos através dos documentos, bem como das entrevistas uma acalorada discussão no interior da organização, mais particularmente a partir de 1966. Parece-nos que grande parte das críticas à Direção Nacional da POLOP vinha da seção de Minas Gerais.

O grupo mineiro criticou a Direção Nacional pela sua falta de ação no pós-golpe no movimento dos trabalhadores. Segundo esta análise, quando ocorreu o retrocesso da luta, a POLOP não deu uma resposta que agregasse o conjunto dos proletários o que, segundo eles, significava que a organização se conformou em ir "[...] a reboque do movimento de massas no sentido de que somente quando ele se insere, independente de nossa ação, vamos a ele". [353]

A crítica cita como exemplo que apesar da ditadura, houve eleições diretas em outubro de 1965 em onze Estados. Mesmo com o veto a determinados candidatos por parte da chamada "linha dura das Forças Armadas", a oposição triunfou em Estados importantes como Guanabara e Minas Gerais, o que preocupou o grupo que pregava a implementação do regime autoritário. A Direção Nacional da POLOP havia se posicionado pelas eleições e defendeu a palavra de ordem 'tática': **Eleições Sem Restrições**. Segundo os críticos mineiros a iniciativa de chamar as eleições e concedê-las partiu do governo e o povo conduzido pelo reformismo votou na oposição burguesa. A extrema direita ensejou impedir a posse dos eleitos, quando a POLOP levantou a bandeira pela 'posse dos eleitos'.[354]

Os mineiros criticaram que, embora se tenha levantado como palavra de ordem

> [...] ELEIÇÕES SEM RESTRIÇÕES, quando essa palavra perdeu a atualidade, ficamos esperando nova 'situação concreta e especifica' para apresentarmos nova palavra de ordem. Enquanto isso voltamos para dentro de nós mesmos e começamos a nos 'perguntar' para a insurreição a nos 'organizar'. Essa tendência reboquista é antiga e tem a sua raiz no nosso 'estrategismo', isto é, na ausência daquilo a que chamamos de 'fio condutor da liga a palavra de ordem global às locais e eventuais', ou da reivindicação política global e imediata. Enfim, na ausência de tática. [355]

Argumentaram que aquela posição apenas mantinha-se ora num "[...]

353 *Ausência da Tática e Oportunismo de Direita. Para Discussão Interna*., p. 1

354 Idem, p. 1

355 *Ausência da Tática e Oportunismo de Direita. Para Discussão Interna.* 12 de Janeiro de 1966, p. 1 e 2.

organizacionismo burocratizante nos períodos de repouso do movimento de massa e no agitacionismo indisciplinado nos períodos de ascensão". Essa situação tinha como conseqüência a inadequação entre as formas concretas e especificas da atuação política e o objetivo estratégico. Assim embora houvesse uma firme estratégia, desvios eram cometidos tanto à esquerda quanto à direita "[...] os quais muitas vezes se confundem como se sabe teoricamente e se tem constatado na prática".[356]

Ainda segundo esta crítica havia um desconhecimento por parte da Direção Nacional da POLOP do caráter da luta de classes no Brasil. Para esclarecer o problema uma pergunta deveria ser feita, qual seja,

> [...] **a Direção acredita que estamos numa fase da luta em que o proletariado terá que procurar adquirir maior parcela do poder em prejuízo do poder do Estado ou que é hora de se tomar o poder?** Ora, se os companheiros concordam com que ainda não chegou o momento de se levantar a palavra de ordem INSURREIÇÃO é porque aceitam que é hora de se fortalecer o proletariado, transferindo para ele parte do poder. O único meio de se desenvolver esse tipo de luta é através de reivindicações. REIVINDICAÇÕES! No entanto dizem: 'as liberdades democráticas para as classes trabalhadoras pelas quais lutamos só são conquistadas com a derrubada da ditadura'. [...] É claro que só com a derrubada da ditadura poderão ser implantadas as liberdades pelas quais lutamos como objetivo básico. **Nem por isso devemos deixar de lutar pelas liberdades democráticas burguesas, porque são elas que possibilitarão ao proletariado lutar contra a burguesia**. [357]

Pelo que pudemos entender para a Direção Nacional da POLOP a questão que se colocava, não era se o momento exigia ampliar as conquistas democráticas – aumento do poder – ou se a revolução deveria estar na pauta do dia – tomada do poder, mas sim construir um partido revolucionário, assim como organismos de base autônomos da classe, que sustentariam um governo revolucionário. E a construção desse caminho teria duas frentes, uma legal e outra ilegal, uma política, e uma armada.

Outro problema detectado pelos mineiros seria a posição indefinida da Direção Nacional quanto à luta dos trabalhadores. No texto 'Manifesto Programa', texto que refletia a posição da Direção, expressaria que a luta dos trabalhadores não deveria limitar-se à ação legal, por que

356 Idem, p. 2.

> [...] através do seu aparelho policial militar, as classes dominantes levam o país à guerra civil. Ao proletariado, e às massas exploradas compete responder à altura, travando a luta até as últimas conseqüências. Nem compromisso nem submissão. O que lhes cabe é engajar-se na luta insurrecional, que fará saltar pelos ares a estrutura de dominação que os esmaga e criará o instrumento capaz de efetivar as suas reivindicações'. [358]

Embora a Direção defendesse uma luta insurrecional defendiam também que a luta contra a ditadura não deveria desprezar as oportunidades legais como as greves, as agitações eleitorais, o movimento sindical e estudantil e que a organização deveria disputar este terreno.

Já o grupo mineiro entendia que aquele não era um momento de engajar-se numa luta insurrecional. Seria verdade que os problemas que afligiam o proletariado somente seriam resolvidos com a tomada do poder, porém entendiam que parte destes poderiam ser minimizados dentro do quadro da luta legal. O momento exigia levar o proletariado a reivindicar colocando em *xeque* a ditadura militar. A estratégia seria

> [...] a ampliação das liberdades democráticas ou o que é a mesma coisa, exigindo que 'as liberdades democráticas sejam conferidas ao povo'." "Na verdade não se trata nem de uma inflexibilidade nem de um sectarismo tático, trata-se tão somente de uma tática. E de uma tática coerente. Como vimos, os companheiros da Direção, a partir da estratégia do objetivo básico, levantam palavras de ordem ao sabor do movimento de massas sem nenhum nexo lógico entre uma coisa e outra. É claro que, para quem concebe a luta política dessa maneira, qualquer tática é sectária e inflexível.[359]

Ainda segundo os mineiros, na medida em que a ditadura militar assentou-se, os militares rebelados foram desmobilizados e as massas incapazes de insurgir "[...] não se tratava mais, de imediato, disputar o poder, [...] trata-se de desmascará-lo. É o desdobramento dessa luta que arrastará o processo à insurreição." [360] O problema aqui detectado por esta vertente é que o proletariado por ser uma grande ameaça ao sistema estava imobilizado pelas classes dominantes e o braço armado da revolução, os insurgentes das Forças Armadas, havia sido reprimido.[361]

---

357 Idem, p.2, grifos nossos.

358 Idem, p.2 e 3.

359 Idem, p.3.

360 Idem, p.4.

361 Em entrevista, Moniz Bandeira, que vale lembrar não fez parte do grupo mineiro, também fez referências sobre esta derrota dos subalternos. Segundo ele "percebi, logo depois que não havia mais condições de êxito, quando Castelo Branco completou o expurgo nas Forças Armadas, àquela mesma época.

Sendo assim, a burguesia

> [...] tendo necessidade de um álibi para se mostrar coerente com as suas próprias idéias liberais (que já tomaram conta da consciência da grande maioria da população) **poupam a pequena burguesia**, sabendo essa ser mais dócil e mistificável. **A pequena burguesia passa então a ser o fiel da balança. Fica sendo assim o único setor das classes populares capazes de influir no processo político, de maneira efetiva.** Enquanto ela permanecer sujeita às mistificações dos exploradores, o proletariado permanecerá imóvel politicamente. Por outro lado, quando ela começa a 'cobrar' da burguesia o cumprimento de suas promessas liberais, abre as comportas por onde avança o movimento de massas sob a hegemonia do proletariado. [362]

O grupo mineiro sugeriu que se deveria organizar clandestinamente o partido proletário e preparar a luta armada, com o apoio da pequena burguesia, que teria avançado em sua consciência e seria a classe que contribuiria para o amadurecimento da liderança do proletariado e retirá-lo da imobilidade. Neste sentido, "[...] há que a um só tempo dar partida a um movimento liberal democrático sob a hegemonia da pequena burguesia e trazer o proletariado para essa luta imprimindo-lhes um caráter revolucionário".[363]

A organização se posicionou em relação à Constituinte. Defendia que esta bandeira deveria ser levantada somente quando fosse possível ultrapassar os limites impostos pela burguesia. Ou seja, somente quando as lutas das classes exploradas estivessem em ascensão e pudessem imprimir um caráter popular a Constituição. Em momentos de refluxo esta bandeira seria uma forma de manter a mistificação burguesa.

Faz-se importante lembrar que a ditadura militar apresentou-se à população em 1964 como uma "solução provisória". O governo militar do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco que tomou o poder em 1964 deveria governar até 31 de janeiro de 1966.[364] Neste ano colocou-se uma perspectiva de abertura através de uma Constituinte, fato que causou profundas discussões no interior da POLOP cujo conflito estava em participar ou não do processo da Constituinte, uma vez que este

362 Idem, p.6. grifos nossos.

363 Idem, p.6.

364 Compunha esses militares de dois grupos com propósitos idênticos, mas métodos divergentes e que disputavam entre si a liderança do movimento: o grupo da "Sorbonne" (Castelistas) liderados pelo Marechal Castello Branco e Golbery do Couto e Silva. Possuíam uma tendência mais moderada e pretendiam um governo repressivo-provisório-transitório. A repressão deveria durar o tempo necessário para que o país recuperasse a sua normalidade; Um outro grupo, eram os chamados "linha dura" cuja liderança concentrava-se nas mãos do general Costa e Silva. Para este grupo, a repressão deveria ser

poderia ser um avanço para a luta do proletariado.

Segundo os mineiros, no documento *Por uma Constituinte de todo o povo,* [365]

> [...] entre as lutas locais e a geral pela derrubada do regime há que se colocar um fio condutor que é a fórmula concreta que a luta pela derrubada do regime deve assumir a reivindicação global e imediata. Hoje, podemos acrescentar que essa reivindicação global e imediata deve ser colocada, não só entre as lutas locais e a geral, mas entre a luta geral de um lado e as locais e eventuais de outro.[366]

O Secretariado de Minas endereçou à Direção Nacional da POLOP um documento sob o título *Por Uma Constituinte de Todo o Povo*, acentuando as discrepâncias entre a forma de a Direção conceber a Revolução e os correligionários de Minas, colocando a questão da Constituinte à baila.[367]

A perspectiva que se colocava era ocupar o espaço montado pelos setores reformistas da classe. Como atuar nele para enfrentar aquela forma que assumiu a ditadura de classes? O que fazer diante desse quadro? Substituir os chamados reboquistas assumindo o papel de vanguarda, ou trabalhar no sentido de construir a vanguarda no seio do operariado? Como construir esse caminho e quais propostas defender para trilhá-lo? Ou mesmo qual a estratégia e qual a tática de luta? Este era o quadro que se colocava para a organização e pensando nestes questionamentos o grupo mineiro apresentou um documento se posicionando favorável à Constituinte. Para eles abria-se uma perspectiva para a organização independente da classe diante da desestruturação do aparelho montado pelos reformistas durante a ditadura militar.

Já observamos ao longo da pesquisa que a proposta da Direção Nacional pressupunha a construção da vanguarda operária para um processo revolucionário. Apesar disso a direção manifestou-se nos primeiros documentos após o golpe favorável a possibilidade de uma Constituinte. Todavia, chamavam à atenção que o apoio se daria somente se houvesse possibilidade desta ser um instrumento de superar as demandas burguesas, imprimindo um caráter popular. Caso contrário, não faria sentido levantar esta bandeira, uma vez que se trabalharia no mesmo

---

constante e rígida e sem nenhuma concessão aos inimigos "comunistas" e subversivos. Em 1967, termina o mandato de Castello Branco e o congresso indiretamente elege Costa e Silva para o próximo mandato. http://www.eduquenet.net/rev64.htm.

365 Não conseguimos encontrar este documento em nossa pesquisa. Porém a citação deste por parte do grupo mineiro nos faz pensar que a questão Constituinte já fazia parte dos debates internos da organização.

366 *Ausência da Tática e Oportunismo de Direita. Para Discussão Interna*. 12 de Janeiro de 1966, p. 1.

367 *Constituinte – Debate Interno*. 02 de setembro de 1966, p. 1.

sentido dos reformistas, dando sustentação às necessidades dos capitalistas.

Para o grupo mineiro a Direção Nacional equivocou-se. Fazendo uso de um documento da Direção da POLOP, a seção de Minas Gerais, diz que o objetivo imediato da organização era "[...] a criação de grupos, conselhos ou comitês de fábrica, que dirijam as lutas localmente e liguem estes ao movimento geral contra o regime" e também defendiam que "[...] das campanhas salariais até os movimentos políticos a esquerda deve estar presente e orientar a resistência operária a repressão policial e militar". Assim, tais passagens deixariam claro "[...] a intenção de assumir, de fato, a vanguarda da luta." A organização estaria, segundo os mineiros, defendendo algo que não havia sido até então: **transformar-se numa organização de vanguarda**. E assim, para os mineiros,

> [...] se a esquerda revolucionária pretende, de fato, assumir a vanguarda do movimento de massas terá que se lançar numa campanha de mobilização popular a partir das reivindicações que, se conquistadas, signifiquem um avanço objetivo do processo e, caso entravadas pela resistência das forças políticas dominantes, sirvam para mostrar ao povo a verdadeira face burguesa.[368]

Quais as tarefas da esquerda e o que estariam em jogo no cenário nacional? Segundo os críticos de Minas

> [...] o papel conseqüente da esquerda, nesse momento, é o de não só organizar as massas de forma independente, mas, sobretudo, impedir que a burguesia alcance o seu objetivo. Há que evitar que ela torne a jogar com a radicalização popular para fortalecer o seu esquema próprio. Há que não deixar que ela encontre uma massa desprovida de vanguarda, deixando-se massacrar pela repressão policial-militar. Daí se colocarem duas tarefas imediatas à esquerda: a de montar um aparelho clandestino de auto-defesa das massas, apoiado fundamentalmente na luta de guerrilhas, e a de levar as massas a participar da política cotidiana de forma independente e ativa. E essa participação independente e ativa requer uma mobilização autônoma, sem esperar que as cúpulas burguesas e reformistas coloquem as questões políticas. [369]

Tratava-se, portanto, de

> [...] **lutar pela democracia representativa de forma muito mais conseqüente**. Em essência, trata-se de acentuar as contradições

368 Idem, p. 3.

369 Idem, p. 4.

> entre as classes dominantes e sua superestrutura, fazendo com que uma luta ideológica se desenvolva dentro de uma prática política. Isto de tal forma que as próprias massas irão induzindo, da luta, a falência das idéias burguesas. Ou seja, de tal maneira que a defesa das idéias de liberdade fique caracterizadas, objetiva e subjetivamente como reivindicações não mais da burguesia, mas do proletariado. Então a insurreição se imporá como uma necessidade prática e imediata. Como meio de se instalar um regime de verdadeiras liberdades. [370]

Ainda segundo os críticos, tanto as palavras de ordens educativas, quanto um programa ou mesmo a luta ilegal não seriam abandonadas caso a esquerda encampasse a luta pela Constituinte. Para eles

> [...] muito pelo contrário, a planificação de uma campanha pela Constituinte terá, em primeiro lugar, que ser entendida dentro de um quadro global que objetive, antes de mais nada, denunciar abertamente as contradições do sistema capitalista de exploração e levar avante a propaganda do socialismo. Em segundo lugar deve subentender a existência de um programa mínimo a ser cumprido pelo governo a ser instalado em substituição a ditadura militar. Finalmente, terá de conjugar todo o plano de ação de massas com a sua auto-defesa, apoiada, fundamentalmente, na luta de guerrilhas. Os instrumentos legais ou semi-legais de luta para uma campanha deste tipo são os mais amplos, mesmo dentro dos quadros da ditadura militar e, nem por isso, ela deixa de ser profundamente radical: do trabalho parlamentar ao apelo diretamente endereçado as massas através de pronunciamentos de políticos progressistas e todo o trabalho circunscrito à área de um partido legal (principalmente o PSB), dos sindicatos e das entidades estudantis, etc., constituem um acervo de meios de agitação e propaganda que não podem ser abandonados no presente momento e que, por outro lado, não são suscetíveis de serem mobilizados em torno da derrubada da ditadura 'tout court'." [371]

Aquele era um momento propício para sintonizar a campanha da Constituinte como elemento capaz de aglutinar

> [...] as massas com a **luta de guerrilhas**. Embora a guerrilha seja uma forma de iniciar a luta insurrecional com pequenas forças, ela terá tanto mais êxito quanto mais rápido se estabelecer um vínculo entre ela e as massas. Daí a grande importância de aproveitarmos as condições legais de luta que restam. Isto de tal forma que, na medida do possível, a primeira ação de guerrilha já encontre a massa mobilizada em torno de uma reivindicação específica. É preciso que o foco surja não só como símbolo das aspirações populares, mas que, efetivamente, apareça como o baluarte de uma luta em que as massas

370 Idem, p. 4, grifos nossos.

371 Idem, p. 5.

> já se encontrem empenhadas. **Se não houvesse nenhuma condição de luta legal, então sim, a alternativa seria apelar para a luta ilegal e a guerrilha, em particular, como único meio de catalizar as massas trazendo-as de volta a participação no processo político**.[372]

Este último trecho nos parece de suma importância, pois expressa a posição do grupo mineiro quanto a luta pelas liberdades democráticas. No entanto, deixam claro que se a luta democrática burguesa não fosse mais possível a única alternativa seria partir para a luta armada. Talvez isto explique a opção tomada por este grupo no momento da dissensão em 1967 da qual falaremos mais adiante.

Ainda segundo esta crítica, a classe operária deveria ser retirada da passividade a qual ela se encontrava. Para solucionar, duas possibilidades se colocavam: uma legal e a outra ilegal. E concluem que os

> [...] reformistas traçam a sua estratégia a partir da possibilidade de se passar do sistema atual para o sistema socialista através de transformações legais, pacíficas e sucessivas. Por outro lado, toda nossa estratégia está assentada na possibilidade da transição violenta. É por isso que estamos empenhados na criação de um aparelho capaz de enfrentar violentamente a repressão policial militar. O papel do movimento de massas, portanto enquanto não tivermos condições de dar início a insurreição popular terá que ser o de desmascaramento do governo. [373]

A bandeira da Constituinte foi a principal defesa do grupo de Minas neste documento. Tal posição justificava-se na compreensão de que seria uma proposta concreta ao proletariado, afrontando os interesses burgueses e acirrando as contradições.

Encontramos outro documento, que embora não faça referência ao grupo mineiro parece-nos ser deles a autoria. Afirmando que a Direção Nacional não havia proposto uma discussão e votação sobre a questão da Constituinte e que as bases estariam exigindo

> [...] a apresentação de *todo* o material que versasse sobre a questão, inclusive o primeiro documento que enviamos ao CN e que não foi impresso e que continuava, depois de quase *dois anos*, a ser material desconhecido para toda a organização. Além do mais, grande parte

372 Idem, p. 5, grifos nossos.

373 Idem, p. 9.

> das bases desconheciam vários documentos anteriores, que foram insuficientes para a distribuição a todos os militantes da seção. [374]

Afirmaram ainda que a Direção Nacional os acusaram de um

> [...] isolamento com o setor operário da seção. Reconhecem que a Seção Regional tem um setor operário (o maior e o mais forte do país, *criado depois de 1964*), mas procuram, por todos os meios, intrigá-lo com os demais companheiros da seção, com jogadas 'obreiristas' que nada ficam a dever ao populismo. Para nós, como para Lênin, as posições e a conduta revolucionárias são o que contam e já afirmamos que ter ou não ter operários na direção de uma organização não é nenhum critério para medir o seu caráter revolucionário. Além do mais a saída dos militantes operários da direção regional (1965) deveu-se unicamente a um pedido de afastamento por eles próprios formulado, em vista da necessidade de redobrar o trabalho no movimento operário. O que os companheiros chamam sutilmente de 'intervenção' foi cumprido imediatamente, com a admissão de *dois* operários, eleitos pelo Comitê Operário, na Secretaria Regional. [375]

É interessante notar que aqui, ao que nos parece, é a primeira vez que se coloca a questão do obreirismo, ou seja, a necessidade de haver na direção membros da classe operária. Quando perguntados sobre esta questão nas entrevistas foram unânimes as respostas negativas. Somente na década de 1970, com a OCML-POLOP, cujo estudo poderemos fazer em outra pesquisa, uma atitude obreirista de trajar-se de operários e entrar nas fábricas para um trabalho efetivo foi uma conduta utilizada pela organização, porém sem obter nenhum sucesso.

Outro descontentamento com as posições da Direção Nacional foi apresentado pelo grupo da Guanabara. Também neste caso detectamos em nossa pesquisa apenas um documento que expressou tal divergência. Quando ocorreu a cisão em 1967 este grupo uniu-se aos mineiros e foram à luta armada.

No documento *Libertemos o país do Imperialismo* de outubro de 1966 os cariocas lançam um projeto de programa que propunha preencher uma lacuna e cumprir a primeira etapa da Revolução Brasileira chamando-a de **Luta Anti-Imperialista**.

Resumidamente tal programa defendia primeiramente

> [...] a formação de um partido marxista-leninista, [uma] vanguarda revolucionária do Proletariado – *o* ***Partido Socialista Revolucionário***

374 Informe Nacional nº. 50. *As Teses do Reformismo*. 02 de dezembro de 1966, p.1 - grifos dos autores.

375 Idem, p.2.

> – que conduza a classe operária e os Trabalhadores da Cidade e do Campo a criar e liderar uma grande aliança – a ***Frente Popular Revolucionária*** – que, por sua vez, conduza a **Guerra Popular Nacional** – para cumprir as tarefas de aniquilar, no Brasil, a dominação imperialista e seus aliados internos. Propomos, ainda, que essa Guerra Popular Nacional seja feita através da **luta armada** que essa luta armada assuma o **caráter *preponderantemente agrário***. Propomos finalmente que o Partido Socialista Revolucionário, a Classe Operária e os Trabalhadores da Cidade e do Campo, durante a Luta Armada e a organização do conseqüente ***Governo Popular Nacional,*** apliquem todos os esforços para apressar e facilitar a passagem para as etapas seguintes da Revolução: - *O governo dos trabalhadores da Cidade e do Campo e o Governo Socialista.*[376]

O socialismo seria a primeira etapa do processo revolucionário, fase marcada pela Ditadura do Proletariado e posteriormente o comunismo. O instrumento de luta seria a **revolução armada**. Para isso,

> [...] a organização do proletariado, a sua experiência política, a redução gradativa do número e da força dos seus inimigos, são as mais importantes destas condições prévias à Revolução Proletária e Socialista. Elas devem ser obtidas através da exploração, por parte dos revolucionários, das **contradições existentes**. Através da utilização dessas contradições; sempre tendo em vista, qual é, em dadas circunstâncias (espaço, tempo, etc.) **a contradição principal**.[377]

O processo revolucionário seria divido em três etapas:

> [...] 1º Guerra Popular Nacional (Luta Armada Anti-Imperialista e contra os seus sustentáculos internos: a Grande Burguesia e os Grandes Proprietários Rurais); 2º Governo dos trabalhadores da Cidade e do Campo (complementação da luta anti-imperialista com a liquidação de importantes setores sobreviventes da burguesia – principalmente a me'dia); 3º governo socialista (liquidação dos últimos vestígios do poder econômico e político da burguesia – instauração da Ditadura do Proletariado). [378]

Para a cisão carioca, o grande inimigo do proletariado e do povo brasileiro na primeira etapa da luta revolucionária seria o imperialismo. Este assumia, a partir da II Guerra Mundial, um caráter monopolista cuja maior expressão era o imperialismo norte-americano.

---

376 Projeto do Programa nº2 *Libertemos o país do Imperialismo*. Outubro de 1966, p.1, grifos do autor.

377 Idem, p.2 e 3.

378 Idem, p.2 e 3.

Contra esta dominação houve reações, mas fora em vão. A França e a Índia na década de 1950 tentaram impor sua economia auto-comandada, mas não obteve êxito. Caberia ao proletariado revolucionário, segundo esta leitura, aproveitar essas contradições capitalistas e que podem derrotar o imperialismo. [379]

A exceção da URSS que, segundo os cariocas, havia trilhado o caminho do revisionismo, as revoluções na China, no Vietnã e na Coréia aplicaram a teoria marxista-leninista e seus crescimentos econômicos foram mais acelerados do que em países capitalistas. Estas resistências ao imperialismo norte-americano promoveram

> [...] uma 'distensão' da capacidade da classe dominante Norte-Americana. Distensão essa que possui, forçosamente, um limite. Não podemos precisar quando o limite de capacidade distensora do Imperialismo Norte-Americano será atingido; mas, temos certeza de que, em 1966, ele está mais próximo do que em 1965; e de que, em 1967, estará mais próximo do que está agora, em 1966. [380]

Quando se trata de países dominados como o Brasil à classe operária só interessa a revolução socialista, e consequentemente

> [...] um tipo específico de **Revolução Nacional, a Guerra Popular Nacional** que levará a um tipo de luta na qual a Classe Operária tenha a liderança sobre os outros setores do proletariado – Trabalhadores da Cidade e do Campo, pequenos proprietários agrícolas, artesãos, etc., um tipo de luta conduzido pela organização da vanguarda do Proletariado – um Partido Marxista-Leninista – mas que *não irá, numa primeira etapa, instaurar o Regime Socialista*, porém, vencerá o principal obstáculo que se antepõe a esta instauração... Vencerá o Imperialismo. A Revolução Nacional que propugnamos a Guerra Popular Nacional, nada tem a ver com as revoluções nacionais de caráter puramente burguês . [381]

Não só a classe operária se oporia a penetração imperialista, mas também,

> [...] outras classes – privilegiadas – também podem ser anti-imperialistas. Classes rurais e classes da burguesia urbana, durante o decorrer da luta, podem assumir posições radicalmente anti-imperialista, embora oscilantes. Captar essas contradições e canalizá-las em beneficio da luta Anti-imperialista, por ele conduzida, também é tarefa para um Partido Marxista-Leninista. **Essa aliança ampla é**

379 Idem, p.5

380 Projeto do Programa nº2 *Libertemos o país do Imperialismo*. Outubro de 1966, p.5.

381 Idem, p.6, grifos nossos.

> **outra característica da Revolução Brasileira**, na sua primeira fase, anti-imperialista – fase da Guerra Popular Nacional." [382]

A classe operária, segundo os autores do documento, representava somente 9% da população economicamente ativa e encontrava-se concentrada. Só em São Paulo estavam 50%, contando com a Guanabara [atual cidade do Rio de Janeiro], Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul chegava a um total de 70%. Nestas condições seria um **desvio esquerdista atribuir à classe operária o papel de deslocar o imperialismo do país**. A esta classe caberia "[...] organizar todas as camadas da população capazes de serem ganhas para a luta anti-imperialista e liderá-las **não abrindo jamais mão do papel de liderança que lhe cabe de fato**, já que não possui nenhum compromisso com as classes dominantes pró imperialistas.[383]

No debate interno da POLOP sobre o processo revolucionário no Brasil existiam, portanto, segundo este documento três distintos pontos de vista em discussão, o primeiro era

> [...] de *nossos companheiros de Minas*: expresso em vários documentos nos quais defendem a estratégica palavra de ordem duma Assembléia Constituinte Popular (eles consideram tático), que seria o caminho capaz de levar avante as massas (lideradas pelo Proletariado) a uma insurreição, cujos componentes seriam uma frente ampla. 2º *O da Direção Nacional*: Expresso, ultimamente, através dos documentos em resposta aos de nossos companheiros de Minas e principalmente aos documentos 'Aonde Vamos', preconizando uma aliança bem menos ampla que aquela preconizada no ponto de vista e uma estratégia insurrecional, liderada pelo Proletariado Urbano, aos quais se somariam os Trabalhadores do Campo. 3º *O nosso, expresso neste documento.* O (1º) e o (2º) [Minas e CN)] apresentam, como identidade, uma estratégia de luta armada preponderantemente urbana; como diferença a palavra de ordem estratégica: A polarização em torno da Constituinte, no (1º) [Minas] a palavra de ordem diretamente insurrecional, no [CN] Como diferença ainda temos a colocação da necessidade de uma aliança bem ampla, no (1º); e um peso bem mais preponderante para o proletariado, no (2º). O (1º) [Minas] e o (3º) apresentam, como identidade, justamente essa amplitude necessária a aliança como diferença, o apelo direto a uma Guerra Popular, com a palavra de ordem anti-imperialista, no (3º), e preponderância do caráter agrário da Luta Armada, também no (3º). O (2º) [CN] e o (3º) apresentam, como diferença, justamente o caráter preponderante da luta, que no (2º) é marcadamente urbano; e como identidade, o apelo diretamente insurrecional – embora no (2º), em

382 Idem, p.7, grifos nossos.

383 Idem, p.12, grifos nossos.

> função da menor amplitude da aliança, a palavra de ordem fixam mais o caráter classista que no(3º). São 3 linhas distintas para guiar a Esquerda Revolucionária à conquista do poder, à frente do Proletariado Revolucionário de todo o Brasil! [384]

O IV Congresso teria justamente o dever de "[...] estudar esses caminhos, concluindo pela adoção de um deles". Este seria um "[...] importante passo avante, na formação e implantação de um partido verdadeiramente revolucionário em nosso país."[385] O segundo passo seria estabelecer um diálogo mais contundente com as demais esquerdas revolucionárias, como a

> [...] dissidência do PCB, PC do B, grupos marxistas da AP, P.O.R. (trotsquistas) brizolistas e grupos marxistas isolados que sejam identificados com o pensamento e o espírito revolucionários. A finalidade desse debate é a ampla exposição, explicação e propaganda da linha que então já tenha sido adotada pela Organização – *de maneira que essa linha contribua, basicamente, para a estruturação da linha a ser adotada pela Esquerda Revolucionária Brasileira. A conseqüência desse debate, no terreno da ação política, deve ser a fusão num só Partido Marxista-Leninista – o Partido Socialista Revolucionário – daquelas organizações que conseguirem estabelecer uma linha comum; por exemplo: a POLOP, dissidência do PCB, o PC do B e os grupos marxistas dentro da AP.* Ou pelo menos, na pior das hipóteses, a constituição de uma frente – a Frente Socialista Revolucionária – na qual cada organização (a nossa já transformada em partido) guardasse a sua identidade, mas todas estivessem seguramente empenhadas no objetivo comum de erigir o socialismo no Brasil.[386]

O que podemos afirmar é que havia nítidas divergências no interior da organização quanto às posições políticas defendidas, a tática de luta, bem como do caráter da revolução, o que nos demonstra que faltava uma unidade no grupo. Maria do Carmo Brito[387] reforça esta nossa idéia dizendo que

> [...] na realidade a POLOP, com seu codinome ORM, Organização Revolucionária Marxista já continha em si uma grande divisão ideológica. Os mineiros que militavam na legalidade no PTB e no PSB e os cariocas e paulistas predominantemente trotskistas. Desta maneira, a discussão fundamental se dava quanto ao caráter da Revolução: Socialista ou de Libertação Nacional. Neste último caso havia uma burguesia em potencial.

---

384 Idem, p.14.

385 Idem.

386 Idem.

Parece-nos bastante claro que a POLOP foi uma organização que proporcionou a heterogeneidade de idéias pelo fato de ter nascido num momento histórico no qual várias tendências encontraram uma possibilidade de aglutinação para que um debate mais amplo pudesse se realizar. Esta discussão sobre o caráter da Revolução no Brasil nos faz formular a hipótese de que a POLOP não pode ser percebida como uma organização coesa, amadurecida e centralizada em seus objetivos. Parece-nos que entre 1961 e 1967 a POLOP estava em seu processo de formação de uma organização que contivesse uma linha mestra, não ao acaso estabelecer esta extensa discussão sobre o caráter da revolução brasileira.

3.7 - Decisões da POLOP

No entendimento da POLOP a ditadura militar tendia cada vez mais à direita.[388] A abertura de novos IPMs, o aceleramento de processos, novas apreensões inquisitórias de livros eram acompanhadas de nítidas concessões à linha dura. [389]

Diante dos fatos, a POLOP apresentou algumas reivindicações concretas propondo a revogação dos Atos Institucionais, pelo direito de greve, pelo fim das intervenções, direito de livre associação e, pelas eleições sem restrições e sem a tutela militar. [390]

Embora houvesse um descontentamento popular as classes trabalhadoras estavam bastante desmobilizadas. O papel da organização naquele momento era construir uma proposta que arregimentasse a classe pelos seus reais interesses e assim deveriam

> [...] organizar o povo e, assim, desmascarar as mistificações burguesas que amortecem a luta proletária. Só a criação duma liderança própria poderá mudar de vez os rumos da política do país. E a criação dessa oposição revolucionária **depende da organização e do crescimento das lutas da classe operária em seus locais de trabalho**, depende da preparação da esquerda revolucionária para

387 (E11).

388 Encontramos um exemplo da caracterização do regime militar no debate sobre a mudança no ministério. O novo ministro da indústria o senhor Paulo Egydio seria um representante do capital imperialista, vinculado ao maior truste mundial do alumínio a, Aluminium Company of América, capacitando-se a 'altura do governo do Sr. Castelo Branco.' Representava para este governo um reforço ao abrir espaço para a direita tradicional contra "as investidas furiosas dos radicais fascistas." Informe Nacional nº. 11. *Um caminho perigoso*. 15 de janeiro de 1966, p. 2.

389 Informe Nacional nº. 12. *Criar uma oposição revolucionária*. 22 de janeiro de 1966, p.1.

390 Informe Nacional nº. 11. *Um caminho perigoso.* 15 de janeiro de 1966, p 2.

> comandar a luta nacional contra o regime, depende da unidade das forças revolucionárias hoje dispersas. [391]

Um empecilho para alcançar os objetivos do grupo, segundo uma autocrítica realizada, e que se tornou o principal desafio seria a "[...] **composição ainda predominantemente estudantil da organização**, e que se faz sentir no campo de trabalho, nos métodos de trabalho, no preparo insuficiente para a luta ideológica." [392] Percebiam alguns avanços quanto a "[...] disposição para um trabalho mais sistemático de formação de bases operárias, [que] mudara a qualidade da nossa organização, que se enriquecerá com os hábitos de disciplina, responsabilidade e firmeza da classe operária." [393]

Em meados de 1966, Eric Sachs (Ernesto Martins), elaborou um conjunto de quatro textos conhecidos por "*Aonde Vamos?*" considerado uns dos principais documentos da organização. A nosso ver ele sintetiza as questões que estavam postas naquele momento e os desafios encontrados pelo grupo na tentativa de ser a vanguarda da esquerda revolucionária. Isso pode ser facilmente identificado num trecho onde diz que o problema estava na "[...] necessidade de uma reformulação da luta pela emancipação política e social das massas trabalhadoras, levando em conta os ensinamentos da derrota sofrida e a experiência da ditadura militar".[394]

Como detectaram uma disputa entre os militares pela condução política, a esquerda deveria se precaver e evitar que facções rivais das Forças Armadas substituíssem as que comandavam o país. Para isso a esquerda precisaria aprender com os erros do passado e se livrar de sua herança reformista.[395]

Outro problema identificado foi a ausência de uma resistência do conjunto da esquerda frente o golpe militar[396], o que teria havido, na verdade foi "[...] capitulação e debandada. **A derrota foi antes de tudo política**. Claro que toda derrota do movimento dos trabalhadores é política, mas o sentido específico aqui é a de que **a orientação política impediu a resistência.**[397]

---

391 Informe Nacional nº. 13. *As dissidências burguesas e o papel da esquerda.* 29 de janeiro de 1966, p.1, grifos nossos.

392 Jornal Política Operária Resolução Política (4255) - abril de 1966, p.8, grifos nossos.

393 Idem.

394 *Aonde Vamos?I* (8611) - abril de 1966, p.1.

395 Idem, p.2.

396 "A diretriz anterior da esquerda, levada a cabo durante anos, impediu que, no momento da crise, as massas trabalhadoras pesassem nas relações de forças e alterassem o destino político do país. Nem sempre é preciso, nas lutas de classe, a arma a ser disparada. Vimos a diferença em 1961, quando o operariado desarmado soube opor à tentativa de ditadura militar uma resistência surda mas eficiente; quando sua atuação no Rio Grande do sul, repercutindo em todo o país, influiu decisivamente sobre o comportamento do Exército, fazendo a gorilada recuar." Idem, p.2 e 3.

397 Idem, p.2, grifos nossos.

Segundo Sachs, a falta de uma ideologia política comunista substituída pela linguagem populista e nacionalista teria obscurecido as massas trabalhadoras quanto ao caráter de classe que esta política continha. E assim a defesa da "[...] aliança antiimperialista com a burguesia nacional" fundamentada no mito nacionalista, constituía o eixo central desse viés reformista. No entanto a burguesia fez sua opção de classe e entrou em acordo com o imperialismo. [398]

Historicamente essa política encontrou um jovem proletariado que ensaiava suas primeiras greves, que queria fundar um sindicato nacional, ou seja, começava a tomar consciência de sua situação e se libertar da herança getulista.

Ainda segundo Sachs, o PCB[399] por causa da sua formação pequeno-burguesa dos seus quadros não poderia ser revolucionário. Fundamentalmente após 1945, a pequena-burguesia radicalizada enquadrou-se no partido, mas não se libertaram das heranças ideológicas de classe. [400] Por ser um partido que se propunha realizar uma revolução burguesa-democrática e que tinha as alianças como estratégia e tática, propiciou a entrada desses segmentos.[401]

De modo geral, entendia Sachs, a pequena burguesia caracterizava-se por

> [...] uma classe intermediária, em todas as circunstâncias oferecidas pela sociedade burguesa. Sua ideologia é alimentada pela sua condição material. De um lado, mesmo na situação assalariada ela vive às custas da mais valia produzida pelos operários industriais, de outro lado, é vítima da política econômica do capitalismo. O fato de não fazer parte dos pólos da sociedade burguesa – proletariado e grande burguesia – leva-a, em todas as situações, a negar a importância fundamental que esta contradição exerce na sociedade, tanto na escala nacional quanto internacional. Enquanto pode, resiste a uma ação de classe independente do proletariado, pois essa se choca com seus interesses materiais dentro da sociedade burguesa. Só adere ao movimento proletário em fases de radicalização depois de sua consumação. Abandona-o de novo nos momentos de recessão da onda radical, procurando, de um ou outro modo, retornar a função de tutor do povo inteiro.[402]

A penetração da ideologia pequeno-burguesa no proletariado industrial brasileiro teria sido facilitada pela juventude nascida dentro do protecionismo do

398 Idem, p.3 e 4.

399 Para Sachs os quadros dirigentes do Partido Comunista eram formados por duas vertentes: os que ingressaram durante a campanha da Aliança Nacional Libertadora, setor minoritário; e de setores da classe média que entraram no partido na onda da 'vitória da democracia sobre o fascismo', setor majoritário. Idem, p.5.

400 Idem.

401 Idem.

402 Idem.

Estado Novo, pelo desenvolvimento do mercado mundial após o término da Segunda Guerra Mundial e pela ausência de "uma vanguarda marxista-leninista bastante forte para poder dar uma consciência revolucionária ao proletariado brasileiro. [403]

O operariado precisaria despertar a sua consciência de classe. No entanto, a experiência mostrou, e os fundadores do marxismo-leninismo ressaltaram " [...] que o proletariado dificilmente chega por si próprio a uma consciência socialista."[404]

Pelo que compreendemos as críticas feitas pela POLOP ao reformismo do PCB fundamentava-se na origem pequeno-burguesa de seus quadros. No entanto ao fazer uma autocrítica procurando explicar a sua deficiente atuação no conjunto do proletariado é atribuído à organização o mesmo problema. Parece-nos que a justificativa para tal pensamento está na concepção de que o partido ou uma organização de vanguarda detém o saber-fazer da revolução. Em geral quando os objetivos de um agrupamento não são alcançados, o problema está na composição dos quadros revolucionários, em geral acusados de pequeno-burgueses.

E, continua Sachs dizendo que, paradoxalmente, são justamente estes militantes oriundos de outras classes sociais, não o proletariado, os detentores da teoria revolucionária. Um trecho de seu documento parece refletir esta idéia, segundo ele

> [...] a premissa verdadeiramente revolucionária para a formação de classe do proletariado é dada pela argumentação socialista trazida por propagandistas e agitadores e preparada por teóricos vindos de outras classes da pequena-burguesia e da própria burguesia.[405]

Seu argumento é que a teoria, na medida em que 'penetram nas massas, se torna força material', muda a posição e a atitude da classe operária. Daí considerar importante a atuação nos setores onde estavam presentes estes quadros da pequena-burguesia para fazê-los dar um salto qualitativo promovido pela "assimilação do marxismo-leninismo." A pequena burguesia seria resistente ao socialismo científico. Assim, somente o "estudo sistemático e o conhecimento da experiência viva da luta de classe libertarão o quadro pequeno-burguês das suas limitações 'herdadas'". No entanto o operariado era a classe mais receptiva as

403 Idem.

404 Idem.

405 Idem, p.10.

teorias marxistas, pois a sua vivência permitia verificar a justeza desses princípios no cotidiano da fábrica. Ainda na linha de raciocínio do autor, "[...] freqüentemente o operário compreende mais depressa o que é mais-valia do que o estudante, pois para ele se trata de uma experiência vivida." [406]

Portanto, o problema estaria em convencer os quadros pequenos burgueses a se libertarem das heranças ideológicas de sua classe, aceitarem o marxismo-leninismo e cumprirem o seu papel no processo revolucionário, ou seja, fazer com que a teoria penetre nas massas e se torne força material. Aqui residia a difícil tarefa, pois os estudantes não possuíam a vivência do proletariado que podia, na prática vivida, reconhecer a teoria do socialismo científico. Já o proletariado, a classe conduzida, embora sua situação favoreça-o na compreensão das teorias revolucionárias, paradoxalmente não sairiam desta classe os condutores da revolução.

A construção de um movimento operário independente passaria pela formação ideológica, pautada no marxismo-leninismo, dos quadros que formariam o partido revolucionário e que teriam o papel de levar a consciência à classe operária. Podemos dizer que a intenção estava em transformar o proletariado de classe em si em classe para si. A organização exerceria o papel de construir o instrumento capaz de levar a classe a este caminho, daí a

> [...] ênfase na criação do partido não [ser] gratuita, pois o processo é inseparável da própria formação do proletariado como classe independente. Sem um correspondente organismo político, o proletariado não pode transformar as relações de forças na sociedade burguesa.[407]

E, este proletariado industrial não poderia exercer esta tarefa sem adquirir a "[...] consciência do seu papel na sociedade", objetivo este realizável com "[...] a concentração de esforços e da energia de todos os verdadeiros revolucionários comunistas". [408]

Assim se fazia necessário "[...] libertar a linha proletária da intoxicação pequeno-burguesa" começando "pela própria casa" e atingindo toda a esquerda e a classe operária. Citando as *Teses de Abril* de Lênin, o autor compara a problemática

---

406 Idem.

407 Idem,.

408 Idem, p.13.

vivenciada, com aquela enfrentada pelo partido bolchevique as vésperas da revolução, porém, segundo Sachs, estes "[...] já estavam mais adiantados do que nós na época atual, porque já estavam organizados em partido, prestes a tomar o poder." [409]

Expressão clara dos traços pequeno-burgueses no interior da POLOP teriam sido os documentos lançados pela seção de Minas Gerais. Elegeu como ferramenta para expurgar essas influências perniciosas a rígida formação marxista. O ponto fraco da organização estaria "no desnível existente entre os quadros" impedindo-os à época de ter "[...] uma concepção clara dos objetivos e das condições de luta." [410]

E assim, segundo esta interpretação, devido a composição social estudantil[411] da POLOP, a teoria marxista não passava, para o conjunto da organização, de mera abstração e o movimento operário, uma teorização. [412] Deste modo exigia-se que fosse aplicado "[...] a experiência marxista-leninista a um novo e desconhecido terreno", por que

> [...] a diferença entre a situação de agora e das anteriores, **é que essa luta ideológica não se pode mais restringir a uma cúpula de indivíduos pela imprensa legal que tivemos à nossa disposição, e sim pela Organização inteira [...] todos os nossos militantes devem estar à altura de defender nossas posições, sejam em reuniões de operários, em contato com as dissidências do PC ou contra os revisionistas.** [413]

Toda esta preocupação tinha como norte uma condição muito concreta da luta de classes, ou seja, os desafios enfrentados pelos operários frente ao regime militar. Preocupações que hoje temos total condição em afirmar que eram das mais acertadas e dizer que foram de grande precisão e tato político. Nas análises de Sachs, parece-nos claro que havia uma possibilidade de acirramento do Golpe Militar, pois para ele

---

409 Idem, p.20 e 21.

410 Idem,p.17

411"Sabemos que, numa certa fase da organização, esse fenômeno é inevitável, mas a situação se torna perigosa quando se apresentam sintomas de se querer perpetuá-los. Os operários freqüentemente têm uma vida à parte dentro do organismo; não só porque constituem uma minoria, como também porque os ranços pequeno-burgueses existentes limitam sua circulação interna e consequentemente sua atividade externa. Todas as nossas resoluções sobre a formação de células mistas (com uma média de 3 estudantes e 7 operários) não foram concretizadas. A inércia de ambiente vence as boas intenções." Idem,p.18

412 Idem, p. 17

413 Idem,p.18 e 19, grifos nossos.

> [...] o regime imposto pelo 1º de abril está em transformação e ainda não conseguiu encontrar uma forma estável. De uma coisa podemos estar certos: se os atuais governantes cederem seus lugares a grupos rivais e as bases da ditadura, o exército, o latifúndio, o imperialismo e os monopólios nacionais ficaram intactos, então a nossa classe dominante terá conseguido mais uma vitória. Somente a intervenção direta das massas nos acontecimentos, somente a ação consciente do proletariado pode alterar o rumo dos acontecimentos.[414]

Assim a derrota sofrida pelo movimento operário em abril de 1964 não havia sido completada, portanto, a preocupação estaria em reverter o processo. As disputas internas entre os militares expressavam este embate e sentiram a necessidade de se posicionar diante desta situação.

Avaliando os caminhos percorridos, Sachs afirma que por causa da prisão da classe operária às tradições reformistas a POLOP foi levada à um 'isolamento revolucionário'. Por outro lado, as tentativas de unir-se a outras alas contrárias ao reformismo oficial não foram frutíferas porque parte delas optaram por atuar nos setores rurais não enfatizando o proletariado industrial. E assim os proletários no dilema entre abandonar a luta por um partido operário independente aceitando a ideologia pequeno-burguesa ou continuarem sozinhos, escolheram este último.[415]

Fazendo uma retrospectiva, afirma Sachs que a organização teria privilegiado, através de sua revista, a propaganda ideológica das massas. A repercussão foi maior entre as esquerdas e as vanguardas existentes, porque ofereceram à elas uma crítica à política de colaboração de classes e do caminho pacífico. No entanto, sentiram os limites do mero debate e enfrentaram o problema transformando a revista em jornal que lançava apelos aos organismos de massa e, com isso, mudar a atitude da esquerda. Porém, o projeto foi interropido pela ditadura militar, cerceou o crescimento da organização e obrigou-os a promover uma mudança qualitativa nas atividades. E o regime ditatorial ia de encontro ao principal objetivo da organização, qual seja, construir um movimento independente das massas. Se a organização lentamente foi adaptando-se as condições clandestinas impostas, permanecia muito primária na luta efetiva. [416]

414 Idem, p.19

415 Idem, p.13 à 15.

416 Idem, p.15 à 17.

Para solucionar os problemas internos da organização, arregimentar o grupo e transformá-lo em uma organização homogênea mantiveram-se na compreensão da falta de **efetiva centralização da organização.**

Avaliando o principal órgão de difusão da organização, seus materiais de imprensa observaram a parca presença nos fatos mais importantes na luta operária e pouca divulgação. [417]

Esta debilidade precisava ser sanada porque vivia-se um

> [...] momento crucial para os rumos da luta operária no país. Após o golpe sofrido em 64 as massas trabalhadoras despertam novamente para a luta **sem ter ainda encontrado sua nova liderança.** Entre nós também não há ainda acordo quanto ao nosso papel e nossa estratégia nas novas condições, e **o que buscamos com a atual discussão é exatamente encontrarmos os caminhos que possam nos conduzir à construção dum partido revolucionário da classe trabalhadora.** [418]

Em se tratando da formação de quadros, avaliaram que o trabalho da organização havia sido

> [...] extremamente empírico, feito ao sabor das circunstâncias. Baseia-se na explicação do nosso 'curso básico', já por si insuficiente. Sem maior orientação militante, o diletantismo prevaleceu muitas vezes. Além disso, a formação de quadros é função das experiências assimiladas em sua militância; deixados pelo espontaneísmo na atuação no meio de origem, a maior parte dos militantes não teve outra orientação prática que a da luta estudantil. A tarefa de formação de quadros tem que ser, sempre, a educação científica do marxismo-leninismo, a compreensão da estratégia revolucionária da organização, a preparação para a execução de tarefas, seja de agitação, de propaganda, de organização, etc. [419]

Todos estes problemas tinham origem

> [...] **no próprio surgimento da ORM, que se constitui da união de grupos regionais ainda insuficientemente amadurecidos** [...] **Só progredimos à medida que as heranças ideológicas regionais foram sendo vencidas pela homogeneidade política à base do marxismo-leninismo.** Esse processo não se completou; as tendências 'federalistas', ou de 'autonomias estaduais' refletem ainda o peso do passado a vencer.[420]

---

417 Problemas Organizatórios. *Para discussão Interna. Constituir-se numa Organização Operária*, p, 1.

418 Idem, grifos nossos.

419 Idem.

420 Idem,p 3.

Propuseram reunir os comunistas revolucionários na tentativa de identificar as características essenciais do reformismo no Brasil. Tal intento atingiria as premissas políticas para uma prática e uma teoria revolucionária. O propósito seria "[...] estabelecer as ligações entre a prática reboquista e oportunista do PCB, o desprezo de seus dirigentes pela teoria marxista, e suas concepções reformistas." [421]

O governo dos trabalhadores da cidade e do campo que surgiria através do ascenso das lutas operárias apresentaria uma alternativa à ditadura militar mostrando seu caráter de classe, pois somente este governo provisório prepararia efetivamente a transição para o socialismo. Estas seriam "[...] as bases para um partido revolucionário da classe operária que teremos que construir no Brasil." [422]

3.8 - 1967: o ápice das discussões internas.

No início de 1967, segundo a organização, ocorreu um crescimento das forças de esquerda revolucionária, representada principalmente pelos estudantes. Do ponto de vista interno mantiveram-se fortes debates em torno do caráter da revolução no Brasil, da construção do processo revolucionário, bem como do papel exercido pelo partido. E 1967 foi o ano em que estes debates se deram de forma mais efetiva.

Como havíamos dito em nossa pesquisa detectamos a existência de duas principais linhas: a da POLOP representado pela Direção Nacional e do Secretariado de Minas Gerais. Verificamos que, raras algumas exceções, a maioria dos documentos que encontramos expressavam a posição da direção nacional.

A proposta da organização de formar um partido revolucionário e da "[...] instalação de um **foco insurrecional**, capaz de atrair as massas, tirá-las de sua apatia, ao mesmo tempo em que se transforme no **instrumento catalisador da Esquerda Revolucionária**" [423], não era aceita uniformemente.

421 Informe Nacional nº. 50. *As Teses do Reformismo*, 02 de dezembro de 1966, p. 1.

422 Idem, p. 6.

423 F. Fernando. Cadernos da Esquerda Revolucionária nº6. *A luta legal e a luta ilegal.* 16 de junho de 1967, p. 1, grifos nossos.

Um exemplo que expressava este descontentamento foi um documento do militante F. Fernando[424] que fazia objeções à posição da direção nacional considerando-a

> [...] unilateral e dogmática, pois não se trata de montar um foco para unificar as esquerdas revolucionárias e despertar as massas, da mesma forma que não se requer um Partido montado e acabado para lançar-se à luta armada. O Partido Revolucionário deverá formar-se no fogo da luta, mas da luta entendida como uma totalidade. [425]

Segundo este autor as condições concretas deveriam ser analisadas. Assim a

> [...] **a única luta existente no Brasil é a luta legal das massas** (assim mesmo circunscrita quase que totalmente à **classe média**: **estudantes e intelectuais**). É ela que está na ordem do dia, que se manifesta em combate à ditadura implantada no país. **Ela é, pois, o aspecto principal da contradição, o determinante da qualidade da luta**. Isto é verdade, por mais que possa ferir a susceptibilidade dos 'revolucionários'. **O outro aspecto, o ilegal (no sentido da luta armada) ainda é secundário, não principal**.[426]

Ainda para o autor

> [...] **a luta armada não substitui a luta política**, **é antes um dos seus aspectos**. [...] o Partido Revolucionário [seria] forjado na luta política armada e não armada. A guerrilha, por certo, fortalecerá o Partido, aumentará seu poderio, iniciará o começo do processo de luta pela tomada de poder, inicialmente contestando o *poder local* (concretamente) e, na medida em que se desenvolve, assumindo o aspecto principal, dominante, passando, a contestar de fato e não mais teoricamente, o poder nacional.[427]

Reconheceram que a luta dos estudantes ganhou força e era o setor mais dedicado e organizado. A partir desta constatação perguntamos: como externalizar qualquer crítica quanto a origem social da organização se este era o grupo mais organizado e disposto à uma luta revolucionária? Pelo que podemos observar a organização não se fez este questionamento.

---

424 Não conseguimos detectar qual é o verdadeiro nome deste militante e nem mesmo a qual grupo pertencia. No entanto foi comum em nossas entrevistas a avaliação de que a POLOP à partir de 1964 se torna muito dividida surgindo em seu interior várias correntes. Portanto tal descontentamento pode mesmo expressar uma posição pessoal dentro do grupo. Aquele momento histórico foi a necessário desconhecimento da vida pessoal de cada militante por conta da repressão. Este fato relatado em todas as entrevistas explica o momento de desconfiança e dificuldade de uma unidade, pois a qualquer momento poderiam ser identificados pela polícia política. Por isso a nossa dificuldade em identificar os militantes pelo seu "nome de guerra", pois as pessoas muitas vezes nem se viam e quanto isso ocorria a identificação era pelo seu codinome.

425 F. Fernando. Cadernos da Esquerda Revolucionária nº6. *A luta legal e a luta ilegal*. 16 de junho de 1967, p. 1, grifos nossos.

426 Idem, p. 1, grifos nossos.

Segundo outro autor, Raul Caiman, os debates internos na organização estavam obscurecendo o que era fundamental na discussão. Para ele, em todas as críticas o alvo era a Direção Nacional. Economicista, foquista, falta de tática, substituição da agitação política pela educação etc., eram algumas das acusações à ela destinada. A cada dia surgiam mais acusações,

> [...] argumentações e alternativas **tão diferentes** que não é tarefa fácil descobrir o que é essencial e o que é acessório no raciocínio de tais companheiros, o que é centro de suas preocupações e o que vem apenas para manter a argumentação.[428]

E assim considerava que, "[...] para compreendermos a unidade de tais críticas temos que ligá-las aos fatos, ligar as posições políticas à situação concreta que atravessamos." [429] Argumenta que depois de anos de organização e de trabalho junto ao movimento operário, as lutas estariam sendo travadas em níveis mais altos, estariam, pois, "[...] **na passagem de um grupo predominantemente ideológico para a formação de um partido político revolucionário.** Isto [implicaria] de um lado integração com novas forças, de outro depuração de concepções herdadas de nossa origem." [430]

Os desafios que estariam postos a organização, como exercer tarefas práticas nas fábricas e ter a iniciativa de uma luta armada, exigiriam uma mudança qualitativa no programa e na forma de estruturação implicando a eliminação de vícios pequeno-burgueses. O meio mais eficaz de expurgar tais vícios seria "o próprio enfrentamento corajoso das tarefas revolucionárias". Assim, considerava que

> [...] a luta interna que vivemos é o reflexo teórico dessa luta cotidiana. Resistindo à necessidade de darmos privilégio ao trabalho revolucionário entre os operários, resistindo à concepção de revolução socialista, resistindo à concepção da guerrilha como luta política, aferrando-se à luta estudantil e às palavras da ordem que permitem 'ampliar' na pequena-burguesia, resistindo no nível da organização à efetiva centralização, essa oposição que se cristalizou no Projeto de Programa nº4 apresenta as justificativas teóricas para tudo aquilo que tem de ser superado entre nós. Por isso a construção de um partido revolucionário dos trabalhadores tem como uma das condições a

427 Idem, p. 2, grifos nossos.

428 Raul Caiman. Cadernos da Esquerda Revolucionária nº6. *A luta legal e a luta ilegal.* 16 de junho de 1967, p. 3.

429 Idem.

430 Idem.

> tarefa interna de derrotar as concepções que se ligam a uma prática pequeno-burguesa.[431]

Segundo Paulo, outro militante, a "[...] principal polêmica dos revolucionários latino-americanos, dos brasileiros e da POLOP em particular é a questão do **partido e do foco de guerrilha no campo."**[432] Para ele os militantes mineiros estavam equivocados em suas análises e,

> [...] cada vez mais marcham para a direita, faz com que o debate se desloque para um terreno secundário, ou seja, fora da polêmica entre partido e foco. Os companheiros de Minas cedem às posições da pequena-burguesia, precisamente na ação do movimento operário. Quanto à luta armada, eles não passam da concepção abstrata e decalcada dos chineses de 'guerra popular nacional'. Os companheiros de Minas que sustentam as teses de 'Constituinte nacional popular e soberana' e acreditam num movimento de massas que derrube a ditadura colocam-se radicalmente à direita e impedem, na prática a abertura do verdadeiro caminho revolucionário.[433]

O autor faz, em contrapartida, uma critica à organização ao propugnar a luta armada. Esta não seria a questão principal a ser debatida, pois,a guerrilha estaria subordinada ao movimento operário. O que deveria ser objeto de preocupação, segundo o militante, era a ausência de um programa que contivesse a forma de se conquistar o poder.

No *Aonde Vamos IV*, documento de autoria de Eric Sachs escrito em 1967, expressou uma posição clara frente ao momento vivenciado. Para Sachs embora a revolução no Brasil seja socialista, que a luta contra o imperialismo só poderia ser vencida "[...] com a superação das atuais bases capitalistas-latifundiárias da economia brasileira" e que a luta de classes que se colocava era "[...] Ditadura da Burguesia, associada ao imperialismo X Ditadura do Proletariado, apoiada pelas massas trabalhadoras do campo", seria importante compreender que o proletariado não tinha a "[...] consciência ainda dessa alternativa e, portanto, ainda não se concentraram para uma luta nesse sentido, apesar da oposição mais ou menos consciente dos seus diversos setores". Não havia tido nenhum empenho dos

---

431 Idem, p. 4.

432 Paulo. Cadernos da Esquerda Revolucionária nº6. *A luta legal e a luta ilegal*. 16 de junho de 1967, p. 5.

433 Idem.

reformistas em "[...] dar ao proletariado uma consciência de classe no sentido mais amplo." [434] Considerando esta situação concluiu

> [...] que a esquerda revolucionária deve estar preparada para participar ou apoiar um Governo Revolucionário dos Trabalhadores, sustentada pela Frente dos Trabalhadores, da cidade e do campo, como passo decisivo em direção à revolução socialista.[435]

Tendo esta premissa, a guerrilha não poderia

> [...] SUBSTITUIR a luta de classes. Tem de fomentá-la, aguçá-la, tem de polarizar as forças existentes. Tem de repercutir, consequentemente, sobre o comportamento e a atuação dessa classe que consideramos revolucionária, destinada a alterar as relações de forças sociais. Se nós consideramos que essa classe é mais conseqüente no processo revolucionário do país, **é o proletariado, que determina as condições concretas para o desenrolar da luta de guerrilha**. [436]

A luta dos trabalhadores contra as reações ditatoriais burguesas "[...] em si já justifica a guerrilha. Esta realizará, desde o início, em miniatura, com a aliança operária-camponesa". Em escala mundial atingiria os objetivos se o proletariado tivesse clareza e soubesse fazer uso de seu potencial revolucionário. [437]

Diante das "[...] atuais condições de reagrupamento político de esquerda revolucionária do país, a guerrilha poderia preceder ao partido, mas a formação deste se tornaria indispensável no decorrer da luta, como uma condição para a vitória do movimento revolucionário." Não havia dúvidas de que este partido surgiria "com as perspectivas de luta, que uma guerrilha politicamente consciente oferecerá aos quadros revolucionários dispersos no país." A guerrilha não poderia se "[...] limitar à mobilização de camponeses" e centrar-se na "[...] formação de um partido revolucionário nos centros do proletariado industrial". Por isso a organização deveria manter o foco

> [...] na cidade, tem de estar presente na ação militar, e na luta de massas, tem de coordenar a luta de classe na cidade e no campo, guiada pelos objetivos políticos da revolução no país e velar por uma estratégia geral que garanta a vitória final. Esta se dará quando a

434 SACHS, Eric. *Aonde Vamos?IV Foco e Revolução*, julho de 1967, p. 6.

435 Idem.

436 Idem, p. 7, grifos nossos.

437 Idem, p. 7.

> guerra de guerrilha desembocar numa insurreição do proletariado, que liderara as massas exploradas do país contra a reação interna e a intervenção imperialista. [438]

Prestes a realizar o seu IV Congresso as discordâncias no interior da POLOP eram muito grandes. A repressão levou ao exílio grande parte da liderança: Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Arnaldo Mourthé, Rui Mauro Marini, Moniz Bandeira exilaram-se na impossibilidade de manterem-se no Brasil. Da antiga liderança participaram do IV Congresso: Eric Sachs, Eder Sader, Ceici Kameyama e alguns outros.

Vânia Bambirra[439] contou-nos que seu ex-companheiro Theotônio dos Santos e ela, ainda permaneceram no Brasil até 1967, mas que

> [...] a POLOP ainda sobreviveu, já muito dividida, porque depois do golpe começou a brotar de dentro dela as tendências de luta armada, e nós discordávamos, tanto que eu rompi com a POLOP, não concordo.

Segundo Theotônio dos Santos[440] quando

> [...] veio a divisão geral em 66/67, ele [Eric Sachs] aceitou um pouco por influência do ambiente assim a idéia de um foquismo urbano, dentro do movimento operário que ia contra toda a teoria dele também e nós todos ficamos muito influenciados por esta idéia, a luta tinha que partir da cidade dentro dos centros operários, então nós tínhamos que gerar um novo tipo de luta armada, nós não tínhamos condições práticas para isso e aí esta parte faltava ao Eric, ele não sabia como fazer essa articulação com essa dinâmica tão complexa do Brasil, tão diversificada. Isso tudo levou a um isolamento muito grande, na década de 70 o grupo que ficou com ele era um grupo muito pequeno, ínfimo, sem nenhuma conotação, aí a influência dele foi sendo esgotada.

Moniz Bandeira[441] referiu-se a esta turbulência, ou mesmo, ao clima de desconfiança vivido tanto no interior da POLOP quanto no conjunto da esquerda pela repressão. Segundo ele

> [...] a cisão na POLOP começou em S. Paulo, em 1966, exatamente porque a direção (Eder, Ceici e não me lembro mais quem) quis

438 Idem, p. 8.

439 (E20).

440 (E19).

441 (E10).

> acobertar o problema da delação de Rui Mauro, Mourthé, Eric. Quando os militantes tomaram conhecimento do que se passava, foi convocado um congresso extraordinário e a direção foi expulsa. Quando a crise irrompeu, Ceici, que eu saiba, foi o único que manteve a cabeça fria e pediu creio que a César Benjamim, que tinha o dinheiro da POLOP e que esperasse o congresso oficial, a ser realizado. A essa altura, já havia a tendência de muitos para o foquismo, para a luta armada e a direção, no Congresso ocorrido em 1967, perdeu o controle. Mas já estava sem autoridade. Em um período de clandestinidade, não se podia avaliar bem o que ocorreu. Mas, segundo sei, a direção (Eder, Eric, Ceici e outros), ficou praticamente isolada. Pois as principais bases, em Minas e São Paulo, se rebelaram e foram para a luta armada. Theotônio dos Santos, Rui Mauro e Arnaldo Mourthé já não estavam no Brasil e não sabe muito desses acontecimentos. Quem participou ativamente da cisão em S. Paulo e ocupou os centros da POLOP, foi Wilson Silva, meu amigo e que depois aderiu à ALN. Desapareceu em 1974 juntamente com Ana Rosa Kucinski, sua mulher. Não me lembro de todos os nomes, mas, se a memória não me falha, havia um que era parente de Washington Luís. Creio eu se chama Luis Antônio Pereira de Sousa. Como vivíamos em clima de clandestinidade as comunicações eram muito difíceis e as informações não fluíam. Sei que na época, Minas já estava para cindir com tendência para a luta armada, e esperou para romper no Congresso Em resumo, a cisão, que começou em S. Paulo como uma rebelião contra a direção, estava para ocorrer em Minas, devido à tendência para a luta armada e tudo confluiu no Congresso de 1967, do qual só tenho informação superficiais. Naturalmente que Ceici e alguns outros que estavam na direção, não lhe vão contar o episódio de S. Paulo. Não lhes interessa. É mais bonito, conveniente, concentrar-se na questão da luta armada. Mas, em resumo, o que sei foi que a direção ficou isolada, a partir do Congresso, e como ninguém sabia detalhes, devido à clandestinidade, ela se uniu a uma dissidência do PC, no Rio Grande, e formou o POC.

Ceici Kameyama[442] nos contou sobre a conexão entre o rompimento da POLOP e o caso específico que envolveu Moniz Bandeira, segundo ele este último

> [...] não tem relação com o racha, o Moniz Bandeira foi um negócio muito específico, quando teve a prisão da POLOP com os marinheiros no Rio, ainda em 64, na época o Moniz Bandeira estava no exterior, aí eles foram submetidos a torturas e uma das coisas que eles falaram que o dirigente da POLOP era o Moniz Bandeira, porque eles sabiam que ele estava no exterior. Não deveriam falar, foi um erro, mas para evitar que houvesse queda de alguém que estava atuando aqui eles colocaram a culpa no Moniz Bandeira. Moniz foi avisado e o pessoal disse “pô mais isso está errado”, depois que soubemos do fato nós avisamos o Bandeira, o Moniz Bandeira subiu pelas paredes. Quando ele voltou, ele voltou com toda força começou a chamar o pessoal de policial e coisas assim que não dá para dizer... Tinham se comportando de modo errado, mas tinha a ressalva de que naquela

442 (E3).

> época a POLOP ainda não tinha instruções de como agir perante os interrogadores e perante a tortura, nessa época foi que começou a ser produzido todo o material, utilizando inclusive experiências do movimento internacional e o comportamento em caso de repressão e tortura. Mas o Moniz a partir disso não se conformou, eu não me lembro qual foi a atitude que ele tomou, eu não sei se ele queria a expulsão deles, o fato é que ele começou a dizer que a POLOP tinha uma direção de companheiros policialescos e coisas deste tipo. Inclusive fez carta contra o Eric Sachs a ponto de dizer para os cubanos que ele era um agente do serviço de informação alemão, um verdadeiro absurdo! E depois ele se afastou, se não me engano ele chegou a fazer panfletos denunciando publicamente a POLOP e aí se rompeu relações, ele sai da POLOP, mas não tem nada a ver com a orientação política. A cisão no IV Congresso foi muito mais no sentido da resistência à ditadura, a influência e o fascínio pela Revolução Cubana, e havia a necessidade de Cuba romper o isolamento em que vivia, quer dizer era a única revolução na América Latina com o cerco dos americanos. Houve várias tentativas de estimular revolução em outros países, em especial o Che que teve no Congo, depois na Bolívia e foi morto em 67. Cuba promoveu uma conferencia lá em Cuba chamando os revolucionários da América na Organização Latino-Americanas de Solidariedade (OLAS) essa Conferencia atraiu as várias dissidências do Partido Comunista, eu não me lembro se foi antes ou depois também foi publicado um livro do Regis Debray 'Revolução na Revolução', que nós traduzimos aqui, ao mesmo tempo criticando, porque tinha teses que negava o papel do partido, falava que a revolução tinha que vir do campo para cidade, fazendo afirmações de que a cidade aburguesa e o campo proletariza, coisas assim muito simplificadas e uma visão muito deformada do que foi a Revolução Cubana. Em que destacava o papel da guerrilha, mas não dava papel nenhum para os grupos da cidade, nem para a classe operária que era uma das classes mais avançadas da América Latina em termos de experiência e consciência. Isso não adiantou muito a crítica, porque aí o chamado de Cuba e depois a promessa de apoio, o apoio que deram, acabou segurando toda esta idéia da luta armada.

Também Emir Sader[443] nos contou que a importância do foquismo e do livro de Regis Debray *Revolução na Revolução* encantou as esquerdas latino-americanas para a luta armada. Segundo Sader

> [...] o Debray era um apelo. Isso frustrou a possibilidade de acordo com o pessoal do Mario Alves, Apolônio que formaram o PCBR, e nós mesmos perdemos gente. A Dilma [Rouseff], por exemplo, era base nossa, o pessoal de Minas foi pra luta armada tinha gente de formação leninista, mas aderiu à teoria do foco. Então foi meio difícil você não tinha mais espaço de acumulação de massa legal, o movimento de Osasco eles capitalizavam, não tinha mais sindicato, tudo era reprimido, então todas as condições eram favoráveis para um movimento de luta armada. Teve também os maoístas que teoricamente afirmavam o partido, mas foram para a luta armada

443 (E5).

> então era difícil o debate tinha que ir amadurecendo. Cuba apareceu como uma alternativa, Debray tinha esta linha foquista, era coerente esta posição porque na cidade não se poderia ter foco porque ela se destrói. Derivaram para a idéia do foco revolucionário no campo. Um partido requer um trabalho de massas, com o Golpe fechou as possibilidades para a movimentação de massas, legal ou semi-legal. No Brasil a repressão foi muito forte. Teve intervenção em todos os sindicatos, o movimento social que estava começando a se estruturar, não tinha uma trajetória, o Golpe foi muito forte e aí automaticamente foi desligado. Um trabalho de massa clandestino não se podia fazer. Todo trabalho de massa, partido, imprensa, formação de base, sindicato não se tinha espaço.

Outro episódio que mostra as discussões no interior da organização foi o envio de um documento pelo Comitê Nacional advertindo o Secretariado Regional de Minas Gerais, referente à publicação de um boletim operário chamado *O Piquete*. O episódio foi marcado pela discordância da Direção Nacional em relação aos números 24,25,27 e 28 do jornal. Segundo os mineiros, nestes jornais, ao se conclamar os trabalhadores para se organizarem em bases nas empresas, a palavra *empresa* foi substituída pela palavra *defesa.*

E complementavam que

> [...] o CN afirmou naquela ocasião – e reafirma no documento agora abaixo às bases – *que não sabia quem eram os responsáveis pelo PIQUETE e que dois dos seus membros a Seção – um deles do Secretariado Regional – também disseram que não sabiam quem eram os responsáveis*. **Tal fato só vem evidenciar a total *desinformação* da direção no que diz respeito à organização que dirige. Depois de *3 anos* de publicação do PIQUETE, depois de 30 números impressos é que a direção acordou para o fato e ... fez a intervenção.**[444]

Os documentos e as entrevistas, a nosso ver, reforçam a nossa hipótese de que a organização passava por um processo em vias de constituir-se como partido centralizado e a disputa de posições já estava sendo travada para ver qual linha iria dar a direção política da organização. Mais do que nos mostrar este aspecto, a tentativa de centralização, evidencia também o seu oposto, a completa falta de coesão, a dispersão, a distância não só física, mas também de entrosamento entre seus membros, frente a uma diretriz política.

Em algumas entrevistas ficou claro que após o golpe as relações com a organização não eram coordenadas, ao contrário, eram muito desconexas. Existia

444 *Da SR/MG ao Comitê Nacional e resposta do Comitê Nacional*. 11 de Julho de 1967 –p.2 – grifos nossos.

um clima de tensão, no qual ninguém confiava plenamente em ninguém. Em meio a este clima como obter uma unidade?

Outro trecho do último documento citado ajuda-nos a refletir sobre as origens das cisões. Segundo tal referência

> [...] em 1965 existia apenas um núcleo da Organização em Minas, composto de pouquíssimos militantes. Alguns deles, discutindo as teses da Organização, começaram por discordar das posições oficiais, enviando um documento fraternal a direção, que se negou a discutir o problema. Esses companheiros passaram a formular novos documentos, aprofundando suas análises e entrando em polemica com a direção. No decorrer das discussões – que se travavam então no nível político – a Organização cresceu e os novos militantes começaram a participar das discussões, muitos deles contrários às posições que mais se destacavam no debate. Isto se nos afigurava como um sintoma altamente positivo para a Organização, com as discussões presentes em todos os níveis, amadurecendo os quadros e obrigando-os ao estudo e a pesquisa. [...] O CN pelo contrário, utilizava-se de qualquer irregularidade, por menor que fosse, não para corrigir, ensinar e aproveitar a experiência dos companheiros da seção, mas para acusá-los de pequeno-burgueses, numa atitude que parecia visar inibir aqueles que discordavam de suas posições e desgastá-las perante a Organização. [445]

No mesmo documento tem a resposta do Comitê Nacional frente ao caso. Para este,

> [...] a esta altura da discussão os companheiros terão se apercebido que este é apenas mais um episódio de um conflito político de concepções divergentes dentro da O. É que, como toda discussão real, ela não se manifesta apenas nas questões mais gerais ligadas ao programa e a linha de ação. Como toda disputa política levada a fundo, a divergência brota em cada 'detalhe', que ganha uma dimensão muito maior do que normalmente teria. **É que a vitória de uma outra concepção não depende apenas da polêmica verbal das posições; depende também da maneira de encarar a Organização e seu centralismo, depende de funcionamento de cada órgão e de cada militante no seu posto**; depende de uma alteração que toca nos mínimos detalhes da O. – que assim se refaz para a luta. [446]

A divergência vinha se processando desde 1965 com a discussão da bandeira da Constituinte Popular. Argumentaram ainda que

445 Idem, p.2.

446 Idem, p.6, grifos nossos.

> [...] a verdade é que a seção de Minas passou a ter uma vida quase isolada do resto da O. e só ultimamente é contra a resistência de um sentimento autonomista que encontrou guarida na SR.[Secretariado Regional] – é que o CN [Comitê Nacional] começou a ter um contacto maior e maior controle da atuação na seção. É espantoso que os companheiros julguem que a afirmação da nossa 'desinformação' seja uma acusação e não uma auto-crítica: a verdade é que relatórios não são enviados, embora haja um contato possível dos mais estreitos; a verdade é que aos pedidos de informação da O. na seção ou as solicitações em reuniões nacionais de Seg. ou fi. ou outras, as respostas são, via de regra, tão formais quanto insignificantes [...] a verdade é que o Piquete só passou a ser enviado com mais regularidade nos últimos meses e até hoje só tomamos conhecimento de novas publicações na seção uma vez prontas; a verdade é que de planos de reestruturação ou campanhas extras de finanças ficamos sabendo também por acaso; a verdade é que cada presença de um membro do CN na seção é encarada como intervenção em seara alheia. [...] estamos desinformados mesmos. E é justamente isso que queremos acabar. Mas para tanto é preciso que **a orientação nacional sobre cada um dos pequenos e grandes problemas possa atingir sem deformações cada um dos militantes e que não hajam órgãos ou dirigentes intermediários que pensem num centralismo que não seja o centralismo nacional da O.**[447]

O entendimento da Direção Nacional frente aos 'desajustes' assentava-se nas heranças pequeno-burguesas da organização. E assim ao

> [...] confrontar duas concepções políticas, confronta-se também duas concepções organizatórias. Na medida do possível preferimos que estes dois níveis da discussão sejam resolvidos concomitantemente, pois estão ligados. Quando a O. optar por uma das concepções políticas, optará também pelos meios organizatórios que permitam sua consecução prática. [448]

Em resposta às acusações do Secretariado Regional de Minas, a Direção Nacional da POLOP afirma que

> [...] em primeiro lugar é mentira que o CN [Comitê Nacional] negou-se a discutir o documento enviado por companheiros da Seção de MG sobre a 'luta pela Constituinte'. O primeiro documento – datado de janeiro de 65 – foi discutido na primeira reunião nacional após seu recebimento, ainda em janeiro de 65. Foi comunicado aos seus autores que ele fora rejeitado e, após, a cada encontro entre membros da CN e defensores da 'Constituinte popular' tivemos ocasião de longas e cuidadosas discussões a respeito. [449]

447 Idem, p.7, grifos nossos.

448 Idem, p.8.

Com o Golpe Militar a POLOP mudou não só a leitura das condições nacionais, mas também os métodos para alcançar a revolução socialista e com isso iniciam-se os debates sobre o caráter da revolução. Deste modo talvez não seja viável entender a POLOP como uma organização pronta e acabada, e, assim, as críticas não devem ser inferidas tendo a unidade deste grupo como referência.

Mesmo em momentos de liberdades democráticas, os partidos centralizados e não controlam todas as ações de suas ramificações, de seus grupos, que no calor da luta podem decidir entre si os caminhos adotados. Parece-nos revelar nesta proposta de organização "revolucionária centralizadora", a utopia do controle total, sem que nada possa sair do planejado. Neste sentido perguntamos, onde está o espaço para a criatividade elemento necessário na construção de um mundo livre?

Nossa hipótese é que todo o percurso de 1961 a 1967 foi um período de maturação de um projeto político e de uma leitura de mundo.

O que dava unidade ao grupo era a oposição às práxis política do PCB. A partir daí, ao que se percebe pelos documentos, todo o processo foi uma tentativa de homogeneizar a organização, buscando o centralismo democrático e procurando apresentar aos trabalhadores da cidade e do campo um *Programa Socialista para o Brasil*. O Golpe Militar rompe esta tentativa de solidificação porque apresenta novos problemas ao grupo: a luta ilegal. A luta armada antes negada passa a ser absorvida. Foi a partir deste momento que a POLOP começa a definir-se na prática em "duas organizações". Uma propôs a construção da revolução socialista através de um partido da classe operária formado pela união dos trabalhadores da cidade e do campo; e a outra defendia a luta antiimperialista de libertação nacional numa ampla aliança da classe média revolucionária, com a pequena burguesia e o proletariado numa luta de classe centralizada no campo através da luta armada. E assim em setembro de 1967 a POLOP realiza o seu IV e último Congresso enfrentando, além do ápice das discussões internas, um debate de grande profundidade: qual o caráter da revolução brasileira? Para a Direção Nacional o *Programa Socialista para o Brasil* foi o documento que trouxe um conjunto de idéias amadurecidas durante toda a existência, que assumia o caráter socialista da revolução. Este enfrentou outros três

449 Idem.

> [...] um **de libertação nacional**, pregando uma estratégia de guerra prolongada no campo, apresentado por uma **minoria do Rio**; outro **de Revolução Democrática e Nacional**, apresentada pelo **SR de Minas**. Um terceiro projeto, anunciado pela minoria de S. Paulo recém-ganho pelo foquismo [que] apresenta um conjunto de teses que se limitavam a transcrever as posições das OLAS (reunida em agosto em Havana), logrando com isso aglutinar as outras tendências de oposição. Os partidários do PSB [Programa Socialista para o Brasil] vencem por 16 a 14. Os derrotados e suas bases se retiraram em seguida, reduzindo a PO a cerca da metade de seus efetivos. [450]

No documento *Depois do Congresso,* apresentado pela Direção Nacional, não teria havido debates ou discussões no IV Congresso, especialmente

> [...] se considerarmos debate como uma troca de opiniões e de experiência revolucionária. Se houve discussão foi na medida em que se travou uma guerra, com frentes delineadas. A luta interna havia atingido o seu auge. Quase dois anos de confrontos de posições haviam cristalizados as alas, que não sofreram alterações durante o conclave.[451]

Segundo ainda este documento

> [...] o novo programa da oposição de Minas, que anteriormente havia defendido um 'Governo Nacional' como único caminho correto para a revolução no Brasil, apresentou uma nova versão, 'O Governo Revolucionário Popular', como solução para um governo de transição.

Tal reviravolta estaria fundamentada na fuga dos "[...] problemas essenciais do caráter de classe da revolução e do movimento revolucionário, do papel da classe média e da média burguesia, da Constituinte etc.," cujas posições eram vistas pela Direção Nacional como direitistas, e assim teriam apelado para a "[...] onda debraysta, anunciando uma reviravolta na concepção de luta armada, da guerrilha e se refugiaram num radicalismo verbal" atacando "a 'marxologia' da Organização e contra a revolução 'pura'.[452]

O mesmo havia ocorrido com a oposição da Guanabara que teria retirado o seu projeto "[...] substituindo-o por um 'Programa dos Socialistas Revolucionários do Brasil'. Se o anterior se empenhava por dois governos de transição sucessivos, um 'Governo Popular Nacional', seguido por um 'Governo dos Trabalhadores da Cidade

450 CARONE, EDGAR. Apud VILLA, RAUL [Eder Sader]. In: Movimento Operário no Brasil.1964-1984. p. 149, grifos nossos.

451 Depois do Congresso. Comitê Nacional da ORM Política Operária, outubro de 1967, p.1.

452 Idem, p.1.

e do Campo', o novo projeto-programa brilha pela omissão a respeito do programa". Todavia o fundamental na análise dos cariocas não havia sido mudada, pois reforçaram que, em primeiro lugar "[...] luta-se contra o imperialismo, depois vem o problema do socialismo". [453]

Vale salientar que segundo este documento da Direção Nacional houve várias discussões nas células quanto às propostas destas duas oposições e sem maiores explicações tais projetos "[...] foram substituídos por projetos novos, não debatidos e desconhecidos pelas bases da Organização." [454]

Não teria sido diferente com a seção de São Paulo. Estes teriam alegado "[...] ser contra a concepção do governo de transição e lutar diretamente pela Ditadura do Proletariado no processo da revolução socialista no Brasil." [455] Esta concepção não teria impedido este grupo de aliar-se com o grupo mineiro e da Guanabara contabilizando 14 votos dos delegados destas oposições que romperam com Direção Nacional que aprovaram o Programa Socialista para o Brasil.

Este processo, a nosso ver parece a definição de dois projetos políticos de revolução socialista e a constituição de dois grupos com ideais definidos, resultado de seis longos anos de Organização. O que parece comprovar nossa hipótese é um trecho deste mesmo documento dizendo que o IV Congresso da POLOP preencheu uma necessidade da Organização na medida em que

> [...] eliminou todas as dúvidas sobre a orientação revolucionária da ORM. Essa definição foi produto de debates internos e do amadurecimento político das bases. **Criou as premissas para uma organização homogênea**, para a qual as resoluções não são um mero pedaço de papel. **Criou as premissas para a Organização atuar como um todo em todo o território nacional**. Os problemas mais urgentes da luta a curto e a médio prazo, como os da aplicação da linha na prática, **da transformação da Organização em órgão dirigente da classe operária**, estes problemas não tiveram vez no Congresso. Estes teremos de enfrentar em seguida, enfrentaremo-los, porém, em nível mais alto do que teria sido possível antes do Congresso.[456]

E defenderam que a partir deste Congresso passariam a ter uma

453 Idem, p.2 .

454 Idem, p.1.

455 Idem, p.3.

456 Idem, grifos nossos.

> [...] **organização homogênea, em torno de um programa, em torno de uma linha de ação.** Os que discordaram se afastaram, ou estão se afastando. Os que ficaram sabem por que estão lutando e fizeram uma opção. **Mas o que estava em debate, até agora, foi a linha mestra da Organização, foram os princípios revolucionários**. [...] **Ter uma organização homogênea significa poder de fato aplicar o centralismo democrático**. [...] **Uma organização revolucionária homogênea significa igualmente superar o hiato existente entre teoria e prática, que impediu até agora, concentrarmos nossas forças nas frentes decisivas da luta de classes**.[...] Exige, na prática, que a auto-depuração política seja complementada naturalmente por uma sob o critério da eficiência revolucionária.[457]

O grupo que aprova o *Programa Socialista para o Brasil* ratifica toda a discussão que se delineou nos dois últimos anos da organização e coloca que no Brasil "[...] o desfecho vitorioso de uma guerra de guerrilhas dar-se-á quando provocar e culminar em uma insurreição urbana, liderada pela classe mais revolucionária – o proletariado" e assim "[...] a guerra de guerrilhas não pode substituir a luta de classes nas cidades, mas ao contrário tem de intensificá-la e aprofundá-la" e

> [...] sem a atuação revolucionária do proletariado, não haverá mobilização das massas camponesas, não haverá aproveitamento das massas pequeno-burguesas proletarizadas. O papel da guerrilha consiste em formar essa aliança revolucionária de classes na luta. [458]

E assim consequentemente a organização caminhou-se na perspectiva de formação de um partido de vanguarda cujos militantes tinham como profissão a luta revolucionária e consideravam-se "[...] bastante leninistas para saber que 10 revolucionários profissionais valem mais do que cem, que não o são".[459]

Em outro documento *Carta Aberta aos Revolucionários*, assinado *Pelos Revolucionários que rompem com a POLOP* expressou a posição daqueles que optaram pela luta armada. Para eles "[...] as divergências profundas que separam o atual Comitê Nacional da POLOP da maioria dos militantes da Organização não podem mais ser resolvidas no processo de luta interna". Com "[...] a aprovação de um programa oportunista no seu IV Congresso, por escassa e discutível maioria (16 votos contra 14) e a atuação e comportamento de sua direção nacional, impelem-nos ao rompimento com a máquina burocrática da POLOP" cuja forma de se

457 Idem, p.6, grifos nossos.

458 Idem, p.4 e 5.

459 Idem, p.6.

organizar caracterizava-se por uma "seita cujo programa impede que ela se incorpore ao processo revolucionário do Brasil e da América Latina." [460] Segundo este grupo, a POLOP

> [...] surgiu propondo ser uma alternativa ideológica ao reformismo: propondo constituir-se em um centro de irradiação do marxismo; propôs divulgar os clássicos, voltando aos princípios da análise de classes; propôs combater o reformismo no campo que lhe era mais imediato – o das idéias. Por falta, no entanto de uma concepção correta que orientasse a sua ação, esta limitou-se a instância ideológica em parcelas da esquerda e à tentativa de radicalização de ações em algumas organizações de massa.[461]

Porém já havia, segundo esta análise, uma divergência no interior da organização, cujas tendências foram aos poucos se consolidado. Para o grupo que rompeu,

> [...] os modelo de luta do proletariado europeu eram uma construção do marxismo a partir daquela realidade, inadequada ao Brasil e a América Latina – traduziam aquela experiência, tornada exclusiva, para a nossa realidade, como se ela fosse conseqüência necessária do marxismo. Daí as transplantações mecânicas que levavam ao sectarismo e a incapacidade de traduzir para a prática, suas próprias concepções políticas. Daí o desvio do terreno em que se colocam as questões estratégicas, levando a que a luta interna, na maioria das vezes, fosse travada num nível abstrato de nosso tempo e de nosso espaço.[462]

E mantêm a crítica dizendo que após o Golpe Militar

> [...] a direção da POLOP persistiu em suas falsas concepções, forçadas ainda pela modificação da própria conjuntura política, teimando em aparecer como 'vanguarda ideológica'. As tendências divergentes tornaram-se status, ao mesmo tempo em que a luta interna levava ao desaparecimento das subdivisões, por se polarizarem em torno de duas tendências principais.[463]

E que também, para a Direção Nacional da POLOP, a instalação do socialismo dependia "[...] apenas da difusão das idéias marxistas no seio da classe operária, principalmente durante as luta por 'reivindicações profissionais específicas' do proletariado". Para o grupo que rompe com a POLOP seria

---

460 *Carta Aberta aos Revolucionários* (4398) - setembro de 1967, p.1.

461 Idem, p.1, grifos nossos.

462 Idem.

463 Idem.

> [...] no fogo da luta política travada em todos os seus níveis, que a classe se educará. E na situação peculiar da sociedade brasileira, ao lado da luta armada que conteste o poder burguês latifundiário, o proletariado nas cidades deverá realizar simultaneamente uma luta política e uma luta econômica, por melhores condições de vida e de classe. É difícil realizar hoje uma luta econômica sem suscitar, imediatamente problemas de natureza política. **Daí a luta pelas liberdades políticas,** que conteste a 'legitimidade' do poder das classes dominantes. **A luta pelas liberdades e a luta pelo socialismo se interpenetram**.[464]

Afirmam neste documento que não compactuaram com o *Programa Socialista para o Brasil* por considerá-lo "[...] metade de frases feitas, metade de contra-senso, eclético e oportunista". Considerando que a discussão dos princípios das OLAS havia sido abandonada ou nem sequer discutida pelo conjunto da Organização, o grupo mineiro se comprometeria a levá-la à prática.[465]

Parece-nos que tanto a POLOP quanto aqueles que rompem com a organização equivocaram-se em suas análises. A POLOP por crer na possibilidade da construção de um partido em plena ditadura militar e que tivesse representação operária. Foi um momento de refluxo desta classe o que dificultaria um partido com inserção de massas. Se a análise da POLOP apontava para a iminência de um acirramento do Golpe e que consequentemente a repressão seria muito maior, ensejar um partido naquele momento talvez não fosse uma alternativa acertada.

Por outro lado aqueles que romperam com a organização podem também não ter avaliado corretamente a situação, uma vez que a perspectiva era o endurecimento do Golpe Militar, o mais provável seria o isolamento da luta armada a setores da esquerda, cuja repressão levaria à morte centenas de militantes.

Ambos os projetos, após o rompimento, tiveram pouco mais de um ano para pôr em prática suas propostas, pois em dezembro de 1968, instaura-se o AI-5, ou seja, o endurecimento do regime militar, ou como ficou conhecido 'golpe dentro do golpe'. A repressão foi brutal, o que levou a esquerda e os movimentos dos trabalhadores em geral à um isolamento quase que total, só retomando o fôlego quando ressurgiu as lutas operárias em 1978 e 1980.

---

464 Idem, p.3, grifos nossos.

465 Idem, p.3.

Considerações Finais

A nosso ver os seis primeiros anos da organização teria sido o processo de formação de uma alternativa revolucionária no Brasil procurando ser uma alternativa ao Partido Comunista Brasileiro. Esta trajetória possuiria duas vertentes: a formação político-ideológica, a teoria da revolução; e por outro lado a estruturação da organização como partido e/ou como vanguarda guerrilheira.

O breve período de existência da POLOP de 1961 a 1967 pode ser caracterizado por um momento de aglutinação e tentativa de formação de um grupo coeso, mas que se deparou com três processos de interrupção. O primeiro foi o Golpe Militar que frustrou a tentativa da organização em se estruturar num ambiente democrático. O segundo momento foi a continuidade do Golpe em 1966, com a sucessão de um presidente militar. O terceiro momento foi o processo interno de debates que resultou no rompimento de significativa parte do grupo para a luta armada. Este terceiro momento possuiu dois pontos importantes: a cisão interna e recrudescimento da ditadura em dezembro de 1968.

Até o II Congresso nos parece evidente que a POLOP, um grupo de jovens intelectuais, procurou um espaço na esquerda hegemonizada pelo PCB. A via revolucionária frente às teses do ‘Partidão’ justificava-se tendo em vista que no país a contradição central colocava-se numa perspectiva de classes. E se existissem, como a organização admitia, conflitos entre as frações das classes dominantes, tais divergências não chegavam a ponto de descolar do seu grupo, da sua classe e unir-se ao proletariado para combater as outras frações.

Uma questão central na luta política separava radicalmente a concepção da POLOP do PCB: a identificação da contradição entre as partes em disputa. Enquanto o PCB priorizava a suposta contradição entre as classes dominantes nacionais – uma parcela significativa, exceção feita a uma ala entreguista, e os capitalistas imperialistas, essencialmente norte-americanos; a POLOP compreendia que a polarização nacional estava entre os trabalhadores e as classes dominantes tuteladas pelo aparelho militar. Na ótica da organização a posição dos comunistas seria reformista, uma vez que apresentava uma proposta política dirigida à classe operária e o seu conteúdo opunha duas alternativas burguesas colocando-as como

questão principal e deixando em segundo plano a contradição central entre classes dominantes e dominadas.

A partir do II Congresso as condições econômico-politico-sociais do país se aguçaram e com ela a necessidade de organizar-se de forma mais adequada a situação candente. A defesa do centralismo democrático, marxismo-leninismo eram fenômenos claros de uma tentativa de estruturar-se de forma partidária.

Desde então o propósito de formação de um partido revolucionário a tornava o embrião de um partido de vanguarda, mas um partido que se formaria como resultado da ascensão das lutas dos trabalhadores contra as classes dominantes. Este núcleo embrionário seria o pólo de atração de todos os revolucionários.

Uma das características desse partido seria a sua capacidade de coordenar os vários setores em luta, quais sejam os operários, os trabalhadores rurais, as classes médias radicalizadas, enfim, teria o papel de articulador central.

Com o acirramento das condições do país pré-64, a formação de um partido para coordenar as lutas fazia-se ainda mais necessário, mas a luta clandestina e a via armada seria uma inevitabilidade na realidade brasileira.

Com o Golpe Militar os problemas ganharam novas proporções. As posições de formar um partido e estabelecer um foco revolucionário deixaram de serem dois lados da mesma moeda e um processo de ruptura foi constituindo duas vertentes. O que era comum, a despeito das divergências, era que com o Golpe a via insurrecional colocava-se como alternativa.

Parece-nos que a repressão foi direcionada em maior medida aos representantes políticos dessa classe ou aqueles grupos de esquerda com quem a classe operária se identificava. Sobre estes setores a ditadura pode ter exercido muito maior controle e repressão, o que foi levando estes grupos, uma vez que estavam em intensa atividade, a confrontarem-se com os aparelhos de repressão muito mais intensamente do que os trabalhadores afastados destas atividades políticas. Esta análise não foi uma feita pelos setores que foram à luta armada.

Além disso, não avaliaram que por ser mais intensificada, a opressão centrava-se, consequentemente, sobre os grupos de esquerda do que a própria classe; e, por conseguinte a reação da classe não seria tão radical quanto os grupos pensavam que ela reagiria.

Por outro lado, os que formaram o partido também não tiveram o respaldo das organizações clandestinas da classe para a formação do partido e precipitaram a

fundação deste, justamente na tentativa de construir as organizações de base clandestinas que não existiam.

Não foi somente nas concepções políticas e nas tarefas práticas rumo a construção da revolução socialista que a organização foi sofrendo profundas mudanças, mas também na sua forma de organização interna, o que antes era um grupo de discussão e arejamento na esquerda, passa a ser um grupo de tentativas centralizadoras.

A Revolução Cubana também passa a ter influência como método de construção da via revolucionária brasileira somente após o golpe militar. Antes ela figurava como exemplo latino-americano e como futuro aliado.

Compreendemos também que para a organização fazia-se necessário estabelecer como condição de vitória de suas estratégias a ascensão do movimento de massas. Sem esta caberia a organização preparar quadros para conduzir o processo, quando as massas estivessem mobilizadas.

A partir de 1964, compreendemos que a POLOP não cogitou a discussão se o momento exigia ampliar as conquistas democráticas – aumento do poder – ou se a revolução deveria estar na pauta do dia – tomada do poder. O que estava em discussão era construir um partido revolucionário, assim como organismos de bases autônomos da classe, que sustentassem um governo revolucionário. A construção desse caminho teria duas frentes, uma legal e outra ilegal, uma política, e uma armada. Assim, quando a seção de Minas passa a defender que a pequena burguesia é de fato a classe que pode se mobilizar por ser capaz de influir no processo político, conseguimos entender o porquê este setor defende a Revolução Nacional Democrática no IV Congresso.

Parece-nos que existia uma tensão entre luta legal e clandestina. A caracterização da ditadura militar e a própria ação promovida pelos militares – permitiram a organização fazer a leitura de que as duas faces da luta contra o regime poderiam caminhar unidas.

Após 1964 o movimento da classe teria sofrido um refluxo causado pelo reformismo. A ausência de um partido revolucionário era uma questão fundamental. Justamente a falta de quadros para a formação de um partido revolucionário permitiria a classe avançar em direção a um projeto independente, como classe operária e com um projeto autônomo. Sem esta premissa não seria encaminhada a demanda dos trabalhadores e o desenvolvimento destes quadros torna-se questão

primordial. Caso contrário as contradições não se acirrariam e uma situação revolucionária não amadureceria.

Porém, como se vivia uma fase de imobilismo, e os acontecimentos exigiam urgência, somente um processo insurrecional poderia tirar o movimento operário da retaguarda.

Ocorre uma ascensão das lutas sociais em 1967, não ao acaso que nos documentos da organização a origem estudantil dos seus quadros aparece como um elemento limitador na construção de uma via revolucionária. Causou-nos curiosidade a organização não ter em nenhum momento se questionado do porque da sua composição. Parece-nos contraditório defender que a consciência não nasce da própria classe, ou mesmo dificilmente algum membro da própria classe contribui para levar esta consciência, mesmo as teses marxistas tendo maior vinculação com o modo de vida desta classe, e ao mesmo tempo criticar a origem ou a composição social da organização se justamente é a pequena burguesia que possui familiaridade com tais teses revolucionárias.

Em certo sentido as críticas que o documento de Minas Gerais dirigiu a organização apresentam uma questão fundamental. A Direção Nacional teria apenas se limitado a um protocolo de intenções, as diretrizes, mas não apresentavam nenhuma reivindicação concreta que levaria a classe a constituição de um partido revolucionário, ou de uma organização autônoma, enfim da construção da classe revolucionária.

Neste sentido nos parece que a POLOP quando aprovou o IV Congresso o *Programa Socialista para o Brasil* recuou da posição que vinham formulando a partir de 1964 com o golpe militar. Tal recuo pode ter relação com a derrota dos insurretos das Forças Armadas, que por sua vez seria o braço armado da resistência, enquanto que o setor que optou pela luta armada foi às práxis para concretizar as estratégias que foram inicialmente elaboradas após o golpe na perspectiva de que uma guerrilha seria o pólo aglutinador e mobilizaria a luta de classe no campo e na cidade. Na medida em que as condições de luta democrática foram sendo eliminadas, diante da continuidade do Golpe, os mineiros seguem a risca sua compreensão de que na impossibilidade da luta legal, partir-se-ia para a luta armada.

Parece-nos que um dos problemas da POLOP não estava exclusivamente na sua organização, como os próprios integrantes avaliavam. Podemos pensar que a

própria forma de organização já seja um fator limitante. A parte disso as propostas políticas da organização e o caminho para fazer parte dela de certo modo, parece-nos sectários ou excludentes, principalmente levando-se em consideração a origem da classe operária brasileira, que naquela época tinha sido recrutada recentemente do campo e a sua maioria deveria ser analfabeta ou semi-alfabetizada. A leitura de textos complexos da filosofia marxista só poderia ser desencorajadora. O "treinamento" pelo qual passava o candidato para integrar-se na organização restringia os setores que nela integravam e não respeitavam as formas populares de se organizar.

A falta de centralidade pareceu-nos ser a expressão também da indefinição da construção do processo revolucionário que se constituiu somente em 1967, assim como do modo como praticamente encaminhariam este processo.

Se a revolução socialista era o que os unificavam, os caminhos para construir a revolução os separaram.

Parece-nos que a grande contribuição da POLOP tenha sido levantar a necessidade de se compreender a realidade brasileira para atuar politicamente tendo como caráter a revolução socialista. Os limites da organização, a nosso ver, tenham sido justamente diante da sua potencialidade, ou seja, a grande contribuição da POLOP fora somente do ponto de vista teórico e não conseguiu efetivar politicamente, talvez muito prejudicada pelas várias interrupções de consolidação em uma organização coesa.

A nosso ver o refluxo do movimento da classe operária naquele momento levou parte da organização (e boa parte da esquerda), optar pela luta armada. E os que não foram à luta armada tiveram uma ação muito restrita e distantes tanto da classe quanto dos outros setores da esquerda radicalizada. Sendo assim, talvez, todo o período de 1967 até o renascer do movimento operário em 1978 tenha sido, do ponto de vista da POLOP, ou do que dela restou, a história deste isolamento revolucionário, que provavelmente não tenha se restringido somente a esta organização. Isso tudo nos leva a pensar que as posições tomadas pelo conjunto das classes trabalhadoras é que podem levar a uma radicalidade. E a posição da classe, se radicalizada ou não, poderá permitir que seus representantes tomem esta ou aquela decisão.

Todo este debate não perdeu fôlego ao longo da década de 1970, muito ao contrário. Com o término do "milagre econômico" e o fim das alternativas

guerrilheiras surge no interior da classe operária o debate sobre qual bandeira deveria ser a diretriz. As propostas que emergiram foram entre a luta pelas liberdades democráticas e a luta pelas liberdades políticas. Este debate caracterizava duas posições: uma que se inseria dentro do quadro da democracia burguesa e outra que propunha uma alternativa de autonomia da classe operária. Por entendermos que no desenrolar das lutas operárias a diretriz majoritariamente defendida foi a luta pelas liberdades democráticas e esta orientou as posições políticas assumidas no interior da classe operária e, que estão presentes até hoje, parece-nos ter este problema um papel central na formulação dos caminhos que a classe seguiria nos anos seguintes, razão pela qual pode tornar-se objeto de mais profundas reflexões a respeito da recente história da classe operária brasileira.

Bibliografia

Livros

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues. *Nacionalismo e Dependência: empresários e burocratas estatais na definição da política de desenvolvimento da segunda metade dos anos 50.* Tese de livre Docência apresentada ao Departamento de Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, s.n, 2001.

BANDEIRA, Moniz. *Lênin Vida e Obra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
_____. *A Renúncia de Jânio Quadros e a Crise pré-64 - O 24 de Agosto de Jânio Quadros e o Caminho da Revolução Brasileira* – 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.
_____. *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964).* 7. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
_____. *Brasil, Argentina e Estados Unidos. Da Tríplice Fronteira ao Mercosul – 1870-2003.* 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
_____. *De Marti a Fidel. A Revolução Cubana e a América Latina*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1998.

BACH Richard, *Longe é um lugar que não existe*. 27. ed. Record, 2005.

BOGO, Ademar. *Teoria da Organização Política: Escritos de Engels – Marx – Lênin – Rosa – Mao.* 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CAPITANI, Avelino Bioen. *A Rebelião dos Marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofício, 1997.

CARONE, Edgard. *O PCB – 1943-1964.* Vol.dois. São Paulo: Difel, 1982.
_____**.** *O PCB – 1964-1982*. Vol.três. São Paulo: Difel, 1974.
_____**.** *Movimento Operário no Brasil. 1945-1964.* Vol.II. São Paulo: Difel, 1981.
_____**.** *Movimento Operário no Brasil. 1964-1984*. Vol. III. São Paulo: Difel, 1984.

CHILCOTE. Ronald.H. *Partido Comunista Brasileiro: Conflito e Integraçã*o. Graal, 1982.

CUNHA. Paulo Ribeiro e CABRAL. Fátima. *Nelson Werneck Sodré. Entre o Sabre e a Pena.* São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica.* Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FREDERICO, Celso. *A Esquerda e o movimento Operário 1964-1984*. Vol. I. São Paulo: Novos Rumos, 1987.
_____**.** *A Esquerda e o movimento Operário 1964-1984*. Vol. II. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

FURTADO Celso. *Formação econômica do Brasil*. 11 ed. Rev. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1972.

_____. *Análise do "modelo" brasileiro*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972 (b).
_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada.* 4 ed. São Paulo: Ática, 1990.
_____. *A Burguesia Brasileira.* 1ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEAL, Leovegildo Pereira. *Política Operária: a quebra do monopólio, teórico e ideológico do reformismo na esquerda brasileira*. Dissertação de mestrado. UFF. Niterói: 1992.

LÊNIN. V.I. *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*. 5ª Edição. São Paulo: Global, 1981.
_____.*Imperialismo fase superior do Capitalismo*. São Paulo: Global, 1991.
_____. e LUXEMBURGO, Rosa*. Partido de Massas ou partido de Vanguarda?* São Paulo: Nova Stella, 1985.

LOUREIRO, Isabel Maria. *Rosa Luxemburg: os dilemas da ação revolucionária*. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP: Fundação Perseu Abramo, 2004.

LÖWY, Michael. *Nacionalismos e Internacionalismos: da época de Marx até nossos dias*. São Paulo: Xamã, 2000.

MANDEL, Ernest. *A Teoria Leninista da Organização*. Coleção Marxismo Vivo nº. 1 Edições Antídoto, 1975.

MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. 3. ed. Vozes, 1984.

MARINI, Rui Mauro*. A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil* in: A dialética da Dependência. São Paulo: Vozes, 2001*.*
_____. *Subdesarrollo y Revolución*. 3. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores. S.A., 1971.
_____. *Perspectivas da Situação Político Econômica Brasileira.* [S.I.: s.n.]
_____. *"Interdependência" Brasileira e Integração Imperialista*. [S.I.: s.n.]
_____.*Contradições e Conflitos no Brasil Contemporâneo*. Traduzido de Foro Internacional vol.5, abril/junho de 1965, nº4.
_____.*A Dialética do Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. Outubro de 1964. [S.I.: s.n.]

MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*. Textos Volume 1. São Paulo: Edições Sociais, 1977.
_____. *A Questão Judáica*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2000.
_____. *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
_____.*O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2000 (b).
_____.e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
_____. *Manifesto do Partido Comunista*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *A Sagrada Família ou A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. São Paulo: Boitempo, 2003.

MAZZEO. Antonio Carlos e LAGOA. Maria Izabel. *Corações Vermelhos. Os comunistas no século XX.* São Paulo: Cortês, 2003.

MÉSZÁROS, István. *Filosofia Ideologia e Ciência Social*. São Paulo: Ensaio, 1993.
_____. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.
_____.O século XXI Socialismo ou Barbárie? São Paulo: Boitempo, 2003.

MORAES, Denis de. *A Esquerda e o Golpe de 64. Vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões.* 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs). *História do marxismo no Brasil.* Vol.1. 2 ed.rev. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.
_____. (org.). *História do marxismo no Brasil*. Vol.2. Campinas: Ed.Unicamp, 1995.
_____. *História do marxismo no Brasil*. Vol.3. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.
_____. e DEL ROIO, Marcos (orgs.*) História do marxismo no Brasil.* Vol.4. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. Petrópolis: Vozes. CEBRAP SP, 1991.

PEDROSA, Mario. *A Opção Imperialista.* São Paulo. Civilização Brasileira, 1966.

PINSKY, Carla Bassanezi *Pássaros da Liberdade: jovens, judeus e revolucionários no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

POMAR, Valter. *Entrevista com Otaviano Alves da Silva*. In Revista Teoria e Debate nº24, 1994.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.
_____. *A revolução brasileira.* 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.
_____. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
_____. e FERNANDES, Florestan. *Clássicos sobre a Revolução Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro. Os Comunistas no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1990.
_____. e SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da Revolução. Documentos Políticos das organizações de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

RIDENTI, Marcelo*. O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.
_____. e REIS FILHO. (orgs.) *História do Marxismo no Brasil.* Partidos e Organizações dos anos 20 aos 60. Volume 5. Campinas: Ed. UNICAMP, 2002.

SADER. Emir. e BUCCI. Eugênio. *Entrevista de Antônio Candido*. In Revista Teoria e Debate nº2, março de 1988.

SANTOS, Theotônio dos. *Jânio Quadros: Um Discurso*. Revista Brasiliense nº36, julho/agosto, p. 7995, 1961.
_____.*A Crise de Agosto*. Revista Brasiliense, nº38, novembro/dezembro, p. 16-28, 1961 (b)
_____.*O Movimento Operário no Brasil.* Revista Brasiliense, nº39, janeiro/fevereiro, p.100-118, 1962.
_____. *A Ideologia Fascista no Brasil*. Revista Brasiliense, nº3, p. 51-63, 1965.

SEGATTO, José Antônio*. Breve História do PCB.* 2. ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro. *Rui Mauro Marini: Vida e Obra.* São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ZIZEK, Slavoj**.** *Às Portas da Revolução: escritos de Lênin de 1917***.** São Paulo: Boitempo, 2005.

Jornais e Revistas

GARCIA, Marco Aurélio. *Jornal Em Tempo*, Ano III n. º 99- 7 a 21 de fevereiro de 1980, 16 p., Arquivo Edgard Leuenroth. UNICAMP.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. *A Vanguarda Armada e as massas na Revolução que não ocorreu*. *In:* Revista Ciências Sociais Hoje, 1987. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, ANPOCS, 1987.

Sites Pesquisados

ANTUNES. Ricardo, *As crises da República.* In Jornal do Brasil de 30/03/2006. www.jbonline.terra.com.br/jb/papel/opiniao/2006/03/29/joropi20060329001.html - Consultado em 20/07/2006.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *1964: A CIA. e a técnica do golpe de Estado In*: *www.espacoacademico .com.br/034/34ebandeira.htm*.- Consultado em 20/07/2006.

CODATO, Adriano Nervo. *O Golpe de 1964: Luta de Classes no Brasil- a propósito de "Jango", de Silvio Tendler. In:* http://www.espacoacademico.com.br/036/36ccodato.htm. Consultado em 20/07/2006.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Esquerda Militar no Brasil: uma problematização necessária. In:* www. espacoacademico.com.br/058/58cunha.htm. Consultado em 20/07/2006

MEYER,Victor. *Frágua Inovadora: O tormentoso percurso da POLOP.* In: www.jornaluniciativa. hpg.ig.com.br - Consultado em 11/04/2006.

STOTZ, Eduardo. *Tempo de Militância*. In: www.nestemundovao.com/mapa.html Consultado em 11/04/2006.

AMARAL, Samuel. *Silvio Frondizi y el surgimiento de la nueva izquierda In:* http:// www.cema.edu.ar/publicaciones/download/documentos/313.pdf. Consultado em 20/12/ 2006.

MORENO, Sylvia Ruiz. *Silvio Frondizi ante la condición humana. In:* http://www. ensayistas.org /critica/generales /C-H/argentina/silvio.htm . Consultado em 20/12/2006.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Quarta_Internacional. Consultado em 29/12/2006.

GORENDER, Jacob. *A Sociedade Cindida.* http://www2.fpa.org.br/portal/ modules/news/index.php?storytopic=625. Consultado em 3 de fevereiro de 2007.

MELLO E SOUZA José Inácio de. Paulo Emílio no Paraíso In http:// 209.85.165.104/ search?q=cache:yYzbiMkR8EoJ:www.novacultura.de/0210pauloemilio.html+ Paulo +emilio+sales+gomes&hl=pt- BR&ct=clnk&cd=2. Consultado em 3 de fevereiro de 2007.

CASTELLO BRANCO, Carlos. Introdução a Revolução de 1964. Tomo 2. *A queda de João Goulart.* Rio de Janeiro: Artenova, 1975.http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/documentos/26.pdf. Consultado em 09/12/2006.

http://www.eduquenet.net/rev64.htm.

Documentos da ORM-POLOP

A bem da Verdade. 29 de dezembro de 1966. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

A bem da Verdade – Resposta do Sr./MG ao Comitê Nacional. 21 de dezembro de 1966. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Agitação e Propaganda – fevereiro de 1966. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Algumas questões da Organização. 15 de setembro de 1966. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

A LI no PCB. Data Provável: 1966/67. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

A questão das Férias. 1967. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

A Propósito do Programa. Data provável 1963. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

A respeito do Esquema Organizatório da O. e Algumas Conseqüências. Data Provável 1966/67. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

As lições de Caparaó. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

As Razões da Esquerda Revolucionária – ano 1966- Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

As razões da Frente da Esquerda Revolucionária (6548) - novembro de 1967 - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

As tarefas da Política Operária. Teses aprovadas no 2º Congresso da Política Operária – Janeiro de 1963. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

As tarefas políticas e o trabalho da Organização - (9613) - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

Atividades Gerais. Corrente SP. Maio de 1968. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Ausência da Tática e Oportunismo de Direita. Para Discussão Interna. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Auto Crítica de César e Marçal. 1967. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Balanço da O. fevereiro de 1977. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Balanço da Situação Política das Esquerdas e Nossas Tarefas – Data Provável: 1965. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Balanço Político – novembro de 1965. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

BANDEIRA, Moniz. *Solidariedade ao Povo Cubano.* Teses para o Congresso Continental de Solidariedade à Cuba. Rio de Janeiro: 10 de Março de 1963. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Bibliografia Básica - *Uma Introdução ao Estudo do Marxismo* (8615) - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

Boletim nº2 Política Operária - *A Formação Teórica para a Militância Política* - Data provável 1963 - Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Boletim nº4 Política Operária – *Como se Organizar uma Base* – abril de 1963 - Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Boletim nº5 Política Operária - *As Tarefas de Agitação e Propaganda da Política Operária* – data provável 1963. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Boletim nº8 Política Operária - *As Tarefas da Esquerda Perante o Novo Governo Burguês* – 1963. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Caderno de Debates nº1. *O Governo de Transição: O Governo Revolucionário dos Trabalhadores da Cidade e do Campo.* Célula de SP. Dezembro de 1966. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Cadernos da Esquerda Revolucionária nº1. *Por um Governo Revolucionário dos Trabalhadores.* Setembro de 1964. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Cadernos da Esquerda Revolucionária nº2 Palmares, Antônio. –*Planos de governo contra o povo (As perspectivas da economia brasileira e o plano de ação de Roberto Campos)* (4244) - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

Cadernos da Esquerda Revolucionária nº3. Marco, André. – *Frente de Libertação ou Partido revolucionário? (*4245) - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

Cadernos da Esquerda Revolucionária nº6. *A luta legal e a luta ilegal*. 16 de junho de 1967. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Cadernos da Esquerda Revolucionária nº8 – *Redemocratização ou Governo Revolucionário* (4246) - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

Cadernos da Esquerda Revolucionária nº9 - *Criar dois, três... muitos Vietnames é a palavra de ordem* (4243) Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

Caderno de debates nº3. *A Guerra Revolucionária no Brasil e as Classes Trabalhadoras da Cidade e do Campo.* “Mendonça”. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Caderno de debates nº4 - *Problemas estratégicos (conteúdo e forma do Governo Revolucionário)*. (708). 10 de fevereiro de 1967. Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

Carta Aberta aos Revolucionários (4398) - setembro de 1967 - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

Carta de Michael Löwi à Emir Sader (2029). Tel-Aviv: 1º de maio de 1968 - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

Circular nº1 *(discussão obrigatória em todas as bases)* - (621) - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

Circular nº3 - *As Bases (Como Organizar)* – 28 de novembro de 1964 - Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Circular sobre Imprensa. Janeiro de 1967. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Comunicado do Setor Estudantil ao Comitê Nacional. Dezembro de 1966. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Condições de Luta e Atitude Revolucionária. (622) - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

Considerações sobre o Documento do Companheiro D. (Celso- SP) – Março de 1966. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Constituinte – Debate Interno. 02 de setembro de 1966. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Convocação para Congresso Regional São Paulo – 1966. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Convocação para o Pleno de Julho – 1966. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Crítica à O. – março de 1966. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Crítica de uma Célula e Resposta do Comitê Nacional – abril de 1966. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Da SR/MG ao Comitê Nacional e resposta do Comitê Nacional. Maio de 1967. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Da SR/MG ao Comitê Nacional e resposta do Comitê Nacional. Julho de 1967. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Declaração Política da II Conferencia Extraordinária. São Paulo, julho de 1963. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Declaração Política do 4º Congresso da ORM-POLOP (6657) - setembro de 1967 - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

Depois do Congresso. Comitê Nacional da ORM Política Operária, outubro de 1967. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Do Comitê Nacional as Células - Sobre o Centralismo Democrático. Outubro de 1966. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Esboço para o PSPB (Programa Socialista para o Brasil). Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Esclarecimento as Células – Crítica a SR/MG. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Estratégia Revolucionária – sem data e origem desconhecida – Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Finanças e um Trabalho Político. 1966. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Frente de Esquerda e Partido Revolucionário - 1ª Parte - Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Golpe Militar e as Novas Tarefas dos Revolucionários. (623) abril de 1964 - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

GUERRA, Ferreira. *A Burguesia entre o Populismo e o Militarismo*. In: Marxismo Militante - Uma Revista teórica de Unificação dos Marxistas-Leninistas. (6186 e 8575) Ano 1 n.º1, 1968 - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

Informe as Bases - A Organização e Suas Tarefas – 7 de julho de 1964 - Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Informe do CNE – Data Provável 1966 - Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Informe Nacional nº. 8. *Os planos da ditadura.* 25 de dezembro de 1965. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Informe Nacional nº. 9. *Os industriais e o Governo*. 31 de dezembro de 1965. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Informe Nacional nº. 10. *O candidato e seu jogo*. 08 de janeiro de 1966. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Informe Nacional nº. 11. *Um caminho perigoso*. 15 de janeiro de 1966. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Informe Nacional nº. 12. *Criar uma oposição revolucionária*. 22 de janeiro de 1966. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Informe Nacional nº. 13. *As dissidências burguesas e o papel da esquerda*. 29 de janeiro de 1966. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Informe Nacional nº. 42. *Para onde vai o movimento estudantil?* 17 de setembro de 1966. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Informe Nacional nº. 43. *A Classe operária e o Movimento Estudantil*. 24 de setembro de 1966. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Informe Nacional nº. 44. *A ditadura quer mudar de roupa.* 1º de outubro de 1966. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Informe Nacional nº. 45. *A Classe Operária e as Eleições*. 08 de outubro de 1966. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Informe Nacional nº. 46. *A Classe Operária e as Eleições II.* 26 de outubro de 1966. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Informe Nacional nº. 47. *As Razões do Voto Nulo*. 12 de novembro de 1966. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Informe Nacional nº. 48. *Depois da Farça*. 18 de novembro de 1966. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Informe Nacional nº. 49. *Depois da Farça - Balanço da campanha eleitoral e as novas perspectivas de luta.* 26 de novembro de 1966. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Informe Nacional nº. 50. *As Teses do Reformismo*. 02 de dezembro de 1966. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Informe Nacional nº. 51. *A Constituição da Ditadura e a Luta dos Trabalhadores*. 23 de dezembro de 1966. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Informe Nacional nº. 52. *Balanço Político do Ano*. 30 de dezembro de 1966. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Informe Nacional nº. 53. *Que quer a Lei de Imprensa?* 21 de janeiro de 1967. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Informe Nacional nº. 58. *As Tarefas de uma Frente da Esquerda Revolucionária*. 25 de março de 1967. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Informe Nacional nº. 59 *A Herança de Castelo e os Rumos de Costa e Silva.* (709) 8 de abril de 1967 - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

Informe Nacional nº. 60 - *1º de Maio é dia de luta* (703) - 29 de abril de 1967 - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

Informe Nacional nº. 61 *As Novas Condições de uma Política*. 21 de maio de 1967. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Informe Nacional nº. 63 - *Solidariedade com os Guerrilheiros de Caparão.* 10 de junho de 1967. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Informe Nacional nº. 65 - *A Esquerda Revolucionária e o Movimento Estudantil*. 22 de julho de 1967. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Informe Político - *O Desenvolvimento do Governo Castelo Branco* – Data Provável: 1965. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Informe Político – 22 de maio de 1965 - Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Jornal Política Operária *Informe Nacional nº45* (8093) - 8 de outubro de 1966 - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP

Jornal Política Operária *Resolução Política* (4255) - abril de 1966. Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

Luta Interna nº1 Editorial. (6617) - novembro de 1967 - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

Manifesto - Programa "Abaixo a ditadura militar pela revolução dos trabalhadores" Abril de 1965. (4248) - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

MARTINS, Ernesto. *A cisão no Campo Socialista* In: Qual a herança da Revolução Russa e Outros Textos. 1ª edição, Belo Horizonte: Editora SEGRAC, 1988.

_____. *A crise do Socialismo Polonês* In: Qual a herança da Revolução Russa e Outros Textos. 1ª edição, Belo Horizonte: Editora SEGRAC, 1988.

_____. *A crise que se avizinha... A crise pela qual passamos* In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. 1ª edição, Belo Horizonte: Editora SEGRAC, 1994.

_____. *Andar com os Próprios Pés*. In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. 1ª edição, Belo Horizonte: Editora SEGRAC, 1994.

_____.*Aonde Vamos?I* (8611) - abril de 1966 - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

_____. *Aonde Vamos?II* (4261) - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

_____. *Aonde Vamos?III* (4260) - agosto de 1966 - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

_____. *Aonde Vamos?IV* (8614) - julho de 1967 - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

_____. *A Propósito da Constituinte* In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. 1ª edição, Belo Horizonte: Editora SEGRAC, 1994.

_____. *Apontamentos.* In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. 1ª edição, Belo Horizonte: Editora SEGRAC, 1994.

_____. *Caminhos e Caráter da Revolução Brasileira I, II, III e IV Parte* - 1970 Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

_____. *Carta aos Companheiros* In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. 1ª edição, Belo Horizonte: Editora SEGRAC, 1994.

_____.*Classes e Estado, Democracia e Ditadura: Subsídios para a discussão do Programa* In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. 1ª edição, Belo Horizonte: Editora SEGRAC, 1994.

_____.*Coexistência Pacífica e Luta de Classes* In: Qual a herança da Revolução Russa e Outros Textos. 1ª edição, Belo Horizonte: Editora SEGRAC, 1988.

_____. *Convocatória para o 1º Congresso da POLOP* In: Andar com os próprios pés:
discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. 1ª edição, Belo Horizonte: Editora SEGRAC, 1994.

_____. *Diretrizes para uma Política Operária: Resoluções do 2º Congresso da POLOP* In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. 1ª edição, Belo Horizonte: Editora SEGRAC, 1994.

_____. *Editorial 1º de Maio* In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. 1ª edição, Belo Horizonte: Editora SEGRAC, 1994.

_____. *Formar a Vanguarda Proletária: A linha Estratégica da Organização* In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. 1ª edição, Belo Horizonte: Editora SEGRAC, 1994.

_____. *Introdução para os 20 anos da POLOP.* Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

_____. *Linha Sindical – Até que ponto?* In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. 1ª edição, Belo Horizonte: Editora SEGRAC, 1994.

_____. *Liquidar o Passado para destruir o Futuro?* Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

_____. *Luiz Carlos Prestes e seus Aliados* In: Andar com os próprios pés: discutindo
uma estratégia de ação para os trabalhadores. 1ª edição, Belo Horizonte: Editora SEGRAC, 1994.

_____. *Luta Armada e Luta de Classes*. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

_____. *Mais uma vez a pequena burguesia* (4473) maio de 1967 - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

_____. *Meias Verdades não Resolvem*. Maio de 1977. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

_____. *Nosso trabalho nos Sindicatos* In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. 1ª edição, Belo Horizonte: Editora SEGRAC, 1994.

_____. *O caminho para Jordão passa por Beirute* In: Qual a herança da Revolução Russa e Outros Textos. 1ª edição, Belo Horizonte: Editora SEGRAC, 1988.

_____. *O nome e um programa* In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. 1ª edição, Belo Horizonte: Editora SEGRAC, 1994.

_____. *O leninismo e as divergências Sino-Soviéticas Restabelecer os ensinamentos de Marx e Lênin* In: Qual e herança da Revolução Russa e Outros Textos. 1ª edição, Belo Horizonte: Editora SEGRAC, 1988.

_____. *O PT e o Partido Revolucionário*. In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. 1ª edição, Belo Horizonte: Editora SEGRAC, 1994.

_____. *O Sindicato Livre será uma Conquista das Bases Operárias.* In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. 1ª edição, Belo Horizonte: Editora SEGRAC, 1994.

_____. *Palavras Necessárias*. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

_____. *Partido, Vanguarda e Classe* In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. 1ª edição, Belo Horizonte: Editora SEGRAC, 1994.

_____. *Portugal: Liquidação das Conquistas Democráticas* In: Qual a herança da Revolução Russa e Outros Textos. 1ª edição, Belo Horizonte: Editora SEGRAC, 1988.

_____. *Por uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo*. Outubro de 1963. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

_____. *Qual é a herança da Revolução Russa?* In: Qual a herança da Revolução Russa e Outros Textos. 1ª edição, Belo Horizonte: Editora SEGRAC, 1988.

_____. *Sindicalismo Hoje*. In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. 1ª edição, Belo Horizonte: Editora SEGRAC, 1994.

_____. *Sobre a intervenção Soviética no Afeganistão* In: Qual a herança da Revolução Russa e Outros Textos. 1ª edição, Belo Horizonte: Editora SEGRAC, 1988.

_____. *Subsídios para uma análise da situação internacional* In: Qual a herança da Revolução Russa e Outros Textos. 1ª edição, Belo Horizonte: Editora SEGRAC, 1988.

_____. *Superar o Impasse.* In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. 1ª edição, Belo Horizonte: Editora SEGRAC, 1994.

MATOS, Célio. *Ação Armada e Política de Massas.* In: Marxismo Militante - Uma Revista teórica de Unificação dos Marxistas-Leninistas. (6186 e 8575) Ano 1 n.º1, 1968 - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

_____. *As Razões da frente da esquerda revolucionária*. In: Marxismo Militante - Uma Revista teórica de Unificação dos Marxistas-Leninistas. (6186 e 8575) Ano 1 n.º1, 1968 - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

MEYER, Victor. *Das Incertas Fronteiras entre o Passado e o Presente* In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. 1ª edição, Belo Horizonte: Editora SEGRAC, 1994.

NAVARRO, Joaquim. FERREIRA, Fernando. e SEABRA, Tânia. *Tendência e o Caminho da Revolução* (4288 e 9281)- - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

Nossa Atuação no Movimento Universitário – Comitê Universitário de SP. Maio de 1967. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Nossas Tarefas de Agitação e Propaganda. Data provável 1967. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Nossas Tarefas diante do Movimento de Massas (Raul - SP)– 1965. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Nove Teses. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

O Movimento Universitário e as nossas tarefas. Junho de 1967. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Orientação do CN sobre a ameaça de Golpe. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Orientação Interna – Janeiro de 1965 - Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

O que é o jornal? – Data provável 1964 - Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

O que é Política Operária? (POLOP) (1694) - novembro de 1963 - Secretariado da Política Operária na Bahia - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

Partido Revolucionário e o Programa Socialista. Data provável 1963. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Plano de Formação de Quadros – data provável: 1966. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

PAULO, João e GOMES Joel. *O latifúndio e a Etapa da Revolução Brasileira.* In: Marxismo Militante - Uma Revista teórica de Unificação dos Marxistas-Leninistas. (6186 e 8575) Ano 1 n.º1, 1968 - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

_____. *Argentina. A luta contra o oportunismo*. In: Marxismo Militante - Uma Revista teórica de Unificação dos Marxistas-Leninistas. (6186 e 8575) Ano 1 n.º1, 1968 - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

Pedido de reconsideração da expulsão do Companheiro Orlando. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Plano para a Direção SR/SP. Dezembro de 1966. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Plano para o Setor Universitário – Data provável junho de 1966 - Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Política Operária e o Movimento Universitário – (Amaury – SP) 1965. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Política Operária, O que é? Grupo Política Operária de São Paulo. Data provável - 1963. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Política Operária - Resolução do Comitê Nacional (395) - Belo Horizonte: agosto de 1963. Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

Por uma frente da Esquerda revolucionária (3308) - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

Por uma Frente da Esquerda Revolucionária. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Por uma organização de Combate da Classe Operária (6568) - outubro de 1967 - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

Porque a Ditadura Rompeu com CUBA (627) - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

Posição do Comitê Universitário sobre os Problemas Eleitorais Paulistas. Data provável: 1967. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Prezado Companheiro Roberto – 23 de julho de 1964 - Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Problemas a curto prazo (9282) - novembro de 1967 - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

Problemas da Luta Armada na Revolução Brasileira. Projeto de resolução não aprovado. Aproximadamente 1965. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Problemas de Organização – Por uma Organização Bolchevique – Janeiro de 1965 - Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Problemas Organizatórios. Para discussão Interna. *Constituir-se numa Organização Operária.* 22 de novembro de 1966. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Programa Socialista para o Brasil. Documento original cedido à autora por Eliza Yonezo Tieko,1967. Salvador.

Projeto de Programa da Liga Socialista Independente – São Paulo 1956. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Projeto de Programa para a O.R.M. Política Operária. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Projeto do Programa nº2 Libertemos o país do Imperialismo. Outubro de 1966. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Projeto do Programa nº3. “Amauri” Sem data. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Proposta ao Pleno de julho – Rejeitadas – 1966. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Proposta para o 3º Congresso – Sobre o Recrutamento - Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Qual o Significado Político de um Brizola? -Data provável 1964 - Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Reação ou Revolução (629) - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

Recomendações do Pleno de Julho – 1966. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ernesto Martins, Um revolucionário* In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. 1ª edição, Belo Horizonte: Editora SEGRAC, 1994.

Relatório da SR/SP ao Congresso Regional de SP. Dezembro de 1966. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Relatório da SR/SP. Data provável 1964. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Relatório de Metas da SR/SP. Maio de 1967. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Relatório de Organização – Pleno de Abril – 24 de abril de 1966. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Relatório Depois do IV Congresso. Outubro de 1967. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Relatório do Comitê Nacional à II Conferência Nacional*. Sobre o Balanço de Nossas Atividades*. Setembro de 1967. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Relatório do Comitê Nacional ao 4º Congresso. 1967. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Relatório do Comitê Universitário as Bases – (agosto de 1965 à maio de 1966). Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Relatório – Organizações passíveis de trabalho na FE. Julho de 1967. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Relatório sobre Agitação no 1º de Maio. Junho de 1967. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Resolução de uma célula sobre Constituinte. Data Provável: 1967. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Resoluções do Pleno de Julho – 1966. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Resolução sobre Agit-Prop. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Resolução sobre estratégias. Projeto de resolução não aprovado – Aproximadamente 1965- Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Resoluções da II Conferência Extraordinária. 21 de julho de 1963. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Resoluções de Organização sobre o Congresso – setembro de 1965 - Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Resoluções do Pleno de Outubro – 1966. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Resoluções Obrigatórias para o Pleno de Abril – 1966 - Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Resoluções sobre Organização – Data Provável: 1966. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

SADER, Éder Simão (VILLA, Raul). *Os Ensinamentos de Mao-Tse-Tung e a Guerra Revolucionária no Brasil* (8605) Outubro de 1968 - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.
_____. *A crise econômica e seu caminho* (6657) - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

_____. *A crise do Reformismo e a formação do Partido Revolucionário*. In Marxismo Militante - Uma Revista teórica de Unificação dos Marxistas-Leninistas. (6186 e 8575) Ano 1 n.º1, 1968 - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

SADER, Emir. *A verdade da sociedade civil Extraído de "Estado e Política em Marx"* (5487) - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

_____. *Da Autonomia à Hegemonia* In: Andar com os próprios pés: discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. 1ª edição, Belo Horizonte: Editora SEGRAC, 1994.

SANTOS, Theotônio dos. (8845) Chile: n. º 20 - 27 de outubro a 2 de novembro de 1972 - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

_____. *A crise Norte Americana e a América Latina*. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Seminário sobre a Teoria da Organização Partidária Leninista - (4283) - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

Silva e o Manifesto Programa. 18 de outubro de 1966. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Sobre o Documento do Ex-Companheiro Vladimir – data provável 1966. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Sobre a Participação da O. no Congresso da UNE – 1966. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Sobre a Penetração no Meio. Fevereiro de 1967*.* Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Subsídios para o Programa Universidade Crítica *O que é este governo* (5305) - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

Sugestões do Comitê Universitário de SP a toda a O. Agosto de 1966. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Suplemento Política Operária n.º1. *A Crise nos Estados Unidos e a Guerra no Vietnam*. Fevereiro de 1966. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Suplemento da Política operária nº8. *Nota do CN da ORM Política Operária*. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

SWEEZY, Paul. *A luta pela América Latina*. *nº3*. Dezembro de 1961 - (4289) - Arq. Edgard Leuenroth. UNICAMP.

STEINBERG Hans Josef. Resistência e Perseguição em Essen. 1923-1945, Hannover, 1969. Documento original do Acervo pessoal de Sergio Antão Paiva. Rio de Janeiro.

TALHEIMER, August. *Três Textos de Talheimer*. In Marxismo Militante. Dezembro de 1976. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

_____. *Doze meses de Frente Popular*. Publicado em Controversy nº9, junho de 1937 – traduzido por Eric Sach. In Revista Marxismo Militante nº6, Fevereiro de 1979. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

_____.*Vinte anos após a Revolução de Outubro*. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

_____. *Sobre o Fascismo*. Tradução: Alice Helga Werner. Documento original do Acervo pessoal de Sergio Antão Paiva.

_____. *Evolução e Revolução*. *In* Introdução ao Estudo do Materialismo Dialético. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

_____. *Os pontos do Programa – VII- A estratégia e a Tática da Internacional Comunista. 1928.* Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

_____. *Contribuição à História da Palavra de Ordem do Governo Operário*. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

*Teses sobre a questão do Programa. Br*asília: 14 de Março de 1963. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Teses Revolucionárias II. A Situação Internacional. Dissidência Leninista do RGS. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Um caso de Indisciplina. 21 de dezembro de 1966. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Uma Campanha Policialesca. 25 de outubro de 1966. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Curso Básico da POLOP

Curso Básico – Aula 1- *Sociedade e Classes* - Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares e do Acervo pessoal de Ceici Kameyama. São Paulo e Rio de Janeiro.

Curso Básico – Aula 2 - *A Exploração Capitalista* - Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares e do Acervo pessoal de Ceici Kameyama. São Paulo e Rio de Janeiro.

Curso Básico – Aula 3 - *O Proletariado, A Classe Revolucionária* - Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares e do Acervo pessoal de Ceici Kameyama. São Paulo e Rio de Janeiro.

Curso Básico – Aula 4- *O Estado, Instrumento de Domínio de Classes* - Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares e do Acervo pessoal de Ceici Kameyama. São Paulo e Rio de Janeiro.

Curso Básico – Aula 5- *Desenvolvimento Capitalista e as Crises* - Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares e do Acervo pessoal de Ceici Kameyama. São Paulo e Rio de Janeiro.

Curso Básico – Aula 6- *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo* - Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares e do Acervo pessoal de Ceici Kameyama. São Paulo e Rio de Janeiro.

Curso Básico – Aula 7- *Da Revolução Socialista à Sociedade sem Classes* - Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares e do Acervo pessoal de Ceici Kameyama. São Paulo e Rio de Janeiro.

Curso Básico – Aula 8 – *Classe e Partido* - Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares e do Acervo pessoal de Ceici Kameyama. São Paulo e Rio de Janeiro.

Curso Básico – Aula 9- O Desenvolvimento Econômico e Político do Capitalismo Brasileiro – parte I - Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares e do Acervo pessoal de Ceici Kameyama. São Paulo e Rio de Janeiro.

Curso Básico – Aula 9- O Desenvolvimento Econômico e Político do Capitalismo Brasileiro – parte II - Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares e do Acervo pessoal de Ceici Kameyama. São Paulo e Rio de Janeiro.

Curso Básico – Aula 9- O Desenvolvimento Econômico e Político do Capitalismo Brasileiro – parte III - Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares e do Acervo pessoal de Ceici Kameyama. São Paulo e Rio de Janeiro.

Curso Básico – Aula 10- *Objetivos e Tarefas dos Comunistas Brasileiros* - Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares e do Acervo pessoal de Ceici Kameyama. São Paulo e Rio de Janeiro.

Periódicos da POLOP

Jornal Política Operária nº1 – *Por uma Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo.* Janeiro de 1962. Rio de janeiro. Acervo do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Jornal Política Operária nº2 – *Aliança para O Progresso deixa Cair a sua Máscara*. Abril de 1962. Rio de janeiro. Acervo do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Jornal Política Operária nº3 – *Paraíba: não se mata camponês Impunemente.* Maio de 1962. Rio de Janeiro. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Revista Política Operária nº4 - Outubro de 1962. São Paulo. Acervo do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Revista Política Operária nº5 - Outubro de 1962. Rio de Janeiro. Acervo do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Revista Política Operária nº6 - Rio de Janeiro. Acervo do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP

Revista Política Operária nº7 – Outubro de 1963. Rio de Janeiro. Acervo do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Jornal Política Operária nº8 – 15 a 21 de Janeiro de 1964. São Paulo. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Jornal Política Operária nº9 – 22 a 28 de Janeiro de 1964. São Paulo. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Jornal Política Operária nº10 – 29 de Janeiro a 4 de fevereiro de 1964. São Paulo. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Jornal Política Operária nº11 – 05 a 18 de fevereiro de 1964. São Paulo. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Jornal Política Operária nº12 – 27 de fevereiro a 4 de março de 1964. Rio de Janeiro - São Paulo. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Jornal Política Operária nº13 – 12 de março de 1964. Rio de Janeiro - São Paulo. Documento original do Acervo pessoal de Ernesto Germano Pares. Rio de Janeiro.

Documentos da Revista Movimento Socialista

Revista *Movimento Socialista* nº01, Revista Independente Ano I, 01 de julho de 1959. Rio de Janeiro. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Revista *Movimento Socialista* nº02, Revista Independente, Ano I, 01 de dezembro de 1959. Rio de Janeiro. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Documentos da Liga Socialista Internacionalista

Declaração de Princípios da Liga Socialista Independente. São Paulo, 1956. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Jornal *Ação Socialista* nº3, Órgão da Liga Socialista Independente. Junho de 1959. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Jornal *Ação Socialista* nº4, Órgão da Liga Socialista Independente. Setembro de 1959. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Jornal *Ação Socialista* nº5, Órgão da Liga Socialista Independente. Outubro de 1959. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Jornal *Ação Socialista* nº6, Órgão da Liga Socialista Independente. Dezembro de 1959. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Jornal *Ação Socialista* nº7, Órgão da Liga Socialista Independente. Abril de 1960. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Jornal *Ação Socialista* nº8, Órgão da Liga Socialista Independente. Agosto de 1960. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Jornal *Ação Socialista* nº9, Órgão da Liga Socialista Independente. Setembro de 1960. Material digitalizado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo